



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA FAZENDA

# Balanço Geral 2020



Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria da Fazenda  
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

**Eduardo Leite**

Governador do Estado

**Marco Aurelio Santos Cardoso**

Secretário de Estado da Fazenda

**Jorge Luis Tonetto**

Secretário Adjunto da Fazenda

**Rogério da Silva Meira**

Contador e Auditor-Geral do Estado

**Antônio Carlos Ferreira Kerhwald**

**Carlos Geminiano Rocha Rodrigues**

**Gilberto Fonseca Raymundo**

Adjuntos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

**Chefes de Divisões**

**Jociê Rocha Pereira**

Chefe de Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)

**Eduardo de Oliveira Garcia**

Chefe de Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI)

**Cristiano Martyniak de Lima**

Chefe de Divisão de Estudos e Orientação (DEO)

**Felipe Severo Bittencourt**

Chefe de Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC)

**Liege Munhoz de Campos**

Chefe de Divisão de Informações Estratégicas (DIE)

**Sílvia Lauer**

Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)

**Equipe Técnica**

**Claudio Teixeira Seelig**

**Gélisson Pelizzari**

**Guilherme Speroni Lentz**

**Márcia Silvana Estrach Cardoso**

**Felipe Severo Bittencourt**

**Gilberto Fonseca Raymundo**

**João Batista dos Santos**

## MENSAGEM DO SECRETÁRIO

Os avanços conquistados nas finanças públicas do Rio Grande do Sul em 2020, ano dominado pela crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia, expressam o comprometimento do governo do Estado, desde o primeiro dia de mandato, com uma agenda reformista. Essa agenda incluiu a aprovação da mais profunda reforma administrativa e previdenciária entre os Estados, as ações de modernização da estrutura tributária, um novo plano de gestão dos benefícios fiscais, a redução de impostos a partir de 2021, o rígido controle dos gastos públicos, o engajamento do Estado nas discussões nacionais das pautas federativas e a execução de privatizações.

Estruturadas para recuperar a sustentabilidade financeira do Estado, tais medidas já repercutiram positivamente nas contas públicas em 2020: o déficit orçamentário foi seis vezes menor do que o registrado nos anos anteriores, os gastos com pessoal caíram R\$ 673,0 milhões (-2,2% em relação a 2019), revertendo a trajetória de crescimento real observado há mais de dez anos, e o déficit previdenciário caiu R\$ 2,10 bilhões em comparação a 2019. À medida que fortaleceram a capacidade financeira do Rio Grande do Sul, esses resultados se reverteram em benefícios concretos para a população do Estado ao longo de 2020, contribuindo para o enfrentamento da pandemia, que impôs um enorme ônus à sociedade e às já frágeis finanças públicas do Estado.

A grave crise econômica desencadeada pela pandemia global tornou ainda mais desafiadora a gestão das contas estaduais, cuja crise estrutural atravessa décadas. A administração estadual vinha implementando um amplo ajuste das contas públicas, por meio de reformas estruturais e controle de gastos continuados, e já contabilizava ganhos de arrecadação no início de 2020. Os resultados financeiros, que até o mês de março apresentavam uma recuperação gradativa, passaram a se deteriorar rapidamente, tanto por conta das perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) quanto pelo impacto nos gastos com as necessárias ações de enfrentamento à pandemia.

Atenta às projeções que indicavam quedas históricas no Produto Interno Bruto (PIB) e ciente das restrições enfrentadas por um Estado que, além da rigidez orçamentária enfrentada por todos os Entes Federativos, atrasava a folha de pagamentos há mais de quatro anos, já não pagava a dívida com o governo federal e não tinha acesso a fontes de financiamento, a administração estadual definiu uma estratégia para mitigar

os efeitos da crise sobre as contas públicas estaduais. Simultaneamente, engajou-se no diálogo e articulação com o governo federal para assegurar aos Entes subnacionais suporte financeiro que os capacitasse a enfrentar a severa crise de liquidez. Essas ações, associadas à repercussão, já em 2020, das reformas previdenciária e administrativa, foram essenciais para evitar o colapso financeiro do Estado e, assim, impedir que a sociedade do Rio Grande do Sul sofresse ainda mais com as consequências das crises sanitária e econômica provocadas pela pandemia, diante das severas perdas de arrecadação sofridas pelo Estado. A arrecadação de ICMS passou a reagir a partir de agosto, com a recuperação da atividade econômica nacional, impulsionada pelas medidas implementadas pelo governo federal para amenizar os efeitos da crise econômica e pela reabertura gradual das atividades econômicas.

Mesmo concentrado nas ações para enfrentamento à Covid-19, o governo do Estado continuou engajado na aprovação de reformas estruturais. Em agosto, mais uma medida destinada a reduzir o desequilíbrio financeiro e atuarial da previdência estadual foi aprovada – o Benefício Especial. A iniciativa foi estruturada para estimular servidores civis a migrarem para o regime de previdência complementar (RPC), medida destinada a atenuar, a médio e longo prazo, os déficits financeiro e atuarial da previdência estadual, uma das principais fontes de pressão fiscal para o Estado. Vale destacar o comprometimento da administração estadual com o equilíbrio intergeracional: não apenas os benefícios da adoção do RPC serão colhidos a médio e longo prazo, mas, nos anos iniciais de implementação, o Estado precisa realizar um esforço fiscal, já que o efeito líquido a curto prazo é de elevação dos gastos com previdência.

No mesmo mês, o governo do Estado encaminhou ao Legislativo a proposta de reforma tributária estadual. Buscando promover o reequilíbrio da carga tributária, a reforma previa mudanças profundas nos três tributos estaduais, revisão de benefícios fiscais e devolução de parcela do ICMS para a população de baixa renda. A pandemia acabou postergando sua discussão, mas, como a vigência das alíquotas majoradas de ICMS estavam limitadas a 2020, e sua extinção provocaria uma perda de arrecadação estimada em R\$ 2,85 bilhões em 2021, foi apresentada uma nova proposta de reformas, com medidas que buscaram viabilizar uma redução de impostos fiscalmente responsável, que não comprometesse a prestação dos serviços públicos e, simultaneamente, aprimorasse o ambiente de negócios no Estado para impulsionar o crescimento econômico.

Ao fim das deliberações na Assembleia Legislativa, a alíquota básica de ICMS foi reduzida de 18% para 17,5% em 2021, e 17% em 2022, percentual vigente antes das

majorações de 2015, posicionando o Rio Grande do Sul entre os Estados que praticam as menores alíquotas modais no país. Já a alíquota de energia, combustíveis e telecomunicações permanece em 30% em 2021, caindo para o percentual de 25%, praticado antes da majoração, a partir de 2022. A alíquota efetiva nas compras internas entre empresas foi reduzida de 18% para 12% e a cobrança do diferencial de alíquotas (Difal) foi extinta nas compras interestaduais, quando um produto de outro Estado tiver alíquota efetiva similar à do Rio Grande do Sul. Foi preservada a isenção do Simples Gaúcho para as empresas com faturamento de até R\$ 360 mil, que correspondem a cerca de 210 mil empresas, quase 80% das optantes pelo regime.

Todas as faixas de faturamento do Simples, incluindo aquelas sujeitas à incidência de ICMS (faturamento superior a R\$ 360 mil), pagarão menos impostos, pois as economias com a extinção da Difal e a redução da alíquota interna superam o benefício do Simples Gaúcho. O ganho agregado da redução de carga tributária do ICMS para as 260 mil empresas inscritas no Simples no Rio Grande do Sul é estimado em R\$ 350,0 milhões em 2021. Em suma, a reforma aprovada promoveu alterações estruturais na tributação, orientadas para a simplificação e o crescimento econômico no Estado, sem comprometer seu processo de ajuste fiscal.

Esse compromisso se revela também no esforço da administração estadual em reequilibrar as contas públicas sem acumular novos passivos para as futuras gerações. Ao contrário, desde 2019 o Estado não recorreu a novos saques de Depósitos Judiciais para honrar suas obrigações e reduziu o passivo com o chamado Caixa Único (Siac) por meio de um cuidadoso trabalho de reorganização do fluxo de caixa, que levou a resultados expressivos no fechamento do ano de 2020. Criado em 1991, o Siac reúne atualmente 418 contas correntes, incluindo as dos Poderes e Órgãos Autônomos, demais órgãos de Estado, autarquias, empresas públicas e aquelas destinadas a receber recursos de convênios e fundos do Poder Executivo. Nos últimos 20 anos, recursos de terceiros depositados nessas contas foram utilizados para quitar despesas do próprio Tesouro. À medida que esses recursos eram usados para financiar os déficits do Estado, foi-se acumulando uma dívida com o Caixa Único que, em dezembro de 2018, somava R\$ 8,26 bilhões (excluídos os depósitos judiciais).

Embora sem recursos para quitar a dívida do Siac, a administração estadual conseguiu reverter uma tendência de anos ao reduzi-la em quase R\$ 1,80 bilhão. Esse avanço foi possível por meio de um minucioso levantamento de fontes e usos dos recursos das mais de 400 contas correntes do Caixa Único: foi adotada uma sistemática de revisão constante nos saldos das contas vinculadas, priorizando a

sua utilização de acordo com as possibilidades legais em relação aos recursos livres do Tesouro. Houve, também, esforços para transferir saldos de contas inativas, possibilitando a realocação de recursos para que não ficassem parados em contas correntes, além de revisões dos procedimentos contábeis, orçamentários e financeiros, buscando aproximá-los ao máximo, pois muitas vezes eram descolados no tempo. Como resultado desse trabalho, a dívida do Siac caiu para R\$ 6,49 bilhões ao final de 2020. O aprimoramento na gestão do fluxo de caixa foi um dos fatores que contribuiu para a regularização da folha salarial e dos pagamentos de fornecedores da Tesouraria Central no final de 2020.

Também foram realizados avanços importantes em relação aos Restos a Pagar, que correspondem às despesas que, embora empenhadas em exercícios anteriores, não foram pagas pelo Estado, seja pelo prazo necessário para a conclusão dos trâmites de pagamento, seja pela falta de recursos em caixa para quitá-las. Em 2020 foram pagos R\$ 5,10 bilhões de Restos a Pagar, incluindo Salários, Investimentos e Outras Despesas que oneraram de maneira altamente expressiva o Caixa, drenando recursos que deveriam ter sido usados para as despesas do exercício.

Outra conquista originou-se de um esforço conjunto entre Secretaria da Fazenda, Procuradoria do Estado e Poder Judiciário. Melhorias em processos de pagamentos de precatórios e agilização na execução dos programas de compensação e conciliação de dívidas resultaram numa melhor gestão das despesas com precatórios. O volume total baixado por meio das compensações de dívida ativa em 2020 foi de R\$ 207,5 milhões, que se somaram aos pagamentos mensais de caixa da ordem de R\$ 50,0 milhões. Em 2020 o estoque de precatórios apresentou redução de cerca de 2% em relação a 2019, fruto da redução de 58,21% nas novas inscrições e dos esforços da atual Administração, que trouxeram bons resultados para os credores, mantendo-se inalterado o pagamento pecuniário realizado pelo Tesouro.

A estratégia de reequilíbrio fiscal demanda ainda o endereçamento da retomada do pagamento da dívida com o governo federal. Amparado por uma liminar concedida ao Rio Grande do Sul pelo Ministro Marco Aurélio Garcia, o pagamento está suspenso desde julho de 2017, acumulando um saldo de R\$ 11,10 bilhões. O risco fiscal que essa situação traz para o Estado foi agravado pela recente aprovação no Congresso Nacional de aprimoramentos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), de cuja discussão o Rio Grande do Sul participou ativamente. Esse é o novo marco legal definido pelo Congresso para que todos os seis Estados cujo pagamento da dívida com o governo federal está suspenso possam, enfim, regularizá-lo. Essa é, sem dúvida, a única opção fiscalmente

responsável para o Rio Grande do Sul, sobretudo porque o ajuste exigido pelo governo federal, como contrapartida à retomada gradual do pagamento da dívida, é integralmente aderente à agenda de reformas estruturais do Estado, que, em grande medida, já foram implementadas. A alternativa é continuar exposto ao risco de que a liminar seja revogada a qualquer momento, obrigando o Estado a pagar integralmente o serviço da dívida original. Por permitir regularizar o pagamento com o governo federal de forma gradual e consistente, de um lado, com as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pelo Estado a curto prazo e, de outro, com a recuperação do fôlego financeiro que será propiciado pelas reformas estruturais a médio e longo prazo, a adesão ao RRF é peça fundamental na estratégia de reequilíbrio fiscal do Estado.

Diante das incertezas associadas ao controle e evolução da pandemia e da redução dos estímulos governamentais, 2021 já se consolida como mais um ano desafiador para as finanças estaduais. Embora o mês de janeiro tenha registrado um crescimento real de 3,6% em relação a 2020 na arrecadação de ICMS, a manutenção desse ritmo é incerta. As projeções de crescimento da economia vêm sofrendo revisões face às dificuldades de produção e distribuição das vacinas e o surgimento de novas cepas do vírus, que já impuseram novas medidas restritivas de mobilidade e provavelmente repercutirão na atividade econômica.

É nessa conjuntura turbulenta que o Rio Grande do Sul precisará continuar navegando rumo à sustentabilidade fiscal. A administração estadual continuará atenta aos desdobramentos da crise econômica, atuando para assegurar os recursos financeiros necessários para atender às demandas da sociedade do Estado, e persistirá com a agenda de soluções estruturantes, que incluem a recém-aprovada reforma da previdência dos militares, a retomada da reforma tributária, a efetivação das privatizações e as negociações com o governo federal para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Cordialmente,

**Marco Aurelio Santos Cardoso**

Secretário de Estado da Fazenda





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>17</b>
1.1 Planejamento.....	18
1.1.1 Plano Plurianual (PPA).....	18
1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) .....	19
1.1.2.1 Anexo de Metas Fiscais.....	19
1.1.2.2 Anexo de Riscos Fiscais.....	22
1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA).....	23
1.2 Balanço Orçamentário.....	24
1.2.1 Série Histórica do Resultado Orçamentário.....	27
1.3 Resultado Primário.....	28
1.4 Receita Realizada .....	30
1.4.1 ICMS.....	31
1.4.2 IPVA.....	33
1.4.3 ITCD .....	34
1.4.4 Participação dos Municípios na Receita do Estado.....	35
1.4.5 Receita de Contribuições.....	35
1.4.6 Transferências Correntes.....	36
1.4.7 Operações de Crédito.....	39
1.4.8 Alienação de Bens.....	40
1.5 Despesa Realizada .....	40
1.5.1 Pessoal e Encargos Sociais.....	43
1.5.2 Serviço da Dívida.....	44
1.5.3 Outras Despesas Correntes .....	45
1.5.4 Investimentos.....	47
1.5.5 Inversões Financeiras.....	48
<b>2.GESTÃO FISCAL .....</b>	<b>49</b>
2.1 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).....	50
2.1.1 Receita Corrente Líquida (RCL).....	50
2.1.2 Despesa com Pessoal.....	51
2.1.2.1 Poder Executivo .....	53
2.1.2.2 Poder Judiciário.....	54
2.1.2.3 Poder Legislativo .....	54
2.1.2.4 Ministério Público.....	54
2.1.3 Dívida Consolidada Líquida (DCL).....	54
2.1.4 Operações de Crédito .....	57
2.1.4.1 Ingressos .....	57
2.1.4.2 Aplicação.....	57

2.2 Vinculações Constitucionais e Legais .....	58
2.2.1 Despesa com Educação .....	59
2.2.1.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) .....	59
2.2.1.2 Limites Constitucionais da Educação .....	60
2.2.2 Despesa com Saúde .....	61
2.2.2.1 Limites Constitucionais da Saúde .....	61
2.2.3 Despesa com Ensino Superior .....	62
2.2.4 Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica .....	63
2.3 Despesa com Segurança .....	63
2.3.1 Despesa com Segurança Pública x RLIT .....	63
2.4 Resultado Previdenciário .....	64
2.4.1 Plano Financeiro .....	64
2.4.2 Fundo Previdenciário (Fundoprev) .....	66
2.4.3 Regime de Previdência Complementar (RPC-RS) .....	67
2.5 Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual .....	68

### **3.GESTÃO PATRIMONIAL.....69**

3.1 Ativo .....	71
3.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa .....	73
3.1.1.1 Sistema Integrado de Administração de Caixa – Siac .....	74
3.1.2 Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo .....	76
3.1.2.1 Créditos Tributários a Receber – Auto de Lançamento .....	76
3.1.2.2 Clientes .....	76
3.1.2.3 Empréstimos e Financiamentos Concedidos .....	77
3.1.2.4 Dívida Ativa .....	78
3.1.2.4.1 Dívida Ativa da Administração Direta .....	78
3.1.2.4.2 Dívida Ativa da Administração Indireta .....	82
3.1.2.5 Devedores, Responsáveis por Pagamentos Irregulares, Sequestros Judiciais a Regularizar e Depósitos Judiciais .....	83
3.1.2.6 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Financeiro .....	84
3.1.2.7 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Permanente .....	84
3.1.3 Estoques .....	85
3.1.4 Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo .....	86
3.1.5 Imobilizado Mantido para Venda .....	86
3.1.6 Participações Acionárias .....	86
3.1.7 Fundos para Financiamento .....	89
3.1.8 Imobilizado e Intangível .....	89
3.2 Passivo .....	91
3.2.1 Passivos Financeiros .....	93
3.2.1.1 Restos a Pagar .....	94
3.2.1.2 Depósitos Judiciais .....	95
3.2.1.3 Passivos do SIAC .....	96

3.2.1.4 Demais Passivos Financeiros .....	97
3.2.2 Passivos Permanentes de Curto Prazo .....	98
3.2.3 Empréstimos e Financiamentos .....	98
3.2.4 Débitos Parcelados .....	100
3.2.5 Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais .....	100
3.2.5.1 Precatórios .....	101
3.2.5.2 Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais .....	104
3.2.6 Provisões .....	105
3.2.6.1 Provisão Atuarial do RPPS .....	106
3.2.6.2 Provisão de Repartição Tributária .....	107
3.2.6.3 Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis .....	108
3.2.6.4 Provisão de Pensões Integrais a Pagar .....	113
3.2.6.5 Provisão de Compensação Previdenciária .....	114
3.2.6.6 Provisão de Remuneração do Siac .....	114
3.2.6.7 Outras Provisões .....	115
3.2.7 Resultado Diferido .....	116
3.2.8 Patrimônio Líquido .....	116
3.2.8.1 Resultado Patrimonial do Período .....	117
3.2.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores .....	118
3.2.8.3 Resultado de Exercícios Anteriores .....	119
3.3 Contas de Controle .....	120
3.3.1 Atos Potenciais Ativos e Passivos .....	120
3.3.2 Passivos Contingentes .....	122
3.3.3 Outros Controles .....	132
<b>4.GESTÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>133</b>
4.1 Patrimônio Financeiro .....	135
4.2 Recursos Vinculados e Situação Financeira Potencial .....	137
4.2.1 Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas .....	138
4.2.2 Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados .....	139
4.3 Situação Líquida Financeira .....	143
4.3.1 Situação Líquida Financeira Real .....	143
4.3.2 Situação Líquida Financeira Ajustada .....	144
<b>ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>145</b>
<b>DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO SETOR GOVERNAMENTAL .....</b>	<b>155</b>

## INTRODUÇÃO

Apresenta-se o Balanço Geral do Estado, relativamente ao exercício financeiro de 2020, como peça fundamental a permitir o cumprimento dos preceitos constitucionais que atribuem ao Governador do Estado e à Assembleia Legislativa a prestação e o julgamento das contas estaduais, respectivamente. Tais preceitos, em sua essência e no que visam a possibilitar o controle externo sobre a atividade administrativa do Estado, remontam às primeiras Constituições do Brasil (1824) e do Estado do Rio Grande do Sul (1891). Constituem, pois, comandos basilares da organização do Estado brasileiro e, já sob o regime republicano, expressam um valor essencial de qualquer democracia, qual seja, a *accountability* (obrigação de prestar contas). Dada a sua ampla divulgação, revela-se também o Balanço Geral instrumento a propiciar o controle social, ensejando o pleno exercício da cidadania e contribuindo para a consolidação de uma democracia cada vez mais representativa e participativa.

Há 72 anos, a elaboração do Balanço Geral, tanto quanto a execução de todos os demais serviços de contabilidade da Administração Direta do Estado, compete à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), originalmente intitulada Contadoria-Geral do Estado. A partir de 1970, esse Órgão passou a gerir o sistema de contabilidade e auditoria do Estado, assumindo também as funções de orientação e auditoria contábil da Administração Indireta. Já a atual Constituição Estadual alçou a Cage à condição de Órgão central do sistema de controle interno previsto no art. 74 da Carta Federal, com delegações junto às unidades administrativas dos três Poderes e demais Órgãos autônomos do Estado. Com isso, novas atividades foram inseridas no escopo de sua atuação, tais como a proposição e/ou implementação de mecanismos que assegurem a fidedignidade dos demonstrativos financeiros, preparados no âmbito de todos os órgãos e entidades estaduais.

Atualmente, a Cage está submetida ao regime jurídico especial estabelecido pela Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, que dispôs sobre as suas funções institucionais, organização e quadro de pessoal, este consistente com a carreira de Auditor do Estado. Em relação ao Balanço Geral, a referida Lei Orgânica repisa a competência original do Órgão, além de acrescentar a análise, a interpretação e a avaliação dos elementos que o integram.

Conforme definido pelo Decreto Estadual nº 50.063, de 8 de fevereiro de 2013 (art. 15), o Balanço Geral do Estado – ou a Prestação de Contas Governamental – compreende o conjunto ordenado das Demonstrações Contábeis das Entidades integrantes

da Administração Pública Estadual, das demonstrações consolidadas do setor governamental, de demonstrativos extraídos do Sistema de Finanças Públicas do Estado e de outras fontes, bem como do relatório de análise e interpretação dos resultados da gestão governamental. Tudo isso está contemplado nesta edição, que está estruturada nos seguintes volumes:

**I – Análise e Interpretação dos Resultados:** contém as demonstrações financeiras consolidadas do Setor Governamental do Estado (Administração direta, autárquica e fundacional), bem como a análise dos indicadores fiscais, dos índices constitucionais e legais, e do efeito das principais transações realizadas no período, relativos à gestão orçamentária, fiscal, patrimonial e financeira do referido Setor. Inclui a análise horizontal (entre exercícios financeiros) e vertical (entre órgãos/entidades e/ou componentes de um grupo de contas) da execução orçamentária, e de elementos do ativo, do passivo e das variações patrimoniais;

**II – Demonstrativos da Administração Direta:** compreende todas as peças previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, tais como os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, e as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa. Inclui também diversos demonstrativos acerca da execução orçamentária e dos recursos vinculados, o demonstrativo financeiro dos fundos especiais, além da prestação de contas dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb);

**III – Demonstrativos da Despesa, por Órgão da Administração Direta:** contempla demonstrativos que discriminam a despesa segundo a sua classificação funcional-programática (funções, subfunções, programas, subprogramas, projetos e atividades) e econômica (categoria, grupo, modalidade, elemento e rubrica);

**IV – Demonstrativos da Administração Indireta – Autarquias e Fundações:** compreende todas as peças previstas na Lei Federal nº 4.320/1964 e notas explicativas, além de demonstrativos da execução orçamentária e dos recursos vinculados; e

**V – Demonstrativos da Administração Indireta – Estatais:** contempla as demonstrações financeiras previstas na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tais como o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração dos fluxos de caixa, e, em caso de companhia aberta, a demonstração do valor adicionado. São acompanhadas de notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos conselhos fiscal e de administração, e, conforme o caso, do relatório do comitê de auditoria e dos auditores independentes.

Cabe destacar que a Cage vem atuando intensamente no sentido de que a escrituração contábil, tanto quanto a elaboração dos demonstrativos supra referidos, seja realizada de acordo com os procedimentos previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – de caráter geral (NBC TG) e aplicadas ao setor público (NBC TSP) –, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como no *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Com esse propósito, novas práticas foram adotadas a partir desse exercício, em especial para o registro dos seguintes fatos:

- a. créditos tributários;
- b. transferências aos Municípios;
- c. débitos decorrentes de decisões judiciais; e
- d. anulação de restos a pagar.

Além disso, com vistas a disseminar o conhecimento e consolidar a adoção das práticas já disciplinadas pela Cage, no âmbito do Setor Governamental, em atenção ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estabelecido na Portaria STN nº 548/2015, foram realizadas, entre outras, as seguintes ações:

- a. edição de duas novas instruções normativas dispondo sobre estoques e recursos de convênios quando o ingresso da receita estiver condicionado à execução do objeto conveniado;
- b. elaboração e disponibilização de quatro guias de lançamentos contábeis para registro de créditos tributários a receber, débitos judiciais, valores a recuperar de contribuições ao Regime Geral de Previdência Social e estoques;
- c. realização de quatro encontros com contadores, abordando assuntos como débitos judiciais, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), registros de folha de pagamento, e encerramento do exercício;
- d. envio de solicitação a todos os órgãos e entidades para que procedessem ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação das obrigações pendentes de execução orçamentária, das provisões e dos passivos contingentes;
- e. desenvolvimento de funcionalidades no Sistema de Finanças Públicas do Estado (Sistema FPE) para aperfeiçoamento de registros de receita, materiais de consumo e bens móveis;

- f. revisão detalhada dos critérios de elaboração dos demonstrativos que integram o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, com base na 10ª edição do *Manual dos Demonstrativos Fiscais* (MDF), editado pela STN;
- g. publicação, no sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda, de dois novos informes: o RS Contábil (mensal), que destaca de forma simples e gráfica os principais agregados e indicadores fiscais do Estado; e o demonstrativo da Situação Líquida Financeira Ajustada (bimestral);
- h. coordenação do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul (GTCON/RS), instituído pela Portaria Sefaz nº 45, de 10 de abril de 2019; e
- i. participação no Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade (GA/CFC), na Câmara Técnica das Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF/STN), e no Grupo de Gestores das Finanças Públicas Estaduais (Gefin).

É importante mencionar que a Cage revisou o seu mapa estratégico para o quadriênio 2019-2022, adotando o seguinte propósito: “Qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha”. E a seguinte missão: “Promover a boa governança dos recursos públicos por meio de orientação, controle, combate à corrupção e estímulo ao controle social”.

Com base no referido mapa, o Órgão executou o seu planejamento estratégico para 2020, alcançando expressivos resultados no desempenho de todas as suas macrofunções: de contabilidade, de controladoria e de auditoria, incluindo-se a correspondente orientação à Administração. Tais resultados, com o detalhamento dos serviços, produtos e projetos desenvolvidos, constarão do seu Relatório de Atividades, anualmente publicado no sítio da Secretaria da Fazenda. Convém mencionar, porém, diante de sua relevância para a gestão e para o controle, que a Cage permanece desenvolvendo os seguintes projetos prioritários:

- a. implementação, em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado, da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública;

- b. Mina (Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria), que consiste em uma solução que emprega inteligência artificial para controlar de modo sistemático um determinado conjunto de transações. Em 2020, foram desenvolvidos programas que incidem sobre as despesas com diárias, bem como sobre o Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (Proa);
- c. implantação do uso de cartão de pagamentos, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Estado; e
- d. renovação do Portal da Transparência, para qualificar seus atributos de responsividade e acessibilidade, além de possibilitar novas consultas, em especial quanto ao patrimônio, à execução de obras públicas e ao gasto com materiais, água e energia.

O conjunto dessas realizações certamente constitui motivo de orgulho aos servidores que compõem a força de trabalho da Cage, contingente este que, nos últimos cinco anos, se reduziu em significativos 16%. Ao final do período, o Órgão contava com 136 servidores em efetivo exercício, sendo 92 auditores e 42 técnicos, além de dois agentes de carreira em extinção.

Assegurar que a gestão dos recursos estaduais se faça em estrita observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da economicidade e da transparência, além de outros referidos na nossa Constituição, constitui um mister por demais desafiador. E assume ainda maior relevância no contexto de um Ente com as finanças combalidas, que tarda em alcançar uma condição de sustentabilidade fiscal.

Diante disso, a Cage continuará empenhada na busca de soluções ainda mais efetivas para o fortalecimento do sistema do controle interno do Estado, contando, para isso, com a competência, o comprometimento, o desvelo e a criatividade do seu corpo técnico.

Porto Alegre, 26 de março de 2021.

**Rogério da Silva Meira,**  
**Contador e Auditor-Geral do Estado**





# 1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

## 1.1 Planejamento

O planejamento estatal é formalizado, por expressa previsão constitucional, por meio de três leis ordinárias, cuja iniciativa pertence ao Poder Executivo. São elas: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. As atribuições definidas pela Constituição Federal para cada um desses instrumentos de planejamento, bem como o conteúdo das leis que vigem no Estado do Rio Grande do Sul, serão objeto de análise nos itens a seguir.

### 1.1.1 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estatal com maior alcance temporal, pois estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. A lei que formaliza o PPA é editada no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo e vige a partir do segundo, gerando efeitos até o primeiro ano do mandato seguinte.

Além disso, segundo o § 8º do art. 149 da Constituição Estadual, os demais instrumentos de planejamento estatal (LDO e LOA) devem estar compatibilizados com o PPA, o que ressalta a importância desse instrumento para o atingimento dos fins pretendidos pelo Estado.

A Lei Estadual nº 15.326, de 1º de outubro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, define as diretrizes estratégicas para o período, bem como os programas a serem perseguidos pela Administração Pública.

Constituem os eixos estratégicos da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, orientadores do planejamento plurianual para o período 2020-2023:

- I. Estado Sustentável;
- II. Governança e Gestão;
- III. Desenvolvimento Empreendedor; e
- IV. Sociedade com Qualidade de Vida.

Em termos quantitativos, o PPA projetou uma despesa total de R\$ 273,33 bilhões para os quatro anos a que se refere. A execução da despesa nesse primeiro ano atingiu o valor de R\$ 64,56 bilhões, o que representa 23,62% do total previsto para o quadriênio. Ressalta-se que, segundo o § 1º do art. 6º da Lei nº 15.326/2019 (PPA), os valores financeiros apresentados são meramente referenciais, não constituindo limites a serem observados na programação das despesas expressas nas leis orçamentárias.

### 1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento orientador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estabelece metas e prioridades da Administração Pública de acordo com os objetivos estratégicos definidos no PPA.

A Lei Estadual nº 15.304, de 30 de julho de 2019, dispõe sobre as diretrizes para elaboração da LOA referente ao exercício econômico-financeiro de 2020 e compreende os seguintes anexos:

- I. Anexo de Metas Fiscais, compreendendo:
  - a. demonstrativo das metas anuais;
  - b. avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência do Estado;
  - c. evolução do saldo patrimonial, origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos; e
  - d. renúncia de receitas e despesas de caráter continuado.
- II. Anexo de Riscos Fiscais.

#### 1.1.2.1 Anexo de Metas Fiscais

A meta de resultado primário originalmente definida no Anexo I da LDO foi posteriormente alterada por meio da Lei Estadual nº 15.373, de 13 de novembro de 2019, que estabeleceu um déficit de R\$ 1,31 bilhão, resultado de receitas e despesas primárias (excluídas as operações intraorçamentárias<sup>1</sup>) que somam R\$ 44,14 bilhões e R\$ 45,45 bilhões, respectivamente.

Em cumprimento à 8ª Edição do *Manual de Demonstrativos Fiscais* (MDF), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que trouxe alterações metodológicas significativas para a apuração do resultado primário, foi estabelecida uma meta deficitária de R\$ 701,1 milhões, de acordo com o referido regramento. Esse valor decorre da projeção de R\$ 44,84 bilhões de despesas primárias, confrontado com o mesmo montante de receitas apurado pela metodologia antiga.

Assim, a alteração deu-se apenas para a apuração das despesas primárias, tendo em vista a instrução do MDF de que “são despesas primárias aquelas despesas orçamentárias, apuradas pelo regime de caixa, que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada”. Isso implica que, na verificação do resultado

<sup>1</sup> As operações intraorçamentárias se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao Regime de Repartição Simples (RPPS) e à contribuição patronal ao RPPS-Fundoprev, bem como à complementação financeira ao RPPS. Tais operações não representam, de fato, ingressos de recursos, mas sim transações entre órgãos e entidades do Estado.

primário, as despesas primárias deverão ser apuradas pelo valor das despesas totais pagas no exercício, provenientes tanto do orçamento aprovado para o exercício quanto de restos a pagar relativos a exercícios anteriores. Já as receitas primárias continuam a ser apuradas pelo regime de caixa.

Em ambas as metodologias, a apuração do resultado primário desconsidera receitas e despesas financeiras, ou seja, aquelas relacionadas ao financiamento do Estado, tais como a contratação de operações de crédito (receita) e o pagamento do serviço da dívida (despesa).

Diversos dispositivos legais estabelecem a necessidade de acompanhamento da execução orçamentária, a fim de que as condições necessárias ao atingimento das referidas metas possam ser criadas, o que reforça sobremaneira a sua importância. São eles:

- Artigo 5º, inciso I, da LRF: dispõe que a LOA deve conter anexo que demonstre a compatibilidade da programação orçamentária com as metas definidas na LDO;
- Artigo 9º, *caput*, da LRF: determina que, se for verificado ao final de um bimestre que a realização da receita pode comprometer a meta de resultado primário estabelecida na LDO, os Poderes devem promover, por ato próprio, nos 30 dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios definidos na própria LDO;
- Artigo 9º, § 3º, da LRF: autoriza o Poder Executivo a limitar os valores financeiros transferidos aos Poderes no caso destes não efetuarem a limitação de empenho referida no item anterior (esse dispositivo foi suspenso, por medida cautelar, em decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238-5);
- Artigo 31 da Lei nº 15.304/2019 (LDO): atribui ao Poder Executivo a incumbência de apurar o montante necessário de limitação de empenho e de movimentação financeira, bem como de informá-lo aos Poderes;
- Artigo 31, § único, da Lei nº 15.304/2019 (LDO): Estabelece que o montante de uma eventual limitação de empenho a ser procedida pelos Poderes será proporcional à participação de cada um no total da despesa primária orçada inicialmente.

Bimestralmente, o Relatório de Execução Orçamentária é publicado apresentando a reestimativa da receita primária e informando a despesa a ser contingenciada, por Poder, para que a meta de resultado primário definida na LDO possa ser atingida. A reestimativa da receita considera aquela que foi arrecadada até o correspondente bimestre e estima a que se realizará até o final do exercício. Assim, a cada relatório publicado, a precisão da reestimativa aumenta.

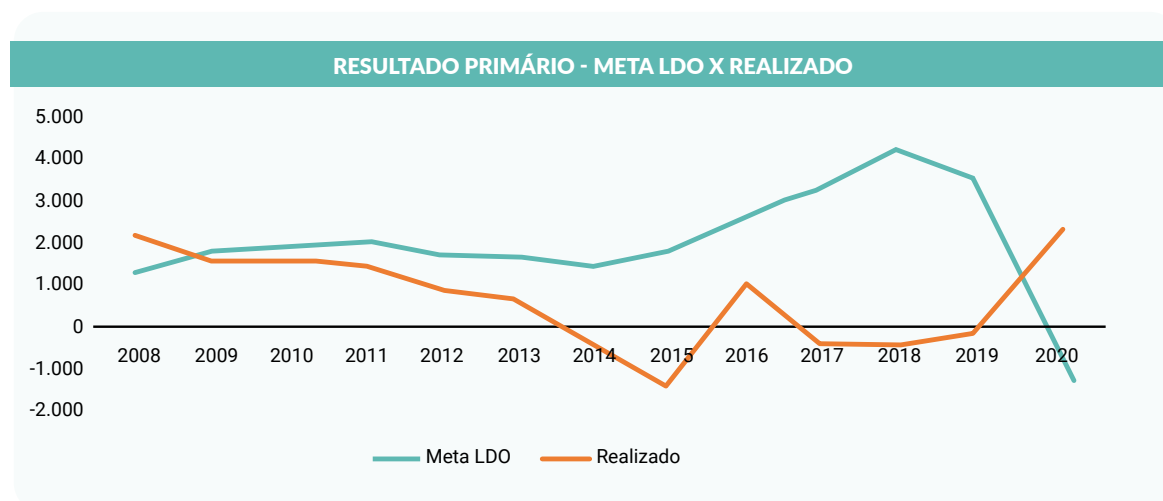
No exercício de 2020, a comparação, por Poder, entre a despesa realizada e os limites máximos que seriam necessários para o atingimento da meta de resultado primário prevista na LDO é demonstrada na tabela seguinte, utilizando-se para tanto a metodologia antiga (regime orçamentário misto), critério mais apropriado para esses fins.

**Em milhões de R\$**

Poderes / Órgãos	Dotação Inicial	% Distribuição	Limite da Despesa Primária	Despesa Primária Executada	Economia de Despesa Primária	% Economias
<i>Poder Executivo</i>	41.114,0	86,2%	40.470,0	37.636,5	2.833,5	7,00%
<i>Poder Judiciário</i>	3.841,3	8,1%	3.781,1	3.371,9	409,2	10,82%
<i>Assembleia Legislativa</i>	680,6	1,4%	669,9	504,8	165,1	24,64%
<i>Tribunal de Contas</i>	584,1	1,2%	575,0	529,0	46,0	8,00%
<i>Ministério Público</i>	1.080,0	2,3%	1.063,1	1.057,8	5,3	0,50%
<i>Defensoria Pública</i>	414,4	0,9%	407,9	382,6	25,3	6,21%
<b>Total Exceto Intraorçamentárias</b>	<b>47.714,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>46.967,0</b>	<b>43.482,6</b>	<b>3.484,4</b>	

O limite de despesa primária demonstrado (R\$ 46,97 bilhões) é calculado considerando a receita primária arrecadada até o final do exercício (excluídas as intraorçamentárias e os valores transferidos aos Municípios) subtraída da meta de resultado primário da LDO. Assim, considerando a receita primária realizada no exercício, para que a meta definida na LDO seja atingida, o referido limite de despesas precisa ser respeitado.

O gráfico a seguir demonstra que pela primeira vez nos últimos dez anos o resultado primário realizado ficou acima da meta estabelecida na LDO, já que as despesas primárias realizadas totalizaram um montante R\$ 3,48 bilhões menor do que o respectivo limite.



A importância desta análise decorre do fato de que superávits primários podem ser direcionados para o pagamento dos serviços da dívida, contribuindo, assim, com a redução do estoque total da dívida líquida. Assim, caso a receita primária seja frustrada ao longo de um exercício financeiro, a limitação das despesas primárias inicialmente fixadas no orçamento se faz necessária, dentro dos parâmetros definidos em lei e com a participação proporcional de cada Poder, para que o Estado, ao longo do tempo, consiga manter sua dívida sob controle e possa assim viabilizar os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

#### 1.1.2.2 Anexo de Riscos Fiscais

No Anexo de Riscos Fiscais, destaca-se o alerta quanto às possíveis variações no nível de atividade econômica e suas consequências na arrecadação da receita, principalmente aquelas relacionadas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços (ICMS). A proposta orçamentária para o ano de 2020 (LOA/2020), que será analisada no próximo item, foi elaborada com base nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos na LDO, evidenciados na tabela a seguir:

Variáveis	2020
Crescimento Real do PIB BR (% ano)	2,70
Crescimento Real do PIB RS (% ano)	2,70
IPCA (var. % acumulada)	4,00

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional decresceu a uma taxa de 4,1%, a menor da série histórica iniciada em 1996, e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação positiva de 4,52% no exercício. O PIB do Estado registrou queda de 7%

em 2020 devido à pandemia do novo coronavírus e à estiagem. No entanto, projeta-se que se não houvesse o impacto da falta de chuva o PIB do Estado teria apresentado uma queda aproximada de 4,3%, similar ao número do país.

Os desvios demonstrados entre os parâmetros macroeconômicos utilizados quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente medidos ao final do exercício, principalmente no tocante à projeção de crescimento do PIB, confirmam os riscos associados à arrecadação nominal do ICMS. A repercussão de tais diferenças está apresentada no item 1.4 (Receita Realizada).

### 1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento de planejamento de curto prazo que estima as receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. A Lei Estadual nº 15.399, de 12 de dezembro de 2019, apresentou, para o ano de 2020, um orçamento deficitário de R\$ 5,28 bilhões, resultado de receitas e despesas que totalizaram R\$ 61,16 bilhões e R\$ 66,44 bilhões, respectivamente. Os referidos totais de receitas e despesas compreendem dupla contagem referente às operações intraorçamentárias, realizadas entre órgãos e entidades integrantes do orçamento estadual, que totalizaram, em 2020, R\$ 16,28 bilhões.

O Orçamento Geral do Estado compreende a Administração Direta, que inclui os Poderes do Estado, seus Órgãos (Secretarias) e Fundos, e a Administração Indireta, que compreende as Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

O orçamento foi elaborado sob a nova classificação da receita orçamentária, aprovada pela Portaria Interministerial STN-SOF nº 1, de 14 de junho de 2018, que alterou o art. 2º e o Anexo I da Portaria Interministerial STN-SOF nº 163, de 4 de maio de 2001. Dentre as alterações trazidas pelo referido normativo, destaca-se o registro da arrecadação da dívida ativa juntamente com as respectivas naturezas de receitas que a originaram, e não mais em Outras Receitas Correntes.

As transferências constitucionais aos Municípios, que até o exercício de 2019 eram registradas como despesas, passaram a constar no orçamento do Estado como deduções da receita corrente. O procedimento está de acordo com o item 3.6.1 do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP) – 8ª edição, pois esses ingressos representam recursos que o Estado tem competência de arrecadar, mas que pertencem a outros entes. Assim, os montantes totais de receitas e despesas orçadas para o exercício de 2020 ficaram em patamares bem inferiores aos de 2019, já que, por um lado, as referidas transferências não são mais registradas como despesas e, por outro lado,

passaram a deduzir as receitas. O orçamento para o ano de 2020 projetou uma dedução de R\$ 11,01 bilhões relativa às transferências constitucionais aos Municípios.

A despesa inicialmente fixada para o ano de 2020 sofreu, ao longo do exercício, acréscimos e reduções mediante créditos adicionais. Essas movimentações, por grupo de despesa, são demonstradas a seguir:

Em milhões de R\$					
Despesa Orçamentária	Dotação Inicial (a)	Acréscimos (b)	Reduções (c)	Despesa Atualizada (d=a+b-c)	Variações (e=d-a)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>61.691,4</b>	<b>9.803,4</b>	<b>6.077,5</b>	<b>65.417,4</b>	<b>3.725,9</b>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	46.990,2	6.581,6	4.508,4	49.063,4	2.073,2
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	2.795,8	0,0	216,4	2.579,4	-216,4
<i>Outras Despesas Correntes</i>	11.905,5	3.221,8	1.352,8	13.774,5	1.869,1
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.852,3</b>	<b>1.511,0</b>	<b>992,6</b>	<b>3.370,6</b>	<b>518,4</b>
<i>Investimentos</i>	987,0	842,3	370,3	1.459,0	472,0
<i>Inversões Financeiras</i>	101,3	25,7	4,0	123,0	21,7
<i>Amortização da Dívida</i>	1.763,9	643,0	618,3	1.788,6	24,7
<b>Reserva Orçamentária</b>	<b>1.894,7</b>	<b>0,0</b>	<b>1.122,0</b>	<b>772,7</b>	<b>-1.122,0</b>
<b>Despesa Total (b)</b>	<b>66.438,4</b>	<b>11.314,4</b>	<b>8.192,1</b>	<b>69.560,8</b>	<b>3.122,3</b>

A origem de recursos indicada na abertura dos referidos créditos adicionais é resumida conforme a tabela a seguir:

Em milhões de R\$	
<b>Com Impacto no Total do Orçamento</b>	<b>3.122,3</b>
Maior Arrecadação	1.782,6
Convênios	85,9
Maior Arrecadação (Autarquias e Fundações)	247,1
Passivo Potencial	1.006,7
<b>Sem Impacto no Total do Orçamento</b>	<b>8.192,1</b>
Redução de Dotações	8.192,1
<b>Total de Créditos Adicionais Abertos</b>	<b>11.314,4</b>

Na análise conjunta das duas tabelas pode-se verificar que, quando a origem de recursos utilizada na abertura de um crédito adicional decorre da redução de outras dotações, não há alteração no total do orçamento. Já, da utilização de outras fontes, conforme demonstrado acima, decorrem variações quantitativas no total das despesas.

## 1.2 Balanço Orçamentário

A seguir, apresenta-se o Balanço Orçamentário consolidado do Estado.



Em milhões de R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)			60.699,7	60.699,7	62.905,3	2.205,6
Receita Tributária			29.556,0	29.556,0	28.989,9	-566,1
Receita de Contribuições			8.447,7	8.447,7	10.004,6	1.556,9
Receita Patrimonial			990,2	990,2	497,7	-492,5
Receita Agropecuária			36,4	36,4	1,1	-35,4
Receita Industrial			-	-	-	-
Receita de Serviços			609,0	609,0	408,7	-200,3
Transferências Correntes			8.727,6	8.727,6	11.170,0	2.442,4
Outras Receitas Correntes			12.332,9	12.332,9	11.833,4	-499,5
Receitas de Capital (II)			460,2	460,2	1.055,2	595,1
Operações de Crédito			64,3	64,3	24,9	-39,4
Alienação de Bens			147,9	147,9	808,2	660,3
Amortização de Empréstimos			56,8	56,8	24,6	-32,2
Transferências de Capital			191,2	191,2	197,5	6,4
Outras Receitas de Capital			-	-	0,1	0,1
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)			-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)			61.159,9	61.159,9	63.960,6	2.800,7
Operações de Crédito/ Refinanciamento (V)			-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)			61.159,9	61.159,9	63.960,6	2.800,7
Déficit (VII)			-	-	597,3	597,3
TOTAL (VIII) = (VI + VII)			61.159,9	61.159,9	64.557,9	3.398,0
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesa Corrente (IX)	61.691,4	65.417,4	61.821,9	60.751,5	55.536,1	3.595,5
Pessoal e Encargos Sociais	46.990,2	49.063,4	47.181,0	46.713,0	44.729,8	1.882,4
Juros e Encargos da Dívida	2.795,8	2.579,4	2.573,7	2.573,7	241,1	5,7
Outras Despesas Correntes	11.905,5	13.774,5	12.067,1	11.464,8	10.565,2	1.707,4
Despesa Capital (X)	2.852,3	3.370,6	2.736,0	2.275,2	1.076,5	634,6
Investimentos	987,0	1.459,0	864,3	430,2	377,6	594,7
Inversões Financeiras	101,3	123,0	105,9	79,2	71,1	17,1
Amortizacao da Dívida	1.763,9	1.788,6	1.765,8	1.765,8	627,7	22,8
Reserva de Contingência (XI)	1.110,4	0,1	-	-	-	0,1
Reserva do RPPS (XII)	784,4	772,7	-	-	-	772,7
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII)=(IX + X + XI + XII)	66.438,4	69.560,8	64.557,9	63.026,7	56.612,6	5.002,9
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	66.438,4	69.560,8	64.557,9	63.026,7	56.612,6	5.002,9
Superávit (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	66.438,4	69.560,8	64.557,9	63.026,7	56.612,6	5.002,9

Conforme demonstrado no item 1.1.3 (LOA) e no Balanço Orçamentário, foram previstas para o exercício financeiro de 2020 receitas de R\$ 61,16 bilhões. Ao final do exercício, entretanto, foram arrecadados R\$ 63,96 bilhões, totalizando um montante R\$ 2,80 bilhões superior ao projetado. Ressalta-se que tanto os valores orçados quanto aqueles que foram efetivamente arrecadados já estão deduzidos dos valores enviados ao Fundeb e das transferências constitucionais aos Municípios.

Dentre as receitas que excederam suas projeções, destacam-se as Transferências Correntes com um montante R\$ 2,44 bilhões acima do orçamento inicial. Os expressivos valores arrecadados neste item decorrem diretamente das transferências extraordinárias do governo federal para as ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros. Em 2020, foram transferidos, para estes fins, um total de R\$ 2,33 bilhões, sendo R\$ 126,0 milhões de recursos livres para compensar as perdas com o Fundo de Participação dos Estados (FPE), R\$ 1,95 bilhão de recursos livres para a mitigação dos efeitos financeiros negativos da pandemia, tais como a queda na arrecadação do ICMS, e R\$ 261,6 milhões de recursos vinculados diretamente às ações de saúde. Os dispositivos legais que autorizaram as referidas transferências foram a Medida Provisória nº 938, de 2 de abril de 2020, referente à compensação do FPE e a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, relativo as demais. As receitas com essa natureza também foram acrescidas pela entrega de recursos da União para ações emergenciais no setor cultural, conforme previsto na Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, com ingressos que totalizaram R\$ 74,1 milhões e foram aplicados em ações emergenciais de apoio ao setor cultural.

Também merecem destaque os montantes arrecadados a título de Receita de Contribuições e Alienação de Bens, com R\$ 1,56 bilhão e R\$ 660,3 milhões, respectivamente, acima dos valores orçados. O incremento nas Receitas de Contribuições decorre diretamente da reforma da previdência, aprovada em dezembro de 2019, que introduziu um sistema de alíquotas progressivas, bem como ampliou a base de contribuição para inativos e pensionistas. Já o desempenho positivo verificado nas receitas de Alienação de Bens advém da desconstituição de R\$ 758,5 milhões do Fomentar, ocorrida em dezembro de 2020.

Por outro lado, ressaltam-se as relevantes insuficiências de arrecadação verificadas nas Receitas Tributárias e Patrimoniais, que ficaram, respectivamente, R\$ 566,1 milhões e R\$ 492,5 milhões abaixo de suas projeções. Em ambos os casos, constata-se impacto direto da pandemia da Covid-19 no desempenho negativo dessas receitas. No caso das Receitas Tributárias, os ingressos foram negativamente impactados pela própria diminuição da atividade econômica no exercício de 2020, que retraiu, em nível nacional,

a uma taxa de 4,1%. A arrecadação líquida do ICMS no período ficou R\$ 587,6 milhões abaixo do valor projetado. Relativamente às Receitas Patrimoniais, o baixo desempenho está relacionado com a avaliação a preço de mercado dos investimentos dos recursos do Fundoprev, que acompanharam as incertezas em relação à economia.

Na análise da execução da despesa, verifica-se que os valores executados no exercício ficaram abaixo de suas projeções em todos os grupos de despesa, totalizando R\$ 5 bilhões abaixo da dotação atualizada. Nesse sentido, as principais variações ocorreram nos grupos de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes que apresentaram economia de despesa na ordem de R\$ 1,88 bilhão e R\$ 1,71 bilhão, respectivamente.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais ficaram abaixo dos montantes orçados em decorrência, principalmente, da redução dos valores executados em elementos que compreendem a remuneração de pessoal ativo, sentenças judiciais e obrigações patronais. Essas últimas tiveram execução abaixo de suas respectivas projeções devido ao aumento nas contribuições previdenciárias dos servidores inativos – efeito da reforma da previdência do Estado, com impacto positivo direto nos valores transferidos orçamentariamente ao IPE-Prev para a cobertura do déficit previdenciário financeiro, registrados como obrigações patronais.

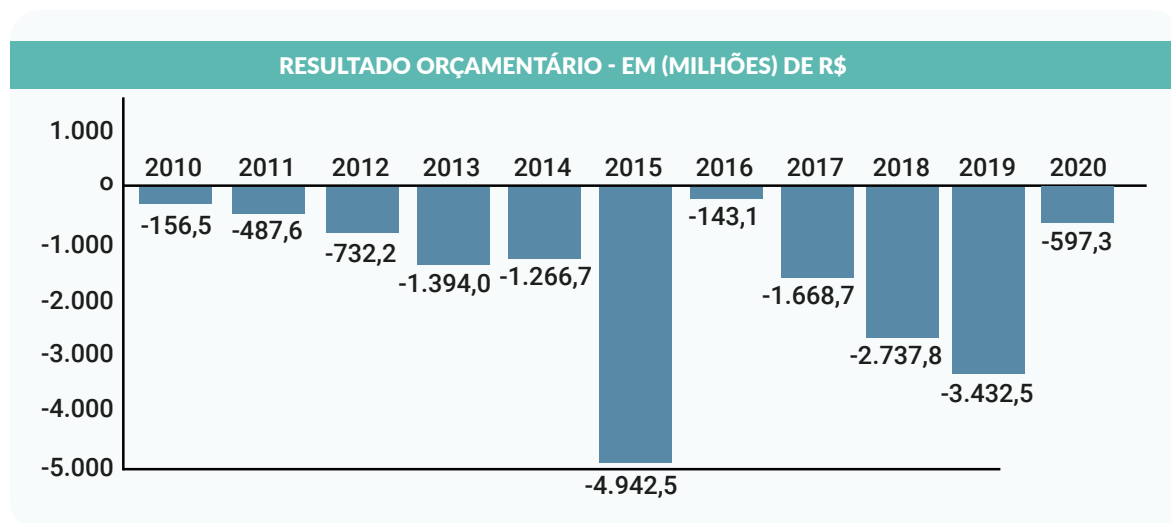
Em Outras Despesas Correntes, a economia de despesas ocorreu principalmente no elemento 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, que representa as despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos. Além desse elemento, destaca-se também a execução em nível inferior ao orçado nos elementos 41 – Contribuições, 30 – Material de Consumo, 37 – Locação de Mão de Obra e 40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação PJ.

### 1.2.1 Série Histórica do Resultado Orçamentário

A série histórica do resultado orçamentário demonstra a deterioração das contas do Estado, uma vez que os déficits crescentes vinham sendo supridos pelos ingressos decorrentes da utilização dos depósitos judiciais de terceiros (de que o Estado não é parte). Em 2016, houve uma sensível melhora nesse indicador devido a fatos extraordinários que contribuíram para essa evolução – tais como a cessão onerosa dos direitos de operacionalização da folha de pagamento, que gerou um ingresso de R\$ 1,25 bilhão. Nos últimos anos, a suspensão dos pagamentos da dívida com a União tem sido o principal fator que permite ao Estado algum controle de suas contas, sob a ótica de caixa.

Em 2020, o Resultado Orçamentário do Estado apresentou sensível melhora, totalizando um déficit de R\$ 597,3 milhões. Dentre as principais razões para isso, destacam-se as transferências extraordinárias do governo federal para as ações de enfrentamento

à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, a reforma da previdência do Estado, implementada por meio da Lei Complementar nº 15.429/2019 e pela Emenda à Constituição Estadual nº 78/2020, além do controle das despesas executadas no período, especialmente em Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.



### 1.3 Resultado Primário

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Superávits primários são importantes, uma vez que representam a suficiência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida (despesas com juros/encargos e amortizações) e, dessa forma, contribuem para a redução do estoque da dívida líquida. O resultado primário pode ser obtido a partir do resultado orçamentário, excluindo-se as receitas e despesas financeiras. A seguir, são demonstrados os montantes previstos de receitas e despesas primárias em comparação às respectivas execuções, além da conciliação com o resultado orçamentário. O critério utilizado na tabela difere daquele aplicado na definição da meta da LDO, pois acrescenta os montantes das operações intraorçamentárias.

Em milhões de R\$				
Resultado Primário e Orçamentário	Orçado	Realizado <sup>1</sup>	Var. Absoluta	% Realizado
Receita Primária	60.564,6	62.543,2	1.978,6	103,3%
Despesa Primária	61.867,7	60.194,0	-1.673,7	97,3%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1.303,1</b>	<b>2.349,2</b>	<b>3.652,3</b>	
Receita Financeira	595,3	1.417,4	822,1	238,1%
Despesa Financeira	4.570,7	4.363,9	-206,8	95,5%
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>-5.278,5</b>	<b>-597,3</b>	<b>4.681,2</b>	

<sup>1</sup> O Anexo 6 do RREO do 6º Bimestre de 2020 apresentou resultado primário positivo de R\$ 2.864,9 milhões. Esse montante difere do apresentado no quadro acima (Superávit de R\$ 2.349,2) devido ao alinhamento do RREO com o Manual de Demonstrativos Fiscais 10ª Edição, que, em linhas gerais, aplica o regime de caixa na apuração do Resultado Primário.

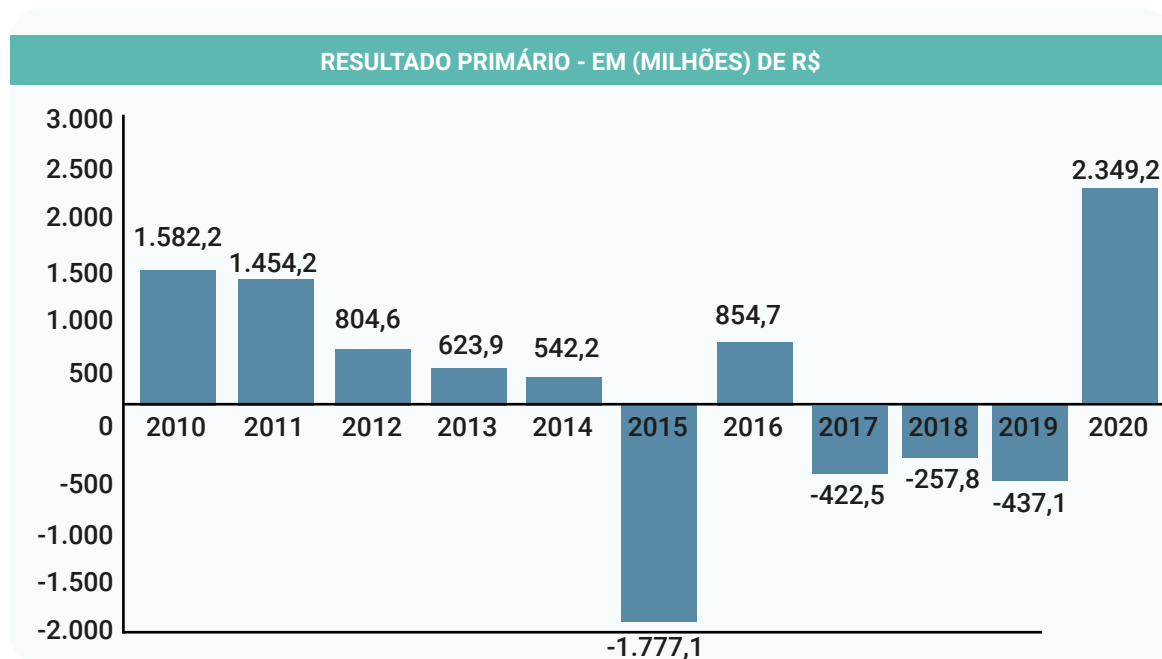
Observa-se que o total da receita primária arrecadada excedeu o respectivo orçamento em R\$ 1,98 bilhão, o que representa um montante 3,3% acima do previsto. Além disso, a despesa primária realizada ficou R\$ 1,67 bilhão abaixo da dotação inicial, alcançando 97,3% desse total. Essas variações contribuíram positivamente para um resultado primário de R\$ 2,35 bilhões, ou seja, R\$ 3,65 bilhões acima do previsto no orçamento inicial.

Dentre as principais causas para o desempenho positivo da receita primária, destacam-se algumas daquelas já identificadas no item 1.2 (Balanço Orçamentário), em especial as transferências extraordinárias do governo federal para as ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros e o impacto da reforma da previdência do Estado no crescimento das receitas de contribuições previdenciárias sobre a folha de inativos e pensionistas.

As Despesas com Pessoal e Encargos executadas excederam o orçamento inicial em R\$ 190,9 milhões. Essa diferença decorreu da limitação imposta pela LDO, em seu art. 17, para os montantes orçados na LOA para as despesas com essa natureza. Prevê a LDO um limite igual ao conjunto de dotações fixadas na LOA/2019, acrescidas dos créditos suplementares e especiais sancionados até 30 de abril de 2019. Assim, esse excesso de empenhos em relação à dotação inicial foi suprido por créditos suplementares e especiais abertos durante o exercício. Ainda que as despesas realizadas com Pessoal e Encargos tenham ficado acima dos valores orçados inicialmente, quando comparadas ao orçamento atualizado, que incluem os créditos adicionais aprovados durante o exercício, houve uma economia de despesas da ordem de R\$ 1,88 bilhão.

Conforme o Balanço Orçamentário apresentado anteriormente, houve previsão inicial de R\$ 1,11 bilhão em Reserva de Contingência. Quase a totalidade desse montante foi utilizada ao longo do exercício para a abertura de créditos adicionais, ainda que grande parte não tenha sido utilizada.

O gráfico a seguir demonstra o atingimento, em 2020, do maior superávit primário dos últimos anos que, além de interromper a série de déficits dos últimos três exercícios, sugere uma retomada do equilíbrio das contas estaduais.



#### 1.4 Receita Realizada

A seguir, passa-se à análise da arrecadação da receita orçamentária de 2020, comparativamente ao exercício de 2019. Nesse ponto não serão confrontados valores orçados e realizados, pois essa comparação já foi efetuada no item 1.2 (Balanço Orçamentário). Assim, serão avaliadas as variações nos montantes efetivamente arrecadados de um ano para o outro, tanto em termos nominais quanto reais, ou seja, atualizados mensalmente pela variação do IPCA, que apresentou variação acumulada de 4,52% no exercício de 2020. Ressalta-se que, a partir do exercício de 2020, as transferências constitucionais aos municípios passaram a ser registradas orçamentariamente como deduções da receita e não mais como despesa empenhada. Dessa forma, nos demonstrativos que seguem, o exercício comparativo de 2019 será apresentado com o critério atual, viabilizando assim a comparabilidade entre os períodos.

Em milhões de R\$				
Arrecadação Nominal	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>62.905,3</b>	<b>59.046,4</b>	<b>3.859,0</b>	<b>6,54%</b>
Receita Tributária	28.989,9	29.274,9	-285,0	-0,97%
Receita de Contribuições	10.004,6	7.616,7	2.387,9	31,35%
Receita Patrimonial	497,7	925,0	-427,2	-46,19%
Receita Agropecuária	1,1	1,1	-0,1	-7,95%
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,28%
Receita de Serviços	408,7	521,7	-113,0	-21,66%

(continua)

Em milhões de R\$

Arrecadação Nominal	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Transferências Correntes	11.170,0	8.203,7	2.966,3	36,16%
Outras Receitas Correntes	11.833,4	12.503,2	-669,9	-5,36%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.055,2</b>	<b>839,7</b>	<b>215,6</b>	<b>25,67%</b>
Operações de Crédito	24,9	191,9	-167,0	-87,04%
Alienação de Bens	808,2	570,1	238,1	41,78%
Amortização de Empréstimos	24,6	27,5	-2,8	-10,34%
Transferências de Capital	197,5	43,0	154,5	358,96%
Outras Receitas de Capital	0,1	7,3	-7,2	-99,27%
<b>Total Geral</b>	<b>63.960,6</b>	<b>59.886,0</b>	<b>4.074,5</b>	<b>6,80%</b>

Em milhões de R\$

Arrecadação Real (Atualização Mensal pelo IPCA)	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>65.643,7</b>	<b>63.613,1</b>	<b>2.030,6</b>	<b>3,19%</b>
Receita Tributária	30.237,1	31.539,5	-1.302,4	-4,13%
Receita de Contribuições	10.436,2	8.200,7	2.235,5	27,26%
Receita Patrimonial	515,4	996,7	-481,4	-48,29%
Receita Agropecuária	1,1	1,2	-0,1	-10,28%
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	-2,21%
Receita de Serviços	427,1	562,5	-135,4	-24,07%
Transferências Correntes	11.669,3	8.840,6	2.828,7	32,00%
Outras Receitas Correntes	12.357,5	13.471,9	-1.114,4	-8,27%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.075,8</b>	<b>903,0</b>	<b>172,8</b>	<b>19,14%</b>
Operações de Crédito	25,7	205,6	-179,9	-87,49%
Alienação de Bens	818,9	613,4	205,4	33,49%
Amortização de Empréstimos	25,8	29,6	-3,8	-12,95%
Transferências de Capital	205,3	46,5	158,9	342,04%
Outras Receitas de Capital	0,1	7,8	-7,8	-99,29%
<b>Total Geral</b>	<b>66.719,5</b>	<b>64.516,1</b>	<b>2.203,4</b>	<b>3,42%</b>

Conforme demonstrado, a receita apresentou um crescimento nominal e real de 6,80% e 3,42%, respectivamente, em decorrência, principalmente, dos incrementos verificados nas Receitas de Contribuições e Transferências Correntes. Nas próximas seções serão analisadas as variações dos principais componentes da receita orçamentária do Estado.

#### 1.4.1 ICMS

A seguir, são demonstrados os valores nominais da arrecadação bruta do ICMS em 2020, a qualquer título, incluindo os oriundos de dívida ativa, de multas e de juros, em comparação com o ano anterior. Observe-se que a arrecadação da Dívida Ativa, multas e juros, até 2018, era classificada como Outras Receitas Correntes. A partir de 2019, com

a adoção do novo ementário da receita orçamentária, a arrecadação desses valores passou a ser registrada na mesma natureza que a originou.

Em milhões de R\$				
Receita de ICMS	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>ICMS</b>	<b>35.308,2</b>	<b>34.111,7</b>	<b>1.196,5</b>	<b>3,51%</b>
<i>Principal</i>	35.142,8	33.892,1	1.250,7	3,69%
<i>Multas e Juros</i>	165,3	219,6	-54,3	-24,72%
<b>Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ICMS</b>	<b>596,3</b>	<b>1.330,0</b>	<b>-733,7</b>	<b>-55,16%</b>
<i>Principal DA</i>	330,3	768,3	-438,0	-57,01%
<i>Multas e Juros DA</i>	266,1	561,7	-295,7	-52,64%
<b>Dívida Ativa compensada com Precatórios</b>	<b>172,8</b>	<b>788,5</b>	<b>-615,6</b>	<b>-78,08%</b>
<b>Ampara RS</b>	<b>303,4</b>	<b>301,1</b>	<b>2,3</b>	<b>0,77%</b>
<b>Total</b>	<b>36.380,7</b>	<b>36.531,3</b>	<b>-150,6</b>	<b>-0,41%</b>

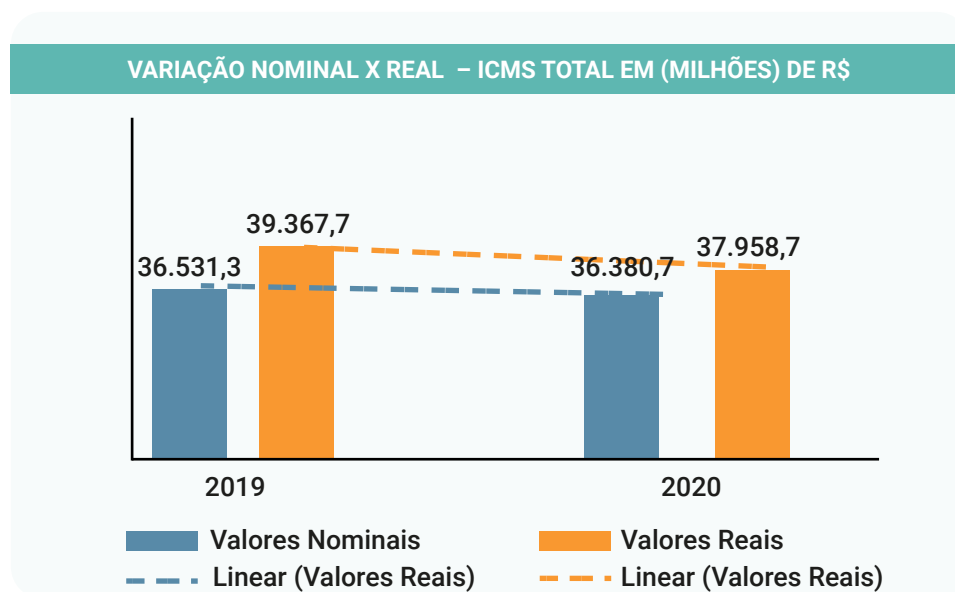
A tabela seguinte evidencia os valores corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$				
Receita de ICMS - Corrigida pelo IPCA	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>ICMS</b>	<b>36.838,7</b>	<b>36.772,9</b>	<b>65,8</b>	<b>0,18%</b>
<i>Principal</i>	36.666,2	36.536,9	129,4	0,35%
<i>Multas e Juros</i>	172,4	236,0	-63,6	-26,95%
<b>Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ICMS</b>	<b>623,0</b>	<b>1.420,6</b>	<b>-797,6</b>	<b>-56,14%</b>
<i>Principal DA</i>	344,6	820,2	-475,6	-57,98%
<i>Multas e Juros DA</i>	278,4	600,4	-322,0	-53,63%
<b>Dívida Ativa compensada com Precatórios</b>	<b>180,4</b>	<b>849,4</b>	<b>-669,0</b>	<b>-78,76%</b>
<b>Ampara RS</b>	<b>316,5</b>	<b>324,7</b>	<b>-8,2</b>	<b>-2,52%</b>
<b>Total</b>	<b>37.958,7</b>	<b>39.367,7</b>	<b>-1.409,0</b>	<b>-3,58%</b>

A arrecadação bruta do ICMS apresentou queda tanto em termos nominais (-0,41%), quanto reais (-3,58%). Ainda que os totais arrecadados em 2020 sejam inferiores aos de 2019, nota-se que o principal do ICMS apresentou crescimento nominal de 3,69%, ficando R\$ 1,25 bilhão acima do exercício anterior. No comparativo mensal, a arrecadação ordinária do ICMS ficou abaixo de 2019 somente no período de abril a junho, meses em que o impacto da pandemia da Covid-19 foi mais intenso. Por outro lado, as receitas relacionadas à dívida ativa, incluindo aquelas geradas por meio de compensação com precatórios, ficaram R\$ 1,35 bilhão abaixo das de 2019.

Por fim, apresenta-se o gráfico da arrecadação nominal e real do ICMS total, ressaltando que, como já referido, a correção para os montantes reais é realizada mensalmente, ou seja: a arrecadação nominal de cada mês é atualizada pelo IPCA até a data de 31 de dezembro de 2020.





### 1.4.2 IPVA

A seguir são demonstrados os valores nominais de IPVA arrecadados em 2020 em comparação com o ano anterior.

Em milhões de R\$				
Receita de IPVA	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>IPVA</b>	<b>2.960,7</b>	<b>2.864,7</b>	<b>96,1</b>	<b>3,35%</b>
Principal	2.894,5	2.799,1	95,5	3,41%
Multas e Juros	66,2	65,6	0,6	0,95%
<b>Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - IPVA</b>	<b>258,4</b>	<b>209,4</b>	<b>49,0</b>	<b>23,42%</b>
Principal DA	197,5	156,3	41,2	26,38%
Multas e Juros DA	60,9	53,1	7,8	14,72%
<b>Total</b>	<b>3.219,1</b>	<b>3.074,0</b>	<b>145,1</b>	<b>4,72%</b>

A tabela a seguir apresenta os valores de IPVA arrecadados em 2019 e 2020, corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$				
Receita de IPVA - Corrigida pelo IPCA	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>IPVA</b>	<b>3.080,9</b>	<b>3.081,6</b>	<b>-0,7</b>	<b>-0,02%</b>
Principal	3.011,0	3.010,8	0,1	0,00%
Multas e Juros	69,9	70,7	-0,9	-1,25%
<b>Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - IPVA</b>	<b>269,3</b>	<b>225,1</b>	<b>44,2</b>	<b>19,61%</b>
Principal DA	205,8	168,1	37,8	22,48%
Multas e Juros DA	63,4	57,1	6,4	11,17%
<b>Total</b>	<b>3.350,1</b>	<b>3.306,7</b>	<b>43,4</b>	<b>1,31%</b>

Conforme demonstrado nas tabelas, a arrecadação nominal do IPVA apresentou crescimento de 4,72% na comparação dos períodos. Já em termos reais, quando os valores são atualizados pelo IPCA, o crescimento foi de 1,31%.

Destaca-se o desempenho da arrecadação ordinária do IPVA (principal), que variou positivamente R\$ 95,5 milhões de um ano para o outro. Os recebimentos a título de dívida ativa também apresentaram crescimento, totalizando R\$ 258,4 milhões em 2020 (23,42% a mais do que em 2019).

### 1.4.3 ITCD

A seguir são demonstrados os valores nominais de ITCD arrecadados em 2020 em comparação com o ano anterior.

Em milhões de R\$				
Receita de ITCD	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>ITCD</b>	<b>749,9</b>	<b>666,5</b>	<b>83,4</b>	<b>12,51%</b>
<i>Principal</i>	726,7	659,9	66,9	10,13%
<i>Multas e Juros</i>	23,1	6,6	16,5	249,80%
<b>Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ITCD</b>	<b>9,9</b>	<b>7,2</b>	<b>2,7</b>	<b>37,37%</b>
<i>Principal DA</i>	4,3	3,1	1,2	37,62%
<i>Multas e Juros DA</i>	5,6	4,1	1,5	37,18%
<b>Dívida Ativa compensada com Precatórios</b>	<b>-</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,4</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>759,8</b>	<b>674,2</b>	<b>85,7</b>	<b>12,70%</b>

A tabela a seguir apresenta os valores de ITCD arrecadados em 2019 e 2020, corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$				
Receita de ITCD - Corrigida pelo IPCA	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>ITCD</b>	<b>777,5</b>	<b>717,4</b>	<b>60,2</b>	<b>8,39%</b>
<i>Principal</i>	753,5	710,2	43,3	6,10%
<i>Multas e Juros</i>	24,0	7,1	16,8	235,65%
<b>Recebimentos da Dívida Ativa (DA) - ITCD</b>	<b>10,4</b>	<b>7,8</b>	<b>2,6</b>	<b>33,49%</b>
<i>Principal DA</i>	4,5	3,4	1,1	33,72%
<i>Multas e Juros DA</i>	5,9	4,4	1,5	33,32%
<b>Dívida Ativa compensada com Precatórios</b>	<b>-</b>	<b>0,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>787,9</b>	<b>725,6</b>	<b>62,3</b>	<b>8,59%</b>

De acordo com as tabelas precedentes, a arrecadação nominal total do ITCD em 2020 atingiu o montante de R\$ 759,8 milhões, o que representa uma variação nominal positiva de 12,70% em relação ao ano anterior. Já em termos reais (valores atualizados mensalmente pelo IPCA), a arrecadação em 2020 foi superior àquela de 2019 em 8,59%.

Vale ressaltar que, em 2020, não houve compensação de dívida ativa relacionada ao ITCD com precatórios devidos pelo Estado. Tal possibilidade foi estabelecida pela Lei Estadual nº 15.038, de 16 de novembro de 2017.

#### 1.4.4 Participação dos Municípios na Receita do Estado

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo da arrecadação a qualquer título dos impostos e transferências que possuem valores pertencentes aos Municípios:

	Em milhões de R\$			
	Arrecadação	% Distribuído	Participação Calculada	Dedução Registrada
<b>ICMS</b>	<b>35.904,5</b>	<b>25%</b>	<b>8.976,1</b>	<b>8.988,2</b>
Principal	35.142,8		8.785,7	8.793,9
Multa	124,5		31,1	32,3
Juros	40,8		10,2	11,8
DA - Principal	330,3		82,6	83,3
DA - Multa	111,5		27,9	27,9
DA - Juros	154,6		38,6	38,9
<b>IPVA</b>	<b>3.219,1</b>	<b>50%</b>	<b>1.609,6</b>	<b>1.612,8</b>
Principal	2.894,5		1.447,3	1.450,2
Multa	61,2		30,6	30,7
Juros	5,0		2,5	2,6
DA - Principal	197,5		98,8	98,8
DA - Multa	49,4		24,7	24,7
DA - Juros	11,5		5,7	5,7
<b>ITBI</b>	<b>2,6</b>	<b>50%</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>
<b>IPI - Exportação</b>	<b>513,9</b>	<b>25%</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>
<b>CIDE</b>	<b>38,5</b>	<b>25%</b>	<b>9,6</b>	<b>9,6</b>
<b>Total</b>	<b>39.678,6</b>		<b>10.725,1</b>	<b>10.740,3</b>

A diferença entre a Participação Calculada e a Dedução Registrada é decorrente de reclassificações de receitas arrecadadas em exercícios anteriores que geraram estorno de receitas de impostos durante 2020, mas não se refletiram, de imediato, nas transferências constitucionais aos municípios registrada como dedução de receita.

#### 1.4.5 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições são arrecadadas pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) e pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE Saúde). A maior parte delas são oriundas do próprio Estado por meio de despesas intraorçamentárias (contribuições patronais). A partir do exercício de 2019, a cobertura do déficit do RPPS – Plano Financeiro passou a ser registrada em Outras Receitas Correntes e não mais em Receitas de

Contribuições. Devido a essa nova classificação, tais ingressos, em ambos os exercícios, estão em linha destacada na tabela a seguir:

Em milhões de R\$				
Receita	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>Regime Próprio de Previdência Social - RPPS</b>	<b>7.382,6</b>	<b>5.285,2</b>	<b>2.097,4</b>	<b>39,68%</b>
Ativos	1.102,3	1.140,6	-38,4	-3,36%
Inativos	1.149,2	658,1	491,2	74,63%
Pensionistas	261,5	184,2	77,3	41,98%
Patronal (RPPS)	4.856,6	3.278,6	1.578,0	48,13%
Outras (RPPS)	12,9	23,7	-10,7	-45,33%
<b>Fundo de Assistência à Saúde - FAS</b>	<b>2.622,1</b>	<b>2.331,5</b>	<b>290,5</b>	<b>12,46%</b>
Servidores	743,6	681,7	61,9	9,09%
Patronal (FAS)	753,2	628,4	124,8	19,86%
Plano de Assistência Médica Complementar (PAC)	332,9	291,7	41,2	14,12%
Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES)	206,3	184,9	21,4	11,57%
Prefeituras	402,4	369,6	32,8	8,88%
Outras (FAS)	183,6	175,2	8,4	4,80%
<b>Total de Receita de Contribuições</b>	<b>10.004,6</b>	<b>7.616,7</b>	<b>2.387,9</b>	<b>31,35%</b>
<b>Cobertura de Déficit RPPS<sup>1</sup></b>	<b>11.248,3</b>	<b>11.424,3</b>	<b>-176,0</b>	<b>-1,54%</b>
<b>Total de Receitas Previdenciárias</b>	<b>21.252,9</b>	<b>19.041,0</b>	<b>2.211,9</b>	<b>11,62%</b>

<sup>1</sup> O registro da complementação financeira para RPPS - Plano Financeiro é realizado, a partir da adoção do Ementário da Receita 2019, em Outras Receitas Correntes. Apesar disso, os montantes que ingressaram no Ipe-Prev nos períodos analisados foram incluídos na tabela acima para complementar a informação a que o quadro se propõe.

Destaca-se o relevante crescimento das contribuições de inativos (R\$ 491,2 milhões) e pensionistas (R\$ 77,3 milhões) ao RPPS, decorrentes diretamente da reforma da previdência, aprovada em dezembro de 2019, que introduziu um sistema de alíquotas progressivas bem como ampliou a faixa tributável para o cálculo de suas contribuições a partir de abril de 2020.

#### 1.4.6 Transferências Correntes

Nas tabelas a seguir, são resumidas as principais receitas de transferências recebidas pelo Estado.

Em milhões de R\$				
Receita de Transferências Correntes	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Cotas-Partes em Receitas da União	2.073,7	2.131,2	-57,5	-2,70%
Transferências do SUS	886,8	813,6	73,2	9,00%
Transferências do FNDE	386,6	432,1	-45,6	-10,55%
Transferência Fundeb - Retorno	4.349,7	4.411,1	-61,4	-1,39%
Emendas Parlamentares Obrigatórias	90,2	129,1	-39,0	-30,17%

(continua)

Em milhões de R\$

Receita de Transferências Correntes	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Parcela Leilão Cessão Onerosa Pré-Sal	-	219,4	-219,4	-100,00%
Transf. Extraord. enfrentamento à COVID	2.965,8	-	2.965,8	-
Lei Kandir - LC 176/2020	276,0	-	276,0	-
Demais Transferências Correntes	141,2	67,2	74,0	110,06%
<b>Total</b>	<b>11.170,0</b>	<b>8.203,7</b>	<b>2.966,3</b>	<b>36,16%</b>

Em milhões de R\$

Receita de Transferências Correntes - Corrigidas IPCA	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Cotas-Partes em Receitas da União	2.164,6	2.299,3	-134,8	-5,86%
Transferências do SUS	925,8	875,2	50,7	5,79%
Transferências do FNDE	404,0	466,5	-62,5	-13,40%
Transferência Fundeb - Retorno	4.540,7	4.756,7	-216,0	-4,54%
Emendas Parlamentares Obrigatórias	95,1	138,7	-43,6	-31,44%
Parcela Leilão Cessão Onerosa Pré-Sal	-	231,8	-231,8	-100,00%
Transf. Extraord. enfrentamento à COVID	3.113,2	-	3.113,2	-
Lei Kandir - LC 176/2020	279,1	-	279,1	-
Demais Transferências Correntes	146,9	72,4	74,5	102,94%
<b>Total</b>	<b>11.669,3</b>	<b>8.840,6</b>	<b>2.828,7</b>	<b>32,00%</b>

As Transferências Correntes apresentaram vultosa variação positiva, tanto em termos nominais (36,16%) quanto em termos reais (32,00%); ou seja, com os ingressos atualizados mensalmente pela variação do IPCA até 31 de dezembro de 2020.

Destaca-se, neste ponto, as transferências extraordinárias do governo federal para as ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, que totalizaram R\$ 2,89 bilhões no exercício. Dada a sua relevância e seu caráter excepcional, faz-se, a seguir, um resumo da natureza e das características principais dessas transferências:

#### Compensação de perdas de receitas (Recursos Livres)

- Transferências previstas na Medida Provisória nº 938, de 2 de abril de 2020, para compensar a queda do FPE em 2020 em relação a 2019. Os recursos são de livre aplicação e totalizaram R\$ 126,0 milhões de abril a outubro de 2020.
- Transferências previstas no inciso II, do art. 5º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para mitigar os efeitos financeiros negativos provocados pela crise sanitária e econômica desencadeada com a pandemia. São recursos de livre aplicação que foram recebidos em quatro parcelas mensais, de junho a setembro de 2020, totalizando ao final do exercício o montante de R\$ 1,95 bilhão.

**Recursos para ações de enfrentamento à Covid-19 (Recursos Vinculados)**

- Transferências estabelecidas no inciso I, art. 5º, da Lei Complementar nº 173/2020 para aplicação em Ações de Saúde e Assistência Social – ou seja, são recursos cuja utilização está vinculada especificamente a essas áreas. Essas transferências totalizaram R\$ 261,6 milhões (R\$ 259,0 milhões quando descontado o Pasep retido na fonte) e ingressaram no Estado nos meses de junho a setembro identificadas pelo Recurso 2809.
- Recursos de emendas parlamentares individuais ou de bancadas, bem como repasses diretos do Ministério da Saúde, com destinação específica ao combate a Covid-19. Essas transferências, que foram formalizadas por meio de portarias do Ministério da Saúde, totalizaram R\$ 558,7 milhões (R\$ 567,1 milhões quando acrescidas as receitas de rendimentos financeiros, que possuem a mesma vinculação) no exercício e foram identificadas no Estado pelo Recurso 2804.

**Recursos para a cultura – Lei Aldir Blanc (Recursos Vinculados)**

- Entrega de recursos da União para ações emergenciais no setor cultural, conforme previsto na Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Os ingressos totalizaram R\$ 74,1 milhões (R\$ 74,9 milhões quando acrescidas as receitas de rendimentos financeiros, que possuem a mesma vinculação) e foram aplicados em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de manutenção de espaços culturais, pagamento de três parcelas de uma renda emergencial a trabalhadores do setor que tiveram suas atividades interrompidas, e instrumentos como editais e chamadas públicas.

Destaca-se, ainda, a transferência de R\$ 276,0 milhões prevista na Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020, que declara atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Essa lei prevê a transferência R\$ 58,00 bilhões aos entes subnacionais ao longo de 38 anos, sendo R\$ 4,00 bilhões anuais de 2020 a 2030. Os valores recebidos especificamente pelo Estado são resultados de critérios de repartição fixos (presentes no anexo da lei) e variáveis (dependentes do Protocolo do Confaz). Essas transferências foram condicionadas à renúncia pelo Estado a eventuais direitos contra a União decorrentes do art. 91 do ADCT.

Observa-se, por fim, que o maior valor recebido em transferência – retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – representa aproximadamente 68,35% dos valores enviados pelo Estado ao referido fundo e 38,94% do total de transferências correntes recebidas em 2020. O fluxo financeiro relacionado ao Fundeb será detalhado no item 2.2.1.1 (Fundeb).

### 1.4.7 Operações de Crédito

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos ingressos de Operações de Crédito em 2020, comparativamente a 2019.

Em milhões de R\$					
Receita de Operações de Crédito	Lei Autorizativa	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>Operações de Crédito Internas</b>		<b>24,9</b>	<b>58,1</b>	<b>-33,2</b>	<b>-57,17%</b>
<i>PROREDES (BNDES)</i>	13.699/2011	20,0	50,0	-30,0	-60,00%
<i>Programa de Modernização - Defensoria Estadual (BNDES)</i>	14.389/2013	4,9	8,1	-3,2	-39,62%
<b>Operações de Crédito Externas</b>		<b>-</b>	<b>133,8</b>	<b>-133,8</b>	<b>-100,00%</b>
<i>PROREDES (BIRD)</i>	13.700/2011	-	81,7	-81,7	-100,00%
<i>Programa de Oportunidades e Direitos (BID)</i>	14133/2012	-	52,1	-52,1	-100,00%
<b>Total</b>		<b>24,9</b>	<b>191,9</b>	<b>-167,0</b>	<b>-87,04%</b>

A tabela seguinte traz informações adicionais sobre as Operações de Crédito com ingresso em 2020.

Operação (Instituição)	Finalidade	Prazos (em anos)			Encargos
		Total	Carência	Amortização	
<i>PROREDES (BNDES)</i>	Viabilizar a execução de programas de desenvolvimento integrado constantes no PPA e LOA.	10	2	8	TJLP limitada a 6%
<i>Programa de Modernização - Defensoria Estadual (BNDES)</i>	Modernização da Administração Geral e Patrimonial da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	16	3	13	Subcrédito A - Juros 1,2% aa, acima da variação acumulada das taxas médias da SELIC e spread; Subcrédito B - Juros 1,0% aa, acima da TJLP
<i>PROREDES (BIRD)</i>	Investimentos constantes do PPA 2012-2015, aprovados pelo Banco.	30	4	26	libor dólar 6 meses + spread BID - opção do Estado pelas taxas variáveis
<i>PROFISCO (BID)</i>	Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul	20	5	15	libor dólar 3 meses + spread BID - opção do Estado pelas taxas variáveis

Fonte: Divisão da Dívida Pública - Tesouro do Estado.

### 1.4.8 Alienação de Bens

A tabela abaixo evidencia os valores nominais de receita da alienação de bens arrecadada em 2020, comparativamente ao ano anterior.

Em milhões de R\$				
Alienação de Bens	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<i>Alienação de Participações Societárias</i>	0,0	53,9	-53,9	-99,99%
<i>Desconstituição de Fundos</i>	803,6	509,4	294,2	57,75%
<i>Alienação de Bens Imóveis</i>	4,3	4,8	-0,6	-11,50%
<i>Alienação de Bens Móveis</i>	0,3	1,9	-1,6	-83,07%
<b>Total</b>	<b>808,2</b>	<b>570,1</b>	<b>238,1</b>	<b>41,78%</b>

Destaca-se, no quadro precedente, a receita decorrente da desconstituição de R\$ 758,5 milhões do Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul – Fomentar/RS, ocorrida em dezembro de 2020.

### 1.5 Despesa Realizada

A análise da despesa orçamentária do exercício de 2020 será efetuada comparativamente ao exercício de 2019. Não serão confrontados os valores orçados com os realizados, pois esse comparativo já foi demonstrado no item 1.2 (Balanço Orçamentário). Ressalta-se que, a partir do exercício de 2020, as transferências constitucionais aos Municípios passaram a ser registradas orçamentariamente como deduções da receita e não mais como despesa empenhada. Assim, nos demonstrativos que seguem, o exercício comparativo de 2019 será apresentado com o critério atual, viabilizando assim a comparabilidade entre os períodos. Seguindo a classificação por grupos de despesa definida pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, a Despesa Empenhada (em valores nominais) ficou assim representada:

Em milhões de R\$				
Grupo de Despesa	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Pessoal e Encargos Sociais	47.181,0	46.744,6	436,5	0,93%
Juros e Encargos da Dívida	2.573,7	2.726,3	-152,5	-5,60%
Outras Despesas Correntes	12.067,1	11.307,1	759,9	6,72%
Investimentos	864,3	837,4	26,9	3,21%
Inversões Financeiras	105,9	90,9	15,0	16,52%
Amortização da Dívida	1.765,8	1.612,2	153,6	9,53%
<b>Total</b>	<b>64.557,9</b>	<b>63.318,5</b>	<b>1.239,4</b>	<b>1,96%</b>



Destaca-se que, do total de R\$ 64,56 bilhões empenhados no exercício, R\$ 16,71 bilhões são classificados como despesas intraorçamentárias, referindo-se, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS – Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS – Fundoprev, bem como à complementação financeira ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as receitas intraorçamentárias registradas no IPE Prev e no IPE Saúde, que suportam, juntamente com as contribuições dos servidores, o pagamento de aposentadorias e pensões, além das despesas com saúde dos servidores e dependentes vinculados ao IPE Saúde.

A seguir, demonstram-se as despesas intraorçamentárias, segregadas por grupo de despesa:

Em milhões de R\$				
Grupo de Despesa	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Pessoal e Encargos Sociais	16.694,1	15.584,2	1.109,9	7,12%
Outras Despesas Correntes	17,3	27,0	-9,7	-35,85%
<b>Total</b>	<b>16.711,4</b>	<b>15.611,2</b>	<b>1.100,2</b>	<b>7,05%</b>

A análise da Despesa Empenhada por grupo/órgão, com identificação dos elementos de maior peso na sua composição é apresentada a seguir:

#### Despesa por Órgão/Entidade e Grupo de Despesa

Em milhões de R\$							
Órgão	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
SSP	10.197,7	-	481,9	96,3	-	-	10.775,9
SE	7.795,7	-	653,2	143,4	-	-	8.592,3
ENCARGOS FINANCEIROS	3.282,0	2.573,7	726,5	-	-	1.718,4	8.300,6
SES	719,3	-	4.506,0	49,5	-	-	5.274,8
TJ	3.667,4	-	555,3	87,6	-	-	4.310,2
MP	1.099,5	-	138,9	27,2	-	-	1.265,6
SEAPEN	925,0	-	239,3	29,2	-	-	1.193,6
TCE	722,8	-	44,7	3,8	-	-	771,2
AL	667,2	-	50,0	7,0	-	-	724,2
SEFAZ	398,2	-	114,8	8,0	-	-	521,1
AGRICULTURA	115,7	-	265,6	29,3	58,4	-	469,1
DPE	394,3	-	56,4	10,5	-	-	461,1
PGE	247,9	-	19,8	2,0	-	-	269,7
PLANEJAMENTO	150,7	-	47,6	0,1	-	-	198,4
GOVERNO DO ESTADO	76,7	-	48,5	1,0	-	-	126,2

(continua)

## Despesa por Órgão/Entidade e Grupo de Despesa

Em milhões de R\$

Órgão	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
SEMA	34,9	-	29,2	28,5	20,8	-	113,4
SEDAC	16,8	-	94,6	0,4	-	-	111,8
SJCDH	9,3	-	49,1	34,3	-	-	92,7
SOP	26,7	-	17,4	46,5	-	-	90,6
SEDETUR	14,6	-	5,0	1,5	26,7	-	47,7
TJM	43,0	-	3,2	0,4	-	-	46,7
STAS	9,2	-	15,4	0,5	-	-	25,1
TRANSPORTES	11,1	-	5,0	7,6	-	-	23,7
SICT	20,4	-	1,6	0,8	-	-	22,8
ESPORTE	3,3	-	5,0	0,5	-	-	8,9
SGGE	5,5	-	3,3	0,0	-	-	8,8
SAAM	0,9	-	0,0	0,0	-	-	1,0
CEE	-	-	0,2	-	-	-	0,2
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>30.655,8</b>	<b>2.573,7</b>	<b>8.177,5</b>	<b>616,0</b>	<b>105,9</b>	<b>1.718,4</b>	<b>43.847,4</b>
IPE PREV	15.492,8	-	344,0	2,3	-	9,4	15.848,5
IPE SAÚDE	11,9	-	2.510,2	0,4	-	37,6	2.560,1
DETRAN	114,9	-	620,8	1,0	-	-	736,8
DAER	177,8	-	111,3	237,0	-	-	526,1
SUPRG	62,8	-	65,0	0,0	-	0,2	128,1
IRGA	25,4	-	22,7	3,7	-	-	51,9
FOSPA	16,0	-	1,4	0,2	-	0,0	17,7
AGERGS	13,0	-	3,2	0,7	-	-	16,9
JUCISRS	5,1	-	10,2	0,1	-	-	15,4
EDP	5,2	-	0,5	0,0	-	-	5,7
<b>AUTARQUIAS</b>	<b>15.925,0</b>	<b>-</b>	<b>3.689,4</b>	<b>245,5</b>	<b>-</b>	<b>47,2</b>	<b>19.907,1</b>
FASE	214,5	-	54,1	0,2	-	0,1	268,9
PROTEÇÃO	98,3	-	22,4	0,2	-	-	120,9
UERGS	81,8	-	14,4	1,6	-	-	97,8
FEPAM	65,9	-	12,9	0,2	-	-	79,1
FGTAS	49,1	-	13,4	0,1	-	0,0	62,7
FETLSVC	56,3	-	5,8	0,3	-	-	62,5
FAPERGS	4,3	-	45,1	0,1	-	-	49,4
METROPLAN	12,3	-	25,3	0,0	-	-	37,6
FADERS	13,4	-	2,4	0,0	-	-	15,8
CIENTEC	3,0	-	2,4	-	-	-	5,4
FTSP	1,4	-	1,9	0,0	-	-	3,4
<b>FUNDAÇÕES</b>	<b>600,3</b>	<b>-</b>	<b>200,1</b>	<b>2,8</b>	<b>-</b>	<b>0,1</b>	<b>803,3</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>47.181,0</b>	<b>2.573,7</b>	<b>12.067,1</b>	<b>864,3</b>	<b>105,9</b>	<b>1.765,8</b>	<b>64.557,9</b>

### 1.5.1 Pessoal e Encargos Sociais

Inicialmente cabe ressaltar que, neste item, as análises são dissociadas do item 2.1.2, que trata da Despesa com Pessoal para fins de limite da LRF. A seguir, apresenta-se a tabela demonstrativa dos principais itens que compõem o grupo Pessoal e Encargos Sociais conforme classificação da Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, desconsiderando-se quaisquer ajustes ou reclassificações realizadas para fins de apuração do limite de Despesa com Pessoal. Cumpre salientar que para esta análise foram eliminadas as despesas intraorçamentárias.

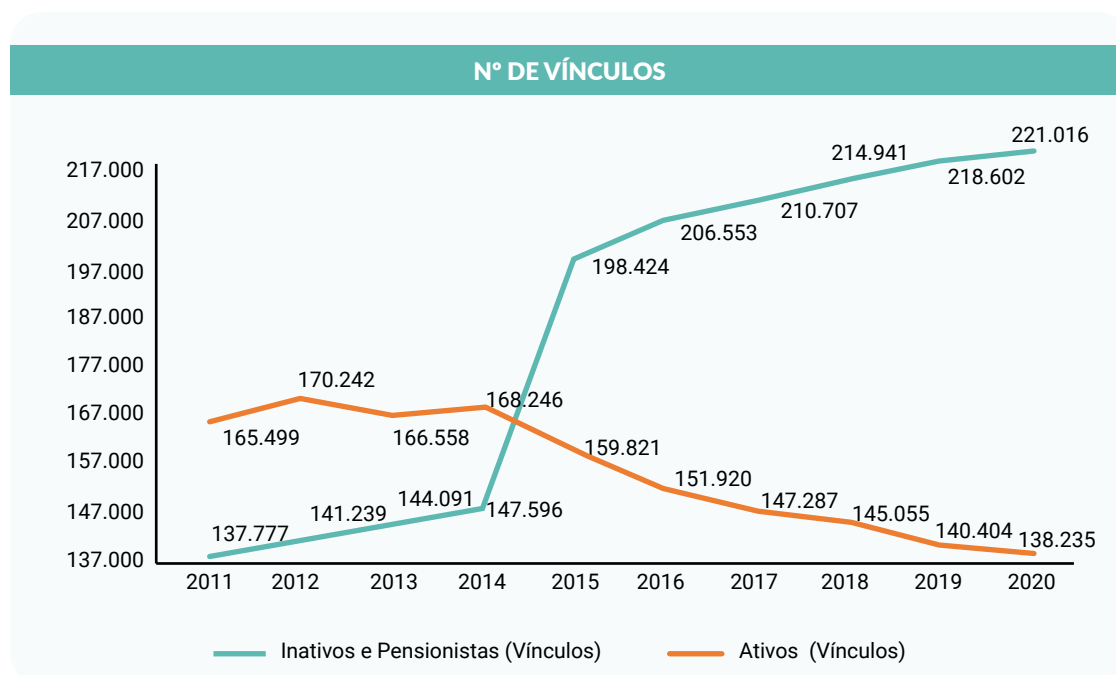
Em milhões de R\$					
Pessoal e Encargos	%	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Inativos	45,28%	13.803,7	13.413,1	390,6	2,91%
Ativos	36,90%	11.249,6	11.585,8	-336,2	-2,90%
Pensionistas	11,21%	3.419,0	3.344,7	74,3	2,22%
Sentenças Judiciais	2,68%	818,4	1.841,6	-1.023,2	-55,56%
Indenizações e Ressarcimentos	2,37%	723,3	518,2	205,1	39,58%
Patronal Celetistas	1,52%	464,8	437,3	27,5	6,29%
Patronal RS Prev	0,03%	8,0	10,7	-2,6	-24,57%
Outros Benefícios Previdenciários	0,00%	0,0	8,9	-8,9	-100,00%
	<b>100,00%</b>	<b>30.486,9</b>	<b>31.160,3</b>	<b>-673,4</b>	<b>-2,16%</b>

A tabela acima não inclui as despesas intraorçamentárias (Patronal do RPPS e FAS), registradas na modalidade 91, que totalizaram R\$ 16.694,1 e R\$ 15.584,2, em 2020 e 2019, respectivamente.

Observa-se na análise da tabela uma grande redução nas despesas com Sentenças Judiciais, totalizando, em 2020, R\$ 818,4 milhões contra R\$ 1,84 bilhão que havia sido empenhado em 2019. Esse decréscimo decorre, principalmente, da redução de R\$ 629,3 milhões de compensações de precatórios devidos pelo Estado com créditos inscritos em dívida ativa, no âmbito do programa Compensa – RS. Além disso, observou-se redução de R\$ 187,3 milhões em gastos com Requisições de Pequeno Valor – RPVs –, impactando este mesmo item.

Por fim, ressalta-se o aumento nos gastos com inativos (R\$ 390,6 milhões) e pensionistas (R\$ 74,3 milhões), sendo parcialmente compensados com a redução as despesas com ativos (R\$ 336,2 milhões). Nos últimos anos, esse comportamento vem se repetindo, fazendo com que, atualmente, a despesa com pessoal inativo e pensionistas represente 56,49% do total desse grupo, diante dos 36,90% de pessoal ativo.

A seguir, apresenta-se graficamente o comportamento do número de vínculos de servidores ativos e inativos (incluindo pensionistas) nos últimos anos:



Fonte: Painel de informações de Pessoal (Tesouro do Estado)

De 2011 a 2020, o número total de vínculos de servidores inativos (incluindo pensionistas) cresceu 83.239, ao passo que o de ativos caiu 27.264. A queda de 16,47% nos vínculos ativos desse período expõe a situação atual do Estado: o crescimento de sua principal despesa não é suficiente para sequer manter a força de trabalho ao longo dos anos.

### 1.5.2 Serviço da Dívida

O Serviço da Dívida compreende juros e encargos, bem como a amortização da dívida que, por serem relacionados, serão analisados conjuntamente.

A tabela a seguir apresenta a despesa com o Serviço da Dívida:

Em milhões de R\$				
Serviço da Dívida (Empenhado)	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>Juros e Encargos</b>	<b>2.573,7</b>	<b>2.726,3</b>	<b>-152,5</b>	<b>-5,60%</b>
Dívida Interna	2.397,0	2.465,9	-69,0	-2,80%
Dívida Externa	176,8	260,4	-83,6	-32,10%
<b>Amortização</b>	<b>1.765,8</b>	<b>1.612,2</b>	<b>153,6</b>	<b>9,53%</b>
Dívida Interna	1.268,0	1.270,7	-2,7	-0,21%
Dívida Externa	450,4	310,4	140,0	45,10%
Outros	47,4	31,1	16,3	52,41%
<b>Total</b>	<b>4.339,5</b>	<b>4.338,5</b>	<b>1,0</b>	<b>0,02%</b>

Em julho de 2017, o Estado obteve, no Supremo Tribunal Federal, liminar que suspendeu os pagamentos relacionados à dívida com a União, antecipando os efeitos da

adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ainda em negociação quando da elaboração deste documento. Como a referida decisão possui caráter precário, os empenhos continuam sendo realizados. Assim, de forma atípica, o fluxo de pagamento dos Serviços da Dívida ficou muito abaixo dos valores empenhados – conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Em milhões de R\$				
Serviço da Dívida (Pago)	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
<b>Juros e Encargos</b>	<b>241,1</b>	<b>360,3</b>	<b>-119,2</b>	<b>-33,08%</b>
Dívida Interna	64,3	99,9	-35,6	-35,63%
Dívida Externa	176,8	260,4	-83,6	-32,10%
<b>Amortização</b>	<b>627,7</b>	<b>527,1</b>	<b>100,6</b>	<b>19,09%</b>
Dívida Interna	130,9	186,7	-55,8	-29,87%
Dívida Externa	450,4	310,4	140,0	45,10%
Outros	46,4	30,0	16,4	54,61%
<b>Total</b>	<b>868,8</b>	<b>887,4</b>	<b>-18,6</b>	<b>-2,09%</b>

Por fim, destaca-se a suspensão dos pagamentos mensais das parcelas da dívida do Estado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre julho e dezembro de 2020, totalizando R\$ 78,4 milhões no período. Autorizada pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a renegociação dos financiamentos contratados com o BNDES (concluída no fim de setembro) viabilizou a suspensão de pagamentos e o alongamento do prazo de vencimento dos financiamentos por 12 meses. Diferentemente da dívida com a União, esses valores não foram empenhados dado que a suspensão ocorreu por força de autorização legal.

### 1.5.3 Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes (ODCs) corresponde às despesas destinadas à manutenção da máquina administrativa (exceto pessoal) e à prestação de serviços públicos, em especial na saúde, correspondendo a quase 60% dos valores empenhados no grupo. Conforme já referido anteriormente, as transferências constitucionais aos Municípios eram registradas neste grupo de despesas até o exercício de 2019. A partir de 2020, passaram a constar no orçamento do Estado como deduções da receita corrente, pois esses ingressos representam recursos que o Estado tem competência de arrecadar, mas que pertencem a outros entes. Para viabilizar a comparabilidade entre os períodos, o exercício de 2019, apresentado nas tabelas que seguem, não contempla esses valores.

A tabela a seguir apresenta os principais itens de despesa que compõem esse grupo:

Em milhões de R\$

Outras Despesas Correntes	%	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Outros Serviços de Terceiros - PJ	46,23%	5.579,0	5.091,4	487,6	9,58%
Contribuições	9,95%	1.200,3	1.312,9	-112,6	-8,57%
Sentenças Judiciais	8,43%	1.017,4	705,1	312,3	44,28%
Material de Consumo	5,82%	702,3	613,7	88,6	14,44%
Outros	5,79%	698,6	457,1	241,6	52,85%
Indenizações e Restituições	5,09%	614,8	946,0	-331,2	-35,01%
Obrigações Tributárias e Contributivas	4,54%	548,0	526,9	21,0	3,99%
Serviços TIC	4,04%	487,8	428,3	59,6	13,90%
Locação de Mão de Obra	3,71%	447,4	440,6	6,9	1,56%
Auxílio Alimentação	3,32%	401,2	367,9	33,3	9,05%
Outros Serviços de Terceiros - PF	3,07%	370,2	417,2	-47,0	-11,27%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.067,1</b>	<b>11.307,1</b>	<b>760,0</b>	<b>6,72%</b>

O item mais representativo no grupo, Outros Serviços de Terceiros – PJ, apresentou variação positiva de 9,58% entre os períodos analisados. O detalhamento desse elemento é apresentado na tabela a seguir, observando-se que, do total empenhado em Serviços Médicos, 99,20% foram executados pelo IPE Saúde. Além disso, as despesas com o SUS, com os Serviços Credenciados – Detran e com a Assistência Técnica e Extensão Rural foram executados pelos respectivos órgãos. Os demais gastos apresentados são comuns à maior parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Em milhões de R\$

Outros Serviços de Terceiros - PJ	%	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Serviços Médicos	38,79%	2.164,4	1.901,3	263,1	13,84%
SUS	31,42%	1.752,7	1.520,2	232,5	15,29%
Serviços Credenciados - Detran	5,50%	306,7	325,0	-18,3	-5,63%
Assit. Técnica e Ext. Rural	3,53%	196,9	167,1	29,8	17,86%
Conservação Bens Imóveis	2,40%	133,6	106,8	26,8	25,07%
Energia Elétrica	2,08%	115,9	156,9	-41,1	-26,17%
Locação de Máq. e Equip.	1,98%	110,3	97,1	13,2	13,58%
Comunicação	1,69%	94,4	135,0	-40,6	-30,09%
Água e Esgoto	1,60%	89,2	100,5	-11,4	-11,31%
Outros	11,02%	615,0	581,4	33,6	5,78%
	<b>100,00%</b>	<b>5.579,0</b>	<b>5.091,4</b>	<b>487,6</b>	<b>9,58%</b>

A despesa com Contribuições atingiu R\$ 1,20 bilhão em 2020, representando um decréscimo de 8,57% em relação a 2019. Desse valor, R\$ 990,5 milhões (82,51%) é relativo a repasses aos Fundos Municipais de Saúde. Outro item de grande relevância nesse elemento são as despesas com Assistências Financeiras a Municípios

(R\$ 85,2 milhões), executadas, quase em sua totalidade, na Secretaria da Educação. A maior parte desse valor tem relação com o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul (Peate/RS), que transfere recursos financeiros aos municípios que efetuam o transporte de alunos da Educação Básica da Rede Pública Estadual residentes no meio rural. Os gastos são realizados principalmente com a utilização dos recursos do Salário-Educação. Ressalta-se que, devido à pandemia da Covid-19, os repasses vinculados ao Peate/RS caíram quase 50% em 2020 relativamente ao exercício anterior.

Por fim, destacam-se as despesas executadas neste grupo com os recursos 2804 e 2809 (relacionados às transferências extraordinárias do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia da Covid-19), cujos ingressos são explicados no item 1.4.6 (Transferências Correntes), que totalizaram em 2020 os montantes de R\$ 514,1 milhões e R\$ 259,0 milhões, respectivamente. Essas despesas se referem a itens como produção hospitalar (leitos), convênios com hospitais, medicamentos, artigos cirúrgicos e equipamentos, conforme especificação na tabela seguinte:

Em milhões de R\$			
Objeto do Gasto	Recurso 2804	Recurso 2809	Total
Convênios com Hospitais	204,9	11,6	216,5
Produção Hospitalar (leitos)	180,6	134,7	315,2
Medicamentos e Artigos Cirúrgicos	97,3	-	97,3
Material de Limpeza/Uniformes/EPIs	15,4	-	15,4
Locação de Equipamentos	8,7	-	8,7
Transferências aos Municípios	6,5	112,8	119,3
Outros	0,7	-	0,7
<b>Total</b>	<b>514,1</b>	<b>259,0</b>	<b>773,1</b>

#### 1.5.4 Investimentos

O detalhamento do grupo Investimentos no exercício de 2020, em comparação com 2019, ficou assim demonstrado:

Em milhões de R\$					
Investimentos	%	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Obras e Instalações	45,11%	389,9	543,8	-153,9	-28,30%
Equipamentos e Materiais	41,34%	357,3	207,3	149,9	72,31%
Auxílios	6,00%	51,9	33,9	18,0	52,99%
Indenizações e Restituições	4,41%	38,1	24,9	13,2	53,17%
Outros	3,14%	27,1	27,5	-0,4	-1,34%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>864,3</b>	<b>837,4</b>	<b>26,9</b>	<b>3,21%</b>

Em 2020, o total investido pelo Estado foi 3,21% superior ao exercício anterior. O montante empenhado de R\$ 864,3 milhões executado no ano correspondeu a 1,34% do total da despesa.

Destacam-se, no grupo, os valores investidos em Obras e Instalações, na maior parte executados no Daer, correspondentes a R\$ 211,0 milhões, em projetos de ampliação e manutenção da malha rodoviária.

Por fim, destaca-se o incremento nas despesas com Equipamentos e Materiais devido, em grande parte, aos R\$ 83,6 milhões gastos na compra de 50.000 *Chromebook* pela Secretaria de Educação com o intuito de viabilizar o ensino à distância durante a pandemia da Covid-19, e pelo incremento de R\$ 41,7 milhões em despesas com equipamentos hospitalares e laboratoriais – que totalizou R\$ 44,4 milhões em 2020. Dessas despesas, R\$ 15,9 milhões foram efetuadas por meio do recurso 2804 (relacionado às transferências extraordinárias do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia da Covid-19), cujos ingressos são explicados no item 1.4.6 (Transferências Correntes).

### 1.5.5 Inversões Financeiras

O grupo Inversões Financeiras abrange gastos com aquisição de imóveis em utilização, aquisição de bens para revenda, aquisição de títulos de crédito, de títulos representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas, concessão de empréstimos, dentre outros.

A seguir, apresenta-se o detalhamento do grupo no exercício, comparativamente ao exercício anterior.

Em milhões de R\$					
Inversões Financeiras	%	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	77,00%	81,6	80,2	1,3	1,66%
Concessão de Empréstimos	23,00%	24,4	9,3	15,1	162,18%
Outros	0,00%	-	1,4	-1,4	-100,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>105,9</b>	<b>90,9</b>	<b>15,0</b>	<b>16,52%</b>

Os adiantamentos para futuro aumento de capital demonstrados acima se referem aos valores empenhados à Corsan (R\$ 20,8 milhões), à Cesa (R\$ 34,1 milhões) e ao Badesul (R\$ 26,7 milhões). A concessão de empréstimos está relacionada ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper).





## 2. GESTÃO FISCAL

A Constituição Federal de 1988 apresentou uma série de normas para regular a gestão fiscal. Uma das principais leis que surgiram na esteira da Carta Magna foi a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos.

## **2.1 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**

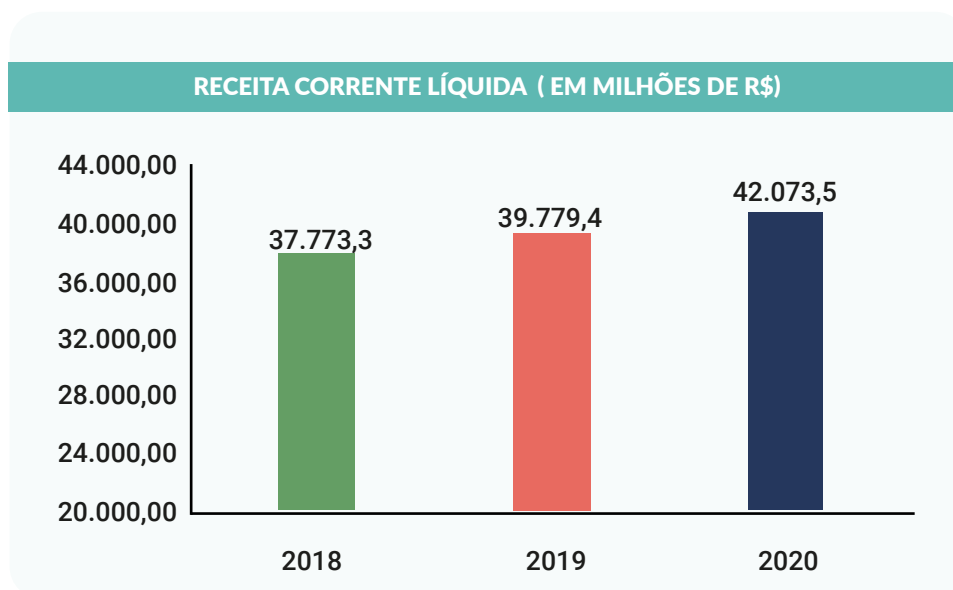
A LRF estabelece para os entes da federação limites de gastos relativos à despesa com pessoal, à dívida consolidada líquida, à concessão de garantias e à contratação de operações de crédito. Tais limites são definidos em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL).

### **2.1.1 Receita Corrente Líquida (RCL)**

A RCL corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos alguns itens, como as transferências constitucionais e legais para municípios. Em 2020 a RCL passou a sofrer ajustes para definição de alguns limites. A receita de emendas parlamentares individuais passou a ser deduzida da RCL para fins de apuração do limite da dívida consolidada líquida. Por sua vez, a RCL ajustada para fins de limite de despesa com pessoal, além da dedução das emendas individuais, passou a ser descontada também das emendas de bancada.

Além do previsto na LRF, a RCL também é utilizada como parâmetro para outros limites estabelecidos em resoluções do Senado Federal.

A RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência às dos 11 meses anteriores. Demonstra-se a seguir o gráfico com o comportamento da RCL nos últimos três anos, em valores históricos:



A RCL cresceu 5,77% em 2020, em comparação com 2019, índice superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período (4,52%). O crescimento real pode ser atribuído, principalmente, ao auxílio financeiro do governo federal autorizado pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que mitigou as perdas de arrecadação provocadas pela crise econômica oriunda da pandemia de Covid-19.

### 2.1.2 Despesa com Pessoal

O demonstrativo da despesa com pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e deve ser elaborado pelos poderes e órgãos autônomos: Poder Executivo, Poder Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas), Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar do Estado) e Ministério Público. O RGF deve ser apurado ao final de cada quadrimestre e publicado até 30 dias após o encerramento do período de referência.

A Despesa Total com Pessoal (DTP) é apurada somando-se a despesa do mês de referência às dos 11 meses anteriores, adotando-se o regime de competência. Tal gasto, nos poderes e órgãos autônomos, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da RCL previstos na LRF. Cabe destacar que, para o cálculo do percentual da DTP/RCL, deve ser utilizada a RCL ajustada, com a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas parlamentares individuais e de bancada, conforme disciplina o § 16 do art. 166 da Constituição Federal.

A seguir, são apresentados os quadros da despesa com pessoal dos últimos dois anos, bem como os percentuais da RCL atingidos por poder ou órgão com o seu respectivo limite máximo e prudencial (95% do limite máximo). Todos os poderes e órgãos

obrigados a apresentar o demonstrativo da despesa com pessoal o fazem utilizando os critérios definidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão responsável pelo julgamento das contas estaduais.

Em milhões de R\$

2020				
Poder/órgão Autônomo	Desp. Pessoal	% da RCL	Lim. Prud.	Lim. Máx.
Executivo	17.837,6	42,49%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	1.750,7	4,17%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	19,4	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	341,2	0,81%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	335,7	0,80%	1,12%	1,18%
Ministério Público	608,9	1,45%	1,90%	2,00%
<b>Total</b>	<b>20.893,5</b>	<b>49,77%</b>	<b>57,00%</b>	<b>60,00%</b>
<b>Receita corrente líquida ajustada</b>	<b>41.982,3</b>			

Em milhões de R\$

2019				
Poder/órgão autônomo	Desp. Pessoal	% da RCL	Lim. Prud.	Lim. Máx.
Executivo	18.082,0	45,60%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	1.822,2	4,60%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	20,0	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	351,3	0,89%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	352,3	0,89%	1,12%	1,18%
Ministério Público	628,8	1,59%	1,90%	2,00%
<b>Total</b>	<b>21.256,6</b>	<b>53,62%</b>	<b>57,00%</b>	<b>60,00%</b>
<b>Receita corrente líquida ajustada</b>	<b>39.650,3</b>			

Nota-se que houve uma redução nos percentuais de despesa com pessoal de todos os poderes em relação ao ano anterior. Isso ocorreu porque a variação positiva da RCL foi acompanhada pela redução das despesas com pessoal. É importante destacar que a reforma da previdência do Estado contribuiu para a redução da despesa líquida com pessoal, tendo em vista que a linha “inativos com recursos vinculados”, que é deduzida da despesa total, teve crescimento devido às alterações na previdência implementadas no final de 2019. Destaca-se que todos os poderes ficaram abaixo do limite prudencial, repetindo o ocorrido no final de 2019.

Em milhões de R\$

Despesa Total com Pessoal – LRF				
Poder/Órgão Autônomo	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Executivo	17.837,6	18.082,0	-244,4	-1,35%
Tribunal de Justiça	1.750,7	1.822,2	-71,5	-3,92%
Tribunal de Justiça Militar	19,4	20,0	-0,6	-2,86%
Assembleia Legislativa	341,2	351,3	-10,1	-2,88%
Tribunal de Contas	335,7	352,3	-16,6	-4,71%
Ministério Público	608,9	628,8	-19,9	-3,17%
<b>Total</b>	<b>20.893,5</b>	<b>21.256,6</b>	<b>-363,1</b>	<b>-1,71%</b>

Em 2020, o relatório consolidado, ou seja, a soma da despesa com pessoal de todos os poderes e órgãos, atingiu 49,77% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial (57%), com redução de 3,84 pontos percentuais em relação ao percentual de 2019, que foi de 53,61%. Na despesa total consolidada a redução foi de 1,71%, totalizando R\$ 20.893,5 milhões.

Se utilizado o critério previsto no *Manual de Demonstrativos Fiscais* (MDF), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ou seja, desconsiderando as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), a despesa com pessoal consolidada, em 2020, atingiria 62,52% da RCL ajustada.

	Consolidado	Poder Executivo	Assembleia Legislativa	Tribunal de Contas	Poder Judiciário	Justiça Militar	Ministério Público
Percentual Desp com Pessoal – Critério TCE	49,77%	42,49%	0,81%	0,80%	4,17%	0,05%	1,45%
Percentual Desp com Pessoal – Critério STN	62,52%	53,10%	1,06%	1,03%	5,44%	0,07%	1,82%
Limite Máximo	60,00%	49,00%	1,82%	1,18%	5,88%	0,12%	2,00%
Limite Prudencial	57,00%	46,55%	1,73%	1,12%	5,59%	0,11%	1,90%

Observa-se que o Poder Executivo ultrapassa o limite máximo quando utilizados os critérios da STN. Além disso, os outros poderes aumentam o seu percentual, ficando próximos ao limite prudencial em alguns casos.

#### 2.1.2.1 Poder Executivo

O Poder Executivo atingiu 42,49% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial (46,55%). Em relação ao fechamento de 2019, houve redução de 1,35% na despesa total com pessoal. Salienta-se que a despesa com pessoal da Defensoria Pública, que é um órgão autônomo, está incluída na despesa do Poder Executivo, por não possuir um limite específico definido em lei.

### 2.1.2.2 Poder Judiciário

O Poder Judiciário possui limite máximo de despesa com pessoal de 6%, percentual dividido entre o Tribunal de Justiça (5,88%) e o Tribunal de Justiça Militar (0,12%).

O Tribunal de Justiça teve redução de 3,9% na sua despesa total com pessoal, atingindo o montante de R\$ 1.750,7 milhões. O percentual de comprometimento da despesa total com pessoal em relação à RCL baixou para 4,17%.

O Tribunal de Justiça Militar atingiu R\$ 19,4 milhões de despesa total com pessoal. Em relação ao ano anterior, houve redução de 2,86%. O percentual de comprometimento da despesa total com pessoal manteve-se estável em 0,05% da RCL, ficando abaixo da metade do seu limite máximo (0,12%).

### 2.1.2.3 Poder Legislativo

O Poder Legislativo é composto pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os dois órgãos, juntos, possuem limite máximo de despesa com pessoal de 3% da RCL, sendo 1,82% para a Assembleia Legislativa e 1,18% para o TCE.

A despesa total com pessoal da Assembleia Legislativa foi de R\$ 341,2 milhões, tendo uma redução de 2,9% em relação ao ano anterior. Por sua vez, o percentual em relação à RCL atingiu 0,81%, valor abaixo do limite máximo (1,82%). O TCE teve redução na despesa com pessoal de 4,7%, atingindo R\$ 335,7 milhões, o que representa 0,80% da RCL, abaixo do limite máximo (1,18%).

### 2.1.2.4 Ministério Público

O Ministério Público atingiu R\$ 608,9 milhões em despesa total com pessoal. Quando comparado a 2019, houve redução de 3,2%. Em 2020, o Ministério Público (MP) chegou a 1,45% de despesa total com pessoal em relação à RCL, enquanto o limite máximo é de 2%.

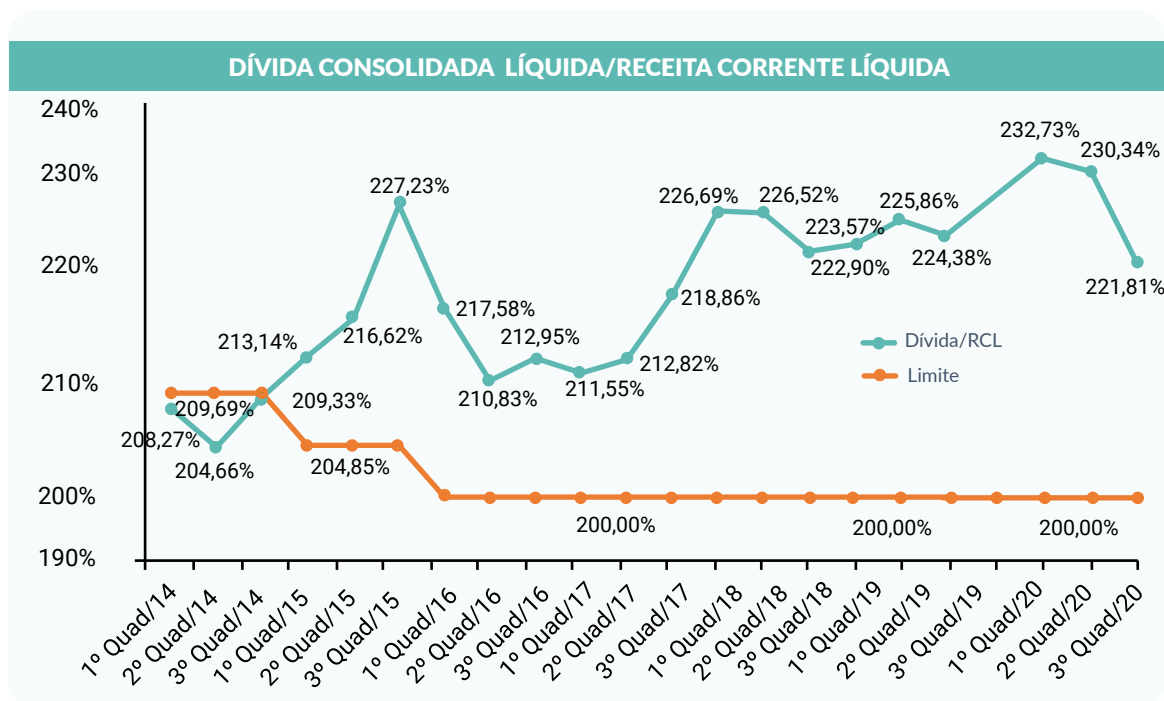
## 2.1.3 Dívida Consolidada Líquida (DCL)

Conforme assevera a Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas para amortização em prazo superior a 12 meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também compõem a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Além da dívida mobiliária e contratual, integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites, os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos.

A Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001, além de estabelecer o limite da DCL, incluiu prazo para adequação do endividamento dos entes da federação que não estivessem enquadrados naquele parâmetro, determinando aos estados que, até o final do 15º exercício subsequente, sua DCL não excedesse duas vezes o valor da RCL. Existem várias interpretações quanto à contagem do prazo para reenquadramento, inclusive com a Resolução do Senado Federal nº 20, de 7 de novembro de 2003, suspendendo o prazo por determinado período. A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, alterou a LRF, indicando que em caso de calamidade pública os entes ficam dispensados de cumprir o limite da DCL enquanto perdurar tal situação.

Em 2020, o percentual da dívida versus a RCL teve uma redução em relação a 2019, atingindo 221,81% e ficando substancialmente acima do limite previsto na resolução do Senado Federal (200%).



O valor da DCL atingiu R\$ 93,26 bilhões no terceiro quadrimestre de 2020, apresentando a composição a seguir.

Em milhões de R\$		
Composição Dívida	2020	2019
<b>Interno</b>	<b>70.499,9</b>	<b>68.388,1</b>
União Lei 9.496/1997	69.063,6	66.914,9
União Lei 8.727/1993	28,6	52,3
BNDES	723,0	735,9
BB	683,7	683,7
Caixa	1,0	1,4
<b>Externo</b>	<b>10.659,4</b>	<b>8.624,5</b>
Bird	8.351,1	6.702,2
BID	2.308,3	1.922,4
<b>Parcelamento e renegociação dívidas</b>	<b>436,3</b>	<b>615,6</b>
<b>Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos</b>	<b>11.667,2</b>	<b>11.627,2</b>
<b>Dívida consolidada líquida total</b>	<b>93.262,9</b>	<b>89.255,4</b>

A expectativa gerada com a aprovação pelo Senado Federal da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, que altera o indexador da dívida dos Estados e Municípios com a União (principal parcela no cômputo da DCL), era de que, com sua implementação, o saldo da dívida reduzisse substancialmente. No entanto, apesar da redução produzida pela alteração de indexador, que era retroativa a 2013, o saldo devedor aumentou, devido ao desconto escalonado no pagamento das parcelas previsto na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016. Esse desconto fez com que a parcela ficasse menor e o saldo não pago fosse incorporado ao montante da dívida. Porém, o fator determinante para o crescimento do saldo devedor foi o Estado ter obtido junto ao Supremo Tribunal Federal, em 2017, liminar que permitiu a suspensão do pagamento da dívida junto à União como antecipação do Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017) e que previu o não pagamento da dívida por três anos, prorrogável por igual período. Desde então, os valores não pagos em decorrência dessa liminar foram empenhados e liquidados, estando inscritos em restos a pagar. O saldo de restos a pagar processados relacionado a essa dívida com a União totalizou, ao final do exercício de 2020, o valor de R\$ 11.121,3 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 3.469,7 milhões sobre o saldo do final do exercício de 2019, que foi de R\$ 7.651,6 milhões.



Em milhões de R\$	
<b>Restos a Pagar Processados</b>	
Exercício 2017	1.003,1
Exercício 2018	3.198,5
Exercício 2019	3.450,0
Exercício 2020	3.469,7
<b>Total em 31 dezembro de 2020</b>	<b>11.121,3</b>

### 2.1.4 Operações de Crédito

O ingresso de novas operações de crédito tem limites previstos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001. Para os estados, o limite global de receitas de operações de crédito é 16% da RCL do período de referência.

#### 2.1.4.1 Ingressos

O Estado continua impedido de contratar novas operações de crédito por ter ultrapassado o limite da dívida consolidada líquida (vide item 2.1.3). No entanto, houve ingresso de parcelas de contratações já efetuadas, que totalizaram R\$ 24,9 milhões (R\$ 4,9 milhões PMAE-Defensoria e R\$ 20,0 milhões Proredes-BNDES) em 2020.

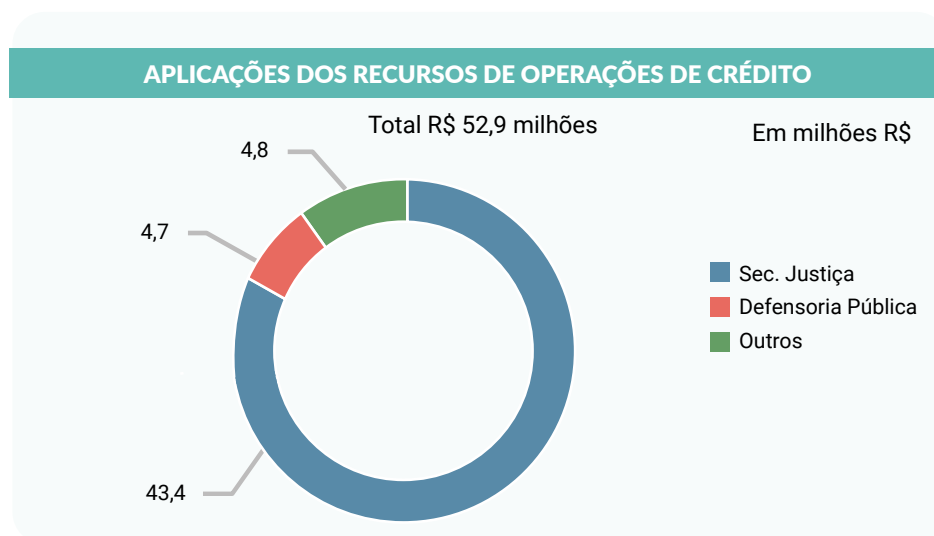
A tabela a seguir demonstra o ingresso de recursos de operações de crédito, bem como o limite máximo dos últimos três exercícios.

Em milhões R\$			
	2020	2019	2018
Receitas de Operações de Crédito	24,9	191,9	270,2
<b>Limite</b>	<b>6.727,5</b>	<b>6.364,7</b>	<b>6.043,7</b>

Como pode ser observado na tabela, o ingresso de recursos de operações de crédito vem diminuindo nos últimos exercícios e está abaixo do limite máximo determinado na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

#### 2.1.4.2 Aplicação

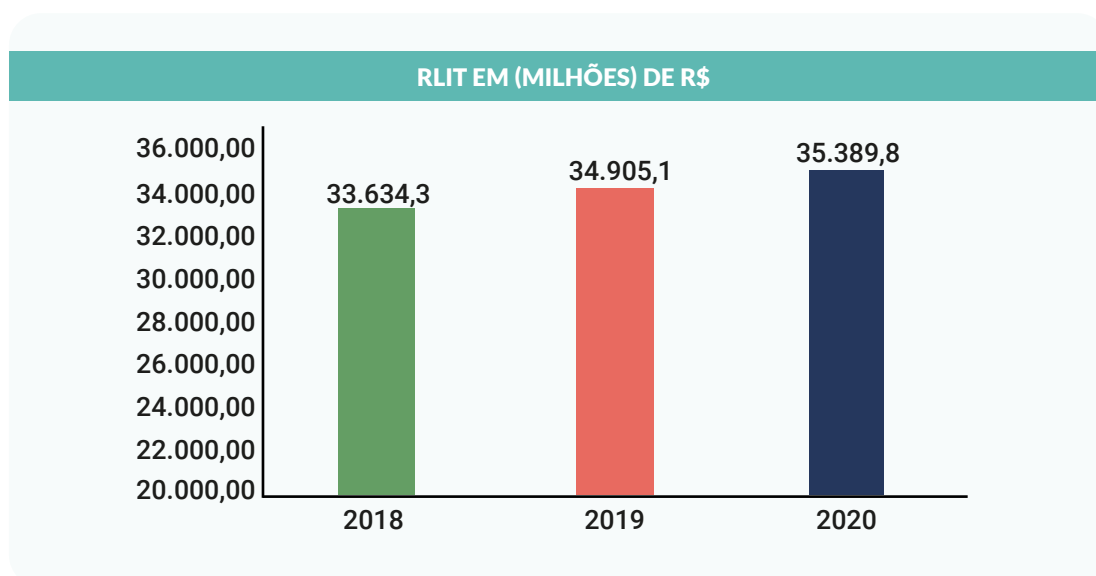
Foram aplicados no BID, em 2020, R\$ 52,9 milhões em recursos oriundos de operações de crédito, principalmente do Programa de Oportunidade e Direitos (POD). Foram utilizados principalmente em investimentos de aprimoramento do processo de ressocialização, pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Os recursos foram distribuídos conforme o gráfico a seguir.



## 2.2 Vinculações Constitucionais e Legais

A Constituição Federal estabeleceu percentuais mínimos de gastos do orçamento público com algumas funções do Estado. A Constituição Estadual e outros instrumentos legais fizeram o mesmo, buscando direcionar os recursos públicos para as áreas tidas como mais importantes ou estratégicas para atendimento à população. A base de cálculo desses percentuais é a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), composta pela soma da arrecadação de impostos do Estado acrescida dos valores de transferências constitucionais recebidos de outros entes e pela dedução das participações dos municípios nessas receitas. A RLIT é utilizada para calcular o valor mínimo a ser aplicado no exercício nas duas principais funções do Estado: saúde e educação.

O gráfico a seguir apresenta os valores da RLIT dos últimos três anos.



A RLIT de 2020 avançou 1,39% em relação ao ano anterior, impactando as despesas com educação e saúde, que estão atreladas a ela pelos mínimos constitucionais.

### 2.2.1 Despesa com Educação

O governo do Estado utiliza-se de três fontes principais de recursos para custeio das despesas com educação. Segue tabela demonstrando, por fonte de recurso, o total das despesas executadas.

Fonte	Em milhões de R\$					
	2020		2019		2018	
	Aplicação	%	Aplicação	%	Aplicação	%
1 – Impostos e Transferências Constitucionais	7.949,0	93,66%	7.682,9	92,46%	7.551,1	91,80%
2 – Transferências Obrigatórias	489,3	5,77%	597,9	7,20%	623,0	7,57%
3 – Transferências Voluntárias	21,9	0,26%	16,8	0,20%	4,4	0,05%
4 – Outras Fontes	26,9	0,32%	11,8	0,14%	47,1	0,57%
<b>Total das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (1+2+3+4)</b>	<b>8.487,1</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.309,4</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.225,6</b>	<b>100,00%</b>

\* Valores empenhados

A principal fonte de financiamento (93,66% do total de despesas realizadas em 2020) são recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais. Outra fonte que se destaca é a de transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (transferências obrigatórias), representando 5,77% da despesa total em 2020.

#### 2.2.1.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Além das despesas aplicadas em Educação com as fontes indicadas no item “1 – Impostos e transferências constitucionais” da tabela anterior, as chamadas “perdas com o Fundeb” também são computadas como despesa de educação. O Fundeb é um fundo de natureza contábil (escritural) e de âmbito estadual (um para cada estado), constituído por parte das receitas arrecadadas por Estados e por Municípios. Nos Estados, são repassados 20% de todos os recursos arrecadados para o Fundo de Participação dos Estados (FPE), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ICMS Desoneração (Lei Complementar nº 87/1996), Imposto de Produtos Industrializados relativo às exportações (IPI-Exportação), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) e Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA). O somatório dos recursos enviados ao Fundeb de cada unidade da federação é redistribuído ao Estado e a seus Municípios conforme o número de matrículas em escolas de ensino

fundamental regular, ensino médio, de educação especial e educação de jovens e adultos (fundamental e médio). Nessa divisão, o estado do Rio Grande do Sul recebeu em 2020 R\$ 2,01 bilhões a menos que o valor de suas receitas transferidas ao fundo, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Em milhões de R\$			
Fundeb	2020	2019	2018
1 – Contribuição do Estado ao Fundeb	6.363,9	6.275,1	6.103,5
2 – Retorno recebido pelo Estado	4.349,7	4.411,1	4.483,0
Perda relacionada ao Fundeb (1-2)	2.014,2	1.863,9	1.620,4
<b>Perda relacionada ao Fundeb (%)</b>	<b>31,65%</b>	<b>29,70%</b>	<b>26,55%</b>

O Estado vem aumentando o percentual de perda com o Fundeb nos últimos anos, atingindo 31,65% em 2020. Ressalte-se que essas perdas constituíram ganho para o conjunto dos Municípios gaúchos.

A Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, renovou o Fundeb (a previsão da lei anterior do Fundeb era de duração de 15 anos e esse prazo venceria no final de 2020) e incluiu algumas mudanças importantes, como a alteração da base de cálculo, bem como um regramento mais rígido em relação a como os gastos do fundo poderão ser realizados.

### 2.2.1.2 Limites Constitucionais da Educação

O artigo 212 da Constituição Federal dispõe que 25% da RLIT deve ser aplicado em despesas com ações típicas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), conforme o artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No Estado, esse percentual é fixado em 35%, segundo o artigo 202 da Constituição Estadual.

O cumprimento do percentual mínimo de despesas com educação dos últimos três anos é evidenciado na tabela a seguir.

Em milhões de R\$			
Fonte	2020	2019	2018
	Aplicação	Aplicação	Aplicação
<b>1 – Impostos e Transferências Constitucionais</b>	<b>7.938,4</b>	<b>7.682,1</b>	<b>7.549,7</b>
<b>2 – Deduções para Fins do Limite Constitucional</b>	<b>2.013,9</b>	<b>1.852,8</b>	<b>1.620,2</b>
Resultado Líquido das Transferências do Fundeb	2.014,2	1.863,9	1.620,4
Cancelamento de Restos a Pagar Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,3	11,1	0,2
<b>Total Aplicado (1+2)</b>	<b>9.952,3</b>	<b>9.534,9</b>	<b>9.169,9</b>
<b>Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT</b>	<b>35.389,8</b>	<b>34.905,1</b>	<b>33.634,3</b>
<b>Percentual Aplicado em MDE</b>	<b>28,12%</b>	<b>27,32%</b>	<b>27,26%</b>

Dessa forma, o Estado do Rio Grande do Sul vem cumprindo o mínimo de 25% da RLIT com despesas em educação previsto na Constituição Federal, tendo em 2020 atingido o percentual de 28,12%, praticamente estável em relação aos anos anteriores, mas distante do percentual de 35% previsto na Constituição Estadual.

### 2.2.2 Despesa com Saúde

O governo do Estado utiliza três fontes de recursos para custeio das despesas com saúde. Segue quadro demonstrativo, por fonte de recurso, do total das despesas executadas nos últimos três anos.

Despesas com Saúde por Fonte de Recurso	Em milhões de R\$					
	2020	%	2019	%	2018	%
1 – Impostos e transferências Constitucionais	4.299,5	70,26%	4.252,3	81,59%	4.099,5	82,31%
2 – Transferências do SUS	1.795,3	29,34%	944,6	18,12%	844,6	16,96%
3 – Outras Fontes	24,9	0,41%	15,1	0,29%	36,4	0,73%
<b>Total</b>	<b>6.119,6</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.212,0</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.980,5</b>	<b>100,00%</b>

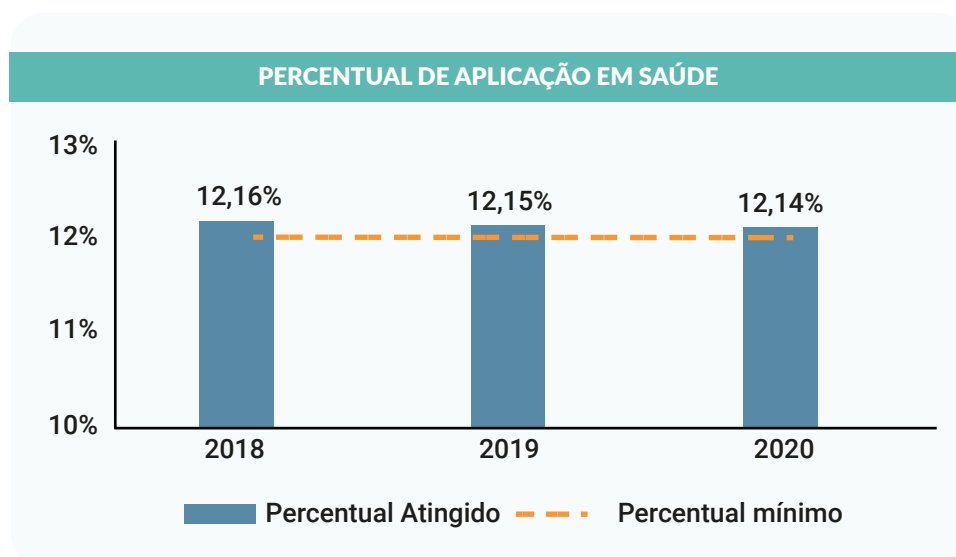
\* Valores empenhados

A principal fonte de financiamento à saúde, que representou 70,26% do total de despesas em 2020, são os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCD e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)) e as transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Estados (FPE), Desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/1996), IPI-Exportação), base de cálculo do limite constitucional, conforme item “Limites Constitucionais da Saúde” (2.2.2.1). Cabe destacar também as transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), que representaram 29,34% da despesa total em 2020, um crescimento de 11,22 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esse aumento substancial está ligado ao apoio financeiro do Governo Federal para o enfrentamento da pandemia realizado por meio da Lei Complementar nº 173/2020 e de outras transferências extraordinárias do SUS.

#### 2.2.2.1 Limites Constitucionais da Saúde

A Constituição Federal determina que 12% da RLIT deve ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde. Em 2020, o total da RLIT foi de R\$ 35.389,8 milhões, e as despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transferências constitucionais totalizaram R\$ 4.298,5 milhões (não são consideradas no cálculo as despesas empenhadas e não liquidadas – R\$ 0,9 milhão), resultando em uma aplicação de 12,14% da RLIT. É apresentado, a seguir, o percentual de gastos com saúde a partir de 2018,

conforme os critérios determinados pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em que se observa que o Estado vem atingindo o mínimo constitucional previsto:



### 2.2.3 Despesa com Ensino Superior

O artigo 201 da Constituição Estadual, em seu parágrafo 3º, determina que o Estado deve aplicar 0,5% da sua Receita Líquida de Impostos Próprios (RLIP) na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público, mediante crédito educativo e bolsas de estudos, integral ou parcial, no ensino superior comunitário. A RLIP é composta pela receita dos impostos próprios do ente, descontada a parte relativa a esses impostos pertencentes aos Municípios.

Segue abaixo quadro com a aplicação de recursos no ensino superior e o percentual em relação à RLIP.

Em milhões de R\$						
Especificação	2020	% Aplicação	2019	% Aplicação	2018	% Aplicação
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO SUPERIOR</b>	<b>94,0</b>		<b>99,1</b>		<b>96,5</b>	
Pessoal e Encargos	80,9	86,11%	83,5	84,27%	79,1	81,97%
Outras Despesas Correntes	13,0	13,87%	15,4	15,52%	16,6	17,23%
Investimentos	0,0	0,02%	0,2	0,21%	0,8	0,80%
<b>Receita Líquida de Impostos Próprios</b>	<b>32.869,2</b>		<b>32.323,4</b>		<b>30.999,6</b>	
<b>Percentual de Aplicações</b>	<b>0,29%</b>		<b>0,31%</b>		<b>0,31%</b>	

Conforme a tabela, o Estado não tem aplicado o percentual mínimo determinado em sua Constituição. Cabe destacar que os gastos com pessoal e encargos têm concentrado mais de 80% dos valores empenhados no ensino superior ao longo dos últimos exercícios.

### 2.2.4 Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica

O artigo 236 da Constituição Estadual estabelece que o Estado deve destinar, no mínimo, 1,5% da sua RLIP para aplicações de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

A tabela a seguir demonstra a aplicação de recursos em pesquisa nos últimos três exercícios.

Em milhões de R\$			
Especificação	2020	2019	2018
Fomento à Pesquisa Científica	34,3	28,1	26,5
Receita Líquida de Impostos Próprios (RLIP)	32.869,2	32.323,4	30.999,6
<b>Percentual de Aplicações</b>	<b>0,10%</b>	<b>0,09%</b>	<b>0,09%</b>

Observa-se que o Estado está aplicando um montante abaixo do mínimo determinado em sua Constituição para pesquisa científica e tecnológica.

## 2.3 Despesa com Segurança

O governo do Estado utiliza-se de várias fontes de recursos para custeio das despesas com segurança pública. Segue tabela demonstrativa com o total das despesas executadas nos últimos três anos:

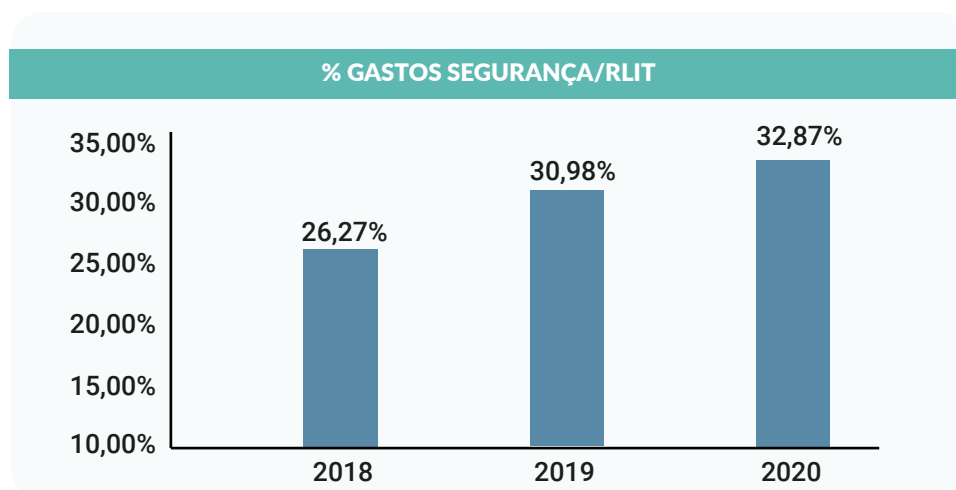
Em milhões de R\$						
Fonte	2020		2019		2018	
	Aplicação	%	Aplicação	%	Aplicação	%
1 – Tesouro (Livres)	10.759,0	92,49%	10.372,3	95,91%	8.256,8	93,46%
2 – Tesouro (Vinculados por Lei)	561,1	4,82%	375,4	3,47%	421,9	4,78%
3 – Convênios	61,6	0,53%	67,4	0,62%	155,9	1,76%
4 – Outras Fontes	251,1	2,16%	-	0,00%	0,1	0,00%
<b>Total das Despesas com Segurança</b>	<b>11.632,7</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.815,0</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.834,8</b>	<b>100,00%</b>

\* Valores empenhados

A principal fonte de financiamento para a segurança pública, perfazendo 92,49% do total aplicado em 2020, são recursos livres.

### 2.3.1 Despesa com Segurança Pública × RLIT

Diferentemente das despesas com saúde e educação, a segurança pública, também considerada uma das principais funções do Estado, não possui um percentual mínimo de aplicação definido pela Constituição Federal. Para fins comparativos, optou-se por apresentar o comprometimento da RLIT com despesas de segurança pública, tomando por base os critérios aplicados nos cálculos de saúde e educação.



Como é possível observar no gráfico, a área da Segurança Pública segue expandindo seu percentual em relação à RLIT.

## 2.4 Resultado Previdenciário

Para efeito de análise, o resultado previdenciário será desdobrado em Plano Financeiro (Regime de Repartição Simples), Fundo Previdenciário (Fundoprev – Regime de Capitalização) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

Na esteira da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aprovada pelo Congresso Nacional, o Estado do Rio Grande do Sul aprovou a Lei Complementar nº 15.429, de 22 de dezembro de 2019, adequando a legislação do Estado às alterações da legislação federal. Com a nova Lei, as alíquotas previdenciárias foram alteradas, gerando faixas de alíquotas conforme o valor da base de contribuição. Essas mudanças passaram a valer a partir de abril de 2020, em razão do princípio tributário da noventena, impactando positivamente tanto o plano financeiro quanto o plano previdenciário, pois propiciam aumento de arrecadação. Além disso, no início de 2020 também foram aprovadas novas leis e uma emenda à Constituição que alteraram diversos dispositivos relacionados a benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais, o que tende a auxiliar na redução do déficit previdenciário ao longo dos próximos anos.

### 2.4.1 Plano Financeiro

O resultado previdenciário demonstrado a seguir decorre do confronto entre receitas e despesas previdenciárias. As receitas contemplam, entre outras, contribuições dos segurados, contribuição patronal, receitas de valores mobiliários, receitas



de compensações entre os regimes próprios (RPPS) e o regime geral de previdência (RGPS). Por sua vez, as despesas estão relacionadas basicamente aos pagamentos de aposentadorias e pensões. No quadro a seguir, as contribuições para cobertura do déficit pagas pelo Estado ao Instituto de Previdência do Estado (IPE Prev), no montante de R\$ 11.248,3 milhões, não compõem o total da receita.

Em milhões de R\$				
Resultado Previdenciário – RPPS	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Receita	7.090,9	4.865,8	2.225,1	45,73%
Despesa	17.030,1	16.913,4	116,6	0,69%
<b>Resultado</b>	<b>-9.939,1</b>	<b>-12.047,6</b>	<b>2.108,5</b>	<b>17,50%</b>

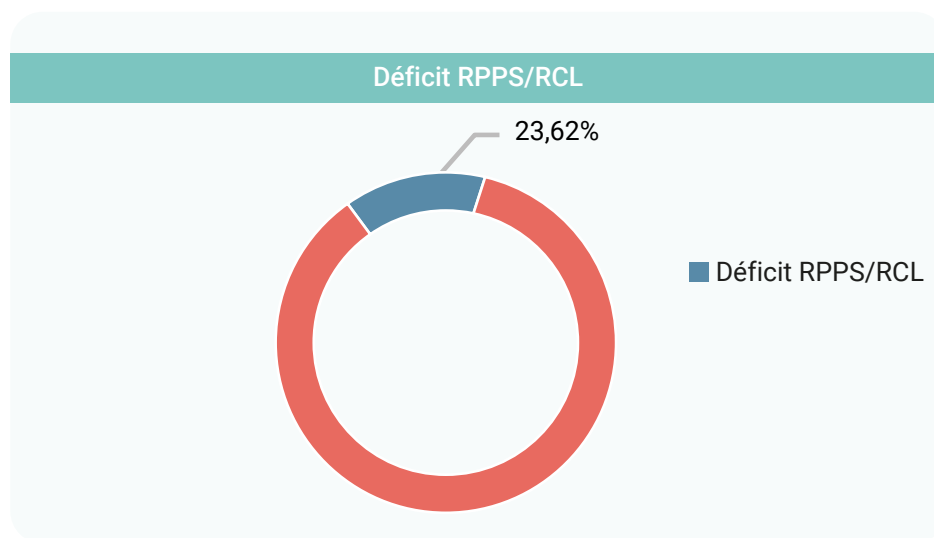
O déficit demonstrado é resultado de um regime que passou a ter caráter contributivo e solidário apenas com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Assim, os resultados negativos que esse plano apresenta atualmente têm origem, sobretudo, em períodos anteriores às referidas emendas. Destaca-se que o *Manual de Demonstrativos Fiscais* inseriu em sua 10ª edição, válida para 2020, uma alteração significativa na apuração do resultado previdenciário. As despesas administrativas do órgão pagador responsável pela administração e pagamento dos inativos e pensionistas deixou de fazer parte do resultado previdenciário, passando a compor o resultado da administração, no qual há o confronto das receitas e despesas administrativas. Para fins de comparação, na tabela de resultado previdenciário os valores de 2019 foram adaptados a essa alteração para que seja possível acompanhar as variações ocorridas de fato, retirando o efeito da mudança de critérios na elaboração do resultado.

Como é possível observar no quadro de resultados previdenciários do plano financeiro, as alterações impostas pela Lei Complementar nº 15.429/2019 tiveram um resultado importante na receita arrecadada, com avanço superior a 45% em relação ao ano anterior. Como as despesas se mantiveram praticamente estáveis, o resultado previdenciário do regime financeiro teve uma redução de R\$ 2,11 bilhões, atingindo um déficit de R\$ 9,94 bilhões. Como era esperado, essas mudanças inverteram uma tendência de aumento contínuo nos valores nominais de déficit, sinalizando para uma melhora na situação previdenciária do Estado.

A representatividade desse déficit nas contas do Estado pode ser melhor entendida a partir da tabela a seguir, na qual se observa que, além da queda nominal do déficit, a proporção em relação à RCL teve uma diminuição significativa.

Em milhões de R\$			
	2020	2019	Var. %
<b>RCL</b>	42.073,5	39.779,4	5,77%
<b>Déficit RPPS</b>	9.939,1	12.047,7	17,50%
<b>% da RCL</b>	<b>23,62%</b>	<b>30,29%</b>	

Note-se que o déficit do principal regime de previdência do Estado consumiu, mesmo com a redução no último ano, 23,62% da receita corrente líquida.



#### 2.4.2 Fundo Previdenciário (Fundoprev)

O Fundo Previdenciário (Fundoprev) foi instituído pela Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, e abrange os servidores que ingressaram no serviço público desde essa data. Ele é gerido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Ipergs), com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da autarquia. Dessa forma, com a segregação de massas do RPPS, existem, desde 15 de julho de 2011, dois tipos de servidores/segurados: os que ingressaram no Estado antes dessa data e estão abrangidos pelo Plano Financeiro e os que ingressaram depois e estão abrangidos pelo Plano Previdenciário. A Lei Complementar Estadual nº 15.511, de 24 de agosto de 2020, promoveu alterações no Fundoprev, sendo a principal delas a mudança dos servidores que ingressaram no Estado entre o período da criação do Fundoprev (15 de julho de 2011) e a criação do Regime de Previdência Complementar – Lei nº 14.750, de 15 de outubro de 2015 –, passando esses servidores a fazer parte do fundo financeiro, autorizando inclusive, a transferência do saldo superavitário relativo às contribuições para o fundo financeiro.

Em razão do pouco tempo de existência do Fundoprev, o resultado é superavitário, conforme tabela a seguir.

Em milhões de R\$

Resultado Previdenciário – Fundoprev	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
Receita	584,4	864,0	-279,6	-32,36%
Despesa	4,5	11,9	-7,4	-62,11%
<b>Resultado</b>	<b>579,9</b>	<b>852,1</b>	<b>-272,2</b>	<b>-31,94%</b>

Salienta-se que a mesma alteração do MDF (retirada das receitas e despesas administrativas da apuração do resultado previdenciário) vista no capítulo 2.4.1 ocorreu no Fundoprev. Contudo, os efeitos no resultado foram muito menores devido à diferença de tamanho dos planos. A redução nas receitas do plano previdenciário (32,36%) está associada aos rendimentos negativos das aplicações dos recursos do Fundoprev devido à pandemia do novo Covid-19 e à mudança dos servidores que ingressaram no Estado no período entre as leis que criaram o Fundoprev e o RPC. Com a mudança, as receitas vinculadas a esses servidores deixaram de ingressar no Fundoprev e passaram a compor as receitas do plano financeiro.

O Fundoprev fechou 2020 com R\$ 3.203,9 milhões depositados em aplicações em contas bancárias. É importante destacar que esses valores não estão aplicados no Caixa Único do Estado, estando totalmente disponíveis para a gestão do fundo. Salienta-se que a transferência dos valores relativos aos servidores que foram migrados do regime previdenciário para o regime financeiro por meio da Lei Complementar nº 15.511, de 24 de agosto de 2020, ainda não foi efetuada pela administração.

### 2.4.3 Regime de Previdência Complementar (RPC-RS)

O Regime de Previdência Complementar (RPC), instituído pela Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, entrou em funcionamento após a autorização concedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) por meio da Portaria nº 382, publicada no *Diário Oficial da União* em 18 de agosto de 2016.

A partir da autorização, os servidores que ingressam no serviço público estadual têm suas aposentadorias e pensões limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), fixado em R\$ 6.101,06 no exercício de 2020. Isso significa que tanto a contribuição do servidor quanto a contribuição equivalente do Estado também estão limitadas ao referido teto.

Para complementar o benefício da aposentadoria, o servidor poderá aderir ao plano oferecido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul (RS-Prev), contribuindo sobre o valor da remuneração que exceder o teto do RGPS. Nesse caso, o Estado também contribuirá para o plano de previdência

complementar com o mesmo valor da contribuição realizada pelo servidor, limitado à alíquota de 7,5%.

O regime de previdência complementar do Rio Grande do Sul alcançou 1.332 participantes no final de 2020.

## **2.5 Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual**

A Lei Complementar nº 14.836, de 14 de janeiro de 2016, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, contém normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, criando mecanismos prudenciais de controle com o objetivo de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

Essa lei inovou no controle dos gastos públicos em relação à LRF e avançou nas restrições ao aumento desses gastos. Além disso, apresentou outras vedações, como a proibição de aumentos salariais a servidores para o período posterior ao mandato do titular do Poder Executivo. Destaca-se que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70069406122 afastou a aplicação da lei aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MP, ao TCE e à Defensoria Pública do Estado (DPE).



## 3. GESTÃO PATRIMONIAL

A contabilidade pública brasileira está avançando no processo de convergência aos padrões internacionais. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está editando gradualmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), que são normas convergidas das *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*.

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), por força de mandamento legal contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem o papel de consolidar as contas públicas nacionais, bem como de normatizar as regras gerais dessa consolidação. Dessa forma, anualmente são publicadas alterações no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e periodicamente é publicada nova edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que já está na 8ª edição. Além disso, em 2015 foi publicada a Portaria STN nº 548, que dispôs sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estabelecendo prazos para os entes da federação aplicarem os procedimentos contidos no MCASP, que estão alinhados com as NBC TSP editadas pelo CFC.

A seguir apresenta-se quadro demonstrativo dos prazos estipulados pela STN no PIPCP e a situação do Estado em relação a esses:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Parcialmente Atendido
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Parcialmente Atendido

(continua)

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Em implantação / Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Planejamento GTCON RS
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Planejamento GTCON RS

Considera-se implantado o procedimento contábil que está alinhado às regras estabelecidas no MCASP e nas NBC TSP vigentes. Em implantação são os procedimentos iniciados em 1º de janeiro de 2021, sobre os quais já foram expedidos normativos e/ou guias de lançamentos contábeis. Parcialmente atendidos são os procedimentos que estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP, entretanto com ajustes a serem realizados. O *status* de “Planejamento GTCON RS” refere-se àqueles que ainda não foram iniciados, entretanto foram incluídos no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul (GTCON/RS), instituído pela Portaria Sefaz/RS nº 45, de 10 de abril de 2019.

### 3.1 Ativo

Em 31 de dezembro de 2020, o Ativo do Estado, comparado com o do ano anterior, pode ser verificado no quadro a seguir:

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2020		2019		Δ%
		R\$	%	R\$	%	2020/2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>18.656,5</b>	<b>29,82%</b>	<b>20.759,1</b>	<b>33,05%</b>	<b>-10,13%</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>4.294,2</b>	<b>6,86%</b>	<b>3.027,2</b>	<b>4,82%</b>	<b>41,86%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	Financeiro	3.573,0	5,71%	2.987,6	4,76%	19,60%
Caixa e Equivalente de Caixa - Siac	Financeiro	721,2	1,15%	39,5	0,06%	1723,64%
<b>Créditos a Curto Prazo</b>		<b>10.704,5</b>	<b>17,11%</b>	<b>14.701,3</b>	<b>23,40%</b>	<b>-27,19%</b>
Créditos Tributários a Receber	Permanente	7.909,8	12,64%	7.789,6	12,40%	1,54%
Clientes	Permanente	55,7	0,09%	60,3	0,10%	-7,63%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Permanente	179,7	0,29%	935,5	1,49%	-80,79%
Dívida Ativa Tributária	Permanente	2.382,5	3,81%	1.700,0	2,71%	40,15%
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	54,9	0,09%	41,8	0,07%	31,44%
Devedores	Financeiro	158,1	0,25%	142,0	0,23%	11,36%
Responsáveis por Pagamentos Irregulares	Financeiro	111,9	0,18%	1.713,7	2,73%	-93,47%
Sequestros Judiciais a Regularizar	Financeiro	-	0,00%	1.595,8	2,54%	-100,00%
Depósitos Judiciais	Financeiro	59,7	0,10%	581,0	0,92%	-89,72%
Demais Créditos de Curto Prazo	Permanente	325,6	0,52%	258,4	0,41%	26,01%
Demais Créditos de Curto Prazo	Financeiro	4,0	0,01%	3,9	0,01%	0,41%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Curto prazo	Permanente	-537,3	-0,86%	-120,7	-0,19%	345,26%
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>		<b>3.203,9</b>	<b>5,12%</b>	<b>2.732,2</b>	<b>4,35%</b>	<b>17,26%</b>
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	Financeiro	2.598,3	4,15%	2.329,2	3,71%	11,56%
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	Financeiro	605,6	0,97%	403,1	0,64%	50,24%
<b>Estoques</b>		<b>421,2</b>	<b>0,67%</b>	<b>265,9</b>	<b>0,42%</b>	<b>58,43%</b>
Mercadorias para Revenda	Permanente	0,1	0,00%	0,1	0,00%	-0,75%
Almoxarifado	Permanente	421,1	0,67%	265,7	0,42%	58,46%
<b>Imobilizado Mantido para Venda</b>	Permanente	<b>32,6</b>	<b>0,05%</b>	<b>32,6</b>	<b>0,05%</b>	<b>0,00%</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>43.901,3</b>	<b>70,18%</b>	<b>42.060,6</b>	<b>66,95%</b>	<b>4,38%</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>19.243,4</b>	<b>30,76%</b>	<b>19.627,2</b>	<b>31,24%</b>	<b>-1,96%</b>
Clientes	Permanente	4,4	0,01%	2,2	0,00%	95,65%
Dívida Ativa Tributária	Permanente	43.346,2	69,29%	44.071,2	70,16%	-1,65%
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	839,8	1,34%	729,9	1,16%	15,06%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Financeiro	45,2	0,07%	45,2	0,07%	0,00%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Permanente	1.024,3	1,64%	1.016,4	1,62%	0,77%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	Permanente	22,3	0,04%	19,9	0,03%	12,13%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Longo Prazo	Permanente	-26.038,9	-41,62%	-26.257,7	-41,80%	-0,83%
<b>Investimentos</b>		<b>13.794,7</b>	<b>22,05%</b>	<b>12.124,2</b>	<b>19,30%</b>	<b>13,78%</b>
Participações Acionárias	Permanente	11.789,8	18,85%	9.577,1	15,25%	23,10%

(continua)



Em milhões de R\$						
Títulos	Atributo*	2020		2019		Δ%
		R\$	%	R\$	%	2020/2019
Fundos para Financiamento	Permanente	2.004,8	3,20%	2.547,1	4,05%	-21,29%
<b>Imobilizado</b>		<b>10.783,4</b>	<b>17,24%</b>	<b>10.262,3</b>	<b>16,34%</b>	<b>5,08%</b>
Bens Móveis	Permanente	3.774,2	6,03%	3.541,9	5,64%	6,56%
Bens Imóveis	Permanente	7.059,0	11,28%	6.732,9	10,72%	4,84%
(-) Depreciação Acumulada	Permanente	-49,8	-0,08%	-12,6	-0,02%	-
<b>Intangível</b>		<b>79,9</b>	<b>0,13%</b>	<b>46,9</b>	<b>0,07%</b>	<b>70,46%</b>
<b>Total</b>		<b>62.557,8</b>	<b>100,00%</b>	<b>62.819,7</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,42%</b>

\* Classificação conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/64.

O Ativo do Estado manteve-se praticamente estável na comparação entre 2020 e 2019, com o aumento no Ativo Não Circulante compensando a redução do Ativo Circulante.

No Ativo Circulante, destaca-se a redução nos Créditos a Curto Prazo motivados pelo desconhecimento como ativos de Sequestros Judiciais pendentes de execução orçamentária. Destaca-se também o aumento dos Créditos Tributários a receber no curto prazo em razão de maior expectativa de recebimentos de Dívida Ativa em 2021.

Do Ativo Não Circulante, destaca-se o aumento do Ativo de Participações Acionárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado no item 3.1.6.

### 3.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa cresceu, em valores nominais, R\$ 1,27 bilhão, totalizando, ao final do exercício, R\$ 4,29 bilhões. Já o saldo do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), caixa único do Estado, apresentou aumento de R\$ 681,7 milhões em relação ao final do exercício de 2018. Esses valores serão melhores explicitados no item 3.1.1.1.

A seguir, resume-se a composição do Caixa e Equivalente de Caixa:

Em milhões de R\$			
Conta	2020	2019	Δ%
<b>Caixa e Equivalente de Caixa - Siac</b>	<b>721,2</b>	<b>39,5</b>	<b>1723,64%</b>
<b>Caixa</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-96,62%</b>
<b>Banco Conta Movimento</b>	<b>307,9</b>	<b>1.849,1</b>	<b>-83,35%</b>
<i>Poder Judiciário</i>	10,8	1.363,1	-99,21%
<i>Poder Executivo</i>	131,2	249,3	-47,37%
<i>Poder Legislativo</i>	2,0	2,7	-25,77%
<i>Ministério Público</i>	0,0	0,4	-92,41%
<i>Defensoria Pública</i>	1,2	2,9	-57,14%

(continua)

Em milhões de R\$			
Conta	2020	2019	Δ%
<i>Autorarquias</i>	115,5	172,0	-32,86%
<i>Fundações</i>	5,5	8,2	-33,50%
<i>RPPS</i>	41,6	50,4	-17,44%
<b>Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Recursos Livres)</b>	<b>18,5</b>	<b>15,5</b>	<b>19,31%</b>
<i>Poder Executivo</i>	18,2	15,1	20,90%
<i>Demais Poderes, Autorarquias e Fundações</i>	0,3	0,5	-30,43%
<b>Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Recursos Vinculados)</b>	<b>2.811,7</b>	<b>857,0</b>	<b>228,09%</b>
<i>Poder Executivo</i>	1.199,1	807,3	48,53%
<i>Poder Judiciário</i>	1.557,4	-	-
<i>Demais Poderes, Autorarquias e Fundações</i>	55,2	49,7	11,05%
<b>Aplicações Fundo da Saúde</b>	<b>237,0</b>	<b>88,4</b>	<b>168,17%</b>
<b>Rede Bancária - Arrecadação</b>	<b>197,9</b>	<b>177,6</b>	<b>11,45%</b>
<b>Total do Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>4.294,2</b>	<b>3.027,2</b>	<b>41,86%</b>

A conta com maior representatividade é a de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata de Recursos Vinculados, totalizando R\$ 2,81 bilhões ao final do exercício de 2020. Cabe destacar que esses valores não estão aplicados no Siac, sendo que a maior parte se refere a fundos orçamentados e convênios, ou seja, recursos vinculados. O Poder Judiciário é o detentor de 55,39% desse saldo (R\$ 1,56 bilhão) e o restante está com os demais poderes, autarquias e fundações.

A segunda conta com maior representatividade é o Sistema Integrado de Administração de Caixa, que é detalhado a seguir.

### 3.1.1.1 Sistema Integrado de Administração de Caixa – Siac

O Sistema Integrado de Administração de Caixa (Siac), instituído pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, destina-se a centralizar as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, ou seja, o caixa único do Estado. O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul.

O saldo do Siac decorre das aplicações realizadas pelos órgãos da administração estadual, até determinada data, deduzidas do montante resgatado pelo Tesouro do Estado e do ajuste de consolidação. O referido ajuste consiste na eliminação das aplicações da administração indireta (autarquias e fundações), registradas em seus ativos, com o passivo registrado na administração direta. Tal informação pode ser assim demonstrada:

Em milhões de R\$		
	2020	2019
Ativo Administração Direta	7.213,8	20.582,1
Ativo Autarquias e Fundações	1.196,7	1.062,1
Passivo com Autarquias e Fundações	-1.196,7	-1.062,1
Resgates do Tesouro	-6.492,6	-20.542,6
<b>Saldo</b>	<b>721,2</b>	<b>39,5</b>

A principal razão da queda expressiva tanto nos depósitos da Administração Direta quanto nos resgates foi a alteração na contabilização dos saques de depósitos judiciais de terceiros. Até o exercício anterior, o valor sacado de depósitos judiciais de terceiros era depositado em uma conta corrente específica vinculada ao Siac, o que resultava em registros duplicados: um pelo saque do depósito judicial e outro pela utilização do valor no Siac. Com essa alteração, o saldo dos depósitos judiciais passou a ser depositado diretamente em uma conta de recurso livre, evitando-se assim que os valores constem como Resgates do Tesouro e consequentemente a duplicidade de registros.

Das fontes de recursos que ingressaram no Siac no exercício de 2020, destacam-se aquelas provenientes da movimentação das aplicações do Tribunal de Justiça (R\$ 304,6 milhões), da CEEE GT (R\$ 274,9 milhões), da Assembleia Legislativa (R\$ 120,6 milhões) e da Corsan (R\$ 122,3 milhões). Entre as contas que tiveram mais utilização de recursos que aplicações, destacam-se o Fundo de Reforma do Estado (R\$ 2,46 bilhões), o Fomentar (R\$ 758,5 milhões), o Fundo Ampara (R\$ 290,0 milhões) e o Fundeb (R\$ 274,1 milhões).

A seguir, são listadas as contas com saldos mais representativos na composição do total de aplicações do Siac:

Em milhões de R\$		
Composição do Siac		
Conta	Valor	Participação %
Administração Indireta / Fundos Especiais	2.498,3	34,63%
Poderes/Órgãos Autônomos (Exceto P. Exec.)	2.069,8	28,69%
Programa de Reforma do Estado	677,7	9,40%
Fundeb Seduc	310,1	4,30%
Fundo de Recursos Hídricos	246,1	3,41%
Educação	213,4	2,96%
Fundo Estadual de Saúde	168,4	2,33%
Outras	1.030,1	14,28%
<b>Total</b>	<b>7.213,8</b>	<b>100,00%</b>

A título de ilustração, na tabela seguinte, as aplicações são discriminadas de acordo com os saldos pertencentes a cada Poder/Órgão do Estado:

Em milhões de R\$

Aplicações Siac por Poder	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO	AL	TCE	MP	DPE	TOTAL
Recursos Livres	64,3	756,7	539,7	107,7	124,1	106,8	<b>1.699,2</b>
Recursos Vinculados	2.556,0	232,8	118,3	11,1	72,4	0,2	<b>2.990,9</b>
Depósitos Judiciais	25,4	-	-	-	-	-	<b>25,4</b>
Administração Indireta / Fundos Especiais	2.498,3	-	-	-	-	-	<b>2.498,3</b>
<b>Total</b>	<b>5.144,0</b>	<b>989,6</b>	<b>658,0</b>	<b>118,8</b>	<b>196,5</b>	<b>107,0</b>	<b>7.213,8</b>

### 3.1.2 Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos do Estado do Rio Grande do Sul, distribuídos entre Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, estão assim evidenciados:

#### 3.1.2.1 Créditos Tributários a Receber – Auto de Lançamento

Os créditos tributários constituídos na fase de Auto de Lançamento totalizaram R\$ 7,91 bilhões, um aumento de 1,54% quando comparado com o estoque ao final de 2019 (R\$ 7,79 bilhões). Na tabela a seguir, são apresentados os saldos e a evolução anual dos Créditos de Auto de Lançamento:

Em milhões de R\$

Conta Contábil	2020	2019
Créditos por Autos de Lançamentos	7.909,8	7.789,6
( - ) Ajuste para Perdas em Créditos por Autos de Lançamentos	-537,2	-120,6
<b>Estoque Viável</b>	<b>7.372,6</b>	<b>7.669,0</b>

Foi registrado um Ajuste de Perdas de Créditos no valor de R\$ 537,2 milhões que se refere a perdas estimadas pela Receita Estadual do total de R\$ 7.909,8 milhões em cobrança. Dessa forma, o valor líquido dos créditos de Auto de Lançamento era de R\$ 7.372,6 milhões ao final de 2020.

#### 3.1.2.2 Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, os valores a receber de Clientes estavam assim distribuídos entre curto e longo prazo:

Em milhões de R\$

Clientes	
Entidades	Valor Inscrito
<b>Curto Prazo</b>	<b>55,7</b>
Suprg	21,2
Irga	18,7

(continua)

Em milhões de R\$	
Clientes	
Entidades	Valor Inscrito
Administração Direta	12,2
Outros	3,6
<b>Longo Prazo</b>	<b>4,4</b>
Metroplan	2,3
Outros	2,0

Na Suprg, estão registrados valores de serviços portuários a receber. No Irga, os valores estão relacionados a arrendamentos e fornecimento de água para irrigação.

Na Administração Direta os valores se concentram na Secretaria Estadual da Saúde, relacionados a prestações de serviços de saúde devidos pela União ou Municípios ao Estado e serviços de processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue, seus componentes e derivados.

### 3.1.2.3 Empréstimos e Financiamentos Concedidos

No quadro a seguir estão destacados os principais saldos, por Órgão/Entidade, da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Em milhões de R\$		
Órgão/Entidade	2020	2019
Secretaria da Fazenda	84,7	91,7
Secretaria da Agricultura	50,6	302,1
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	29,2	43,7
Instituto de Previdência do Estado do RS	-	482,7
Outras	15,3	15,3
<b>Total</b>	<b>179,7</b>	<b>935,5</b>

Na Secretaria da Fazenda, os Empréstimos e Financiamentos Concedidos concentram-se em valores devidos por mutuários do Banco Nacional de Habitação.

Em 2020, na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, houve a transferência de saldo para as contas de investimentos de longo prazo (Fundos para Financiamento), resultando em redução na conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. Já no IPE Previdência houve o desconhecimento de R\$ 482,7 milhões, referente a créditos que foram transferidos para o Estado, em consequência das Leis nº 11.402/1999 e nº 15.144/2018, mas que atualmente estão em fase de apuração do saldo a receber, pois o valor original estava evidentemente superavaliado.

Na Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, o valor total está registrado no Fundo Pró-Guaíba. Ressalta-se que houve a quitação pela Corsan do Contrato de Repasse de Recursos 01-95, firmado entre o Estado e a Companhia, cujas parcelas vinham sendo compensadas com faturas de água e/ou esgoto e outros valores devidos pelo Estado, conforme previsto em Termo de Acordo assinado pelas partes, em 21 de dezembro de 2006.

### 3.1.2.4 Dívida Ativa

A Dívida Ativa é composta por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo de pagamento, após apuração de certeza e liquidez. O valor total inscrito em dívida ativa pelo Estado é de R\$ 48,37 bilhões (somatório da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no curto prazo e no longo prazo), sendo R\$ 46,15 bilhões da Administração Direta e R\$ 2,22 bilhões da Administração Indireta. No processo de consolidação, foram excluídos os valores devidos ao IPE Prev e ao IPE Saúde por outros órgãos do Estado no valor de R\$ 1,75 bilhão.

#### 3.1.2.4.1 Dívida Ativa da Administração Direta

Os saldos de Dívida Ativa da Administração Direta são expressos na tabela a seguir:

Em milhões de R\$		
	2020	2019
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.400,0</b>	<b>1.714,8</b>
Dívida Ativa Tributária	2.382,5	1.700,0
Dívida Ativa Não Tributária	17,5	14,8
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>17.900,5</b>	<b>18.366,5</b>
Dívida Ativa Tributária	43.346,2	44.071,2
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Tributária	-25.818,8	-26.022,5
Dívida Ativa Não Tributária	405,3	380,2
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Não Tributária	-32,3	-62,4
<b>Total</b>	<b>20.300,5</b>	<b>20.081,3</b>

Em atendimento às NBC TSP, anualmente são realizados a transferência para longo prazo e o ajuste das perdas esperadas referentes aos créditos inscritos em Dívida Ativa, que, apesar de todos os esforços para sua cobrança, possuem alta probabilidade de não realização.

Nesse sentido, foram realizados pelos órgãos responsáveis pela gestão da dívida ativa – Receita Estadual (cobrança administrativa) e Procuradoria-Geral do Estado (cobrança judicial) – estudos especializados sobre os créditos inscritos para cálculo do

ajuste e transferência para o longo prazo dos valores cuja expectativa de realização supere o término do exercício financeiro de 2021. Os critérios utilizados para o cálculo do ajuste são apresentados abaixo:

**a. Receita Estadual (Fase Administrativa)**

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

**I. Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de**

**Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.

**II. Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram

em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 9 (nove) exercícios, apurando-se uma média anual de 7,57%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2020.

**III. Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor Mínimo de Ajuizamento:** Uma

parte dos créditos em cobrança não pode ser encaminhada à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298, de 9 de setembro de 1991. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos.

### b. Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial sofreu alterações a partir do exercício de 2019. Quando comparado com o critério utilizado até 2018, houve a inclusão de cinco novas fases de cobrança e reclassificação de viabilidade de cobrança de outras cinco fases já existentes:

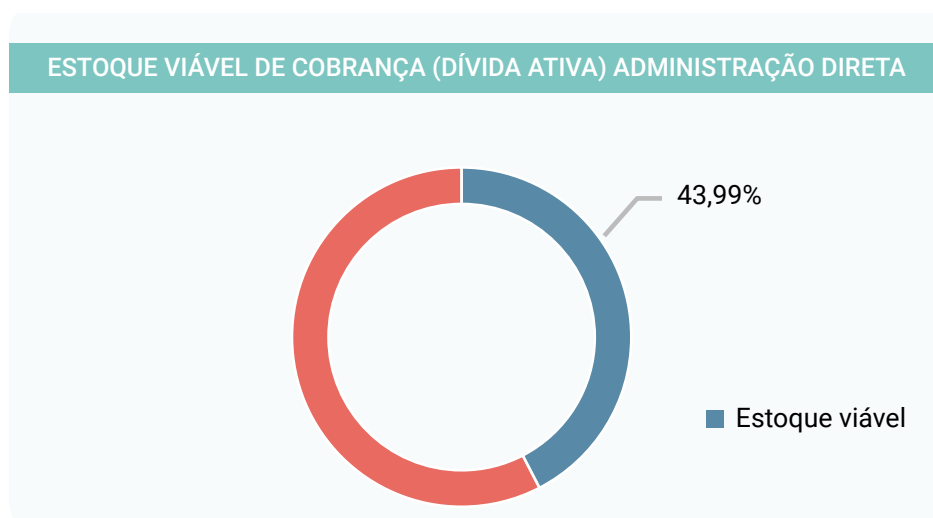
Fase da Cobrança	A partir de 2019	Até 2018
	Viabilidade da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Fase não informada até 2018
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Contra Massa Falida	Não	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Execução Embargada	Sim, sempre	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Adjudicação de Precatórios	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não	Fase não informada até 2018
Falência Encerrada	Não	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não	Não
Motivos Diversos	Não	Não

(continua)



Fase da Cobrança	A partir de 2019	Até 2018
	Viabilidade da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Extinto por Desistência Requerida	Não	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não	Não

O Estoque Viável de Dívida Ativa é de R\$ 20,30 bilhões dos R\$ 46,15 bilhões inscritos, portanto 43,99% do total em 2020, sendo que em 2019 o Estoque Viável era de 43,50%.



O ajuste realizado a partir do Balanço do Estado de 2015 permite evidenciar o estoque real dos valores cobráveis em dívida ativa, sem repercussões orçamentárias e financeiras. Além disso, não há alteração na situação de cobrança dos créditos, que permanecem como direito do Estado.

Comparando-se os totais inscritos (sem considerar o ajuste a valor recuperável) em 2020 (R\$ 46,15 bilhões) e em 2019 (R\$ 46,17 bilhões), houve praticamente uma estabilidade no Estoque Total de Dívida Ativa. Segue tabela demonstrando a evolução anual dos saldos de Dívida Ativa antes da realização de ajustes a valor recuperável:

Em milhões de R\$		
Estoque Total de Dívida Ativa		
Posição	Saldo	Variação no ano
31-12-2016	40.510,7	
31-12-2017	43.669,4	7,80%
31-12-2018	44.945,9	2,92%
31-12-2019	46.166,2	2,71%
31-12-2020	46.151,6	-0,03%

Já a arrecadação de Dívida Ativa apresentou o seguinte desempenho:

Em milhões de R\$			
Arrecadação Dívida Ativa			
	2020	2019	Variação
Valor Efetivamente Arrecadado	882,5	1.571,0	-43,82%
Valor Compensado com Precatório	175,4	795,0	-77,94%
<b>Total</b>	<b>1.057,9</b>	<b>2.366,0</b>	<b>-55,29%</b>

A queda no valor efetivamente arrecadado de dívida ativa está relacionada ao Refaz 2019, que previa redução de multas e juros dos tributos devidos e não houve programa semelhante em 2020. Quanto aos valores compensados, o programa Compensa-RS foi instituído pelo Decreto nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, a qual estabeleceu os requisitos para a compensação de precatórios com dívida ativa. Essa lei determinou que o valor máximo a ser compensado com precatórios é de 85% do valor da dívida ativa, devendo o restante ser pago pelo contribuinte à vista ou de forma parcelada. Os processos de compensação finalizados em 2020 totalizaram R\$ 175,4 milhões, o que representa uma queda de 77,94% em relação a 2019, que foi, até o momento, o ano em que se registrou o maior volume de compensações homologadas.

### 3.1.2.4.2 Dívida Ativa da Administração Indireta

A Dívida Ativa da Administração Indireta totalizou, em 2020, R\$ 2,22 bilhões e estava composta dos seguintes valores por Entidade:

Em milhões de R\$			
Dívida Ativa Administração Indireta			
Entidades	Valor Inscrito	Valor Ajuste de Consolidação	Saldo Consolidado
IPE Saúde	1.980,6	-1.720,1	260,4
Suprg	148,8	0,0	148,8
IPE Prev	47,0	-26,8	20,2
Detran	22,0	-	22,0
Daer	17,7	-	17,7
Outras Entidades	2,7	-	2,7
<b>TOTAL</b>	<b>2.218,8</b>	<b>-1.746,9</b>	<b>471,9</b>

A Dívida Ativa do IPE Prev e do IPE Saúde são relativos, em sua maioria, a valores devidos pela Administração Pública Estadual, fazendo com que esses valores sejam excluídos na consolidação do Balanço.

Na Suprg, a Dívida Ativa é composta por créditos relativos a serviços portuários, destacando-se o arrendamento de áreas e atracação de navios. Já no Daer, os valores inscritos em Dívida Ativa concentram-se em imputações de responsabilidade a empresas, enquanto no Detran o valor está relacionado a multas de trânsito.

### **3.1.2.5 Devedores, Responsáveis por Pagamentos Irregulares, Sequestros Judiciais a Regularizar e Depósitos Judiciais**

A conta Devedores demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas realizáveis independentemente de autorização orçamentária. Registra também os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional do Trabalho e pelo Tribunal Regional Federal que ainda não foram regularizados em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

Já a conta Responsáveis por Pagamentos Irregulares demonstra os pagamentos efetuados em que não houve o prévio empenho/liquidação, ou, caso tenha havido, esteja pendente de regularização. Registrava até 31 de dezembro de 2014 os sequestros judiciais referentes a Requisições de Pequenos Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde.

A partir de 1º de janeiro de 2015, essa conta passou a registrar todos os sequestros judiciais da administração direta, sejam aqueles relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal, sejam aqueles relacionados a ações judiciais da saúde. Nesse caso, existem duas situações, a saber: (1) Havia a informação completa sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil; (2) Não havia a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de número não foi reconhecida orçamentariamente.

Em cumprimento à IN Cage nº 8/2019, essa conta teve sua utilização encerrada em 31 de dezembro de 2019 e os sequestros realizados a partir de 2020 passaram a ser registrados como variações patrimoniais diminutivas do exercício em que ocorrerem independentemente de sua regularização orçamentária. A execução orçamentária dos valores sequestrados passou a ser controlada em contas de controle.

Além disso, a IN Cage nº 8/2019 também previu que os valores de sequestros registrados como ativo em exercícios anteriores, nas contas de Responsáveis, Sequestros Judiciais a Regularizar ou outra (como a conta Depósitos Judiciais utilizada majoritariamente pela Administração Indireta) fossem baixadas à conta de Ajuste de Exercício Anteriores. Essa baixa vai ao encontro das Normas Brasileiras de Contabilidade, em

especial a Estrutura Conceitual (NBCT SP 00), já que os valores não poderiam ser caracterizados como ativos.

A seguir demonstram-se os saldos comparados das contas de Devedores, de Responsáveis, de Sequestros Judiciais a Regularizar e de Depósitos Judiciais que evidenciam a baixa patrimonial:

Em milhões de R\$		
Conta Contábil	2020	2019
Devedores	158,1	142,0
Responsáveis	111,9	1.713,7
Sequestros Judiciais a Regularizar	-	1.595,8
Depósitos Judiciais	59,7	581,0
<b>Total</b>	<b>329,7</b>	<b>4.032,4</b>

### 3.1.2.6 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Financeiro

Os valores de Demais Créditos, tanto de curto prazo quanto de longo prazo (atributo financeiro), concentram-se em depósitos judiciais específicos realizados pelo Estado. Na resolução das demandas judiciais esses valores ou reverterão ao Estado ou serão destinados à outra parte no processo. No curto prazo esses valores totalizam R\$ 4,0 milhões, e no longo prazo, R\$ 45,2 milhões.

### 3.1.2.7 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo – Permanente

A seguir são detalhados os ativos que compõem os Demais Créditos a Receber a Curto Prazo – Atributo Permanente:

Em milhões de R\$		
Demais Créditos de Curto Prazo - Permanente		
	2020	2019
Créditos de Correção Monetária de Avais	104,3	102,4
Créditos por Cessão de Áreas Públicas	48,0	33,5
Créditos por Pagamentos Indevidos	37,4	26,5
Consignações IPE Saúde a Receber	32,9	26,1
Aluguéis a Receber	30,1	24,3
Adiantamento a Fornecedores	15,6	-
Outros	57,2	45,6
<b>Total</b>	<b>325,6</b>	<b>258,4</b>

Os créditos de Correção Monetária de Avais têm origem em avais honrados para dois credores: CEEE GT (R\$ 24,9 milhões) e Prefeitura Municipal de Montenegro

(R\$ 79,4 milhões). Quanto ao convênio firmado com o Município de Montenegro, com vista ao refinanciamento da dívida decorrente dos avais honrados pelo Estado, repactuado mediante o Segundo Termo Aditivo, datado de 15 de junho de 2004, pelo qual o Município reconheceu o montante da dívida de R\$ 44,5 milhões, a ser amortizada em 360 prestações mensais, cujos valores estão limitados ao percentual de 1,4% da Receita Líquida Real do Município, constata-se que, em 2020, os valores pagos (R\$ 1,4 milhões) são inferiores à correção monetária agregada ao saldo devedor (R\$ 3,3 milhões), o que permite supor a provável existência de resíduo no final do prazo de amortização.

Já os Adiantamentos a Fornecedores referem-se integralmente a valores repassados antecipadamente, em razão da pandemia de covid-19, pela Metroplan a prestadores de serviço de transporte do Programa Passe Livre Estudantil. Esses repasses antecipados foram previstos na Lei nº 15.535/2020 e serão ressarcidos mediante prestação do serviço do Passe Livre Estudantil quando do retorno das atividades escolares.

No longo prazo, os valores concentram-se nos Créditos Remanescentes da Extinta Caixa Econômica Estadual (CEERGS), compostos dos seguintes saldos:

Em milhões de R\$	
Créditos Remanescentes da Extinção da CEE - Diversos	
Carteira Comercial	904,6
Carteira Imobiliária	9,7
Outros	3,3
<b>Total</b>	<b>917,6</b>

O perfil da carteira da extinta CEERGS é composto por créditos de difícil realização, o que resulta no pequeno valor da receita de amortização desses empréstimos (R\$ 6,1 milhões), representando 0,66% do saldo da carteira.

### 3.1.3 Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Através desse método o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo dos itens semelhantes no começo de um período, e do custo dos itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

Os estoques do Estado em 2020 totalizaram R\$ 421,2 milhões:

Em milhões de R\$	
Entidade	Valor
Secretaria da Saúde	361,4
Secretaria da Segurança Pública	29,9
Secretaria de Administração Penitenciária	4,6
Tribunal de Justiça	2,3
Defensoria Pública	2,2
Outras	20,8
<b>Total</b>	<b>421,2</b>

Há grande concentração de tais valores na Secretaria da Saúde, relacionados, principalmente, aos estoques de medicamentos.

### 3.1.4 Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo

Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao Fundoprev, que é administrado pelo IPE Prev. O saldo das aplicações cresceu 17,26%, pois, conforme demonstrado no Capítulo 2 – Gestão Fiscal, os fundos previdenciários iniciaram em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro.

O Fundoprev é segregado entre Civil e Militar e as aplicações são assim distribuídas:

Em milhões de R\$		
Fundo	2020	2019
Fundoprev Civil	2.621,8	2.290,8
Fundoprev Militar	582,1	441,4
<b>Total</b>	<b>3.203,9</b>	<b>2.732,2</b>

### 3.1.5 Imobilizado Mantido para Venda

O valor de Imobilizado Mantido para Venda em 2020 é composto por R\$ 17,0 milhões correspondentes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15,6 milhões na Secretaria de Obras e Habitação que foram originados pela carteira habitacional anteriormente administrada pelo Ipergs.

### 3.1.6 Participações Acionárias

As Participações Acionárias consistem em investimentos permanentes do Estado em outras empresas. Os registros contábeis são efetuados de acordo com a Instrução Normativa Cage nº 03/2015, a qual dispôs que as participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa (empresas coligadas,

controladas – exclusivamente ou em conjunto – e consórcios públicos) devem ser mensuradas ou avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Os demais investimentos em empresas permanecem sendo mensurados pelo valor de custo.

O MEP é a sistemática de mensuração ou avaliação em que o valor contábil do investimento, inicialmente registrado pelo custo de aquisição, é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua. O registro de dividendos e de juros sobre o capital próprio, decorrentes de investimentos avaliados por esse método, tem como contrapartida a conta contábil do ativo correspondente. Já no método de custo, o registro no ativo não circulante se dá pelo valor inicial do investimento na empresa, e o recebimento de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrado como variação patrimonial ativa.

A seguir, apresenta-se os investimentos permanentes do Estado em outras empresas na data de 31 de dezembro de 2020, em comparação a 31 de dezembro de 2019:

Em milhões de R\$					
Empresas	% do Capital Social	2020	2019	Variação no Exercício	% sobre o Total (2020)
<b>Empresas Controladas</b>		<b>9.583,9</b>	<b>7.370,6</b>	<b>30,03%</b>	<b>81,29%</b>
Badesul	99,99%	727,1	708,0	2,70%	6,17%
Banrisul	49,44%	4.130,5	3.824,0	8,02%	35,03%
Cadip	99,99%	221,2	221,4	-0,12%	1,88%
Ceasa	94,24%	15,5	16,1	-3,89%	0,13%
CEEE <sup>1</sup>	99,99%	-	-	-	-
Cesa <sup>1</sup>	99,93%	-	-	-	-
Corsan	99,99%	3.975,8	2.066,6	92,38%	33,72%
CRM	99,98%	298,2	312,3	-4,52%	2,53%
EGR	100,00%	95,0	94,5	0,55%	0,81%
Procergs	99,58%	21,3	20,3	4,93%	0,18%
Sulgás	51,00%	99,3	107,4	-7,59%	0,84%
<b>Empresas Controladas em Conjunto</b>		<b>1.879,7</b>	<b>1.803,2</b>	<b>4,24%</b>	<b>15,94%</b>
BRDE <sup>2</sup>	33,33%	1.879,7	1.803,2	4,24%	15,94%
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>		<b>318,9</b>	<b>395,4</b>	<b>-19,34%</b>	<b>2,70%</b>
Cesa		314,1	280,0	12,17%	-
Corsan		4,8	115,4	-95,81%	0,04%
<b>Empresas Diversas</b>		<b>7,4</b>	<b>7,9</b>	<b>-6,81%</b>	<b>0,06%</b>
<b>Total de Investimentos em Empresas</b>		<b>11.789,8</b>	<b>9.577,1</b>	<b>23,10%</b>	<b>100,00%</b>

Nota<sup>1</sup>: Os Patrimônios Líquidos da CEEE e da CESA são negativos, por isso o valor contábil do investimento é de ZERO.

Nota<sup>2</sup>: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

Os investimentos permanentes do Estado em empresas totalizaram R\$ 11.789,8 milhões e aumentaram 23,10% em relação a 2019, explicada principalmente pelo Resultado

de Equivalência Patrimonial. O Resultado de Equivalência Patrimonial, apresentado a seguir, foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete da Investida emitido em 30 de setembro de 2020 ou em data posterior.

Em milhões de R\$			
Resultado de Equivalência Patrimonial			
Resultado Positivo		Resultado Negativo	
Corsan	1.815,9	CRM	-14,1
Banrisul	413,7	Ceasa	-0,6
BRDE	76,5	Cadip	-0,3
Badesul	19,1		
Sulgás	13,5		
Procergs	1,0		
EGR	0,5		
<b>Subtotal 1</b>	<b>2.340,2</b>	<b>Subtotal 2</b>	<b>-15,0</b>
<b>Resultado Líquido da Equivalência Patrimonial</b>			<b>2.325,2</b>

Em 2020, a despesa do Estado foi de R\$ 54,8 milhões, referente a adiantamento para futuro aumento de capital, sendo R\$ 20,8 milhões para a Corsan e R\$ 34,1 milhões para a Cesa. Os valores repassados para a Corsan são provenientes de recursos transferidos pela União, mediante convênios com o Estado, para execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário. Já os valores transferidos para a Cesa visam a cobertura de insuficiência financeira da companhia.

Em milhões de R\$		
Adiantamento para Aumento de Capital		
Empresas	2020	2019
Cesa	34,1	27,8
Corsan	20,8	52,5
<b>Total</b>	<b>54,8</b>	<b>80,2</b>

O retorno financeiro das Participações Acionárias decorre dos pagamentos de dividendos e de juros sobre o capital próprio realizados pelas investidas, que, em 2020, totalizaram R\$ 166,9 milhões – 53,56% a menos do que no exercício de 2019. A principal redução foi dos Dividendos e Juros sobre o Capital próprio distribuídos pelo Banrisul, que, em razão da pandemia de covid-19, foram restritos pelo Conselho Monetário Nacional ao valor mínimo estabelecido no estatuto social.



Em milhões de R\$

Valores Recebidos - Dividendos e Juros s/ Capital Próprio			
Empresas	2020	2019	Var. %
Banrisul	107,1	274,6	-60,98%
Corsan	38,0	50,8	-25,23%
Sulgás	21,7	33,7	-35,55%
Outros	0,0	0,2	-80,83%
<b>Total</b>	<b>166,9</b>	<b>359,3</b>	<b>-53,56%</b>

### 3.1.7 Fundos para Financiamento

Alguns setores econômicos possuem fundos constituídos pelo Estado para financiamento. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Em milhões de R\$

Fundo	2020	2019
Fundopem	1.130,1	1.177,9
Feaper	367,6	111,2
Fomentar	266,1	1.024,6
Procred	133,2	133,2
Funafir	-	14,6
Outros Fundos	107,8	85,6
<b>Total de Investimentos em Fundos</b>	<b>2.004,8</b>	<b>2.547,1</b>

A redução do saldo desse conjunto de Ativos está associada principalmente à desconstituição do Fundo Fomentar, que teve como destino de seus recursos o Fundo de Reforma do Estado (FRE).

### 3.1.8 Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são contabilizados de acordo com a Instrução Normativa Cage nº 6/2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBC TSP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN Cage nº 6/2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

Em milhões de R\$

Títulos	2020	2019
<b>Bens Móveis</b>	<b>3.774,2</b>	<b>3.541,9</b>
Veículos	965,7	942,3
Bens de Informática	1.064,1	1.019,1
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	850,2	768,5
Móveis e Utensílios	595,4	578,3
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	149,4	148,7
Demais Bens Móveis	149,4	85,0
(-) Depreciação de Bens Móveis	-49,8	-12,6
<b>Bens Imóveis</b>	<b>7.059,0</b>	<b>6.732,9</b>
<b>Total Imobilizado</b>	<b>10.783,4</b>	<b>10.262,3</b>

Ainda conforme a IN Cage 6/2018, a Depreciação de Bens Móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o Imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	-	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

O Ativo Intangível também é objeto da IN Cage nº 6/2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). O valor total do Intangível do Estado é R\$ 79,9 milhões, concentrados em *softwares*.

Também conforme a IN Cage nº 6/2018, a Amortização de Bens do Ativo Intangível foi iniciada para os bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

### 3.2 Passivo

A posição do Passivo do Estado, em 31 de dezembro de 2020 comparada com a do ano anterior, está evidenciada no quadro a seguir:

Em milhões de R\$						
Títulos	Atributo*	2020		2019		2020/2019
		R\$	%	R\$	%	
<b>Passivo Circulante</b>		<b>31.921,8</b>	<b>10,56%</b>	<b>38.246,1</b>	<b>29,18%</b>	<b>-16,54%</b>
<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</b>		<b>2.681,9</b>	<b>0,89%</b>	<b>3.663,6</b>	<b>2,79%</b>	<b>-26,80%</b>
Restos a Pagar Processados - Precatórios Judiciais	Financeiro	16,2	0,01%	23,8	0,02%	-31,74%
Restos a Pagar Processados - Demais Obrigações	Financeiro	1.715,8	0,57%	2.820,2	2,15%	-39,16%
Provisão para Férias	Permanente	924,0	0,31%	791,3	0,60%	16,76%
Débitos Parcelados	Permanente	25,9	0,01%	28,3	0,02%	-8,47%
<b>Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</b>		<b>12.482,6</b>	<b>4,13%</b>	<b>10.077,1</b>	<b>7,69%</b>	<b>23,87%</b>
Serviço da Dívida a Pagar	Financeiro	11.121,3	3,68%	7.651,6	5,84%	45,35%
Dívida Interna - Contratos	Permanente	854,9	0,28%	2.048,3	1,56%	-58,26%
Dívida Externa - Contratos	Permanente	506,4	0,17%	377,2	0,29%	34,24%
<b>Fornecedores e Contas a Pagar</b>		<b>2.043,6</b>	<b>0,68%</b>	<b>2.123,6</b>	<b>1,62%</b>	<b>-3,77%</b>
Restos a Pagar Processados	Financeiro	654,4	0,22%	784,0	0,60%	-16,52%
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	Permanente	747,3	0,25%	632,5	0,48%	18,15%
Valores Médicos Hospitalares a Processar	Permanente	640,9	0,21%	706,2	0,54%	-9,24%
Demais Obrigações	Permanente	1,0	0,00%	1,0	0,00%	0,00%
<b>Obrigações Fiscais a Curto Prazo</b>		<b>104,7</b>	<b>0,03%</b>	<b>64,5</b>	<b>0,05%</b>	<b>62,39%</b>
Restos a Pagar Processados	Financeiro	52,5	0,02%	25,8	0,02%	103,14%
Restos a Pagar Processados - Débitos Parcelados	Financeiro	1,0	0,00%	1,1	0,00%	-8,16%
Débitos Parcelados	Permanente	51,2	0,02%	37,5	0,03%	36,40%
<b>Obrigações de Repartição a Outros Entes</b>		<b>0,0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,3</b>	<b>0,00%</b>	<b>-97,12%</b>
Restos a Pagar Processados	Financeiro	0,0	0,00%	0,3	0,00%	-97,12%
<b>Provisões a Curto Prazo</b>		<b>336,8</b>	<b>0,11%</b>	<b>6.788,3</b>	<b>5,18%</b>	<b>-95%</b>
Repartição Tributária	Permanente	-	-	6.786,6	5,18%	-100%
Indenizações Trabalhistas	Permanente	333,3	0,11%	1,7	0,00%	19262,64%
Riscos Cíveis		3,5	0,00%	-	-	-
<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>		<b>14.272,2</b>	<b>4,72%</b>	<b>15.528,7</b>	<b>11,85%</b>	<b>-8,09%</b>
Restos a Pagar Processados	Financeiro	304,0	0,10%	460,3	0,35%	-33,95%
Siac - Depósitos de Estatais, Fundos e Outros	Financeiro	1.302,1	0,43%	1.710,1	1,30%	-23,86%
Rendimentos do SIAC a Pagar	Financeiro	2,8	0,00%	4,3	0,00%	-35,23%
Depósitos Judiciais	Financeiro	10.595,7	3,51%	10.595,7	8,08%	0,00%
Retenções e Consignações	Financeiro	670,2	0,22%	1.542,2	1,18%	-56,54%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2020		2019		2020/2019
		R\$	%	R\$	%	
Diversos	Financeiro	1.397,5	0,46%	1.216,1	0,93%	14,92%
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>270.339,6</b>	<b>89,44%</b>	<b>92.841,3</b>	<b>70,82%</b>	<b>191,18%</b>
<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</b>		<b>10.348,0</b>	<b>3,42%</b>	<b>10.059,5</b>	<b>7,67%</b>	<b>2,87%</b>
Precatórios Judiciais	Permanente	10.095,0	3,34%	9.674,3	7,38%	4,35%
Débitos Parcelados	Permanente	253,0	0,08%	385,2	0,29%	-34,32%
<b>Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo</b>		<b>68.676,8</b>	<b>22,72%</b>	<b>66.935,5</b>	<b>51,06%</b>	<b>2,60%</b>
Dívida Interna - Contratos	Permanente	58.523,7	19,36%	58.688,2	44,77%	-0,28%
Dívida Externa - Contratos	Permanente	10.153,1	3,36%	8.247,3	6,29%	23,11%
<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo</b>		<b>1.556,0</b>	<b>0,51%</b>	<b>1.929,1</b>	<b>1,47%</b>	<b>-19,34%</b>
Precatórios Judiciais	Permanente	1.556,0	0,51%	1.929,1	1,47%	-19,34%
<b>Obrigações Fiscais a Longo Prazo</b>		<b>105,2</b>	<b>0,03%</b>	<b>163,4</b>	<b>0,12%</b>	<b>-35,61%</b>
Débitos Parcelados	Permanente	105,2	0,03%	163,4	0,12%	-35,61%
<b>Provisões a Longo Prazo</b>		<b>189.196,2</b>	<b>62,59%</b>	<b>13.310,3</b>	<b>10,15%</b>	<b>1321,43%</b>
Indenizações Trabalhistas	Permanente	1.592,6	0,53%	1.704,1	1,30%	-6,54%
Provisão Atuarial do RPPS	Permanente	169.010,0	55,92%	2.476,8	1,89%	6723,78%
Repartição Tributária	Permanente	6.663,6	2,20%	-	-	-
Pensões Integrais	Permanente	128,5	0,04%	117,9	0,09%	8,98%
Riscos Fiscais	Permanente	24,0	0,01%	-	-	-
Riscos Cíveis	Permanente	62,2	0,02%	58,8	0,04%	5,88%
Precatórios Judiciais	Permanente	3.669,4	1,21%	4.013,2	3,06%	-8,57%
Remuneração do SIAC a Pagar	Permanente	15,3	0,01%	11,8	0,01%	30,45%
Outras Provisões	Permanente	8.030,7	2,66%	4.927,8	3,76%	62,97%
<b>Resultado Diferido</b>		<b>457,4</b>	<b>0,15%</b>	<b>443,5</b>	<b>0,34%</b>	<b>3,15%</b>
Tributos Arrecadados Antes do Fato Gerador	Permanente	457,4	0,15%	443,5	0,34%	3,15%
<b>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</b>		<b>302.261,4</b>	<b>100,00%</b>	<b>131.087,4</b>	<b>100,00%</b>	<b>130,58%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>-239.703,6</b>		<b>-68.267,7</b>		
Resultado Patrimonial do Exercício	Permanente	207.471,5		-7.393,5		
Ajustes de Exercícios Anteriores	Permanente	-378.907,4		1.255,7		
Resultado de Exercícios Anteriores	Permanente	-68.267,7		-62.129,9		
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>62.557,8</b>		<b>62.819,7</b>		
<b>Encargos evidenciados em contas de natureza orçamentária</b>						
Restos a Pagar Não Processados	Financeiro	2.087,7		1.312,8		59,03%

\* - Classificação segundo art. 105 da Lei 4.320-64.

O saldo do Passivo Total do Estado cresceu 130,58% em 2020, sendo 16,54% de redução no Passivo Circulante e 191,18% de aumento no Passivo Não Circulante.

Entretanto, cabe destacar que o relevante acréscimo no Passivo Não Circulante está concentrado na conta de Provisão Atuarial do RPPS, que aumentou de R\$ 2,48 bilhões em 2019 para R\$ 169,01 bilhões em 2020, em razão de alteração de política contábil, que consistiu no reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, do passivo referente à cobertura de déficit previdenciário futuro. Esse valor sempre foi registrado em conta redutora de passivo no IPE Prev, fazendo com que ficasse no passivo apenas uma parcela do passivo atuarial. Com a mudança de política contábil, ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE Prev) foram eliminados no processo de consolidação, restando, no passivo, os valores da Provisão de Benefícios Concedidos e a Conceder reconhecidos no IPE Prev.

Outro componente de relevante representatividade no Passivo é a Dívida Contratual, em especial a Interna, que apresentou o valor de R\$ 70,50 bilhões em 2020 (R\$ 11,12 bilhões de serviço da dívida a pagar no Passivo Circulante, R\$ 0,85 bilhão de contratos no Passivo Circulante e R\$ 58,52 bilhões no Passivo Não Circulante), com aumento de 3,09% em relação a 2019. A dívida contratual externa, no valor de R\$ 10,66 bilhões (R\$ 0,51 bilhão no Passivo Circulantes e R\$ 10,15 bilhões no Passivo Não Circulante), apresentou aumento de 23,59% em relação a 2019. Maior detalhamento será apresentado no item 3.2.3 (Empréstimos e Financiamentos), podendo, ainda, ser consultado no capítulo da Gestão Fiscal (item 2.1.3).

### 3.2.1 Passivos Financeiros

Conforme art. 105, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária. O passivo financeiro é destacado na contabilidade com o “atributo F” e corresponde, no Balanço Patrimonial:

- a. Às obrigações correlatas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não foram pagas; e
- b. Aos passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, consignações e retenções.

Na tabela precedente (item 3.2), os passivos com essa natureza estão indicados com o atributo “financeiro”, na segunda coluna, e podem ser resumidos conforme segue:

Em milhões de R\$

Passivos Financeiros	2020	2019	Δ%
Restos a Pagar Processados	13.865,2	11.767,0	17,83%
Depósitos Judiciais	10.595,7	10.595,7	0,00%
Passivos do Siac	1.304,8	1.714,5	-23,89%
Demais Passivos Financeiros	2.067,7	2.758,3	-25,04%
<b>Passivos Financeiros no Balanço Patrimonial</b>	<b>27.833,4</b>	<b>26.835,4</b>	<b>3,72%</b>
Restos a Pagar Não Processados	2.087,7	1.312,8	59,03%
<b>Total de Passivos Financeiros</b>	<b>29.921,1</b>	<b>28.148,2</b>	<b>6,30%</b>

### 3.2.1.1 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados, que são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, apresentaram variação de 17,83% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Em milhões de R\$

Restos a Pagar Processados	2020	2019	Δ%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	1.732,0	2.843,9	-39,10%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	11.121,3	7.651,6	45,35%
Fornecedores e Contas a Pagar	654,4	784,0	-16,52%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	53,5	26,9	98,64%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,0	0,3	-97,12%
Demais Obrigações a Curto Prazo	304,0	460,3	-33,95%
<b>Total de Restos no Balanço Patrimonial</b>	<b>13.865,2</b>	<b>11.767,0</b>	<b>17,83%</b>

O aumento está concentrado no Serviço da Dívida a Pagar (Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo) devido à execução orçamentária dos valores de dívida contratual interna não pagos em virtude de liminar. São representativos também os valores referentes à folha do décimo terceiro salário dos servidores de 2020, que está sendo paga ao longo do exercício de 2021. A redução dos Restos a Pagar de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais decorre, principalmente, da folha de dezembro, que foi quitada integralmente no exercício de 2020, diferente da folha de dezembro de 2019, que foi quitada no dia 14 de janeiro de 2020.

Cabe destacar que não constam no Passivo Circulante os restos a pagar processados intraorçamentários (R\$ 380,3 milhões) que foram excluídos no processo de consolidação. Quando somados ao quadro acima, os restos a pagar processados totalizam R\$ 14.245,5 milhões ao final de 2020.

Os restos a pagar não processados, que não constam no Passivo Circulante, mas integram o Passivo Financeiro, segundo classificação da Lei nº 4.320/64, totalizaram

R\$ 2.104,7 milhões. Quando excluídas as transações intraorçamentárias, os restos a pagar não processados totalizaram R\$ 2.087,7 milhões.

Dessa forma, o total de restos a pagar (processados e não processados, com a inclusão dos intraorçamentários) é de R\$ 16.350,2 milhões ao final do exercício de 2020.

### 3.2.1.2 Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais abrangem os valores disponibilizados ao Estado com base nas Leis Estaduais nº 11.686, de 8 de novembro de 2001, e nº 12.069, de 22 de abril de 2004. O saldo devido ao final de 2020 (R\$ 10.595,7 milhões) é o mesmo que era devido ao final de 2019 pelo fato de o Estado não ter efetuado novos saques, por força do disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138, de 26 de março de 2018. Essa lei determinou que, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (previsto na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017), o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, previsto na Lei Complementar Federal nº 151 de 5 de agosto de 2015. Cabe destacar que a Lei nº 15.232, de 1º de outubro de 2018, dispôs sobre a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados e que a Lei nº 15.476, de 23 de abril de 2020, suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220, de 19 de março de 2020.

Do valor total dos depósitos judiciais em que o Estado não é parte, poderia ser disponibilizado até 95%, conforme Lei nº 12.069/2004, sendo que o Estado utilizou 92,86%, conforme tabela abaixo:

Em milhões de R\$		
	2020	2019
Total de Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte	10.890,2	10.689,6
Percentual limite de utilização pelo Estado	95,00%	95,00%
Limite de utilização pelo Estado	10.345,7	10.155,1
Valor Utilizado pelo Estado	10.112,8	10.112,8
<b>Percentual utilizado pelo Estado</b>	<b>92,86%</b>	<b>94,60%</b>

Embora em valores nominais o Estado não tenha reduzido a utilização dos depósitos judiciais, em termos percentuais houve redução de quase 2%, em razão de novos depósitos judiciais sem a ocorrência de novos saques.

Quanto aos depósitos judiciais em que o Estado é parte, o Banrisul, que os gerencia, apartou-os da conta, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de

5 de agosto de 2015, a qual determinou o limite de 70% para esses depósitos (procedimento adotado conforme orientação do Ofício nº 242/2015 SECPRES-TJRS). No entanto, o saldo utilizado pelo Estado é de 49,82%, com estabilidade em valores nominais, mas com redução percentual de quase 5%:

Em milhões de R\$		
	2020	2019
Total de Depósitos Judiciais em que o Estado é parte	969,2	881,9
Percentual limite de utilização pelo Estado	70%	70%
Limite de utilização pelo Estado	678,4	617,3
Valor Utilizado pelo Estado	482,8	482,8
<b>Percentual utilizado pelo Estado</b>	<b>49,82%</b>	<b>54,75%</b>

A seguir, apresenta-se o saldo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado em 31 de dezembro de 2020:

Em milhões de R\$			
Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	%
Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte	10.890,2	10.112,8	92,86%
Depósitos Judiciais em que o Estado é parte	969,2	482,8	49,82%
<b>Total</b>	<b>11.859,4</b>	<b>10.595,7</b>	<b>89,34%</b>

Em decorrência da disponibilização desses valores, o Estado despendeu, no exercício de 2020, R\$ 354,6 milhões a título de rendimentos (R\$ 311,8 milhões de rendimentos de depósitos em que o Estado não é parte e R\$ 42,8 milhões de rendimentos de depósitos em que o Estado é parte).

### 3.2.1.3 Passivos do SIAC

O passivo financeiro relacionado ao Siac é demonstrado, no Balanço Patrimonial, no subgrupo Demais Obrigações de Curto Prazo. Os montantes devidos decorrem das aplicações realizadas no Caixa Único, conforme discriminado a seguir:

Em milhões de R\$		
Passivo Financeiro Siac	2020	2019
Depósitos de Estatais	1.106,5	748,7
Depósitos de Fundos Não Orçamentados	139,1	893,0
Outros	59,3	72,8
<b>Total</b>	<b>1.304,8</b>	<b>1.714,5</b>

Cerca de 95% do saldo em 31 de dezembro de 2020 dos depósitos de Estatais referem-se às aplicações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), de R\$ 670,2



milhões, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A (Cadip), de R\$ 221,4 milhões, e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), de R\$ 151,6 milhões.

As aplicações do Fundo Operação Empresa (Fundopem), no valor de R\$ 103,2 milhões, representam 74% do saldo dos depósitos de Fundos. A relevante redução de depósitos de fundos refere-se ao resgate integral do saldo do Fundo de Fomento Automotivo (Fomentar), que registrava ao final de 2019 o saldo de R\$ 758,5 milhões.

### 3.2.1.4 Demais Passivos Financeiros

Os valores dos Demais Passivos Financeiros incluem as Retenções e Consignações que incidiram sobre a folha de pagamento, contratos com Pessoa Física e Jurídica, Precatórios e RPVs e outros; e que estavam pendentes de pagamento ao final do exercício de 2020 (R\$ 670,2 milhões), e diversos outros valores que somam R\$ 1.397,5 milhões e estão evidenciados na tabela a seguir:

Em milhões de R\$		
Demais Passivos Financeiros	2020	2019
Retenções e Consignações	670,2	1.542,2
Depósitos para Recursos Judiciais	62,6	59,0
Cauções e Outros Depósitos Não Judiciais	322,8	302,3
Receitas a Classificar	139,2	136,7
Taxa Orizicultura a Transferir	339,3	290,9
Honorários	96,9	45,1
Saldo de Receitas do Serviço Extrajudicial	281,7	215,3
Diversos	155,0	166,8
<b>Total</b>	<b>2.067,7</b>	<b>2.758,3</b>

Os Depósitos para Recursos Judiciais e os Cauções e Outros Depósitos Não Judiciais referem-se a valores que posteriormente serão devolvidos ou reconhecidos como Receita do Estado, a depender de decisões ou acontecimentos posteriores.

Receitas a Classificar referem-se a ingressos de numerário em que ainda não houve a devida identificação para fins de classificação na receita orçamentária ou extraorçamentária correta.

O saldo de Taxa Orizicultura a Transferir refere-se aos valores arrecadados pelo Estado (administração direta), pendentes de transferência ao Irga.

Os honorários referem-se aos honorários sucumbenciais arrecadados pelo Estado e que ainda não tiveram destinação ou não foram reconhecidos como receita orçamentária. O mesmo se aplica ao saldo de Receitas do Serviço Extrajudicial, arrecadadas pelo Poder Judiciário, mas que ainda não houve decisão sobre a sua destinação.

### 3.2.2 Passivos Permanentes de Curto Prazo

Os Passivos Permanentes são aqueles que ainda não passaram pelo processo de execução orçamentária. Os passivos de longo prazo (não circulante) são todos permanentes. A seguir, evidenciam-se os Passivos Permanentes de Curto Prazo que constam no Passivo Circulante:

Em milhões de R\$			
Passivos Permentes de Curto Prazo	2020	2019	Δ%
Provisão para Férias	924,0	791,3	16,76%
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	747,3	632,5	18,15%
Valores Médicos Hospitalares a Processar	640,9	706,2	-9,24%
Dívida Interna e Externa	1.361,3	2.425,5	-43,88%
Provisões a Curto Prazo	336,8	6.788,3	-95,04%
Débitos Parcelados	77,1	65,9	17,10%
Demais Obrigações	1,0	1,0	0,00%
<b>Total do Passivo Circulante - Atributo Permanente</b>	<b>4.088,3</b>	<b>11.410,7</b>	<b>-64,17%</b>

O valor registrado como provisão para férias refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (término do período aquisitivo em 2021), calculadas com a utilização da base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário base dezembro/2020, acrescido do terço constitucional, conforme previsto na IN Cage nº 9/2016.

A conta de Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária, relativamente a despesas incorridas, não pagas e não empenhadas, apresentou aumento de 18,15% em relação a 2019. A maior parte do saldo (R\$ 588,0 milhões) está registrada na Secretaria da Saúde e se refere a dívidas contraídas entre os exercícios de 2014 a 2018 com hospitais. Cabe ressaltar que nos exercícios de 2019 e 2020 não restou nenhuma transação pendente de execução orçamentária pela Secretaria da Saúde.

Os Valores Médicos Hospitalares a Processar referem-se aos valores pendentes de execução orçamentária pelo IPE Saúde.

A Dívida Interna e Externa, os Débitos Parcelados e as Provisões a Curto Prazo serão detalhados, respectivamente, nos itens 3.2.3, 3.2.4 e 3.2.6.

### 3.2.3 Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando-se as parcelas de curto e de longo prazo:

Em milhões de R\$

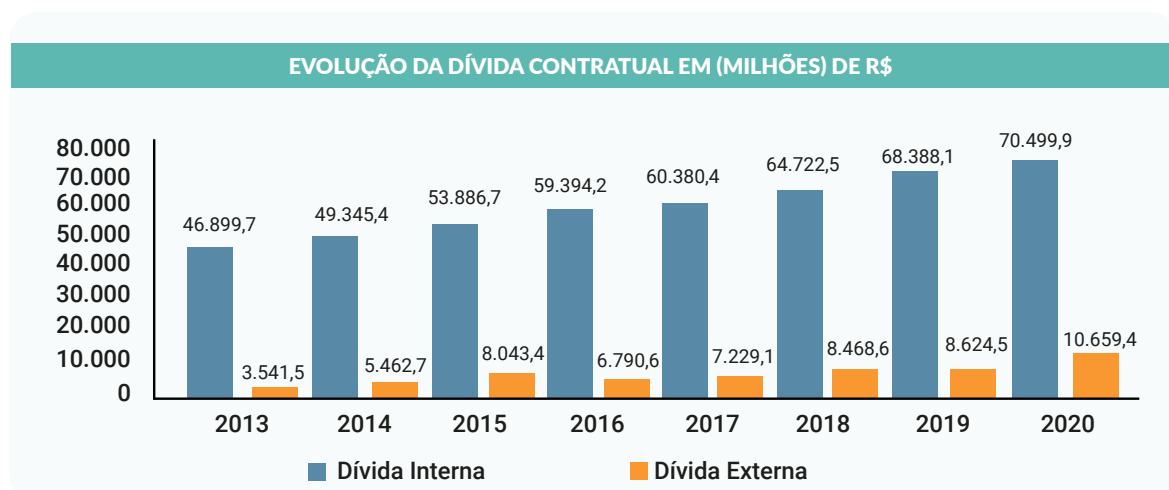
	Circulante		Não Circulante		Total		Var. Absoluta	Var. %
	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
<b>Dívida Interna</b>	<b>11.976,2</b>	<b>9.699,9</b>	<b>58.523,7</b>	<b>58.688,2</b>	<b>70.499,9</b>	<b>68.388,1</b>	<b>2.111,8</b>	<b>3,09%</b>
BB	-	-	683,7	683,7	683,7	683,7	-	0,00%
BNDES	100,0	151,4	623,0	584,4	723,0	735,9	-12,8	-1,74%
Governo Federal	11.875,7	9.548,0	57.216,5	57.419,1	69.092,2	66.967,1	2.125,1	3,17%
Outros	0,5	0,4	0,5	1,0	1,0	1,4	-0,5	-31,88%
<b>Dívida Externa</b>	<b>506,4</b>	<b>377,2</b>	<b>10.153,1</b>	<b>8.247,3</b>	<b>10.659,4</b>	<b>8.624,5</b>	<b>2.034,9</b>	<b>23,59%</b>
BIRD	378,3	255,5	7.972,8	6.446,6	8.351,1	6.702,2	1.649,0	24,60%
BID	128,0	121,7	2.180,3	1.800,7	2.308,3	1.922,4	385,9	20,08%
<b>TOTAL</b>	<b>12.482,6</b>	<b>10.077,1</b>	<b>68.676,8</b>	<b>66.935,5</b>	<b>81.159,4</b>	<b>77.012,6</b>	<b>4.146,7</b>	<b>5,38%</b>

Na análise da tabela, verifica-se um aumento de R\$ 4,15 bilhões no saldo da dívida contratual.

No tocante à dívida interna, a variação decorre do incremento no saldo com o Governo Federal (R\$ 2,13 bilhões), cujos pagamentos estão suspensos desde julho de 2017, em razão da liminar que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), atualmente sendo negociado pelo Estado. No exercício de 2020, o montante suspenso foi de R\$ 3,47 bilhões, acumulando R\$ 11,12 bilhões de parcelas não pagas desde 2017 por força da liminar. Assim, a suspensão dos pagamentos ante a União tem gerado crescimento do montante devido pela aplicação dos encargos incidentes, que são de IPCA + 4% a.a.

Em relação aos contratos externos, houve aumento relevante de R\$ 2,03 bilhões no saldo devedor em razão da desvalorização de quase 30% do Real em relação ao dólar, no ano de 2020.

A seguir, apresenta-se graficamente a evolução do saldo devedor da dívida contratual do Estado, segregando as operações contratadas interna e externamente:



### 3.2.4 Débitos Parcelados

A tabela a seguir apresenta os saldos e a variação dos débitos parcelados registrados no Passivo Circulante e Não Circulante das entidades que integram o Setor Governamental do Estado:

Em milhões de R\$				
Débitos Parcelados	2020	2019	Var. Absoluta	Var. %
INSS	278,9	413,5	-134,6	-32,55%
Pasep	157,4	202,0	-44,6	-22,08%
<b>Total</b>	<b>436,3</b>	<b>615,6</b>	<b>-179,2</b>	

A diminuição de R\$ 134,6 milhões no saldo parcelado de INSS decorre principalmente dos pagamentos efetuados no exercício (R\$ 44,5 milhões) e do ajuste contábil (R\$ 89,2 milhões) efetuado pelo IPE Saúde para correção do saldo devedor. Da mesma forma, o decréscimo do saldo da dívida de Pasep é decorrente, principalmente, das amortizações ocorridas ao longo do ano relativas ao parcelamento ordinário efetuado junto à Receita Federal do Brasil (RFB), assinado em 13 de abril de 2018. Do valor original desse parcelamento (R\$ 142,2 milhões), restou, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 72,6 milhões.

A tabela não contempla o parcelamento dos débitos de Pasep da Administração Direta relativos ao período de 30 de junho de 1999 a 30 de abril de 2002, registrados como passivos contingentes no valor de R\$ 351,8 milhões, conforme explicado no item 3.3.2.

### 3.2.5 Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

Os débitos de natureza judicial representam saldo significativo do passivo do Estado, bem como comprometimento anual de alto volume de recursos orçamentários

e financeiros. Este item compreende Precatórios, Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e outros Pagamentos Determinados por Sentenças Judiciais.

### 3.2.5.1 Precatórios

Até 16 de novembro de 2015, os precatórios, no Estado do Rio Grande do Sul, eram emitidos quando a dívida fosse superior a 40 salários mínimos. Os créditos inferiores a este valor eram pagos por RPV. Todavia, a Lei Estadual nº 14.757/2015 alterou este procedimento quando dispôs que devem ser pagos por precatórios os créditos superiores a dez salários mínimos. Assim, nas ações judiciais com trânsito em julgado posterior a essa data, passou a ser emitido RPV para créditos de até dez salários mínimos e precatório para os créditos acima desse valor.

A tabela a seguir apresenta o saldo dos precatórios devidos pelo Estado em 31 de dezembro de 2020, que registraram redução de 1,94% em relação a 31 de dezembro de 2019. Os registros ocorreram de acordo com a Instrução Normativa Cage nº 8/2019. As contas utilizadas para tais registros integram o Passivo Circulante (composto pelos valores inscritos em restos a pagar) e o Passivo Não Circulante (dívida fundada e provisão). O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

Em milhões de R\$			
Precatórios	2020	2019	Δ%
<b>Passivo Circulante</b>	<b>16,2</b>	<b>23,8</b>	<b>-31,74%</b>
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	16,2	23,8	-31,74%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>11.651,0</b>	<b>11.603,4</b>	<b>0,41%</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.076,8	5.787,9	4,99%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.018,1	3.886,4	3,39%
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.556,0	1.929,1	-19,34%
<b>Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo</b>	<b>3.669,4</b>	<b>4.013,2</b>	<b>-8,57%</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.096,7	1.313,9	-16,53%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	2.572,7	2.572,7	0,00%
Precatórios de Fornecedores a Pagar	-	126,6	-
<b>Total</b>	<b>15.336,6</b>	<b>15.640,4</b>	<b>-1,94%</b>

No exercício de 2020, houve a centralização da gestão orçamentária e operacional dos débitos de precatórios na Secretaria da Fazenda com o intuito de padronizar e racionalizar os fluxos de controle e pagamento, conforme Lei Estadual nº 15.404/2019. A execução orçamentária desses débitos passou a ser efetuada na Unidade Orçamentária (U.O.) 33.03 – Encargos Financeiros do Estado - Sentenças Judiciárias.

Os precatórios requisitados em julho de cada ano são inscritos por variação patrimonial diminutiva, sem repercussão orçamentária, conforme art. 7º da Instrução Normativa Cage nº 8/2019. O quadro a seguir apresenta as requisições de 2020, inscritas no Passivo Não Circulante:

Em milhões de R\$	
Órgãos	Requisições
Adm. Direta	246,4
IPE Prev	132,6
Fase	22,1
Daer	8,8
Superintendência de Portos	4,7
Metroplan	4,0
Demais entidades	16,8
<b>Total</b>	<b>435,4</b>

O valor inscrito em 2020, R\$ 435,4 milhões, foi 58,21% inferior ao valor inscrito no exercício de 2019 (R\$ 1,04 bilhão). Assim como no exercício de 2019, em 2020 os pagamentos foram superiores às novas inscrições/requisições, conforme se demonstra a seguir:

Em milhões de R\$				
Código	Recurso	Empenhado	Liquidado	Pago
0007	Precatórios - Ordem Cronológica	273,2	273,2	271,0
0008	Precatórios - Acordos	128,9	128,9	128,7
0009	Precatórios Compensados com Dívida Ativa	207,5	207,5	207,5
<b>Total</b>		<b>609,6</b>	<b>609,6</b>	<b>607,2</b>

Além da transferência de 1,5% da Receita Corrente Líquida - RCL, efetuada nos termos do Decreto Estadual nº 47.063, houve a transferência adicional relativa ao programa Compensa-RS.

O programa Compensa-RS foi instituído pelo Decreto Estadual nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei Estadual nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, a qual estabeleceu os requisitos para a compensação de precatórios com dívida ativa. Essa lei determinou que o valor máximo a ser compensado com precatórios é de 85% do valor da dívida ativa, devendo o restante ser pago pelo contribuinte à vista ou de forma parcelada. Sobre o saldo não compensado, ou seja, sobre o valor pago à vista ou parcelado, deve ser transferido 3% para o Tribunal de Justiça para pagamentos adicionais de precatórios. A seguir, demonstram-se os valores transferidos para pagamento de precatórios:

Em milhões R\$			
Origem da Transferência	Valor Transferido	Ordem Cronológica	Acordos
1,5% da RCL - EC 62/2009	596,0	298,0	298,0
Compensa-RS - Lei nº 15.038/2017	1,2	0,6	0,6
<b>Total</b>	<b>597,1</b>	<b>298,6</b>	<b>298,6</b>

Os depósitos totalizaram R\$ 597,1 milhões em 2020, sendo metade do valor destinada aos pagamentos por ordem cronológica e a outra aos pagamentos efetuados por meio de acordo direto, conforme previsto na Lei Estadual nº 14.751, de 15 de outubro de 2015, que criou a Câmara de Conciliação de Precatórios, coordenada pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Embora os depósitos efetuados pelo Estado considerem o percentual de 50% para cada destinação (Ordem Cronológica e Acordos), o Tribunal de Justiça frequentemente efetua transferência da conta de Acordos para a de Ordem Cronológica quando o montante de acordos efetuados é inferior ao recurso disponível.

Sobre o programa Compensa-RS, destaca-se que podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são empenhados; e a dívida ativa é registrada como receita, de acordo com a natureza do valor compensado. A seguir, evidenciam-se as compensações efetuadas no exercício de 2020, bem como as solicitações em andamento:

Em milhões de R\$			
COMPENSA-RS	Precatório	Dívida Ativa	Retenções Legais
Compensações concluídas - efetuadas pela execução orçamentária	207,5	175,4	32,1
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	-	6,2	-
Compensações homologadas, em processo de compensação	-	10,5	-
Solicitações não homologadas	-	151,7	-
<b>Total</b>	<b>207,5</b>	<b>343,8</b>	<b>32,1</b>

Na tabela, verifica-se que o valor dos precatórios compensados (R\$ 207,5 milhões) é superior ao da dívida ativa compensada em R\$ 32,1 milhões. Isso porque a compensação ocorre pelo valor líquido do precatório, ou seja, após as retenções legais, que neste caso foram de R\$ 27,0 milhões de Imposto de Renda e R\$ 5,1 milhões de descontos previdenciários e assistenciais.

Até 31 de dezembro de 2020, foram protocoladas compensações no valor total de R\$ 343,8 milhões em dívida ativa, sendo R\$ 162,2 milhões de solicitações em andamento

e R\$ 181,6 milhões de compensações concluídas e que geraram baixa da dívida ativa (R\$ 175,4 milhões de receita orçamentária em 2020 e R\$ 6,2 milhões de receita orçamentária pendente de registro).

### 3.2.5.2 Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

A tabela a seguir apresenta o saldo de RPVs e outros débitos judiciais que constam no passivo circulante (restos a pagar) do Estado em 31 de dezembro de 2020, em comparação a 31 de dezembro de 2019:

Em milhões de R\$			
RPV e Outros Débitos Judiciais	2020	2019	Δ%
Requisições de pequeno valor a pagar	30,9	72,2	-57,2%
Outros débitos judiciais	330,9	251,5	31,6%
<b>Total</b>	<b>361,7</b>	<b>323,7</b>	<b>11,7%</b>

A tabela seguinte apresenta a movimentação orçamentária relacionada às RPVs:

Em milhões de R\$			
RPVs	2020	2019	Δ%
Empenhado	256,9	426,8	-39,8%
Liquidado	257,2	428,5	-40,0%
Pago	248,0	377,9	-34,4%

Todavia, o valor de R\$ 248,0 milhões não corresponde à totalidade de pagamentos de RPVs, em razão dos sequestros judiciais que ocorreram sem a execução orçamentária ou sem a conciliação com os empenhos efetuados. Ao final de 2020, as contas de controle de sequestros judiciais a regularizar indicavam o saldo de R\$ 134,0 milhões, que, porém, podem incluir outros sequestros não originados de RPVs.

Os pagamentos judiciais são efetuados geralmente por precatório ou por RPV. Alguns pagamentos, porém, não necessitam de tais títulos, como é o caso dos desembolsos relacionados às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares). A seguir, apresenta-se a movimentação orçamentária desses outros débitos judiciais, ou seja, os que não foram incluídos em precatório ou em RPV:



Em milhões de R\$

Outros débitos judiciais	2020	2019	Δ%
Empenhado	941,5	567,7	65,8%
Liquidado	944,2	575,0	64,2%
Pago	864,5	491,6	75,9%

Ressalta-se que, dos R\$ 941,5 milhões empenhados no exercício de 2020, 95% (R\$ 895,3 milhões) referem-se às ações judiciais da área da Saúde. Destaca-se ainda que dos R\$ 864,5 milhões de pagamentos e regularizações, R\$ 315,2 milhões se referem a pagamentos ocorridos em exercícios anteriores, previamente à execução orçamentária (sequestros judiciais).

### 3.2.6 Provisões

Provisões são passivos de prazo ou valor incerto. Consistem em obrigações decorrentes de eventos passados, que provavelmente demandarão recursos para sua extinção, cujo valor pode ser estimado de modo confiável. Apresenta-se, a seguir, o saldo das provisões em 31 de dezembro de 2020, em comparação a 31 de dezembro de 2019:

Em milhões de R\$

PROVISÕES	2020	2019
<b>Provisões de Curto Prazo</b>	<b>336,8</b>	<b>6.788,3</b>
Provisão de Repartição Tributária	0,0	6.786,6
Outras Provisões de Curto Prazo	336,8	1,7
<b>Provisões de Longo Prazo</b>	<b>189.196,2</b>	<b>13.310,3</b>
Provisão Atuarial do RPPS	169.010,0	2.476,8
<i>Plano Previdenciário</i>	2.757,5	2.362,5
<i>Plano Financeiro</i>	166.252,4	114,3
Provisão para Repartição de Créditos	6.663,6	0,0
Provisão de Precatórios a Pagar	3.669,4	4.013,2
Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.592,6	1.704,1
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	128,5	117,9
Provisão de Compensação Previdenciária	76,2	0,0
Provisão para Riscos Cíveis	62,2	58,8
Provisão para Riscos Fiscais	24,0	0,0
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	15,3	11,8
Outras Provisões de Longo Prazo	7.954,5	4.927,8
<b>Total</b>	<b>189.533,0</b>	<b>20.098,6</b>

A provisão de precatórios a pagar refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, conforme detalhado no item 3.2.5.

As demais provisões são analisadas a seguir.

### 3.2.6.1 Provisão Atuarial do RPPS

A provisão atuarial do RPPS está dividida em Plano Previdenciário (capitalização) e em Plano Financeiro (repartição simples).

O valor da provisão do Plano Previdenciário representava até o exercício de 2019 o déficit atuarial previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (Fundoprev). No exercício de 2020, o valor da provisão representa os recursos garantidores do Fundoprev (ativo real líquido), visto que o Resultado Atuarial, desconsiderando o plano de amortização, foi superavitário em R\$ 2,69 bilhões (R\$ 2,88 bilhões de superávit no Fundoprev Civil e R\$ 187,7 milhões de déficit no Fundoprev militar). Para equalizar este superávit, foi efetuado um Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário, que representa o resultado atuarial considerando o montante do Plano de Amortização. O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e evidencia suficiência de recursos para a cobertura dos compromissos com benefícios previdenciários concedidos e a conceder. Destaca-se que os dados se referem à Avaliação Atuarial 2020 (data base 31/12/2019) e não considera os efeitos da Lei Complementar nº 15.511, de 24 de agosto de 2020:

Em milhões de R\$			
Plano Previdenciário	Fundoprev Civil	Fundoprev Militar	TOTAL
<b>Provisão de Benefícios Concedidos</b>	<b>39,2</b>	<b>13,8</b>	<b>53,0</b>
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	49,9	13,8	63,8
Contribuições do Estado	-4,7	0,0	-4,7
Contribuições de Aposentados	-2,2	0,0	-2,2
Contribuições de Pensionistas	-2,5	0,0	-2,5
Compensação Previdenciária	-1,3	0,0	-1,3
<b>Provisão de Benefícios a Conceder</b>	<b>-605,1</b>	<b>619,0</b>	<b>13,9</b>
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	6.297,9	2.787,9	9.085,8
Contribuições do Estado	-3.144,8	-1.066,0	-4.210,8
Contribuições dos Servidores	-3.144,8	-1.066,0	-4.210,8
Compensação Previdenciária	-613,4	-36,9	-650,3
<b>Provisão Plano de Amortização</b>	<b>-1.682,3</b>	<b>-274,1</b>	<b>-1.956,5</b>
<b>Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário</b>	<b>4.560,6</b>	<b>86,5</b>	<b>4.647,1</b>
<b>Total da Provisão em 31/12/2020</b>	<b>2.312,4</b>	<b>445,1</b>	<b>2.757,5</b>

O valor da provisão do Plano Financeiro representa o déficit atuarial reconhecido para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. O aumento neste passivo (de R\$ 114,28 milhões em 2019 para R\$ 166,25 bilhões em 2020) deve-se à alteração de política contábil no que se refere ao reconhecimento do Passivo Atuarial do RPPS. Até o exercício de 2019, a totalidade do saldo da provisão para benefícios a conceder e parte do saldo da provisão atuarial para benefícios concedidos, lançados pelo IPE Prev,

eram anulados, pelo registro em conta redutora de passivo, devido ao déficit ser suportado pela Administração Direta, e não pelo IPE Prev. No exercício de 2020, o valor de R\$ 166,24 bilhões, referente à cobertura de déficit financeiro futuro, foi registrado nos encargos gerais do Estado, fazendo que ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE Prev) fossem eliminados no processo de consolidação. Assim, os valores das provisões de benefícios concedidos e de benefícios a conceder passaram a refletir a totalidade do déficit atuarial no Balanço Consolidado e trazer alinhamento com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 15 –, que trata de benefícios a empregados.

Em milhões de R\$			
Plano Financeiro	Civil	Militar	TOTAL
<b>Provisão de Benefícios Concedidos</b>	<b>88.544,6</b>	<b>52.911,0</b>	<b>141.455,5</b>
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	125.954,3	64.832,2	<b>190.786,5</b>
Contribuições do Estado	-24.444,9	-7.947,5	<b>-32.392,4</b>
Contribuição do Aposentado	-10.399,8	-3.433,5	<b>-13.833,3</b>
Contribuições de Pensionistas	-1.822,6	-540,3	<b>-2.362,9</b>
Compensação Previdenciária	-742,4	0,0	<b>-742,4</b>
Cobertura de Insuficiência Financeira	0,0	0,0	<b>0,0</b>
<b>Provisão de Benefícios a Conceder</b>	<b>15.545,0</b>	<b>9.251,9</b>	<b>24.796,9</b>
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	47.178,1	16.002,3	<b>63.180,4</b>
Contribuições do Estado	-18.763,4	-4.419,7	<b>-23.183,2</b>
Contribuição do Ativo	-9.381,7	-2.209,9	<b>-11.591,6</b>
Compensação Previdenciária	-3.487,9	-120,9	<b>-3.608,8</b>
Cobertura de Insuficiência Financeira	0,0	0,0	<b>0,0</b>
<b>Total da Provisão em 31/12/2020</b>	<b>104.089,6</b>	<b>62.162,8</b>	<b>166.252,4</b>

### 3.2.6.2 Provisão de Repartição Tributária

São provisões que se referem, quase em sua totalidade, à repartição de créditos tributários do ICMS e do IPVA com os municípios, as quais foram calculadas a partir dos ativos de natureza tributária, evidenciados no item 3.1.2.

O cálculo da provisão de repartição do ICMS considerou o percentual de 25% e o da provisão de repartição do IPVA, o percentual de 50%, incidentes sobre os créditos viáveis de cobrança, ou seja, após o desconto do ajuste para perdas. Os valores representam estimativas das transferências a serem efetuadas aos Municípios quando os referidos tributos forem arrecadados pelo Estado.

Esse procedimento contábil foi implementado no exercício de 2019, em antecipação ao previsto na Instrução Normativa Cage nº 9, de 20 de dezembro de 2019, que dispôs sobre os procedimentos contábeis aplicáveis aos créditos tributários. No exercício de 2020, o saldo desta provisão foi reclassificado para o Longo Prazo.

Em milhões de R\$

Provisão Repartição Tributária	2020	2019	Δ%
ICMS	6.544,0	6.669,0	-1,9%
IPVA	119,5	117,6	1,6%
Outros tributos	0,1	0,1	-0,6%
<b>Total</b>	<b>6.663,6</b>	<b>6.786,6</b>	<b>-1,8%</b>

### 3.2.6.3 Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis

Enquadram-se neste caso os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de reclamações trabalhistas. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa Cage nº 8, de 28 de dezembro de 2017. Uma das fontes de informação é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014. Esse documento derivou do relatório de passivos contingentes previsto no § 4º do art. 6º do referido Decreto, elaborado pela Procuradoria-Geral do Estado, o qual contém os riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual esteja envolvida.

As Indenizações Trabalhistas relacionadas a demandas trabalhistas, estatutárias e previdenciárias estão apresentadas na tabela abaixo e descritas a seguir.

Em milhões de R\$

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2020	2019
Férias indenizadas	300,0	336,6
Reajustes do vale-refeição	236,5	189,4
Horas extras, adicional noturno e compensação de jornada	219,3	156,9
Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995.	162,1	0,0
Habilitação de marido e companheiro na condição de pensionista	142,2	84,0
Promoção de classe do Magistério ano 2000	83,0	79,6
Incorporação da gratificação de incentivo tecnológico (GEP/GIT)	65,8	0,0
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	63,7	103,0
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	60,0	60,0
Abono Família - servidores em contrato emergencial	59,4	65,5
Reflexo das horas extras na gratificação natalina	40,8	40,8
Devolução da contribuição previdenciária suplementar de 2%	39,0	50,2
Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS	37,9	125,5
Responsabilidade subsidiária pela contratação de serviços terceirizados	0,0	349,9
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	82,9	62,8
<b>Total</b>	<b>1.592,6</b>	<b>1.704,1</b>

- Férias indenizadas – Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base

no art. 74 da LC nº 10.098/94. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração.

- Reajustes do vale-refeição – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estatual nº 10.002 de 6 de dezembro de 1993 que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429/2010 estabeleceu a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo.
- Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada – Refere-se a inúmeras demandas individuais contra as Fundações Estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e a Fundação de Atendimento Especial (Fpergs).
- Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995 – As ações judiciais que envolvem os reajustes das Leis nº 10.395/1995 e nº 10.420/1995, denominadas “Leis Britto”, representam a grande maioria das demandas repetitivas ajuizadas por servidores públicos estaduais nos últimos anos, restando ainda cerca de 10.270 processos em fase de execução/cumprimento de sentença.
- Habilitação de marido e companheiro na condição de pensionista – Demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- Promoção de classe do Magistério ano 2000 – Trata-se da ação coletiva nº 001/ 1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Cpers, na qual o Estado foi condenado ao pagamento das

diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.

- Incorporação da gratificação de incentivo tecnológico (GEP/GIT) – Reclamatória trabalhista ajuizada contra o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) em que os reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de gratificação de incentivo tecnológico (GIT), desde outubro de 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da gratificação de estímulo previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. O processo retornou, em 12 de junho de 2020, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo em vista a interposição de Agravo de Instrumento.
- Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Caixa Econômica Estadual - CEE) – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE. Na reclamatória trabalhista nº 0018900-20.1995.5.04.0018 a 1ª Turma do TRT4 declarou a existência de um único contrato de trabalho entre as sucedidas Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, Habitasul Crédito Imobiliário S/A e Finhab Crédito Imobiliário S/A, empresas liquidadas extrajudicialmente, e a CEE, atribuindo a esta a condição de sucessora para todos os efeitos trabalhistas. A reclamatória trabalhista nº 0034900-75.2007.5.04.0018 foi ajuizada pelo Sindicato dos Servidores do Quadro Especial vinculado à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicaixa) postulando a correção mensal do bônus refeição recebido pelos empregados da extinta CEE, conforme a variação da cesta básica medida pelo IEPE/UFRGS. O processo encontra-se em fase final de impugnações, tendo o Estado iniciado tratativas de conciliação para formato de pagamento que gere menor impacto nas contas públicas. Existem ainda reclamações trabalhistas alegando que o Estado não teria observado o prazo previsto no art. 145 da CLT para o pagamento das férias. Algumas ações judiciais tratam do adimplemento de promoções na carreira devidas aos empregados da extinta CEE. Outras ações tratam do reajuste salarial oriundo na

diferença de 18,12% entre os reajustes previstos nos incisos I, II, III, IV e V da Lei Estadual nº 10.395/95 e aqueles concedidos a partir da incidência das Leis Estaduais nº 10.421/95 e 13.389/10.

- Reflexos do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina – Servidores públicos vêm postulando o reflexo do auxílio transporte e do abono família sobre a gratificação natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.
- Abono família de servidores em contrato emergencial – Atualmente existem 2.494 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), postulando o recebimento do abono família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/73. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6.526/1976 não foi recepcionada pela CF/88 e que o benefício regrado posteriormente na Lei Complementar nº 10.098/1994, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.
- Reflexo das horas extras na gratificação natalina – Atualmente tramitam cerca de 2.343 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.
- Devolução da contribuição previdenciária suplementar de 2% – Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8 em que o IPE Prev foi condenando a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/95 incidentes sobre aposentadorias e pensões, demanda essa já transitada em julgado. Foi realizado acordo judicial com vistas ao pagamento.
- Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS – Atualmente estão tramitando 57 ações onde contesta-se o congelamento

de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente - DMA, vinculado à ex-Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado – SSMA. Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077/1990 que criou a Fepam, fundação que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais (5% a cada 3 anos) foram congelados e os funcionários passaram a perceber quinquênios (5% a cada 5 anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.

- Responsabilidade subsidiária pela contratação de serviços terceirizados – Esta provisão foi reclassificada por envolver responsabilidades do Estado enquanto contratante de serviços e não como empregador.

A tabela a seguir evidencia as provisões para riscos cíveis. Logo após, são apresentados esclarecimentos sobre cada item da tabela.

Em milhões de R\$		
Provisão para Riscos Cíveis	2020	2019
Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes	29,1	29,1
Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos	26,2	26,2
Ação Indenizatória de lucros cessantes - CIEPs	4,3	0,0
Outras Provisões para Riscos Cíveis	2,6	3,5
<b>Total</b>	<b>62,2</b>	<b>58,8</b>

- Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes – Trata-se de execução provisória proposta pelo Clube de Investimento dos Empregados da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) contra o Estado na qual é a pleiteada a indenização por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da edição do Decreto Estadual nº 39.250/1999.
- Ação Indenizatória por perdimento de grãos – Trata-se de execução de sentença que tramita perante a 1ª Vara Federal de Porto Alegre, proposta pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – contra o Instituto



Riograndense do Arroz – Irga –, com base em título executivo de ação de depósito relativo ao perdimento de mais de 8.000 toneladas de arroz.

- Ação Indenizatória de lucros cessantes – CIEPs – Processo no qual o Estado foi condenado a pagar indenização por lucros cessantes, consistentes no lucro líquido que as construtoras demandantes teriam se houvesse sido levado a termo os contratos firmados visando a construção de Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), valor a ser determinado em liquidação de sentença.

As provisões para riscos fiscais possuem alta probabilidade de ocorrência e estão relacionadas a demandas fiscais. Em 2020, o saldo desta provisão refere-se à execução de sentença relativa aos honorários de sucumbência estabelecidos em favor da parte adversa em demanda de natureza fiscal, estabelecidos em 15% sobre o montante da restituição e dos depósitos judiciais.

#### **3.2.6.4 Provisão de Pensões Integrais a Pagar**

São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Referem-se a diferenças de integralidade e da Lei Britto (Lei nº 10.395/95).

A Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1982, que dispôs sobre o Instituto de Previdência do Estado, estabeleceu, em seu art. 27, a forma do cálculo da pensão por morte, correspondente a quarenta e cinco por cento do salário de benefício, acrescida de quotas de cinco por cento por dependente habilitado, até o máximo de onze dependentes. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o benefício da pensão por morte deveria corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, porém o IPE Prev continuou realizando os pagamentos nos moldes da lei citada. Em decorrência disso, foram ajuizadas inúmeras ações judiciais requerendo diferenças de integralidade de pensão por morte, que foram julgadas procedentes, gerando uma enorme dívida de precatórios para o IPE Prev.

O débito inscrito em precatório (ou em RPV) compreende as parcelas não prescritas (vencidas em até cinco anos antes do ajuizamento da ação judicial) até o trânsito em julgado da ação judicial. As diferenças de integralidade referentes às parcelas após o trânsito em julgado deveriam ter sido pagas administrativamente pelo IPE Prev, o que nem sempre ocorreu. O valor da provisão corresponde ao montante apurado pelo IPE Prev de parcelas vencidas após o trânsito em julgado das ações judiciais, relacionadas a débitos de diferenças de integralidade de pensão por morte.

### 3.2.6.5 Provisão de Compensação Previdenciária

A Provisão de Compensação Previdenciária registra valores devidos pelo IPE Prev ao INSS no âmbito do Sistema de Compensação Previdenciária (CompPrev) e cujos pagamentos estão suspensos por força do art. 19B da Portaria nº 6.209/1999. O CompPrev existe para a compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os regimes próprios instituídos pelos Estados e Municípios, devido à contagem recíproca do tempo de contribuição para aposentadoria.

### 3.2.6.6 Provisão de Remuneração do Siac

A provisão evidencia a remuneração calculada, pendente de pagamento, referente aos depósitos efetuados na forma do Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, que instituiu o Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado (Siac). A remuneração dos recursos depositados no Siac é zero, exceto nos casos em que houver imposição legal ou contratual, conforme disposto no Decreto nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

As provisões do Siac relativas a operações intraorçamentárias são eliminadas no processo de consolidação do Balanço Patrimonial do Estado resultando em ajustes nas contas contábeis de natureza intraorçamentárias.

O valor da remuneração apropriada, objeto dessa provisão, é calculada com base nos contratos existentes e apurada por conta corrente bancária, conforme detalhado na tabela seguinte:

Em milhões de R\$			
Conta	2020	2019	Δ%
Salário Educação	168,0	168,0	0,00%
Suprg	168,0	166,8	0,67%
Poder Judiciário	143,7	126,3	13,78%
Fundo Recursos Hídricos	137,4	135,6	1,30%
Assembleia Legislativa	137,2	118,8	15,46%
Ministério Público	78,6	77,5	1,51%
BIRD Proredes	0,0	55,3	-
Demais contas	106,3	99,1	7,26%
Ajuste de Consolidação	-923,8	-935,8	-1,27%
<b>Total</b>	<b>15,3</b>	<b>11,8</b>	<b>30,45%</b>

### 3.2.6.7 Outras Provisões

Em milhões de R\$		
Outras Provisões Longo Prazo	2020	2019
Tema 810 STF - débitos em fase de liquidação/execução	4.564,0	-
Tema 810 STF - estoque de RPVs	1.080,9	2.172,3
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	900,0	972,0
Tema 1037 STF (juros entre expedição de precatório/RPV e pagamento)	-	1.548,0
Outras Provisões Longo Prazo	1.409,5	235,4
Outras Provisões Curto Prazo	336,8	1,7
<b>Total</b>	<b>8.291,3</b>	<b>4.929,5</b>

- Tema 810 STF: débitos em fase de liquidação/execução de sentença –** Inconstitucionalidade da aplicação da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Com o julgamento definitivo do Tema 810 STF, foi declarada inconstitucional a utilização da TR como índice de correção monetária a incidir sobre os débitos da Fazenda Pública, tal como previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, na redação que lhe conferiu a Lei nº 11.960/2009. O mencionado Tema estende seus efeitos sobre os critérios de juros e correção monetária a serem aplicados nas fases de liquidação, execução e/ou cumprimento de sentença promovidas contra a Fazenda Pública. Outrossim, diante da necessidade de observância das hipóteses de preclusão e coisa julgada também na fase de pagamento, via de regra não se concorda com revisões de cálculo base quando já expedidas e/ou pagas as ordens de pagamento (precatório ou RPV), salvo quando pendente de decisão judicial. O valor da provisão considerada é uma estimativa para os processos ainda em fase de liquidação/cumprimento de sentença/execução.
- Tema 810 STF: estoque de RPVs –** Diante da possibilidade de revisão do cálculo base, diante dos termos da declaração de inconstitucionalidade com efeitos retroativos do Tema 810 do STF, a PGE vem trabalhando no sentido de buscar o reconhecimento da inaplicabilidade do referido Tema aos requisitos de pagamento já expedidos, quer em vista da preclusão ou da coisa julgada (Tema 733 STF), quer em vista da incidência do teor do julgamento de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 pelas ADIs nº 4357 e nº 4425, a qual teve modulados os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da TR como critério de correção monetária para os requisitos de pagamento expedidos até 25 de março de 2015.

- **Tema 96 STF** – Tramitou no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral acerca “das questões que envolvem os juros de mora no período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório”. O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30 de junho de 2017, o qual decidiu que incidem juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a data da expedição da RPV ou do precatório.
- **Tema 1037 STF** – Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discutia a “incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV) e o efetivo pagamento”. Em sessão de julgamento virtual de 5 de junho de 2020 a 15 de junho de 2020, o Plenário do STF, apreciando o Tema 1037 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário. Com a vitória jurídica obtida, a estimativa para fins de contingenciamento não mais subsiste.

### 3.2.7 Resultado Diferido

O Resultado Diferido representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ter ocorrido o fato gerador. O valor refere-se à arrecadação do IPVA, que ocorreu no mês de dezembro de 2020, e o fato gerador, em 1º de janeiro de 2021.

Em milhões de R\$			
Resultado Diferido	2020	2019	Δ%
IPVA de 2021 arrecadado em 2020	914,8	886,9	3,1%
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	-457,4	-443,5	3,1%
<b>Total</b>	<b>457,4</b>	<b>443,5</b>	<b>3,1%</b>

O IPVA do exercício de 2021 foi liberado para pagamento a partir do dia 16 de dezembro de 2020. Os proprietários de veículos que recolheram o imposto até 30 de dezembro de 2020 tiveram redução por antecipação de 3%, além de manterem a Unidade de Padrão Fiscal (UPF/RS) sem atualização, que foi de 4,23%.

### 3.2.8 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido corresponde aos resultados acumulados do Estado, e está dividido em Resultados de Exercícios Anteriores, Resultado Patrimonial do Exercício e Ajustes de Exercícios Anteriores. Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Líquido

totalizou R\$ 239,7 bilhões negativos e apresentou variação de R\$ 171,4 bilhões negativos em relação ao exercício anterior, sendo R\$ 207,5 bilhões positivos referentes ao Resultado Patrimonial do Exercício e R\$ 378,9 bilhões negativos referentes aos Ajustes de Exercícios Anteriores.

Em milhões de R\$	
<b>Resultados acumulados</b>	
Saldo de 31/12/2019	-68.267,7
Resultado Patrimonial do Exercício	207.471,5
Ajustes de Exercícios Anteriores	-378.907,4
<b>Saldo de 31/12/2020</b>	<b>-239.703,6</b>

### 3.2.8.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Período, que em 2020 foi positivo em R\$ 207,47 bilhões, é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), que evidencia, por competência, as alterações ocorridas no Patrimônio do Estado, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Em milhões de R\$		
<b>Demonstração das Variações Patrimoniais</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>557.149,5</b>	<b>120.814,2</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	44.124,2	42.725,2
Contribuições	20.782,7	18.611,6
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	314,6	388,4
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.315,4	1.236,4
Transferências e Delegações Recebidas	12.065,2	8.908,2
Valorização e Ganhos Com Ativos	10.383,7	11.340,2
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	468.163,7	37.604,1
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>349.678,0</b>	<b>128.207,6</b>
Pessoal e Encargos	30.013,9	30.607,6
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.253,0	16.662,4
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.173,5	7.099,5
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.765,5	7.372,9
Transferências e Delegações Concedidas	18.628,3	18.120,1
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.091,5	7.191,8
Tributárias	574,9	466,3
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	260.177,3	40.687,1
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>207.471,5</b>	<b>-7.393,5</b>

Cabe destacar que o resultado do exercício de 2020 foi fortemente impactado pela alteração de política contábil no que se refere ao reconhecimento do Passivo Atuarial do RPPS. Essa alteração resultou no reconhecimento, nos encargos gerais do Estado,

do passivo de R\$ 166,24 bilhões referente à cobertura de déficit financeiro futuro, valor também reconhecido em conta redutora do IPE Prev. Assim, ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE Prev) foram eliminados no processo de consolidação, restando, no passivo, os valores da Provisão de Benefícios Concedidos e a Conceder reconhecidos no IPE Prev, o que é melhor explicado e evidenciado no item 3.2.6.1 (Provisão Atuarial do RPPS). Esse passivo de R\$ 166,24 bilhões teve como contrapartida um débito de R\$ 373,09 bilhões em Ajustes de Exercícios Anteriores (conforme item 3.2.8.2) pelo reconhecimento do passivo atuarial existente em 31 de dezembro de 2019 e um crédito de R\$ 206,85 bilhões em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, na DVP, referente à redução do passivo apresentada em 31 de dezembro de 2020.

### 3.2.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores totalizaram R\$ 378,91 bilhões negativos em 2020. Referem-se ao reconhecimento de variações patrimoniais relacionadas a exercícios anteriores, seja por causa de efeitos da mudança de política contábil, seja por retificação de operações que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes.

Em milhões de R\$	
Ajustes de Exercícios Anteriores	Valor
<b>Débito</b>	<b>-379.794,7</b>
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	-1.871,9
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	-114,5
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	-1.219,7
Reconhecimento de Passivos de exercício anteriores	-373.093,8
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	-2.891,4
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	-603,4
<b>Crédito</b>	<b>887,2</b>
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	733,9
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	10,9
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	1,1
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	141,4
<b>IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2020</b>	<b>-378.907,4</b>

O ajuste de maior impacto foi o de R\$ 373,09 bilhões negativos, referente ao reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, da cobertura de déficit financeiro futuro ao RPPS – Plano Financeiro (passivo atuarial), apurada em 31 de dezembro de 2019, conforme explicado nos itens 3.2.6.1 e 3.2.8.2. A diferença entre esse passivo atuarial e o

que foi apresentado em 31 de dezembro de 2020 foi registrada no resultado do exercício, conforme evidenciado no item 3.2.8.2.

Os empenhos liquidados no elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), desde que não relacionados a despesas de capital, geraram débito na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores. Assim, as “Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias” referem-se às despesas orçamentárias executadas com o elemento 92 e que teriam como contrapartida uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) caso fossem despesas do exercício.

As Despesas de Exercícios Anteriores Pendentes de Execução orçamentária são as despesas reconhecidas no exercício, incorridas em exercícios anteriores e que ainda não foram empenhadas e nem pagas.

Os ativos (exceto os financeiros) que foram reconhecidos indevidamente ou que deveriam ter sido baixados em exercícios anteriores somaram R\$ 1.219,7 milhões. Já os ativos (exceto os financeiros) que deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores, mas que só foram inscritos em 2020, somaram R\$ 10,9 milhões.

O desreconhecimento de Passivos, no valor de R\$ 733,9 milhões, refere-se, na maior parte, à baixa de passivos intraorçamentários anteriormente reconhecidos, mas sem expectativa de pagamento.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores Financeiros são as variações que ocorreram nos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e outras contas) que não são decorrentes da execução orçamentária e que deveriam ter sido computadas em exercícios anteriores. A maior parte do ajuste a débito de R\$ 2.891,4 milhões refere-se à baixa dos ativos de Responsáveis por Pagamentos irregulares, Sequestros Judiciais a Regularizar e Depósitos Judiciais, conforme explicado no item 3.1.2.5.

Os ajustes efetuados diretamente na consolidação referem-se às diferenças entre os saldos que foram excluídos no processo de consolidação em 31 de dezembro de 2019 e os saldos que foram excluídos em 31 de dezembro de 2020, quando essa diferença não estiver relacionada a uma variação computável ao resultado do exercício.

### **3.2.8.3 Resultado de Exercícios Anteriores**

Os Resultados de Exercícios Anteriores, acumulados até 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 68,27 bilhões negativos. Ressalta-se que 53,53% desse valor (R\$ 36,4 bilhões) refere-se ao resultado apurado no exercício de 2015, primeiro exercício a ter o reconhecimento de ajuste para perdas em Dívida Ativa (de R\$ 28,3 bilhões).

### 3.3 Contas de Controle

As Contas de Controle compreendem os registros dos atos potenciais (ativos e passivos), dos passivos contingentes e de outros controles específicos.

#### 3.3.1 Atos Potenciais Ativos e Passivos

Referem-se às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo, exceto as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e às contas com função precípua de controle. Tais valores, evidenciados no quadro das Compensações do Balanço Patrimonial, estão detalhados no quadro a seguir:

Em milhões de R\$	
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>4.922,2</b>
<b>Garantias e Contrapartidas Recebidas</b>	<b>1.038,3</b>
Cauções em Títulos e Valores	1.037,1
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	1,0
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	0,2
<b>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</b>	<b>127,5</b>
Fapergs -auxílios a comprovar	98,4
Administração Direta - auxílios a comprovar	18,2
Demais entidades - auxílios a comprovar	10,8
<b>Outros Atos Potenciais Ativos</b>	<b>3.756,3</b>
Administração Direta - contratos e convênios em execução	1.245,2
Demais entidades - contratos e convênios em execução	41,5
Daer - prestações de serviços - valores em discussão	2.068,5
Compensa - solicitações em andamento	168,4
Lei 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	232,8
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>423,0</b>
<b>Garantias e Contrapartidas Concedidas</b>	<b>126,8</b>
Avais Concedidos	126,8
<b>Obrigações Contratuais</b>	<b>36,7</b>
Contratos em Execução	36,7
<b>Outros Atos Potenciais Passivos</b>	<b>259,6</b>
Recursos Fundopem p/aumento capital Badesul	26,7
LEI 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	232,8

- **Cauções em Títulos e Valores** – Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No Daer, o valor de R\$ 1,03 bilhões refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao Daer, no caso de rescisão



contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa Daer DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;

- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** – Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras etc.);
- **Auxílios a comprovar** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a pessoas físicas ou jurídicas que estão sujeitas à comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 98,4 milhões) refere-se ao apoio financeiro concedido pela Fapergs a pesquisadores;
- **Contratos e convênios em execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- **Prestações de Serviços - valores em Discussão** – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2,07 bilhões refere-se a obras executadas pelo Daer por delegação do Governo Federal;
- **Compensa - solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa Compensa-RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038/2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente; e a dívida ativa é registrada como receita orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

Em milhões de R\$

COMPENSA-RS - Compensações em Andamento	Valor	%
Solicitações não homologadas	151,70	90,1%
Compensações homologadas, em processo de compensação	10,52	6,2%
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	6,15	3,7%
<b>Total</b>	<b>168,4</b>	<b>100%</b>

- **Lei nº 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da Lei Estadual nº 12.069/2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135/2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da Lei Estadual nº 15.232/2018;
- **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A quase totalidade do valor corresponde a avais concedidos pelo Estado à Ceee e à Corsan, em contratos de empréstimo;
- **Recursos Fundopem para aumento de Capital do Badesul** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do Badesul, conforme art. 15 da Lei Estadual nº 11.916/2003, alterado pela Lei Estadual nº 14.744/2015.

### 3.3.2 Passivos Contingentes

São passivos não reconhecidos nas demonstrações contábeis em virtude de sua existência depender de um ou mais eventos futuros incertos que não estejam totalmente sob controle do órgão ou entidade. O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da Instrução Normativa Cage nº 8/2017. Os passivos contingentes

totalizaram no exercício R\$ 68,73 bilhões (R\$ 52,62 bilhões em 2019). O acréscimo decorreu principalmente do reconhecimento dos possíveis impactos: (1) compensação de débitos estaduais com precatórios; (2) da inconstitucionalidade da TR nos estoques de precatórios e RPV (atualização); (3) tarifas TUST e TUSD; (4) repasses para os Municípios de recursos do FES; (5) inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do Pasep; e (6) contribuição previdenciária da Fase.

Houve a baixa do passivo contingente relativo ao tema “juros entre expedição e pagamento de precatórios/RPV” (R\$ 270,8 milhões), no qual se discutia a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a expedição e o efetivo pagamento, visto o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) negando o provimento. Já o passivo relativo ao “pagamento de atrasados de Unidade Real de Valor (URV) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado” teve sua probabilidade de ocorrência reavaliada e passou a ser reconhecido como provisão.

A apuração dos passivos contingentes é efetuada pelos órgãos da Administração Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE, que emite o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153. Esse relatório contém levantamento dos riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2020, em comparação a 2019.

Objeto dos Passivos Contingentes	Em milhões de R\$	
	2020	2019
Implantação Piso Nacional do Magistério	34.500,0	33.300,8
Compensação de débitos estaduais com Precatórios	7.000,0	-
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	6.734,0	5.791,8
Brasil Telecom	5.000,0	5.000,0
Tarifas TUST e TUSD	1.600,0	-
Repasses para os municípios de recursos do FES	1.434,9	-
Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP	1.400,0	-
Contribuição previdenciária da Fase	1.320,0	-
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	1.276,8	1.915,6
Ação Civil Pública. Meio Ambiente	1.000,0	-
Contribuições do Daer ao IPE Prev e IPE Saúde	986,8	986,8
Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas	728,0	-
Devolução do ICMS em operações com substituição tributária	652,0	-
Processos individuais na área de saúde	844,5	2.097,6
Adicional de insalubridade - servidores de escola	418,8	0,0
Diferencial de alíquota de optantes do SIMPLES NACIONAL	392,0	0,0
Ações cíveis públicas na área da segurança pública	378,9	186,3

(continua)

Em milhões de R\$

Objeto dos Passivos Contingentes	2020	2019
PASEP	351,8	358,4
Adicional Noturno militares estaduais	285,6	-
Paridade Pensões SINPOL	264,0	-
Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02	228,6	-
Desapropriação no Município de Torres - Parque Estadual de Itapeva	155,4	-
Indenização pelo Parcelamento de Salários	105,0	1.050,0
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	102,4	102,4
Compensação de créditos de saídas isentas não estornadas	100,0	-
Fundação Silius	100,0	-
FGTS de Servidores Temporários	26,5	51,8
Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios	1,0	15,0
Pagamentos atrasados URV no âmbito do TCE/RS	-	235,0
Outros	1.340,4	1.532,8
<b>Total</b>	<b>68.727,6</b>	<b>52.624,4</b>

- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – A Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal nº 11.738-2008, além do pagamento de diferenças pretéritas;
- **Compensação de débitos estaduais com Precatórios** - A Procuradoria Fiscal da PGE atua em processos judiciais em que os contribuintes de tributos estaduais formulam pedidos de compensação de débitos estaduais com precatórios adquiridos pelos devedores. A matéria referente aos pedidos de compensação de tributos com créditos de precatório, vencido e não pago, formulados antes da edição da Emenda Constitucional nº 62/2009, nos termos do art. 78, § 2º, do ADCT da Constituição Federal (CF88), diante da proteção ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e segurança jurídica, com base no art. 5º, XXXV e XXXVI, da CF88, deverá ser examinada pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral.
- **Inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios e RPVs** – O tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública,

conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09.

- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nos milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- **Tarifas TUST e TUSD** - Trata-se de demandas ajuizadas por consumidores que tentam fazer prevalecer a tese da não-incidência do ICMS sobre valores que não configurariam efetivo consumo, ou seja, sobre o valor relativo à tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), cumuladas com repetição de indébito ou compensação com o ICMS devido sobre a fatura de energia elétrica ou com o ICMS devido a outro título.
- **Repasses para os municípios de valores do FES** – Diante da crise financeira, hospitais que atendem pelo SUS e Municípios ingressaram com ações e Mandados de Segurança postulando o correto repasse dos valores previstos. Tais processos apresentam elevados valores, por vezes com bloqueios nas contas do Estado. Além desses repasses de valores as ações podem envolver pedido de ressarcimento, reestruturação da política pública adotada junto ao hospital e demais contratualizações que envolvam valores que pela Lei nº 8080/90 seriam objeto de repasse aos hospitais.
- **Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP** – O governo do Estado ingressou com a Ação Cível Originária nº 3.404 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), postulando liminar para impedir cobrança em duplicidade para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Sustentou-se na ação que o Estado já repassa o valor destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores (cobertura de insuficiências financeiras e cota patronal das contribuições previdenciárias) pelo Instituto de

Previdência do Estado (IPE Prev). Portanto, a cobrança também via administração direta do Tesouro Estadual seria indevida, porque seria uma cobrança em duplicidade, já que o IPE é uma autarquia do Executivo.

- **Contribuição previdenciária da Fase** – A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase) recebeu diversas autuações do INSS em razão de que o Certificado de Filantropia fora revogado, o que demandaria o recolhimento da cota patronal em relação a todos os seus empregados. O artigo 55 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, previu requisitos para o exercício da imunidade tributária versada no § 7º do artigo 195 da Carta da República, o que tornou impossível à Fase a certificação da filantropia, basicamente em razão da exigência de que seus diretores não fossem remunerados, o que é incompatível com o caráter público da Fase. A controvérsia envolvendo a nulidade do Ato Cancelatório, que gerou a perda do enquadramento da Fase como entidade filantrópica e de Assistência Social, foi submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, proc. nº. 00400.000176/2013-81, o qual se encontra suspenso até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- **Ações Cíveis Públicas - Repasses na área de Saúde** – O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações civis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.
- **Jardim Zoológico e Reserva Padre Balduino** – Refere-se ao Processo nº 9024988-74.2017.8.21.0001, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual em face do Estado do Rio Grande do Sul, da extinta Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul (FZB), do Município de São Leopoldo e do Município de Sapucaia do Sul, por meio da qual o Ministério Público pretende obter pronunciamento jurisdicional que: impeça todo e qualquer ato tendente a promover a desafetação e a alienação dos imóveis onde se localizam o Jardim Zoológico e a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo

(pertencentes à extinta FZB), sem prévia e específica lei, enquanto não procedida a reavaliação da área nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional das Unidades de Conservação); declare que a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo é um espaço territorial especialmente protegido; responsabilize os réus pelos danos ambientais causados à reserva ambiental em decorrência das ocupações irregulares da área.

- **Contribuições do Daer ao IPE Prev e IPE Saúde** – Refere-se à cobrança das contribuições ao IPE Prev, período de 1992-2017, no valor de R\$ 922.041.045,60 e ao IPE Saúde, período de 2004-2019, R\$ 64.758.179,91. Encontra-se em análise a possível prescrição parcial e revisão da atualização monetária dos valores.
- **Base de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas** – A recente reforma constitucional possibilitou que, havendo declaração de déficit atuarial, haja a incidência de cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário mínimo (anteriormente havia isenção até o teto do RGPS). Em abril de 2020, o IPE Prev declarou a existência de déficit atuarial, o que permitiu a cobrança desta contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário mínimo em todas as pensões e proventos. Atualmente estão tramitando 50 ações, sem decisões de mérito, entretanto a questão merece especial cuidado em face do fator multiplicador, pois, em tese, qualquer aposentado e pensionista atingido pela reforma previdenciária e poderá ajuizar ação pleiteando a suspensão deste desconto.
- **Devolução do ICMS em operações com substituição tributária** – Houve mudança de paradigma com o que restou decidido pelo STF no Recurso Extraordinário (RE) 593.849/MG, oportunidade em que restou fixada a seguinte tese: “É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.” Em seguida, a Corte Constitucional modulou os efeitos do julgamento a fim de que o precedente ali elaborado oriente todos os litígios judiciais pendentes submetidos à sistemática da repercussão geral e os casos futuros oriundos de antecipação do pagamento de fato gerador presumido realizada após a fixação do entendimento, tendo em conta o necessário realinhamento

das administrações fazendárias dos Estados-membros e do sistema judicial como um todo ao que decidido pela Corte.

- **Processos Individuais na Área da Saúde** – Diversas ações na área de saúde demandando fornecimento de medicamentos e tratamentos de alto custo, próteses, órteses e demais prestações na área de saúde. Diversos Municípios e hospitais ajuizaram ações contestando os valores dos repasses mensais e glosas de faturas. Existem ainda demandas relativas ao fornecimento de *home care* (tratamento domiciliar).
- **Adicional Insalubridade de servidores de escola** – A Procuradoria-Geral do Estado tem registro de 8 mil ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais.
- **Diferencial de alíquota de optantes do Simples Nacional** – Contribuintes do ICMS optantes pelo regime do Simples Nacional argumentam que a micro e pequena empresa têm direito ao tratamento diferenciado (art. 170, IX e 179 da Constituição Federal), o que importaria em seu favorecimento ante as do Regime Geral, que, em tese, podem se creditar do imposto pago na operação de entrada com o devido na operação de venda da mercadoria. Atualmente a questão está sendo discutida no STF através do Recurso Extraordinário 970.821 cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF, inicialmente, no âmbito do RE 632.782, relativamente ao TEMA 517/STF: “Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL”. O julgamento está, por ora, suspenso.
- **Ações Civas Públicas (ACP) na área da segurança pública** – Ações promovidas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul postulado a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento de presos no regime fechado e a reforma de presídios e ACP movida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) pleiteando local adequado para o atendimento das vítimas de violência doméstica contra a mulher e vulneráveis em geral.



- **Pasep** – Em 14 de junho de 2002, com base na Medida Provisória nº 38 e na Instrução Normativa SRF nº 160, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 351,8 milhões e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.
- **Adicional noturno de militares estaduais** – Em ações movidas por servidores militares pleiteando o pagamento de adicional noturno, a PGE vem atuando na fixação de tese jurídica no sentido de que os policiais militares não possuem direito à remuneração superior pelo trabalho noturno, em vista da ausência de norma legal específica estabelecendo o benefício, sendo inviável ao Poder Judiciário suprir tal omissão, em vista da ausência de direito constitucional à referida vantagem e da vedação à concessão de vantagem remuneratória por isonomia, dada a inaplicabilidade do art. 39, § 3º, da CF/88, a inconstitucionalidade do art. 46, I, da Constituição do Rio Grande do Sul de 1989 e a ausência de outra previsão do direito na Constituição.
- **Paridade Pensões Sinpol** – Trata-se da ação coletiva nº 001/11600805494, ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande Do Sul (Sinpol) contra o IPE Prev, a qual foi julgada parcialmente procedente para o fim de reconhecer aos pensionistas dos policiais civis com paridade nos termos constitucionais o direito aos reajustes previstos nas Leis Estaduais nº 14.072/12 e nº 14.073/12.
- **Reajuste da Lei nº 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02** – Ações que tratam do reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual nº 11.467/2000 e no art. 1º da Lei Estadual nº 11.678/2001,

abatidos os reajustes concedidos na Lei Estadual nº 11.752/2002, computados de forma acumulada e respeitado o período em que previstos e concedidos, devido aos empregados da extinta Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, a qual foi sucedida pelo Estado do Rio Grande do Sul em todos os seus deveres e obrigações.

- **Desapropriação no Município de Torres - Parque Estadual de Itapeva** – Trata-se de ação de desapropriação ajuizada pelo Estado, com fundamento nos Decretos Estaduais nº 42.009/2002, que criou o Parque Estadual de Itapeva, e nº 51.462/2014, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno e acessórios situados no Município de Torres/RS, destinados à regularização do Parque Estadual de Itapeva.
- **Indenização pelo Parcelamento de Salários** – Existem cerca de 30 mil ações judiciais e recursos, propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais. O valor estimado para contingenciamento considera o valor médio da indenização por danos morais.
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **Compensação de créditos de ICMS de saídas isentas não estornadas** – Trata-se de matéria sobre a qual tem havido dificuldade de compreensão por parte do Poder Judiciário com relação aos limites de benefício fiscal existente e à identificação do setor produtivo ao qual se aplica, com enorme risco de prejuízos aos cofres do Estado devido à ampliação indiscriminada do benefício.

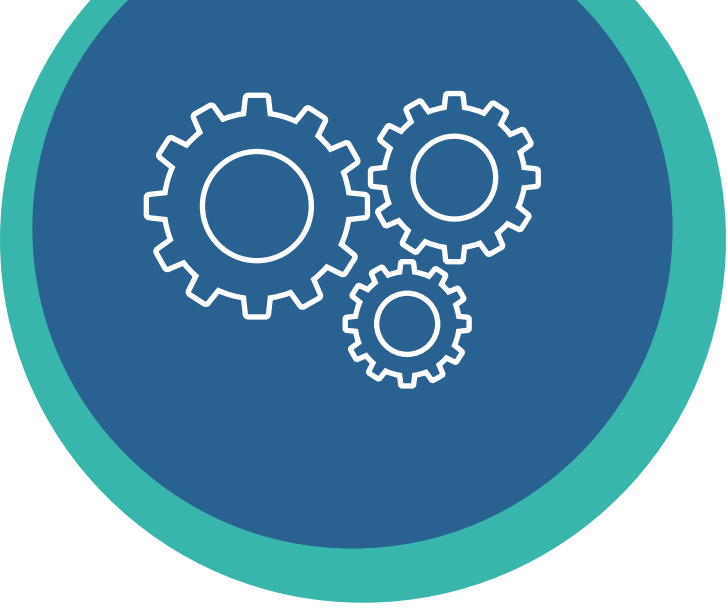
- **Fundação Silius** – Trata-se de Ação Civil Pública nº 5038634-12.2016.4.04.7100/RS movido pela Associação dos Funcionários da Companhia Estadual de Silos e Armazéns e outro. O Estado pediu ingresso como *amicus curiae*, para afastar dívida que se pretende imputar à Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa –, em processo de extinção, conforme Lei Estadual nº 15.183. O Estado será seu sucessor.
- **FGTS de Servidores Temporários** – Refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o depósito/pagamento de FGTS. Contudo, o decaimento, que repercute na condenação ao depósito do FGTS, atinge apenas os contratos declarados nulos pelo Poder Judiciário. A estimativa anterior para fins de contingenciamento (R\$ 51 milhões) não mais se mantém, considerando o corte havido com a decisão das Turmas Recursais Unidas (Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 71007787237) estabelecendo que é nulo o contrato temporário de servidor temporário que tenha sido sucessivamente renovado para além do período de cinco anos, desde que a parte tenha expressamente postulado o reconhecimento desta nulidade, resultando em uma nova estimativa de R\$ 26 milhões.
- **Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios** – Refere-se ao contingenciamento para possíveis ações interpostas contra o Estado tendo em vista o julgamento do Tema 365 pelo STF: “Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento”. A situação, porém, revela-se bem mais favorável ao Estado do que em anos anteriores. O STF tem devolvido os agravos de instrumento interpostos contra a negativa de seguimento de recursos extraordinários interpostos pelos autores da ação para que a Câmara Delegada analise a aplicação do Tema 365, o que tem levado à extinção dos REs. No Relatório anterior havia sido apresentada uma estimativa de R\$ 15 milhões, que não se concretizou.

### 3.3.3 Outros Controles

São contas criadas para controle de outros fatos/transações/operações/saldos que não se enquadram em nenhuma outra conta do PCASP. Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

Em milhões de R\$	
Outros Controles	Valor
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001	10.890,2
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953,2

- **Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001** – Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667/2001, sujeito ao limite de 95% a ser disponibilizado para o Estado, conforme parágrafo 1º, art. 1º da Lei nº 12.069/2004. O detalhamento sobre esses depósitos consta no item 3.2.1.2.
- **Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito** – Demonstra o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O valor do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.



## 4. GESTÃO FINANCEIRA

Neste capítulo, demonstra-se o patrimônio e a movimentação financeira consolidada segundo a classificação prevista no art. 105 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Apresenta-se, a seguir, o Balanço Financeiro, conjugando-se as disponibilidades iniciais com os ingressos e desembolsos, de modo a evidenciar os saldos de disponibilidades existentes quando do término do exercício:

Em milhões de R\$	
<b>INGRESSOS</b>	<b>2020</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>63.960,6</b>
<b>Ordinários</b>	<b>27.677,7</b>
<b>Vinculada</b>	<b>36.282,9</b>
Educação	8.304,5
Saúde	5.921,8
Previdência	18.933,9
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	450,2
Transferências Voluntárias de Outros Entes	140,9
Fundos Estaduais	2.506,4
Operações de Crédito	25,1
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>-</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>53.988,3</b>
Inscrição Restos a Pagar Processados	6.414,1
Inscrição Restos a Pagar Não Processados	1.531,2
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.391,7
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.651,3
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>5.762,0</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.027,2
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.734,9
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>123.711,0</b>

Em milhões de R\$	
<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>2020</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>64.557,9</b>
<b>Ordinários</b>	<b>29.212,9</b>
<b>Vinculada</b>	<b>35.345,0</b>
Educação	8.561,3
Saúde	6.119,6

(continua)

Em milhões de R\$	
<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>2020</b>
Previdência	17.438,8
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	394,8
Transferências Voluntárias de Outros Entes	194,2
Fundos Estaduais	2.583,4
Operações de Crédito	52,9
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>-</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>51.652,3</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.455,9
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	630,5
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	44.734,5
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.831,4
<b>Saldo do Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>7.500,8</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.294,2
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.206,6
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>123.711,0</b>

As disponibilidades no exercício de 2020 (R\$ 7,50 bilhões) apresentadas no Balanço Financeiro compreendem as contas Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ 4,29 bilhões), Vinculado em Conta-Corrente Bancária (R\$ 2,7 milhões) e Investimentos do RPPS (R\$ 3,20 bilhões), discriminados na tabela Composição do Patrimônio Financeiro.

#### 4.1 Patrimônio Financeiro

A seguir, são apresentados os principais itens do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro.

Em R\$ milhões	
<b>Títulos</b>	<b>2020</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>7.877,0</b>
<b>111 - Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>4.294,2</b>
Recursos livres	1.083,8
Recursos vinculados	3.168,8
Recursos previdenciários	41,6
<b>113 - Demais Créditos a Curto Prazo</b>	<b>333,6</b>
Depósitos Judiciais e Sequestros Judiciais a Regularizar	61,0
Devedores / Responsáveis	270,0
Outros	2,7

(continua)

	Em R\$ milhões
<b>Títulos</b>	<b>2020</b>
<b>114 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>3.203,9</b>
Títulos e Valores Mobiliários do RPPS	3.203,9
<b>121 - Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>45,2</b>
Depósitos Judiciais - Longo Prazo	45,2
<b>21 - PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>-29.921,1</b>
<b>211 - Obrig. Trab., Previd. e Assist. a Pagar a C. Prazo</b>	<b>-1.732,0</b>
2111 - Pessoal a Pagar	-1.348,7
2112 - Benefícios Previdenciários a Pagar	-257
2114 - Encargos Sociais a Pagar	-126,3
<b>212 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</b>	<b>-11.121,3</b>
2121 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno	-11.121,3
<b>213 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>-654,4</b>
2131 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	-654,4
<b>214 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo</b>	<b>-53,5</b>
2141 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	-53,3
2143 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	-0,2
<b>218 - Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>-14.272,2</b>
2188 - Valores Restituíveis	-13.968,2
Depósitos Judiciais	-10.697,3
Demais	-3.270,9
2189 - Outras Obrigações a Curto Prazo	-304
<b>631 - Execução de Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>-2.087,7</b>
6311 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	-569,1
6317 - Restos a Pagar Não Processados Inscrição no Exercício	-1.518,6
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA</b>	<b>-22.044,1</b>

As contas do Ativo, em especial as dos subgrupos 111 (Caixa e Equivalente de Caixa) e 113 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo) são analisadas no Capítulo 3. Os saldos de Restos a Pagar e de Serviço da Dívida a Pagar que, por sua natureza, possuem atributo “Financeiro”, estão computados nos subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (211), Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (212), Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (213), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (214), Obrigações de Repartição a Outros Entes (215) e, parcialmente, nos itens Demais dos Títulos e Valores Restituíveis (2188) e Outras Obrigações a Curto Prazo (2189). Na tabela a seguir é apresentada a movimentação dos Restos a Pagar no exercício:



TÍTULOS	Em R\$ milhões		TOTAL
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
<b>SALDO EM 31-12-2019</b>	<b>12.344,8</b>	<b>1.333,2</b>	<b>13.678,1</b>
Anulações e Baixas	-67,7	-119,1	-186,8
Pagamentos	-4.455,9	-630,5	-5.086,4
Inscrições ao final do exercício	6.414,1	1.531,2	7.945,3
<b>SALDO EM 31-12-2020</b>	<b>14.235,3</b>	<b>2.114,9</b>	<b>16.350,2</b>

Os Restos a Pagar são analisados no Capítulo 3, item 3.2.1.

## 4.2 Recursos Vinculados e Situação Financeira Potencial

Denominam-se Recursos Vinculados as receitas que a Administração, em decorrência de dispositivos constitucionais e legais, é obrigada a aplicar em determinados fins.

As referidas receitas estão apresentadas e discriminadas, individualmente, com a respectiva aplicação, no Demonstrativo dos Recursos Vinculados, nos Volumes II (Administração Direta) e IV (Autarquias e Fundações), que compõem esta Prestação de Contas. Cada recurso é identificado mediante código numérico de quatro algarismos e seu respectivo nome.

Além dos recursos livres (Recurso 0001 na Administração Direta, Recurso 8000 nas Autarquias e Recurso 7000 nas Fundações), apesar de serem vinculados, não são considerados para fins desta análise, conforme tabela seguinte, os recursos vinculados relativos:

- à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que funcionam como agregadores de despesas, não tendo, portanto, receitas diretamente vinculadas, sendo formados por transposição de valores do recurso geral, ou seja, da receita arrecadada não vinculada;
- à alienação de bens e direitos, por constituírem receitas próprias, cujos recursos foram criados apenas para controle do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), que dispõe que essas receitas não podem ser aplicadas no custeio de despesa corrente, exceto as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos; e
- às receitas de contribuições previdenciárias e do plano de assistência médica dos servidores que foram vinculadas ao recurso 8500 do IPE Prev.

Recursos Vinculados não Analisados	
Ref.	Títulos
a	0002 - Tesouro - Educação
	0003 - Tesouro - Pesquisa
	0004 - Tesouro - Universidades
	0005 - Tesouro - Contrapartida
	0006 - Tesouro - Vinculado à Saúde
	0010 - Tesouro Art 3º Lei 15.232/2018
	0011 - Tesouro - Outros Poderes
	0014 - Tesouro - Ensino Superior
	0015 - Tesouro - Consulta Popular
	0016 - Tesouro - Saúde - Consulta Popular
	5001 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Livres
	5003 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Pesquisa
	5004 - Contrapartida Recursos do Tesouro - Universidades
	6001 - Contrapartida a Operações de Crédito Recursos do Tesouro - Livres
	6011 - Contrapartida a Operações de Crédito Recursos do Tesouro - Outros Poderes
b	0096 - Tesouro - Alienação de Bens e Direitos
	7096 - Recursos das Fundações Alienação de Bens e Direitos
	8096 - Recursos das Autarquias Alienação de Bens e Direitos
c	8500 - Regime Próprio de Previdência Social - Plano Financeiro

#### 4.2.1 Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas

A Receita Arrecadada teve as seguintes Parcelas Vinculadas, segundo a fonte dos recursos, considerando-se, inclusive, o produto das respectivas aplicações financeiras, multas, restituições e anulação de Restos a Pagar:

Recursos	Em milhões de R\$			
	2020		2019	
	Arrecadação	%	Arrecadação	%
Tesouro-Vinculado pela Constituição	4.797,7	51,43%	16.074,6	74,25%
Tesouro-Vinculado por Lei	2.436,0	26,11%	2.768,8	12,79%
Convênios	225,4	2,42%	225,0	1,04%
Operações de Crédito Externas	0,2	0,00%	214,4	0,99%
Operações de Crédito Internas	24,9	0,27%	75,7	0,35%
Próprios das Autarquias	755,1	8,09%	1.111,0	5,13%
Transferências Obrigatórias	1.088,4	11,67%	1.178,2	5,44%
Próprios das Fundações	0,5	0,01%	0,8	0,00%
<b>Total</b>	<b>9.328,2</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.648,6</b>	<b>100,00%</b>

Em 2019, as Receitas Vinculadas representaram 30,74% da receita total do Estado, que foi de R\$ 70,43 bilhões. Em 2020, quando a receita total atingiu R\$ 63,96 bilhões, a participação das receitas vinculadas caiu para 14,58%. Essa queda se deve, principalmente, à alteração da contabilização da participação dos Municípios nas receitas de impostos e transferências, que antes representava um ingresso de receita em um recurso vinculado, seguido de um empenho e a partir de 2020 passou a ser uma receita retificativa.

#### 4.2.2 Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados

A Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados é representada pelos valores recebidos e sua respectiva aplicação, os quais, conjugados com os saldos do exercício anterior, resultam nos novos saldos, que passam para o próximo exercício.

No exercício de 2020, os recursos vinculados apresentaram as movimentações apresentaram o seguinte comportamento:

Em milhões de R\$								
Recursos	Receita	Anulacao Restos	Despesa	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recurso	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Resultado
Tesouro-Vinculado pela Constituição	4.797,7	11,4	-5.166,0	633,6	-225,4	28,8	-28,8	51,3
Tesouro-Vinculado por Lei	2.436,0	48,8	-2.525,0	589,1	-506,3	264,5	-29,8	277,3
Convênios	225,4	8,2	-234,8	2,2	-48,7	1,1	-1,0	-47,7
Próprios das Autarquias	755,1	2,9	-130,9	6,1	-60,9	1,0	-1,0	572,2
Operações de Crédito Externas	0,2	1,0	-46,1	2,5	-4,3	-	-	-46,6
Operações de Crédito Internas	24,9	8,3	-6,8	1,2	-0,0	15,2	-15,2	27,6
Transferências Obrigatórias	1.088,4	1,3	-1.252,4	0,3	-0,1	-	-	-162,5
Próprios das Fundações	0,5	0,0	-0,2	-	-	-	-	0,3
<b>Total</b>	<b>9.328,2</b>	<b>81,9</b>	<b>-9.362,1</b>	<b>1.234,9</b>	<b>-845,7</b>	<b>310,5</b>	<b>-75,8</b>	<b>671,9</b>

Alguns recursos vinculados tiveram movimentação relevante, conforme tabela que segue:

Recursos	Receita	Anulacao Restos	Despesa	Recebimentos de Recurso	Transferências de Recursos	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Em milhões de R\$	
								Resultado	Resultado
Fundeb	4.350,8	0,0	-4.502,4	-	-	-	-	-151,6	
Fundo de Reforma do Estado (FRE)	970,4	0,0	-897,9	113,8	-	-	-	186,3	
Transferência SUS - Média e Alta Complexidade	937,8	0,3	-953,9	0,2	-0,1	-	-	-15,8	
Fesp	263,3	3,8	-273,3	0,0	-236,8	234,5	-	-8,5	
Salário Educação	317,9	27,5	-449,6	-	-	-	-	-104,1	
Fundo Ampara RS	303,2	3,2	-278,6	-	-	15,1	-15,1	27,8	
Fundoprev	585,7	0,0	-4,7	-	-	1,0	-1,0	581,0	
	7.729,2	34,8	-7.360,5	114,0	-236,9	250,6	-16,1	515,1	

Quanto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o valor das receitas demonstradas na tabela refere-se essencialmente ao retorno desse fundo recebido pelo Estado.

O Fundo de Reforma do Estado (FRE) foi criado pela Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995, e suas receitas são oriundas de créditos concedidos, bem como dividendos e juros sobre capital próprio de companhias em que o Estado possui participação acionária. Os recursos vinculados ao FRE devem ser utilizados na redução da dívida fundada do Estado, no suprimento transitório de insuficiências do tesouro estadual e em investimentos e/ou financiamentos à implantação de empreendimentos no Estado.

O recurso de Gestão Plena do SUS é composto por transferências do Governo Federal para custeio do Sistema Único de Saúde.

Já o Fundo Especial de Segurança Pública (Fesp) tem como principal receita a participação em arrecadações do Detran. Esses valores são transferidos do Detran para a Secretaria de Segurança Pública, que realiza despesas em ações determinadas na lei de criação do Fundo.

O Salário Educação está previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal e é destinado a programas, projetos e ações voltados à educação básica pública.

O Fundo Ampara/RS tem como receitas as arrecadações do adicional de alíquota de 2% instituído sobre produtos considerados supérfluos. Essas arrecadações totalizaram, em 2020, R\$ 303,2 milhões, e as aplicações dos recursos, R\$ 278,6 milhões.

A conjugação da movimentação dos recursos vinculados com os saldos do exercício anterior e com o saldo que passou para o próximo exercício está demonstrada a seguir.

Recursos	Saldo do Exercício Anterior	Receita Arrecadada	Anu-lacao Restos	Despesa Empenhada	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recursos	Em milhões de R\$		
							Recebido de Numerários	Transferido de Numerários	Saldo a Empenhar
Tesouro-Vinculado pela Constituição	1.732,0	4.797,7	11,4	-5.166,0	633,6	-225,4	28,8	-28,8	1.783,3
Tesouro-Vinculado por Lei	1.829,7	2.436,0	48,8	-2.525,0	589,1	-506,3	264,5	-29,8	2.107,0
Convênios	553,3	225,4	8,2	-234,8	2,2	-48,7	1,1	-1,0	505,6
Próprios das Autarquias	2.503,5	755,1	2,9	-130,9	6,1	-60,9	1,0	-1,0	3.075,7
Operações de Crédito Externas	78,3	0,2	1,0	-46,1	2,5	-4,3	-	-	31,6
Operações de Crédito Internas	87,2	24,9	8,3	-6,8	1,2	-0,0	15,2	-15,2	114,7
Transferências Obrigatórias	325,1	1.088,4	1,3	-1.252,4	0,3	-0,1	-	-	162,6
Próprios das Fundações	1,3	0,5	0,0	-0,2	-	-	-	-	1,6
Total	7.110,2	9.328,2	81,9	-9.362,1	1.234,9	-845,7	310,5	-75,8	7.782,1

Como se observa, houve um aumento de R\$ 671,9 milhões no saldo dos recursos vinculados, com a seguinte composição:

Em milhões de R\$	
Recursos	Variação
Próprios das Autarquias	572,2
Tesouro-Vinculado por Lei	277,3
Tesouro-Vinculado pela Constituição	51,3
Operações de Crédito Internas	27,6
Próprios das Fundações	0,3
Operações de Crédito Externas	-46,6
Convênios	-47,7
Transferências Obrigatórias	-162,5
<b>Total</b>	<b>671,9</b>

O aumento ocorreu sobretudo nos recursos “Próprios das Autarquias”, destacando-se aqueles vinculados ao Fundoprev, uma vez que há poucos benefícios previdenciários sendo pagos por esse Fundo. Nos recursos “Tesouro-Vinculado por Lei”, destaca-se aquele ligado ao Fundo de Reaparelhamento do Estado (FRE), em que houve aumento de R\$ 186,3 milhões.

Nas “Transferências Obrigatórias”, a variação negativa decorreu, principalmente, da aplicação do recurso vinculado à Transferência da União para o Estado dos Recursos da Cessão Onerosa do Pré-Sal, cujas receitas ingressaram em 2019.

### 4.3 Situação Líquida Financeira

A situação líquida financeira é apurada a partir do saldo patrimonial financeiro e do saldo a empenhar dos recursos vinculados.

#### 4.3.1 Situação Líquida Financeira Real

A Situação Líquida Financeira Real, conforme item 4.1, corresponde ao Saldo Patrimonial Financeiro do exercício anterior mais o resultado do exercício financeiro de 2020, ajustado pelas variações líquidas independentes da execução orçamentária:

Em milhões de R\$	
Título	Valor
Saldo Patrimonial Financeiro - 2019	-18.307,3
Deficit Financeiro Ajustado do Exercício	-3.736,9
<b>Saldo Patrimonial Financeiro Atual</b>	<b>-22.044,1</b>

O déficit financeiro ajustado de 2020 foi de R\$ 3,74 bilhões, apurado da seguinte forma:

Em milhões de R\$			
Título	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados e Vinculados Não Analisados	Total
<b>1 - Resultado Orçamentário</b>	<b>-33,9</b>	<b>-563,4</b>	<b>-597,3</b>
Receita	9.328,2	54.632,4	63.960,6
Despesa	-9.362,1	-55.195,8	-64.557,9
<b>2 - Resultado das Variações</b>	<b>81,9</b>	<b>-2.786,3</b>	<b>-2.704,4</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-2.890,3	-2.890,3
Anulação de Restos a Pagar	81,9	104,8	186,8
Sequestro Judicial (Registrado no Resultado)	-	-0,8	-0,8
<b>3 - Ajustes de Consolidação</b>	<b>-</b>	<b>-435,2</b>	<b>-435,2</b>
<b>Déficit Financeiro Ajustado (1+2+3)</b>	<b>48,0</b>	<b>-3.784,9</b>	<b>-3.736,9</b>

#### 4.3.2 Situação Líquida Financeira Ajustada

A Situação Líquida Financeira Ajustada (SLFA) é obtida pelo acréscimo da Situação Líquida Financeira Potencial à Situação Líquida Financeira Real:

Em milhões de R\$	
Título	Valor
Saldo Financeiro Real	-22.044,1
Saldo Financeiro Potencial (Saldo a empenhar dos recursos vinculados analisados)	-7.782,1
<b>Saldo Financeiro Ajustado</b>	<b>-29.826,2</b>

A conjugação do déficit financeiro real de R\$ 22,04 bilhões com o déficit potencial de R\$ 7,78 bilhões resulta na situação líquida financeira ajustada deficitária de R\$ 29,83 bilhões. Ou seja, esse é o valor que falta para que o Estado possa saldar as obrigações do seu passivo financeiro e as despesas a empenhar correspondentes aos saldos de recursos vinculados.





# ABREVIATURAS E SIGLAS

## ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADC - Ato das Disposições Constitucionais

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Agergs - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS

AGO - Assembleia Geral ordinária

AGOE - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

AL - Assembleia Legislativa

AL-GIA - Auto de Lançamentos - Guia de Informação do ICMS

Ampara/RS - Fundo de Proteção e Amparo Social do Estado do Rio Grande do Sul

APE - Administração do Patrimônio do Estado

APF – Aplicação Financeira

AUL - Auto de Lançamento

ASPS - Aplicações em Ações e Serviços Públicos em Saúde

ATS – Adicional por Tempo de Serviço

Badesul – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS

Bagergs - Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.

BB – Banco de Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Brigada Militar

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Cadin/RS - Cadastro Informativo de Pendências

Cadip - Caixa de Administração da Dívida Pública do Estado S.A.

Cage - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

CEE – Caixa Econômica Estadual - extinta

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEERGS – Caixa Econômica Estadual do RS - extinta

CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica

CEEE-GT - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

CEEE-Par - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações

CEF - Caixa Econômica Federal

Ceasa - Centrais de Abastecimento do RS  
Cesa - Companhia Estadual de Silos e Armazéns  
Cetip - Central de Custódia e de Liquidação Financeira  
CF - Constituição Federal  
CFC - Conselho Federal de Contabilidade  
CFIL/RS - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar  
Cide - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cientec - Fundação de Ciência e Tecnologia  
Ciep - Centro Integrado de Educação Pública  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
COM - Companhia Operadora de Mineração  
COMPENSA-RS - Programa com o objetivo de regulamentar os procedimentos para a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, inscritos em dívida ativa, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias e fundações, próprios ou de terceiros, prevista na Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017  
Comprev - Câmara de Compensação Previdenciária  
Comude - Conselho Municipal de Desenvolvimento  
Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária  
Coredes - Conselhos Regionais de Desenvolvimento  
Corsan - Companhia Riograndense de Saneamento  
Cpers - Centro de Professores do Estado do RS  
CRM - Companhia Riograndense de Mineração  
CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações - extinta  
DA - Dívida Ativa  
Daer - Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens  
DAT - Sistema de Cobrança de Crédito Tributário Inscrito em Dívida Ativa  
DIE - Divisão de Informações Estratégicas  
DCD - Divisão de Controle da Administração Direta  
DCI - Divisão de Controle da Administração Indireta  
DDiP - Divisão da Dívida Pública  
DEE - Divisão de Estudos Econômicos  
DEO - Divisão de Estudos e Orientação

DCL – Dívida Consolidada Líquida

Detran/RS - Departamento Estadual de Trânsito

DMA – Departamento do Meio Ambiente

DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre

DNC - Divisão de Informação e de Normatização Contábil

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DOE - Diário Oficial do Estado

DPE - Defensoria Pública do Estado

DTI - Divisão de Tecnologia da Informação

DTP – Despesa Total com Pessoal

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

EDP – Escritório de Desenvolvimento de Projetos

EGR - Empresa Gaúcha de Rodovias

EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ERGS – Estado do Rio Grande do Sul

ERS – Rodovia Estadual do RS

FAC - Fundo de Apoio à Cultura

Faders - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades do RS

Famurs - Federação das Associações dos Municípios do RS

Fapergs - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS

Fase - Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS

FAS - Fundo de Assistência à Saúde

FBERGS - Fundação Banrisul de Seguridade Social

FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais

FDRH - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

Feaper - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

Feas - Fundo Estadual de Assistência Social

Feduc - Fundo Especial da Educação

Fegep - Fundo Estadual de Gestão Patrimonial

Fepam - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler

FES - Fundo Estadual da Saúde

Fesa - Fundo Estadual de Sanidade Animal

Fesp - Fundo Estadual de Segurança Pública  
FETLSVC - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha  
FGLTDPE - Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual  
FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social  
FGV - Fundação Getúlio Vargas  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Finame - Agência Especial de Financiamento da Indústria  
FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FNS - Fundo Nacional da Saúde  
Fomentar – Fundo de Fomento Automotivo do RS  
Fospa - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre  
FPE-DF - Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal  
FPE - Finanças Públicas Estaduais do Estado do RS  
Fpergs - Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul  
FPM - Fundo de Participação dos Municípios  
FRE - Fundo de Reforma do Estado  
FRH - Fundo de Recursos Hídricos  
FRPJ - Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário  
FTSP - Fundação Teatro São Pedro  
Funafir - Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados, sem fins Lucrativos e Hospitais Públicos  
Funamep - Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor e à Empresa de Pequeno Porte  
Fundecop - Fundo de Apoio ao Cooperativismo  
Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
Fundetur - Fundo de Desenvolvimento do Turismo  
Fundopem – Fundo Operação Empresa do RS  
Fundopimes - Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social  
Fundoprev – Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do RS  
Fundovitis - Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura  
Funterra - Fundo de Terras do Estado do RS  
FZB – Fundação Zoobotânica – extinta

GEP – Gratificação de Estímulo Previdenciário

GTCON RS – Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do RS

IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IEF - Integração Estado-Fornecedor

ICMS - Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

IEPE/UFRGS – Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Ufrgs

IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado

IN – Instrução Normativa

Inamps – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ipergs - Instituto de Previdência do Estado do RS

IPE Prev – Instituto de Previdência do Estado do RS

IPE Saúde – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do RS

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPSAS – International Public Sector Accounting Standart

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

Irga - Instituto Riograndense do Arroz

IRRF - Inposto de Renda Retido na Fonte

ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre a Transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis de direitos reais a eles relativos

ITCD - Imposto sobre Transmissão Mortis Causa e Doação de Quaisquer Bens ou Direito

JUCISRS - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

LC – Lei Complementar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei do Orçamento Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

Metroplan - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

MF – Ministério da Fazenda

MJ - Ministério da Justiça

MP - Ministério Público

NAD - Natureza de Despesa

NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas do Setor Público

ODCs \_ Outras Despesas Correntes

PAC – Plano de Assistência Médica Complementar

Pames – Plano de Assistência Médica Complementar

PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros

Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PC - Polícia Civil Aplicado ao Setor Público

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

Peate/RS – Programa Estadual de Apoio ao transporte Escolar do RS

PGE - Procuradoria-Geral do Estado

PIB - Produto Interno Bruto

PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

PJ - Poder Judiciário

PMAE – Projeto de Modernização da Administração Geral e Patrimonial

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre

POD – Programa de Oportunidade e Direitos

PPA - Plano Plurianual

Previc – Superintendência de Previdência Complementar

Procred – Programa de Crédito Educativo

Procofins - Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal

PRÓ-Guaíba - Fundo de Investimento do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba

Proredes - Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do RS

PRÓ-Rural - Fundo de Investimentos do Programa de Manejo de Recursos Naturais e Alívio à Pobreza Rural

Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS

Proes - Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária

Profisco - Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado

Proinveste - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

Promofaz - Programa de Modernização Fazendária  
PROREDES RS - Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do RS  
Proteção - Fundação Proteção do RS  
RCL - Receita Corrente Líquida  
RDAT - Relatório da Dívida Ativa Tributária  
RE – Recurso Extraordinário  
Refaz - Programa de Recuperação de Créditos  
Refis - Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RFPE - Relatório do Sistema de Finanças Públicas do Estado  
RGF - Relatório de Gestão Fiscal  
RGPS – Regime Geral de Previdência Social  
RHE - Recursos Humanos do Estado  
RLIT - Receita Líquida de Impostos e Transferências  
RLIP – Receita Líquida Impostos Próprios  
RLR - Receita Líquida Real  
RPC – Regime de Previdência Complementar  
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social  
RPV - Requisição de Pequeno Valor  
RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
RRF – Regime de Recuperação Fiscal  
RS Prev – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado RS  
RTL - Receita Tributária Líquida  
SAC - Sistema de Amortização Constante  
SAAM – Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios  
SAM - Sistema de Administração de Materiais  
SAR - Sistema de Arrecadação da Secretaria da Fazenda  
SAT - Sistema de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda  
SE – Secretaria da Educação  
Seapen – Secretaria da Administração Penitenciária  
Sedac - Secretaria da Cultura  
Sefaz - Secretaria da Fazenda  
SE - Secretaria da Educação  
Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
Sema - Secretaria do Ambiente e Infraestrutura



SES - Secretaria Estadual da Saúde  
Siac - Sistema Integrado de Administração de Caixa  
SICT - Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia  
Sinpol - Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do RS  
SISBEX - Sistema de negociação de Títulos Públicos e Outros Ativos  
SisCHE - Sistema de Cadastro de Habilitados do Estado – Convênios  
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos  
SLFA - Situação Líquida Financeira Ajustada  
SLFP - Situação Líquida Financeira Potencial  
SME - Secretaria de Minas e Energia  
SOP - Secretaria de Obras e Habitação  
SPGG - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão  
SPH - Superintendência de Portos e Hidrovias  
SSP - Secretaria da Segurança Pública  
STAS - Secretaria do Trabalho e Assistência Social  
STF - Supremo Tribunal Federal  
STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde  
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do RS  
Suprg - Superintendência do Porto de Rio Grande  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TBF - Taxa Básica Financeira  
TCE - Tribunal de Contas do Estado  
TFIs - Transferências Financeiras Intragovernamentais  
TJ - Tribunal de Justiça  
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo  
TJM - Tribunal de Justiça Militar  
TNI - Transferência de Numerário Intragovernamental  
TR - Taxa Referencial  
TST - Tribunal Superior do Trabalho  
TUSD - Tarifa de Utilização de Serviços de Distribuição  
TUST - Tarifa de Utilização de Serviços de Transmissão  
Uergs - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
U.O. - Unidade Orçamentária  
Ufrgs - Universidade Federal do Estado do RS

UPF – Unidade Padrão Fiscal

URV – Unidade Real de Valor

VEA - Valor de Entrega Alternativo

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva





# DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO SETOR GOVERNAMENTAL

1 – Demonstração da Receita e da Despesa Segundo as Categorias Econômicas – Anexo 1 – RFPE 60 .....	157
2 – Programa de Trabalho – Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos Atividades – Anexo 7 – RFPE 61 .....	158
3 – Demonstrativo das Despesas por Funções, Programas e Subprogramas conforme o Vínculo com os Recursos – Anexo 8 – RFPE 62 .....	167
4 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Anexo 9 – RFPE 63 .....	176
5 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 – RFPE 64 .....	177
6 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Anexo 11 – RFPE 65 .....	236
7 – Demonstrativo da Despesa Realizada por Categoria Econômica, Subcategoria Econômica, Elemento e Subelemento – RFPE 71 .....	237
8 – Demonstrativo da Despesa Realizada por Órgão e Grupo de Despesa, com Desdobramento por Fonte de Recurso – RFPE 72 .....	248
9 – Demonstrativo da Despesa Realizada por Função e Grupo de Despesa, com Desdobramento por Fonte de Recurso – RFPE 73 .....	249
10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas e Notas Explicativas .....	254

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	45.451.630.402,45	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.181.043.298,99
CONTRIBUIÇÕES	4.394.796.292,65	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.573.739.762,56
RECEITA PATRIMONIAL	816.150.324,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.067.075.924,92
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.057.263,59		
RECEITA INDUSTRIAL	2.109,89	SOMA.....	61.821.858.986,47
RECEITA DE SERVIÇOS	400.557.789,84		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.812.457.464,76	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.083.478.925,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	571.518.019,45		
CONTRIBUIÇÕES - INTRA	5.609.830.533,53	TOTAL.....	62.905.337.912,00
RECEITA DE SERVIÇOS	8.144.607,94		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA	11.266.796.799,40	DESPESA DE CAPITAL	
		INVESTIMENTOS	864.333.886,04
SOMA.....	80.332.941.607,68	INVERSOES FINANCEIRAS	105.930.104,31
DEDUÇÃO RECEITAS CORRENTES	17.427.603.695,68-	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.765.770.786,21
		SOMA.....	2.736.034.776,56
TOTAL.....	62.905.337.912,00	TOTAL.....	64.557.893.763,03
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.870.038,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	808.194.688,47		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	24.626.612,63		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	197.505.582,09		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	52.933,65		
SOMA.....	1.055.249.854,84		
DEFICIT	597.305.996,19		
TOTAL.....	64.557.893.763,03		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	62.905.337.912,00	DESPESAS CORRENTES.....	61.821.858.986,47
RECEITAS DE CAPITAL.....	1.055.249.854,84	DESPESAS DE CAPITAL.....	2.736.034.776,56
DEFICIT.....	597.305.996,19	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	64.557.893.763,03	TOTAL.....	64.557.893.763,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES. SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	LEGISLATIVA	3.654.893,78	533.656.308,51	537.311.202,29
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	2.968.146,95	259.294.787,83	262.262.934,78
01.0031.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	2.968.146,95	259.294.787,83	262.262.934,78
01.0032	CONTROLE EXTERNO	686.746,83	265.566.392,59	266.253.139,42
01.0032.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA, ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	686.746,83	22.165.966,69	22.852.713,52
01.0032.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE		243.400.425,90	243.400.425,90
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		297.237,37	297.237,37
01.0128.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA, ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL		873,72	873,72
01.0128.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE		280.597,65	280.597,65
01.0128.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL		15.766,00	15.766,00
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL		8.400.000,00	8.400.000,00
01.0131.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL		8.400.000,00	8.400.000,00
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		97.890,72	97.890,72
01.0302.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE		97.890,72	97.890,72
02	JUDICIARIA	228.403.901,21	2.203.689.359,02	2.432.093.260,23
02.0061	ACAO JUDICIARIA	228.386.237,21	1.568.165.634,95	1.796.551.872,16
02.0061.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ	228.386.237,21	318.726.682,28	547.112.919,49
02.0061.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		1.225.451.399,50	1.225.451.399,50
02.0061.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		23.987.553,17	23.987.553,17
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL		631.326.229,89	631.326.229,89
02.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		428.960.357,57	428.960.357,57
02.0122.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		201.503.984,56	201.503.984,56
02.0122.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		861.887,76	861.887,76
02.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		881.479,75	881.479,75
02.0126.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR		881.479,75	881.479,75
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		2.282.807,28	2.282.807,28
02.0128.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ		2.276.744,08	2.276.744,08
02.0128.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		6.063,20	6.063,20
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.033.207,15	1.033.207,15
02.0131.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		1.033.207,15	1.033.207,15
02.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	17.664,00		17.664,00
02.0331.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	17.664,00		17.664,00
03	ESSENCIAL A JUSTICA	23.001.404,91	1.376.240.740,02	1.399.242.144,93
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		3.165.581,30	3.165.581,30
03.0091.0718	FUNDOS - MP		3.165.581,30	3.165.581,30
03.0092	REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL	83.562,88	4.800,00	88.362,88
03.0092.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		4.800,00	4.800,00
03.0092.0620	MODERNIZACAO DA REPRESENTACAO JUDICIAL, DA CONCILIAACAO, DA CONSULTORIA, DA PROBI	83.562,88		83.562,88
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	22.913.642,03	1.372.993.098,95	1.395.906.740,98
03.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		218.675.454,46	218.675.454,46
03.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		1.699.644,52	1.699.644,52
03.0122.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP		848.147.091,25	848.147.091,25
03.0122.0712	SUORTE OPERACIONAL	12.752.971,10	11.499.553,66	24.252.524,76
03.0122.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DEFPUB	10.158.573,43	292.971.355,06	303.129.928,49
03.0122.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	2.097,50		2.097,50
03.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		56.169,77	56.169,77
03.0128.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		56.169,77	56.169,77
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL		11.090,00	11.090,00
03.0131.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DEFPUB		11.090,00	11.090,00
03.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		10.000,00	10.000,00
03.0331.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP		10.000,00	10.000,00
03.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	4.200,00		4.200,00
03.0541.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR	4.200,00		4.200,00
04	ADMINISTRACAO	2.190.954,94	886.855.686,83	889.046.641,77
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		944.952,74	944.952,74
04.0121.0625	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		944.952,74	944.952,74
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	718.354,64	739.417.689,54	740.136.044,18
04.0122.0562	RS DIGITAL		1.422.340,93	1.422.340,93
04.0122.0592	RECEITA DIGITAL 2030		3.225.157,12	3.225.157,12
04.0122.0597	SISTEMA DE GOVERNANCA 4.0		8.354,32	8.354,32
04.0122.0604	RS PARCERIAS		573,98	573,98
04.0122.0618	RS ATIVOS	242.648,44	357.560,39	600.208,83
04.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		44.271.510,47	44.271.510,47
04.0122.0627	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SGGE		5.680.282,37	5.680.282,37
04.0122.0629	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SAAM		984.913,82	984.913,82
04.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM		4.949.902,73	4.949.902,73
04.0122.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG		186.781.957,47	186.781.957,47
04.0122.0668	LICITA TRI LEGAL	400.000,00		400.000,00

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00002
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.0122.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP		4.759.105,62	4.759.105,62
04.0122.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS	45.711,60		45.711,60
04.0122.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM		8.580.091,08	8.580.091,08
04.0122.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI		1.461.492,08	1.461.492,08
04.0122.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC		45.707.608,72	45.707.608,72
04.0122.0708	INTEGRIDADE E BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANCA PÚBLICA	19.994,60		19.994,60
04.0122.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG		3.892.487,57	3.892.487,57
04.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		558.564,96	558.564,96
04.0122.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		423.046.159,66	423.046.159,66
04.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI		3.729.626,25	3.729.626,25
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		26.459.052,84	26.459.052,84
04.0123.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS		1.576.355,80	1.576.355,80
04.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		24.761.458,58	24.761.458,58
04.0123.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		121.238,46	121.238,46
04.0124	CONTROLE INTERNO		375.194,41	375.194,41
04.0124.0695	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARENCIA		346.728,18	346.728,18
04.0124.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		28.466,23	28.466,23
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	217.358,61	95.652.648,34	95.870.006,95
04.0126.0620	MODERNIZACAO DA REPRESENTACAO JUDICIAL, DA CONCILIAÇÃO, DA CONSULTORIA, DA PROBI		6.632.480,57	6.632.480,57
04.0126.0627	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SGGE		2.087.686,77	2.087.686,77
04.0126.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM		1.211.049,90	1.211.049,90
04.0126.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG		9.119.427,71	9.119.427,71
04.0126.0667	RS ANALITICA	217.358,61		217.358,61
04.0126.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP		246.067,61	246.067,61
04.0126.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM		578.222,07	578.222,07
04.0126.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI		2.321,82	2.321,82
04.0126.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC		1.689.215,81	1.689.215,81
04.0126.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG		119.595,01	119.595,01
04.0126.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		73.966.581,07	73.966.581,07
04.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.249.404,93		1.249.404,93
04.0127.0667	RS ANALITICA	1.249.404,93		1.249.404,93
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	5.836,76	473.840,49	479.677,25
04.0128.0629	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SAAM		999,80	999,80
04.0128.0669	RS PESSOAS	5.836,76		5.836,76
04.0128.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		472.840,69	472.840,69
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		21.218.916,91	21.218.916,91
04.0129.0592	RECEITA DIGITAL 2030		15.529.687,44	15.529.687,44
04.0129.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		2.988.000,00	2.988.000,00
04.0129.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		2.701.229,47	2.701.229,47
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL		197.296,41	197.296,41
04.0131.0627	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SGGE		76.533,52	76.533,52
04.0131.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG		1.830,99	1.830,99
04.0131.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP		99.970,42	99.970,42
04.0131.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		18.961,48	18.961,48
04.0182	DEFESA CIVIL		1.268.543,31	1.268.543,31
04.0182.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL		1.268.543,31	1.268.543,31
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ		847.551,84	847.551,84
04.0391.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC		847.551,84	847.551,84
06	SEGURANCA PUBLICA	132.267.525,52	5.399.392.993,19	5.531.660.518,71
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	34.895.235,96	1.049.941.668,17	1.084.836.904,13
06.0122.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		457.563.629,50	457.563.629,50
06.0122.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN		114.038.978,20	114.038.978,20
06.0122.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	4.290.201,90	464.311.102,07	468.601.303,97
06.0122.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	30.605.034,06		30.605.034,06
06.0122.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN		14.027.958,40	14.027.958,40
06.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		466.938,61	466.938,61
06.0125.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		466.938,61	466.938,61
06.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	5.407,00	154.430.027,93	154.435.434,93
06.0126.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		50.653.514,43	50.653.514,43
06.0126.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN		97.920.252,62	97.920.252,62
06.0126.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	5.407,00	1.363.146,95	1.368.553,95
06.0126.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN		4.493.113,93	4.493.113,93
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL		9.755.225,71	9.755.225,71
06.0131.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		9.745.028,71	9.745.028,71
06.0131.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		10.197,00	10.197,00
06.0181	POLICIAMENTO	65.544.200,66	2.877.958.079,62	2.943.502.280,28
06.0181.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		2.607.650.651,14	2.607.650.651,14
06.0181.0644	CIDADA0 MAIS SEGURO		270.307.428,48	270.307.428,48
06.0181.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	65.544.200,66		65.544.200,66
06.0182	DEFESA CIVIL	12.862.259,78	358.115.712,94	370.977.972,72
06.0182.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP		332.911.655,73	332.911.655,73

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00003
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
06.0182.0644	CIDADAO MAIS SEGURO		25.204.057,21	25.204.057,21
06.0182.0647	FORTELECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA			
	SEGURANCA PUBLICA	12.862.259,78		12.862.259,78
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	3.616.813,86	35.647.094,75	39.263.908,61
06.0183.0644	CIDADAO MAIS SEGURO		35.647.094,75	35.647.094,75
06.0183.0647	FORTELECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA			
	SEGURANCA PUBLICA	3.616.813,86		3.616.813,86
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	12.050.855,77	929.071,59	12.979.927,36
06.0302.0647	FORTELECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA			
	SEGURANCA PUBLICA	12.050.855,77	929.071,59	12.979.927,36
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	2.897.539,01	701.052.950,51	703.950.489,52
06.0421.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	2.897.539,01	12.635.415,39	15.532.954,40
06.0421.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN		688.417.535,12	688.417.535,12
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	395.213,48	211.096.223,36	211.491.436,84
06.0422.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	395.213,48	211.096.223,36	211.491.436,84
08	ASSISTENCIA SOCIAL	8.040,42	143.626.502,62	143.634.543,04
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		9.719.215,93	9.719.215,93
08.0122.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS		9.719.215,93	9.719.215,93
08.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.433.299,09	1.433.299,09
08.0126.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS		624.005,03	624.005,03
08.0126.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS		809.294,06	809.294,06
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		927,98	927,98
08.0128.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS		927,98	927,98
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL		148.984,99	148.984,99
08.0131.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS		148.984,99	148.984,99
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	8.040,42	118.139.753,34	118.147.793,76
08.0243.0565	RECONECTADO VIDAS	8.040,42	31.981.855,70	31.989.896,12
08.0243.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS		86.157.897,64	86.157.897,64
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		14.169.321,29	14.169.321,29
08.0244.0592	RECEITA DIGITAL 2030		4.890.215,41	4.890.215,41
08.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		9.279.105,88	9.279.105,88
08.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		15.000,00	15.000,00
08.0422.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		15.000,00	15.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	2.306.347,50	17.248.486.023,50	17.250.792.371,00
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.306.347,50	31.500.174,06	33.806.521,56
09.0122.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	2.306.347,50		2.306.347,50
09.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -		31.500.174,06	31.500.174,06
	IPEPREVI			
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		7.666.512,47	7.666.512,47
09.0126.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -		7.666.512,47	7.666.512,47
	IPEPREVI			
09.0131	COMUNICACAO SOCIAL		9.995,99	9.995,99
09.0131.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -		9.995,99	9.995,99
	IPEPREVI			
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		17.159.425.722,03	17.159.425.722,03
09.0272.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL		17.159.425.722,03	17.159.425.722,03
09.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		34.079.094,19	34.079.094,19
09.0273.0612	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPDR		34.079.094,19	34.079.094,19
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		15.804.524,76	15.804.524,76
09.0274.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL		15.804.524,76	15.804.524,76
10	SAUDE	349.799.788,23	8.132.284.841,67	8.482.084.629,90
10.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		1.182.347,17	1.182.347,17
10.0121.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		1.182.347,17	1.182.347,17
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.082.766.590,48	1.082.766.590,48
10.0122.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS		51.078,58	51.078,58
10.0122.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS		810.185,83	810.185,83
10.0122.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS		95.730,42	95.730,42
10.0122.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG		1.234.214,54	1.234.214,54
10.0122.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP		7.159,68	7.159,68
10.0122.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA		316.984,14	316.984,14
10.0122.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA		1.044.371,70	1.044.371,70
10.0122.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN		2.358,52	2.358,52
10.0122.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP		279.522.059,46	279.522.059,46
10.0122.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN		2.220.714,72	2.220.714,72
10.0122.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER		7.900.979,17	7.900.979,17
10.0122.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE		2.408.809,05	2.408.809,05
10.0122.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS		1.040.560,00	1.040.560,00
10.0122.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS		247.365,30	247.365,30
10.0122.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS		527.101,79	527.101,79
10.0122.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP		78.512,03	78.512,03
10.0122.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN		24.359.957,96	24.359.957,96
10.0122.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC		206.631.985,09	206.631.985,09
10.0122.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC		30.090,46	30.090,46
10.0122.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS		98.888,90	98.888,90
10.0122.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		354.034.813,67	354.034.813,67
10.0122.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES		10.573.339,52	10.573.339,52
10.0122.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM		202.490,58	202.490,58
10.0122.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE		9.352.481,00	9.352.481,00
10.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		11.866.961,36	11.866.961,36



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00004
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10.0122.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB		4.494.985,13	4.494.985,13
10.0122.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL		10.398.451,48	10.398.451,48
10.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		54.239.737,85	54.239.737,85
10.0122.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME		748.593,82	748.593,82
10.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		73.985.531,83	73.985.531,83
10.0122.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		4.762.370,39	4.762.370,39
10.0122.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE		125.639,96	125.639,96
10.0122.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE		19.352.086,55	19.352.086,55
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		14.970,79	14.970,79
10.0125.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		14.970,79	14.970,79
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		31.166.797,32	31.166.797,32
10.0126.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		18.160.734,60	18.160.734,60
10.0126.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE		13.006.062,72	13.006.062,72
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		10.249.169,53	10.249.169,53
10.0128.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		10.197.489,53	10.197.489,53
10.0128.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE		51.680,00	51.680,00
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL		4.276.559,84	4.276.559,84
10.0131.0621	PROMOCAO DA QUALIDADE DE VIDA		3.695.897,35	3.695.897,35
10.0131.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		580.662,49	580.662,49
10.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		66.206,57	66.206,57
10.0273.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES		66.206,57	66.206,57
10.0301	ATENCAO BASICA	135.793.566,40	197.247.987,78	333.041.554,18
10.0301.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		46.332.615,60	46.332.615,60
10.0301.0621	PROMOCAO DA QUALIDADE DE VIDA		14.398.104,50	14.398.104,50
10.0301.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	135.793.566,40	136.517.267,68	272.310.834,08
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	214.006.221,83	5.138.564.635,55	5.352.570.857,38
10.0302.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		2.247.032,97	2.247.032,97
10.0302.0592	RECEITA DIGITAL 2030		3.952.942,53	3.952.942,53
10.0302.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	213.416.847,02	2.650.130.974,11	2.863.547.821,13
10.0302.0624	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITAVEIS MATERNO, FETAL E INFANTIL		23.116.798,69	23.116.798,69
10.0302.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	589.374,81	31.897.218,76	32.486.593,57
10.0302.0669	RS PESSOAS		2.427.219.668,49	2.427.219.668,49
10.0303	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO		1.232.010.418,19	1.232.010.418,19
10.0303.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		1.232.010.418,19	1.232.010.418,19
10.0304	VIGILANCIA SANITARIA		3.227.244,38	3.227.244,38
10.0304.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		3.227.244,38	3.227.244,38
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		14.901.565,90	14.901.565,90
10.0305.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		1.024.998,93	1.024.998,93
10.0305.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		13.876.566,97	13.876.566,97
10.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		4.349.860,54	4.349.860,54
10.0331.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		4.349.860,54	4.349.860,54
10.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		27.593,97	27.593,97
10.0422.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		5.717,47	5.717,47
10.0422.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		21.876,50	21.876,50
10.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		1.220.677,18	1.220.677,18
10.0541.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		1.220.677,18	1.220.677,18
10.0571	DESENV CIENTIFICO		409.778,46	409.778,46
10.0571.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		409.778,46	409.778,46
10.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		410.602.438,02	410.602.438,02
10.0846.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES		394.270.563,13	394.270.563,13
10.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		16.331.874,89	16.331.874,89
11	TRABALHO	398.980,52	49.990.510,08	50.389.490,60
11.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		607.815,52	607.815,52
11.0126.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTAS		607.815,52	607.815,52
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		1.020.722,00	1.020.722,00
11.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		1.020.722,00	1.020.722,00
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	398.980,52	48.361.972,56	48.760.953,08
11.0334.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	398.980,52	3.827.716,90	4.226.697,42
11.0334.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTAS		44.534.255,66	44.534.255,66
12	EDUCACAO	114.418.412,54	8.372.686.689,93	8.487.105.102,47
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL		413.870.862,30	413.870.862,30
12.0122.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC		10.983.781,92	10.983.781,92
12.0122.0610	ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC		14.027.791,04	14.027.791,04
12.0122.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		388.812.955,89	388.812.955,89
12.0122.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED		46.333,45	46.333,45
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	90.654.944,91	724.500,51	91.379.445,42
12.0126.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS		161.310,55	161.310,55
12.0126.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC		429.499,73	429.499,73
12.0126.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	90.654.944,91		90.654.944,91
12.0126.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED		133.690,23	133.690,23

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00005
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		4.906.267,97	4.906.267,97
12.0128.0557	FORMACAO CONTINUADA NA EDUCACAO		4.856.236,00	4.856.236,00
12.0128.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS		6.264,88	6.264,88
12.0128.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		43.767,09	43.767,09
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL		30.169,95	30.169,95
12.0131.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS		4.176,42	4.176,42
12.0131.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		25.993,53	25.993,53
12.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA		12.109.410,51	12.109.410,51
12.0242.0566	RS CIDADANIA		44.247,78	44.247,78
12.0242.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS		12.065.162,73	12.065.162,73
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	748.657,89	99.924.819,38	100.673.477,27
12.0363.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA		373.841,63	373.841,63
12.0363.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC		36.677.406,66	36.677.406,66
12.0363.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	748.657,89	16.833.987,63	17.582.645,52
12.0363.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		46.039.583,46	46.039.583,46
12.0365	ENSINO INFANTIL		2.421.882,45	2.421.882,45
12.0365.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		2.421.882,45	2.421.882,45
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		30.396.048,00	30.396.048,00
12.0367.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA		30.396.048,00	30.396.048,00
12.0368	EDUCACAO BASICA	23.014.809,74	3.030.916.822,84	3.053.931.632,58
12.0368.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA	17.954,00		17.954,00
12.0368.0555	POLITICAS SOCIAIS DE PREVENCAO A VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL	23.267,78		23.267,78
12.0368.0592	RECEITA DIGITAL 2030		3.978.440,39	3.978.440,39
12.0368.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA		191.594.709,11	191.594.709,11
12.0368.0649	QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		384.883,36	384.883,36
12.0368.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	22.973.587,96	170.147.450,58	193.121.038,54
12.0368.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		2.664.811.339,40	2.664.811.339,40
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		4.777.385.906,02	4.777.385.906,02
12.0846.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS		3.389.683,47	3.389.683,47
12.0846.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC		4.751.206.400,93	4.751.206.400,93
12.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		22.789.821,62	22.789.821,62
13	CULTURA	1.017.234,79	128.543.408,29	129.560.643,08
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		35.374.863,00	35.374.863,00
13.0122.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP		3.026.310,41	3.026.310,41
13.0122.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC		18.221.031,27	18.221.031,27
13.0122.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA		14.127.521,32	14.127.521,32
13.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		174.309,69	174.309,69
13.0126.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP		14.625,25	14.625,25
13.0126.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA		159.684,44	159.684,44
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL		15.091,00	15.091,00
13.0131.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC		15.091,00	15.091,00
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ		7.594.087,19	7.594.087,19
13.0391.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS		7.594.087,19	7.594.087,19
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	1.017.234,79	85.385.057,41	86.402.292,20
13.0392.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER		392.636,59	392.636,59
13.0392.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS	286.136,68		286.136,68
13.0392.0587	FAZER E VIVER A CULTURA NO RS	731.098,11	84.992.420,82	85.723.518,93
14	DIREITOS DA CIDADANIA	47.095.460,94	267.082.055,31	314.177.516,25
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR		2.005.887,37	2.005.887,37
14.0062.0565	RECONECTADO VIDAS		2.005.887,37	2.005.887,37
14.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		2.030.916,73	2.030.916,73
14.0126.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH		1.102.241,10	1.102.241,10
14.0126.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE		928.675,63	928.675,63
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL		56.939,24	56.939,24
14.0131.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH		7.326,76	7.326,76
14.0131.0566	RS CIDADANIA		49.612,48	49.612,48
14.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA	60.000,00		60.000,00
14.0242.0566	RS CIDADANIA	60.000,00		60.000,00
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE		224.091.781,10	224.091.781,10
14.0243.0565	RECONECTADO VIDAS		2.149.800,00	2.149.800,00
14.0243.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE		221.941.981,10	221.941.981,10
14.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO		2.094,75	2.094,75
14.0306.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		2.094,75	2.094,75
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	47.035.460,94	38.894.436,12	85.929.897,06
14.0422.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH		12.505.239,37	12.505.239,37
14.0422.0564	POD+: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS	46.305.800,16		46.305.800,16
14.0422.0566	RS CIDADANIA	729.660,78	26.389.196,75	27.118.857,53
15	URBANISMO	1.246.701,61	13.247.281,10	14.493.982,71
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL		12.896.126,16	12.896.126,16
15.0122.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN		12.896.126,16	12.896.126,16
15.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		351.154,94	351.154,94

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00006
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15.0126.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN		351.154,94	351.154,94
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	346.951,50		346.951,50
15.0451.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL	346.951,50		346.951,50
15.0482	HABITACAO URBANA	899.750,11		899.750,11
15.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS	899.750,11		899.750,11
16	HABITACAO	3.000.000,00	31.590.367,77	34.590.367,77
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL		29.581.234,53	29.581.234,53
16.0122.0674	EFICIENCIA E ASSERTIVIDADE NO GERENCIAMENTO DE OBRAS PUBLICAS		1.077.440,26	1.077.440,26
16.0122.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP		28.503.794,27	28.503.794,27
16.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.995.743,24	1.995.743,24
16.0126.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP		1.995.743,24	1.995.743,24
16.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		13.390,00	13.390,00
16.0128.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP		13.390,00	13.390,00
16.0482	HABITACAO URBANA	3.000.000,00		3.000.000,00
16.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS	3.000.000,00		3.000.000,00
17	SANEAMENTO	7.753.196,04	48.071.823,14	55.825.019,18
17.0511	SANEAMENTO BASICO RURAL	5.679.594,19		5.679.594,19
17.0511.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	149.594,19		149.594,19
17.0511.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	5.530.000,00		5.530.000,00
17.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO	2.073.601,85	48.071.823,14	50.145.424,99
17.0512.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	2.073.601,85		2.073.601,85
17.0512.0732	ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA		48.071.823,14	48.071.823,14
18	GESTAO AMBIENTAL	10.164.004,31	137.712.218,82	147.876.223,13
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		71.265.462,65	71.265.462,65
18.0122.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		12.023.751,51	12.023.751,51
18.0122.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		7.015.373,39	7.015.373,39
18.0122.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA		52.226.337,75	52.226.337,75
18.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		9.156.165,69	9.156.165,69
18.0126.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		903.948,76	903.948,76
18.0126.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		2.112.267,25	2.112.267,25
18.0126.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA		6.139.949,68	6.139.949,68
18.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		57.825,87	57.825,87
18.0128.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		48.917,61	48.917,61
18.0128.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		6.602,32	6.602,32
18.0128.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA		2.305,94	2.305,94
18.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		1.093.727,42	1.093.727,42
18.0130.0569	AMPLIA RS: AMPLIACAO E MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA ESTADUAL		145.530,00	145.530,00
18.0130.0660	USO SUSTENTAVEL DE RECURSOS MINERAIS E GAS		145.530,00	145.530,00
18.0130.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS		802.667,42	802.667,42
18.0131	COMUNICACAO SOCIAL		206.730,69	206.730,69
18.0131.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS		29.762,53	29.762,53
18.0131.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		39.994,02	39.994,02
18.0131.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA		136.974,14	136.974,14
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	1.569.238,20		1.569.238,20
18.0541.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	1.569.238,20		1.569.238,20
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL		55.932.306,50	55.932.306,50
18.0542.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		3.039.678,84	3.039.678,84
18.0542.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		52.892.627,66	52.892.627,66
18.0544	RECURSOS HIDRICOS	8.594.766,11		8.594.766,11
18.0544.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	8.594.766,11		8.594.766,11
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	3.819.062,23	149.512.328,64	153.331.390,87
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		54.630.067,49	54.630.067,49
19.0122.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS		4.622.105,18	4.622.105,18
19.0122.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT		21.206.117,29	21.206.117,29
19.0122.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS		24.147.926,95	24.147.926,95
19.0122.0692	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CIENTEC		4.653.918,07	4.653.918,07
19.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.967.286,04	1.967.286,04
19.0126.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS		215.358,26	215.358,26
19.0126.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT		265.509,50	265.509,50
19.0126.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS		1.486.418,28	1.486.418,28
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL		179.988,44	179.988,44
19.0131.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS		3.596,08	3.596,08
19.0131.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT		36.797,61	36.797,61
19.0131.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS		139.594,75	139.594,75
19.0364	ENSINO SUPERIOR	2.515.186,76	49.002.379,73	51.517.566,49
19.0364.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA		460.400,00	460.400,00
19.0364.0558	INDUCAO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOG	2.102.321,95	1.541.192,89	3.643.514,84
19.0364.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	412.864,81	47.000.786,84	47.413.651,65
19.0571	DESENV CIENTIFICO		43.732.606,94	43.732.606,94
19.0571.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA		43.732.606,94	43.732.606,94
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	613.517,56		613.517,56
19.0572.0551	AMBIENTES DE INOVACAO	613.517,56		613.517,56
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	690.357,91		690.357,91
19.0573.0551	AMBIENTES DE INOVACAO	690.357,91		690.357,91
20	AGRICULTURA	96.605.048,10	427.194.688,80	523.799.736,90

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00007
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.605.309,03	177.772.876,02	179.378.185,05
20.0122.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR		158.279.620,04	158.279.620,04
20.0122.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO		48.815,88	48.815,88
20.0122.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	1.605.309,03	19.444.440,10	21.049.749,13
20.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	7.251.000,00	5.367.901,35	12.618.901,35
20.0126.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR		4.241.408,89	4.241.408,89
20.0126.0617	SERVICOS DIGITAIS PARA O CAMPO	7.251.000,00		7.251.000,00
20.0126.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA		1.126.492,46	1.126.492,46
20.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		15.944,10	15.944,10
20.0128.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA		15.944,10	15.944,10
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.548.888,71	1.548.888,71
20.0131.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR		86.369,46	86.369,46
20.0131.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA		1.462.519,25	1.462.519,25
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		5.394.884,73	5.394.884,73
20.0273.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA		5.394.884,73	5.394.884,73
20.0571	DESENV CIENTIFICO		10.221.677,47	10.221.677,47
20.0571.0615	INOVACAO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO		10.221.677,47	10.221.677,47
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	2.005.303,56	5.889.990,85	7.895.294,41
20.0573.0615	INOVACAO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO	2.005.303,56	5.889.990,85	7.895.294,41
20.0605	ABASTECIMENTO	3.023.596,10	560.311,08	3.583.907,18
20.0605.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	222.758,00	560.311,08	783.069,08
20.0605.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	2.800.838,10		2.800.838,10
20.0606	EXTENSAO RURAL	18.266.512,87	209.853.406,02	228.119.918,89
20.0606.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	2.403.625,53		2.403.625,53
20.0606.0611	COMBATE A INFRAESTRUTURA PRECARIA NO CAMPO	12.293.189,96		12.293.189,96
20.0606.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	3.569.697,38	209.853.406,02	213.423.103,40
20.0607	IRRIGACAO	44.666.669,50		44.666.669,50
20.0607.0611	COMBATE A INFRAESTRUTURA PRECARIA NO CAMPO	44.666.669,50		44.666.669,50
20.0608	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	8.083.167,26	7.236.289,12	15.319.456,38
20.0608.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	6.782.629,41		6.782.629,41
20.0608.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	1.300.537,85	7.236.289,12	8.536.826,97
20.0609	DEFESA AGROPECUARIA	10.322.583,89	591.179,26	10.913.763,15
20.0609.0616	SANIDADE ANIMAL E VEGETAL	10.322.583,89	591.179,26	10.913.763,15
20.0692	COMERCIALIZACAO	589.068,89	2.741.340,09	3.330.408,98
20.0692.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	589.068,89		589.068,89
20.0692.0615	INOVACAO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO		2.741.340,09	2.741.340,09
20.0722	TELECOMUNICACOES	791.837,00		791.837,00
20.0722.0611	COMBATE A INFRAESTRUTURA PRECARIA NO CAMPO	791.837,00		791.837,00
22	INDUSTRIA	126.795,97	1.108.275,70	1.235.071,67
22.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	126.795,97	1.108.275,70	1.235.071,67
22.0661.0578	RS COMPETITIVO	126.795,97		126.795,97
22.0661.0605	INVEST RS		1.108.275,70	1.108.275,70
23	COMERCIO E SERVICOS	2.645.353,28	57.934.274,23	60.579.627,51
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL		25.252.033,45	25.252.033,45
23.0122.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR		15.130.764,12	15.130.764,12
23.0122.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS		10.121.269,33	10.121.269,33
23.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		26.734.784,48	26.734.784,48
23.0123.0601	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDETUR		26.734.784,48	26.734.784,48
23.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		4.556.746,03	4.556.746,03
23.0126.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR		554.660,04	554.660,04
23.0126.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS		4.002.085,99	4.002.085,99
23.0131	COMUNICACAO SOCIAL		788.753,13	788.753,13
23.0131.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR		788.753,13	788.753,13
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL		150.000,00	150.000,00
23.0691.0578	RS COMPETITIVO		150.000,00	150.000,00
23.0695	TURISMO	2.645.353,28	451.957,14	3.097.310,42
23.0695.0593	RS TURISMO SUSTENTAVEL	2.645.353,28	451.957,14	3.097.310,42
24	COMUNICACOES	159.149,00	55.749.126,69	55.908.275,69
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL		28.256.010,26	28.256.010,26
24.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM		28.256.010,26	28.256.010,26
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL		27.493.116,43	27.493.116,43
24.0131.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO		27.493.116,43	27.493.116,43
24.0392	DIFUSAO CULTURAL	159.149,00		159.149,00
24.0392.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO	159.149,00		159.149,00
25	ENERGIA	839.784,30		839.784,30
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL	119.474,00		119.474,00
25.0122.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS	119.474,00		119.474,00
25.0752	ENERGIA ELETRICA	720.310,30		720.310,30
25.0752.0639	FORTALECIMENTO E INOVACAO DO SETOR ENERGETICO	720.310,30		720.310,30
26	TRANSPORTE	315.297.577,59	232.942.970,73	548.240.548,32
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		1.372.516,02	1.372.516,02
26.0121.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		1.372.516,02	1.372.516,02
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	415.914,00	149.070.643,37	149.486.557,37
26.0122.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG		71.570.371,87	71.570.371,87
26.0122.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT		11.699.862,06	11.699.862,06
26.0122.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	415.914,00	65.800.409,44	66.216.323,44
26.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.406.300,00		1.406.300,00
26.0123.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	1.406.300,00		1.406.300,00
26.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		10.471.233,91	10.471.233,91

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00008
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES. SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
26.0126.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG		7.064.852,78	7.064.852,78
26.0126.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		3.406.381,13	3.406.381,13
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		840.963,29	840.963,29
26.0131.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		99.716,89	99.716,89
26.0131.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG		656.121,84	656.121,84
26.0131.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT		17.100,00	17.100,00
26.0131.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		68.024,56	68.024,56
26.0181	POLICIAMENTO		16.036.614,82	16.036.614,82
26.0181.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		16.036.614,82	16.036.614,82
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS		18.299.235,77	18.299.235,77
26.0453.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA		18.299.235,77	18.299.235,77
26.0781	TRANSPORTE AEREO	7.609.477,67	4.395.379,14	12.004.856,81
26.0781.0581	TRANSPORTES: INTEGRACAO E OTIMIZACAO INTERMODAL	7.609.477,67	4.395.379,14	12.004.856,81
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	305.865.885,92	6.738.986,86	312.604.872,78
26.0782.0569	AMPLIA RS: AMPLIACAO E MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA ESTADUAL	305.770.737,92	1.212.959,01	306.983.696,93
26.0782.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		5.526.027,85	5.526.027,85
26.0782.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	95.148,00		95.148,00
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		25.717.397,55	25.717.397,55
26.0784.0581	TRANSPORTES: INTEGRACAO E OTIMIZACAO INTERMODAL		25.717.397,55	25.717.397,55
27	DESPORTO E LAZER	594.000,56	8.258.953,69	8.852.954,25
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL		3.572.587,02	3.572.587,02
27.0122.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL		3.572.587,02	3.572.587,02
27.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		388.624,32	388.624,32
27.0126.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL		388.624,32	388.624,32
27.0131	COMUNICACAO SOCIAL		49.433,98	49.433,98
27.0131.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL		49.433,98	49.433,98
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		1.170.567,58	1.170.567,58
27.0811.0681	FOMENTO E PROMOCAO DO ESPORTE		1.170.567,58	1.170.567,58
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	594.000,56	3.077.740,79	3.671.741,35
27.0812.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER		3.077.740,79	3.077.740,79
27.0812.0681	FOMENTO E PROMOCAO DO ESPORTE	594.000,56		594.000,56
28	ENCARGOS ESPECIAIS		17.305.222.716,46	17.305.222.716,46
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		311.783.529,94	311.783.529,94
28.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		311.783.529,94	311.783.529,94
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		7.979.968,55	7.979.968,55
28.0273.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP		758.405,16	758.405,16
28.0273.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN		11.011,48	11.011,48
28.0273.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS		5.692,84	5.692,84
28.0273.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN		10.577,36	10.577,36
28.0273.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE		600.687,19	600.687,19
28.0273.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		500.391,53	500.391,53
28.0273.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB		680.210,81	680.210,81
28.0273.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		639.048,34	639.048,34
28.0273.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		4.765.227,54	4.765.227,54
28.0273.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		6.154,76	6.154,76
28.0273.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE		2.561,54	2.561,54
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		3.712.297.453,26	3.712.297.453,26
28.0843.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG		233.451,40	233.451,40
28.0843.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA		4.420,96	4.420,96
28.0843.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE		102.450,95	102.450,95
28.0843.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS		35.865,47	35.865,47
28.0843.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		3.664.925.751,69	3.664.925.751,69
28.0843.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		9.418.459,54	9.418.459,54
28.0843.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE		37.577.053,25	37.577.053,25
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA		627.213.095,51	627.213.095,51
28.0844.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		627.213.095,51	627.213.095,51
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		12.645.948.669,20	12.645.948.669,20
28.0846.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS		821.098,78	821.098,78
28.0846.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS		19.649.001,80	19.649.001,80
28.0846.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG		21.650.033,40	21.650.033,40
28.0846.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP		316.752,67	316.752,67
28.0846.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA		2.677.848,02	2.677.848,02
28.0846.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA		2.906.129,59	2.906.129,59
28.0846.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN		4.280.170,42	4.280.170,42
28.0846.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP		6.582.151.746,87	6.582.151.746,87
28.0846.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN		48.085.414,81	48.085.414,81
28.0846.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER		118.450.512,99	118.450.512,99
28.0846.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE		20.070.168,99	20.070.168,99
28.0846.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS		24.327.048,53	24.327.048,53
28.0846.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS		2.576.229,29	2.576.229,29
28.0846.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS		12.117.049,60	12.117.049,60
28.0846.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP		501.404,20	501.404,20
28.0846.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN		204.640.380,08	204.640.380,08
28.0846.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC		689.898,55	689.898,55
28.0846.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS		1.167.906,44	1.167.906,44
28.0846.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM		15.979.688,07	15.979.688,07

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00009
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
28.0846.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE		234.489.117,61	234.489.117,61
28.0846.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP		215.066.057,86	215.066.057,86
28.0846.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB		73.138.365,73	73.138.365,73
28.0846.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL		241.494.950,05	241.494.950,05
28.0846.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ		964.340.953,38	964.340.953,38
28.0846.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME		12.115.761,60	12.115.761,60
28.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE		3.550.517.193,78	3.550.517.193,78
28.0846.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI		208.948.335,88	208.948.335,88
28.0846.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAÚDE		62.779.450,21	62.779.450,21
TOTAL GERAL=>		1.346.813.618,29	63.211.080.144,74	64.557.893.763,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01	LEGISLATIVA	537.311.202,29		537.311.202,29
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	262.262.934,78		262.262.934,78
01.0031.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	262.262.934,78		262.262.934,78
01.0032	CONTROLE EXTERNO	266.253.139,42		266.253.139,42
01.0032.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA,			
	ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	22.852.713,52		22.852.713,52
01.0032.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE	243.400.425,90		243.400.425,90
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	297.237,37		297.237,37
01.0128.0703	FISCALIZACAO CONTABIL, FINANCEIRA,			
	ORCAMENTARIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	873,72		873,72
01.0128.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE	280.597,65		280.597,65
01.0128.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	15.766,00		15.766,00
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL	8.400.000,00		8.400.000,00
01.0131.0731	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AL	8.400.000,00		8.400.000,00
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	97.890,72		97.890,72
01.0302.0704	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TCE	97.890,72		97.890,72
02	JUDICIARIA	2.101.806.962,34	330.286.297,89	2.432.093.260,23
02.0061	ACAO JUDICIARIA	1.474.289.834,70	322.262.037,46	1.796.551.872,16
02.0061.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE			
	OPERACIONAL DO TJ	226.766.251,82	320.346.667,67	547.112.919,49
02.0061.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ	1.225.451.399,50		1.225.451.399,50
02.0061.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME	22.072.183,38	1.915.369,79	23.987.553,17
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL	626.644.408,54	4.681.821,35	631.326.229,89
02.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	427.124.557,25	1.835.800,32	428.960.357,57
02.0122.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ	199.493.744,18	2.010.240,38	201.503.984,56
02.0122.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME	26.107,11	835.780,65	861.887,76
02.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		881.479,75	881.479,75
02.0126.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO			
	JURISDICCIONAL MILITAR		881.479,75	881.479,75
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	872.719,10	1.410.088,18	2.282.807,28
02.0128.0724	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE			
	OPERACIONAL DO TJ	872.719,10	1.404.024,98	2.276.744,08
02.0128.0730	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JME		6.063,20	6.063,20
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.033.207,15	1.033.207,15
02.0131.0726	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - TJ		1.033.207,15	1.033.207,15
02.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		17.664,00	17.664,00
02.0331.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO			
	JURISDICCIONAL MILITAR		17.664,00	17.664,00
03	ESSENCIAL A JUSTICA	1.375.279.026,03	23.963.118,90	1.399.242.144,93
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		3.165.581,30	3.165.581,30
03.0091.0718	FUNDOS - MP		3.165.581,30	3.165.581,30
03.0092	REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL		88.362,88	88.362,88
03.0092.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		4.800,00	4.800,00
03.0092.0620	MODERNIZACAO DA REPRESENTACAO JUDICIAL, DA			
	CONCILIACAO, DA CONSULTORIA, DA PROBI		83.562,88	83.562,88
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.375.257.936,03	20.648.804,95	1.395.906.740,98
03.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE	204.614.446,40	14.061.008,06	218.675.454,46
03.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	1.699.644,52		1.699.644,52
03.0122.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP	848.147.091,25		848.147.091,25
03.0122.0712	SUORTE OPERACIONAL	24.252.524,76		24.252.524,76
03.0122.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -			
	DEFPUB	296.544.229,10	6.585.699,39	303.129.928,49
03.0122.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO			
	JURISDICCIONAL MILITAR		2.097,50	2.097,50
03.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		56.169,77	56.169,77
03.0128.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE		56.169,77	56.169,77
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL	11.090,00		11.090,00
03.0131.0720	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO -			
	DEFPUB	11.090,00		11.090,00
03.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	10.000,00		10.000,00
03.0331.0711	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - MP	10.000,00		10.000,00
03.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		4.200,00	4.200,00
03.0541.0728	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTACAO			
	JURISDICCIONAL MILITAR		4.200,00	4.200,00
04	ADMINISTRACAO	758.148.086,89	130.898.554,88	889.046.641,77
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	944.952,74		944.952,74
04.0121.0625	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	944.952,74		944.952,74
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	708.461.481,44	31.674.562,74	740.136.044,18
04.0122.0562	RS DIGITAL	1.422.340,93		1.422.340,93
04.0122.0592	RECEITA DIGITAL 2030		3.225.157,12	3.225.157,12
04.0122.0597	SISTEMA DE GOVERNANCA 4.0	8.354,32		8.354,32
04.0122.0604	RS PARCERIAS	573,98		573,98
04.0122.0618	RS ATIVOS		600.208,83	600.208,83
04.0122.0619	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - PGE	44.271.510,47		44.271.510,47
04.0122.0627	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SGGE	5.680.282,37		5.680.282,37
04.0122.0629	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SAAM	984.913,82		984.913,82
04.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM	4.949.902,73		4.949.902,73

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00002
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04.0122.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG	181.503.304,10	5.278.653,37	186.781.957,47
04.0122.0668	LICITA TRI LEGAL	400.000,00		400.000,00
04.0122.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP	4.759.105,62		4.759.105,62
04.0122.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS		45.711,60	45.711,60
04.0122.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM	8.580.091,08		8.580.091,08
04.0122.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI	1.461.492,08		1.461.492,08
04.0122.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC	45.707.608,72		45.707.608,72
04.0122.0708	INTEGRIDADE E BOAS PRATICAS DE GOVERNANCA PUBLICA	29.994,60		29.994,60
04.0122.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG	3.892.487,57		3.892.487,57
04.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	558.564,96		558.564,96
04.0122.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	400.521.327,84	22.524.831,82	423.046.159,66
04.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	3.729.626,25		3.729.626,25
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	24.882.697,04	1.576.355,80	26.459.052,84
04.0123.0696	SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS		1.576.355,80	1.576.355,80
04.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	24.761.458,58		24.761.458,58
04.0123.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	121.238,46		121.238,46
04.0124	CONTROLE INTERNO	28.466,23	346.728,18	375.194,41
04.0124.0695	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARENCIA		346.728,18	346.728,18
04.0124.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	28.466,23		28.466,23
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	17.024.144,56	78.845.862,39	95.870.006,95
04.0126.0620	MODERNIZACAO DA REPRESENTACAO JUDICIAL, DA CONCILIAÇÃO, DA CONSULTORIA, DA PROBI	1.750.973,61	4.881.506,96	6.632.480,57
04.0126.0627	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SGGE	2.087.686,77		2.087.686,77
04.0126.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM	1.211.049,90		1.211.049,90
04.0126.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG	9.119.427,71		9.119.427,71
04.0126.0667	RS ANALITICA	217.358,61		217.358,61
04.0126.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP	246.067,61		246.067,61
04.0126.0698	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CM	578.222,07		578.222,07
04.0126.0701	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SERFI	2.321,82		2.321,82
04.0126.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC	1.689.215,81		1.689.215,81
04.0126.0727	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - GVG	119.595,01		119.595,01
04.0126.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	2.225,64	73.964.355,43	73.966.581,07
04.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.249.404,93		1.249.404,93
04.0127.0667	RS ANALITICA	1.249.404,93		1.249.404,93
04.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	6.836,56	472.840,69	479.677,25
04.0128.0629	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SAAM	999,80		999,80
04.0128.0669	RS PESSOAS	5.836,76		5.836,76
04.0128.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ		472.840,69	472.840,69
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS	3.880.257,83	17.338.659,08	21.218.916,91
04.0129.0592	RECEITA DIGITAL 2030		15.529.687,44	15.529.687,44
04.0129.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	2.988.000,00		2.988.000,00
04.0129.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	892.257,83	1.808.971,64	2.701.229,47
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL	197.296,41		197.296,41
04.0131.0627	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SGGE	76.533,52		76.533,52
04.0131.0665	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEPLAG	1.830,99		1.830,99
04.0131.0682	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - EDP	99.970,42		99.970,42
04.0131.0738	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEFAZ	18.961,48		18.961,48
04.0182	DEFESA CIVIL	624.997,31	643.546,00	1.268.543,31
04.0182.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL	624.997,31	643.546,00	1.268.543,31
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	847.551,84		847.551,84
04.0391.0707	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CC	847.551,84		847.551,84
06	SEGURANCA PUBLICA	4.969.041.593,30	562.618.925,41	5.531.660.518,71
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	993.648.733,52	91.188.170,61	1.084.836.904,13
06.0122.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	445.748.408,23	11.815.221,27	457.563.629,50
06.0122.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN	110.123.422,30	3.915.555,90	114.038.978,20
06.0122.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	423.748.944,59	44.852.359,38	468.601.303,97
06.0122.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL		30.605.034,06	30.605.034,06
06.0122.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN	14.027.958,40		14.027.958,40
06.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		466.938,61	466.938,61
06.0125.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS		466.938,61	466.938,61
06.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	103.296.133,76	51.139.301,17	154.435.434,93
06.0126.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	14.394.875,77	36.258.638,66	50.653.514,43
06.0126.0646	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DETRAN	84.408.144,06	13.512.108,56	97.920.252,62
06.0126.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA		1.368.553,95	1.368.553,95
06.0126.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN	4.493.113,93		4.493.113,93
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL	10.197,00	9.745.028,71	9.755.225,71



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00003
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
06.0131.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		9.745.028,71	9.745.028,71
06.0131.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	10.197,00		10.197,00
06.0181	POLICIAMENTO	2.697.832.106,02	245.670.174,26	2.943.502.280,28
06.0181.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	2.607.650.651,14		2.607.650.651,14
06.0181.0644	CIDADAO MAIS SEGURO	90.131.454,88	180.175.973,60	270.307.428,48
06.0181.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	50.000,00	65.494.200,66	65.544.200,66
06.0182	DEFESA CIVIL	351.762.242,74	19.215.729,98	370.977.972,72
06.0182.0640	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SSP	332.911.655,73		332.911.655,73
06.0182.0644	CIDADAO MAIS SEGURO	18.850.587,01	6.353.470,20	25.204.057,21
06.0182.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA		12.862.259,78	12.862.259,78
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	5.936.644,02	33.327.264,59	39.263.908,61
06.0183.0644	CIDADAO MAIS SEGURO	5.936.644,02	29.710.450,73	35.647.094,75
06.0183.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA		3.616.813,86	3.616.813,86
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		12.979.927,36	12.979.927,36
06.0302.0647	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA		12.979.927,36	12.979.927,36
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	703.178.575,56	771.913,96	703.950.489,52
06.0421.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	14.761.040,44	771.913,96	15.532.954,40
06.0421.0684	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPEN	688.417.535,12		688.417.535,12
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	113.376.960,68	98.114.476,16	211.491.436,84
06.0422.0661	ADEQUACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	113.376.960,68	98.114.476,16	211.491.436,84
08	ASSISTENCIA SOCIAL	121.204.174,63	22.430.368,41	143.634.543,04
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	9.719.215,93		9.719.215,93
08.0122.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS	9.719.215,93		9.719.215,93
08.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.433.299,09		1.433.299,09
08.0126.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS	624.005,03		624.005,03
08.0126.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS	809.294,06		809.294,06
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	927,98		927,98
08.0128.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS	927,98		927,98
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL	148.984,99		148.984,99
08.0131.0589	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - STAS	148.984,99		148.984,99
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	99.940.611,18	18.207.182,58	118.147.793,76
08.0243.0565	RECONECTADO VIDAS	13.782.713,54	18.207.182,58	31.989.896,12
08.0243.0655	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FPERGS	86.157.897,64		86.157.897,64
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	9.961.135,46	4.208.185,83	14.169.321,29
08.0244.0592	RECEITA DIGITAL 2030	4.890.215,41		4.890.215,41
08.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	5.070.920,05	4.208.185,83	9.279.105,88
08.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		15.000,00	15.000,00
08.0422.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO		15.000,00	15.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	17.243.801.534,74	6.990.836,26	17.250.792.371,00
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL	31.526.961,56	2.279.560,00	33.806.521,56
09.0122.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	26.787,50	2.279.560,00	2.306.347,50
09.0122.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	31.500.174,06		31.500.174,06
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	7.666.512,47		7.666.512,47
09.0126.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	7.666.512,47		7.666.512,47
09.0131	COMUNICACAO SOCIAL	9.995,99		9.995,99
09.0131.0744	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPEPREVI	9.995,99		9.995,99
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	17.154.714.445,77	4.711.276,26	17.159.425.722,03
09.0272.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	17.154.714.445,77	4.711.276,26	17.159.425.722,03
09.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	34.079.094,19		34.079.094,19
09.0273.0612	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPDR	34.079.094,19		34.079.094,19
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL	15.804.524,76		15.804.524,76
09.0274.0706	GESTAO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	15.804.524,76		15.804.524,76
10	SAUDE	6.672.090.629,58	1.809.994.000,32	8.482.084.629,90
10.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		1.182.347,17	1.182.347,17
10.0121.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		1.182.347,17	1.182.347,17
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.079.163.701,71	3.602.888,77	1.082.766.590,48
10.0122.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	51.078,58		51.078,58
10.0122.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	810.185,83		810.185,83
10.0122.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	95.730,42		95.730,42
10.0122.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	1.234.214,54		1.234.214,54
10.0122.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	7.159,68		7.159,68
10.0122.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	316.984,14		316.984,14
10.0122.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	1.044.371,70		1.044.371,70
10.0122.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	2.358,52		2.358,52
10.0122.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	279.522.059,46		279.522.059,46
10.0122.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	2.220.714,72		2.220.714,72
10.0122.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	7.900.979,17		7.900.979,17

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00004
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
10.0122.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	2.408.809,05		2.408.809,05
10.0122.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	1.040.560,00		1.040.560,00
10.0122.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	247.365,30		247.365,30
10.0122.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTS	527.101,79		527.101,79
10.0122.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP	78.512,03		78.512,03
10.0122.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN	24.359.957,96		24.359.957,96
10.0122.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC	206.631.985,09		206.631.985,09
10.0122.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC	30.090,46		30.090,46
10.0122.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS	98.888,90		98.888,90
10.0122.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	350.431.924,90	3.602.888,77	354.034.813,67
10.0122.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES	10.573.339,52		10.573.339,52
10.0122.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	202.490,58		202.490,58
10.0122.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	9.352.481,00		9.352.481,00
10.0122.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	11.866.961,36		11.866.961,36
10.0122.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	4.494.985,13		4.494.985,13
10.0122.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL	10.398.451,48		10.398.451,48
10.0122.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	54.239.737,85		54.239.737,85
10.0122.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME	748.593,82		748.593,82
10.0122.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	73.985.531,83		73.985.531,83
10.0122.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	4.762.370,39		4.762.370,39
10.0122.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	125.639,96		125.639,96
10.0122.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	19.352.086,55		19.352.086,55
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		14.970,79	14.970,79
10.0125.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES		14.970,79	14.970,79
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	30.823.926,69	342.870,63	31.166.797,32
10.0126.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	17.817.863,97	342.870,63	18.160.734,60
10.0126.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	13.006.062,72		13.006.062,72
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	10.179.559,85	69.609,68	10.249.169,53
10.0128.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	10.127.879,85	69.609,68	10.197.489,53
10.0128.0743	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IPESAUDE	51.680,00		51.680,00
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL	580.662,49	3.695.897,35	4.276.559,84
10.0131.0621	PROMOCAO DA QUALIDADE DE VIDA		3.695.897,35	3.695.897,35
10.0131.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	580.662,49		580.662,49
10.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	66.206,57		66.206,57
10.0273.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES	66.206,57		66.206,57
10.0301	ATENCAO BASICA	324.538.822,06	8.502.732,12	333.041.554,18
10.0301.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS	43.480.115,60	2.852.500,00	46.332.615,60
10.0301.0621	PROMOCAO DA QUALIDADE DE VIDA	14.392.697,50	5.407,00	14.398.104,50
10.0301.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	266.666.008,96	5.644.825,12	272.310.834,08
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	3.675.820.272,18	1.676.750.585,20	5.352.570.857,38
10.0302.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS	2.247.032,97		2.247.032,97
10.0302.0592	RECEITA DIGITAL 2030	3.952.942,53		3.952.942,53
10.0302.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	1.186.797.235,93	1.676.750.585,20	2.863.547.821,13
10.0302.0624	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITAVEIS MATERNO, FETAL E INFANTIL	23.116.798,69		23.116.798,69
10.0302.0647	FORTEALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANCA PUBLICA	32.486.593,57		32.486.593,57
10.0302.0669	RS PESSOAS	2.427.219.668,49		2.427.219.668,49
10.0303	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO	1.133.199.779,15	98.810.639,04	1.232.010.418,19
10.0303.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	1.133.199.779,15	98.810.639,04	1.232.010.418,19
10.0304	VIGILANCIA SANITARIA	1.492.353,64	1.734.890,74	3.227.244,38
10.0304.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	1.492.353,64	1.734.890,74	3.227.244,38
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.267.297,88	13.634.268,02	14.901.565,90
10.0305.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		1.024.998,93	1.024.998,93
10.0305.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	1.267.297,88	12.609.269,09	13.876.566,97
10.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	4.280.000,00	69.860,54	4.349.860,54
10.0331.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	4.280.000,00	69.860,54	4.349.860,54
10.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	21.876,50	5.717,47	27.593,97
10.0422.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		5.717,47	5.717,47
10.0422.0693	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SES	21.876,50		21.876,50
10.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		1.220.677,18	1.220.677,18
10.0541.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE		1.220.677,18	1.220.677,18
10.0571	DESENV CIENTIFICO	53.732,84	356.045,62	409.778,46
10.0571.0622	MELHORIA DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	53.732,84	356.045,62	409.778,46
10.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	410.602.438,02		410.602.438,02
10.0846.0694	ENCARGOS ESPECIAIS - SES	394.270.563,13		394.270.563,13
10.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	16.331.874,89		16.331.874,89
11	TRABALHO	50.389.490,60		50.389.490,60
11.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	607.815,52		607.815,52
11.0126.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTS	607.815,52		607.815,52
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.020.722,00		1.020.722,00
11.0244.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	1.020.722,00		1.020.722,00
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO	48.760.953,08		48.760.953,08

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00005
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
11.0334.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	4.226.697,42		4.226.697,42
11.0334.0679	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FGTAS	44.534.255,66		44.534.255,66
12	EDUCACAO	3.473.488.175,75	5.013.616.926,72	8.487.105.102,47
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	279.053.915,53	134.816.946,77	413.870.862,30
12.0122.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC	10.983.781,92		10.983.781,92
12.0122.0610	ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC	14.027.791,04		14.027.791,04
12.0122.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	253.996.009,12	134.816.946,77	388.812.955,89
12.0122.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED	46.333,45		46.333,45
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	724.500,51	90.654.944,91	91.379.445,42
12.0126.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS	161.310,55		161.310,55
12.0126.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC	429.499,73		429.499,73
12.0126.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS		90.654.944,91	90.654.944,91
12.0126.0686	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CEED	133.690,23		133.690,23
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	6.264,88	4.900.003,09	4.906.267,97
12.0128.0557	FORMACAO CONTINUADA NA EDUCACAO		4.856.236,00	4.856.236,00
12.0128.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS	6.264,88		6.264,88
12.0128.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC		43.767,09	43.767,09
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL	30.169,95		30.169,95
12.0131.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS	4.176,42		4.176,42
12.0131.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	25.993,53		25.993,53
12.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA	12.109.410,51		12.109.410,51
12.0242.0566	RS CIDADANIA	44.247,78		44.247,78
12.0242.0575	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FADERS	12.065.162,73		12.065.162,73
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	94.926.594,49	5.746.882,78	100.673.477,27
12.0363.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA	373.841,63		373.841,63
12.0363.0609	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FETLSVC	36.677.406,66		36.677.406,66
12.0363.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	11.835.762,74	5.746.882,78	17.582.645,52
12.0363.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	46.039.583,46		46.039.583,46
12.0365	ENSINO INFANTIL	2.421.882,45		2.421.882,45
12.0365.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	2.421.882,45		2.421.882,45
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		30.396.048,00	30.396.048,00
12.0367.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA		30.396.048,00	30.396.048,00
12.0368	EDUCACAO BASICA	134.658.026,81	2.919.273.605,77	3.053.931.632,58
12.0368.0553	EDUCACAO PARA A NOVA ECONOMIA		17.954,00	17.954,00
12.0368.0555	POLITICAS SOCIAIS DE PREVENCAO A VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL		23.267,78	23.267,78
12.0368.0592	RECEITA DIGITAL 2030		3.978.440,39	3.978.440,39
12.0368.0608	GARANTIA DO ACESSO E PERMANENCIA DOS ALUNOS NA EDUCACAO BASICA		191.594.709,11	191.594.709,11
12.0368.0649	QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	289.211,30	95.672,06	384.883,36
12.0368.0650	QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA FISICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA DAS ESCOLAS	199.450,72	192.921.587,82	193.121.038,54
12.0368.0671	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDUC	134.169.364,79	2.530.641.974,61	2.664.811.339,40
12.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.949.557.410,62	1.827.828.495,40	4.777.385.906,02
12.0846.0576	ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	3.389.683,47		3.389.683,47
12.0846.0687	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC	2.923.377.905,53	1.827.828.495,40	4.751.206.400,93
12.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	22.789.821,62		22.789.821,62
13	CULTURA	44.013.226,14	85.547.416,94	129.560.643,08
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	35.374.863,00		35.374.863,00
13.0122.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP	3.026.310,41		3.026.310,41
13.0122.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC	18.221.031,27		18.221.031,27
13.0122.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA	14.127.521,32		14.127.521,32
13.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	174.309,69		174.309,69
13.0126.0584	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FTSP	14.625,25		14.625,25
13.0126.0598	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FOSPA	159.684,44		159.684,44
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL	15.091,00		15.091,00
13.0131.0591	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDAC	15.091,00		15.091,00
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	7.594.087,19		7.594.087,19
13.0391.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS	7.594.087,19		7.594.087,19
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	854.875,26	85.547.416,94	86.402.292,20
13.0392.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	151.339,54	241.297,05	392.636,59
13.0392.0583	QUALIFICACAO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUICOES CULTURAIS	212.437,61	73.699,07	286.136,68
13.0392.0587	FAZER E VIVER A CULTURA NO RS	491.098,11	85.232.420,82	85.723.518,93
14	DIREITOS DA CIDADANIA	237.823.685,36	76.353.830,89	314.177.516,25
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR	535.612,72	1.470.274,65	2.005.887,37
14.0062.0565	RECONNECTADO VIDAS	535.612,72	1.470.274,65	2.005.887,37
14.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.030.916,73		2.030.916,73

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00006
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
14.0126.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH	1.102.241,10		1.102.241,10
14.0126.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE	928.675,63		928.675,63
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL	7.326,76	49.612,48	56.939,24
14.0131.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH	7.326,76		7.326,76
14.0131.0566	RS CIDADANIA		49.612,48	49.612,48
14.0242	ASSIST.PORT.DEFICIENCIA	60.000,00		60.000,00
14.0242.0566	RS CIDADANIA	60.000,00		60.000,00
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	221.941.981,10	2.149.800,00	224.091.781,10
14.0243.0565	RECONNECTADO VIDAS		2.149.800,00	2.149.800,00
14.0243.0577	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FASE	221.941.981,10		221.941.981,10
14.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	2.094,75		2.094,75
14.0306.0596	PROTECAO A VIDA E PROMOCAO DO TRABALHO	2.094,75		2.094,75
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	13.245.753,30	72.684.143,76	85.929.897,06
14.0422.0563	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SDSTJDH	12.505.239,37		12.505.239,37
14.0422.0564	POD+: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS		46.305.800,16	46.305.800,16
14.0422.0566	RS CIDADANIA	740.513,93	26.378.343,60	27.118.857,53
15	URBANISMO	9.536.506,49	4.957.476,22	14.493.982,71
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL	9.189.554,99	3.706.571,17	12.896.126,16
15.0122.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN	9.189.554,99	3.706.571,17	12.896.126,16
15.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		351.154,94	351.154,94
15.0126.0634	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - METROPLAN		351.154,94	351.154,94
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	346.951,50		346.951,50
15.0451.0573	GESTAO EM PROTECAO E DEFESA CIVIL	346.951,50		346.951,50
15.0482	HABITACAO URBANA		899.750,11	899.750,11
15.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS		899.750,11	899.750,11
16	HABITACAO	31.538.336,57	3.052.031,20	34.590.367,77
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL	29.529.203,33	52.031,20	29.581.234,53
16.0122.0674	EFICIENCIA E ASSERTIVIDADE NO GERENCIAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	1.077.440,26		1.077.440,26
16.0122.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP	28.451.763,07	52.031,20	28.503.794,27
16.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.995.743,24		1.995.743,24
16.0126.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP	1.995.743,24		1.995.743,24
16.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	13.390,00		13.390,00
16.0128.0676	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SOP	13.390,00		13.390,00
16.0482	HABITACAO URBANA		3.000.000,00	3.000.000,00
16.0482.0672	ACOES HABITACIONAIS		3.000.000,00	3.000.000,00
17	SANEAMENTO	2.870.000,00	52.955.019,18	55.825.019,18
17.0511	SANEAMENTO BASICO RURAL	2.870.000,00	2.809.594,19	5.679.594,19
17.0511.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		149.594,19	149.594,19
17.0511.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	2.870.000,00	2.660.000,00	5.530.000,00
17.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO		50.145.424,99	50.145.424,99
17.0512.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		2.073.601,85	2.073.601,85
17.0512.0732	ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA		48.071.823,14	48.071.823,14
18	GESTAO AMBIENTAL	116.288.093,61	31.588.129,52	147.876.223,13
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL	55.766.995,26	15.498.467,39	71.265.462,65
18.0122.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	12.023.751,51		12.023.751,51
18.0122.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	7.015.373,39		7.015.373,39
18.0122.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA	36.727.870,36	15.498.467,39	52.226.337,75
18.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.260.490,91	5.895.674,78	9.156.165,69
18.0126.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	903.948,76		903.948,76
18.0126.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM		2.112.267,25	2.112.267,25
18.0126.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA	2.356.542,15	3.783.407,53	6.139.949,68
18.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	57.825,87		57.825,87
18.0128.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	48.917,61		48.917,61
18.0128.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	6.602,32		6.602,32
18.0128.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA	2.305,94		2.305,94
18.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	934.013,28	159.714,14	1.093.727,42
18.0130.0569	AMPLIA RS: AMPLIACAO E MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA ESTADUAL	145.530,00		145.530,00
18.0130.0660	USO SUSTENTAVEL DE RECURSOS MINERAIS E GAS	145.530,00		145.530,00
18.0130.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS	642.953,28	159.714,14	802.667,42
18.0131	COMUNICACAO SOCIAL	112.983,93	93.746,76	206.730,69
18.0131.0678	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - AGERGS	29.762,53		29.762,53
18.0131.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	39.994,02		39.994,02
18.0131.0733	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEMA	43.227,38	93.746,76	136.974,14
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		1.569.238,20	1.569.238,20
18.0541.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL		1.569.238,20	1.569.238,20
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL	47.561.018,25	8.371.288,25	55.932.306,50
18.0542.0571	PROMOCAO DE GESTAO AMBIENTAL	166.374,32	2.873.304,52	3.039.678,84
18.0542.0699	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FEPAM	47.394.643,93	5.497.983,73	52.892.627,66

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00007
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
18.0544	RECURSOS HIDRICOS	8.594.766,11		8.594.766,11
18.0544.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	8.594.766,11		8.594.766,11
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	143.401.874,81	9.929.516,06	153.331.390,87
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	54.630.067,49		54.630.067,49
19.0122.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS	4.622.105,18		4.622.105,18
19.0122.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT	21.206.117,29		21.206.117,29
19.0122.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	24.147.926,95		24.147.926,95
19.0122.0692	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - CIENTEC	4.653.918,07		4.653.918,07
19.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.967.286,04		1.967.286,04
19.0126.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS	215.358,26		215.358,26
19.0126.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT	265.509,50		265.509,50
19.0126.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	1.486.418,28		1.486.418,28
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL	179.988,44		179.988,44
19.0131.0548	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - FAPERGS	3.596,08		3.596,08
19.0131.0554	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SICT	36.797,61		36.797,61
19.0131.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	139.594,75		139.594,75
19.0364	ENSINO SUPERIOR	50.989.857,37	527.709,12	51.517.566,49
19.0364.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	460.400,00		460.400,00
19.0364.0558	INDUCAO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOG	3.440.131,95	203.382,89	3.643.514,84
19.0364.0560	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - UERGS	47.089.325,42	324.326,23	47.413.651,65
19.0571	DESENV CIENTIFICO	34.330.800,00	9.401.806,94	43.732.606,94
19.0571.0549	CONHECIMENTO EM INOVACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA	34.330.800,00	9.401.806,94	43.732.606,94
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA	613.517,56		613.517,56
19.0572.0551	AMBIENTES DE INOVACAO	613.517,56		613.517,56
19.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	690.357,91		690.357,91
19.0573.0551	AMBIENTES DE INOVACAO	690.357,91		690.357,91
20	AGRICULTURA	306.305.608,03	217.494.128,87	523.799.736,90
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	155.554.224,21	23.823.960,84	179.378.185,05
20.0122.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR	134.455.659,20	23.823.960,84	158.279.620,04
20.0122.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	48.815,88		48.815,88
20.0122.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	21.049.749,13		21.049.749,13
20.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	12.600.348,75	18.552,60	12.618.901,35
20.0126.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR	4.222.856,29	18.552,60	4.241.408,89
20.0126.0617	SERVICOS DIGITAIS PARA O CAMPO	7.251.000,00		7.251.000,00
20.0126.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	1.126.492,46		1.126.492,46
20.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	15.944,10		15.944,10
20.0128.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	15.944,10		15.944,10
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL	1.548.888,71		1.548.888,71
20.0131.0613	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEAPDR	86.369,46		86.369,46
20.0131.0631	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - IRGA	1.462.519,25		1.462.519,25
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	5.394.884,73		5.394.884,73
20.0273.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	5.394.884,73		5.394.884,73
20.0571	DESENV CIENTIFICO	10.221.677,47		10.221.677,47
20.0571.0615	INOVACAO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO	10.221.677,47		10.221.677,47
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	5.986.064,50	1.909.229,91	7.895.294,41
20.0573.0615	INOVACAO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO	5.986.064,50	1.909.229,91	7.895.294,41
20.0605	ABASTECIMENTO	783.069,08	2.800.838,10	3.583.907,18
20.0605.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	783.069,08		783.069,08
20.0605.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO		2.800.838,10	2.800.838,10
20.0606	EXTENSAO RURAL	84.344.001,05	143.775.917,84	228.119.918,89
20.0606.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	2.403.625,53		2.403.625,53
20.0606.0611	COMBATE A INFRAESTRUTURA PRECARIA NO CAMPO	3.818.616,00	8.474.573,96	12.293.189,96
20.0606.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	78.121.759,52	135.301.343,88	213.423.103,40
20.0607	IRRIGACAO	3.666.392,57	41.000.276,93	44.666.669,50
20.0607.0611	COMBATE A INFRAESTRUTURA PRECARIA NO CAMPO	3.666.392,57	41.000.276,93	44.666.669,50
20.0608	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	14.204.866,67	1.114.589,71	15.319.456,38
20.0608.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO	5.668.039,70	1.114.589,71	6.782.629,41
20.0608.0614	INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	8.536.826,97		8.536.826,97
20.0609	DEFESA AGROPECUARIA	8.452.069,10	2.461.694,05	10.913.763,15
20.0609.0616	SANIDADE ANIMAL E VEGETAL	8.452.069,10	2.461.694,05	10.913.763,15
20.0692	COMERCIALIZACAO	2.741.340,09	589.068,89	3.330.408,98
20.0692.0607	NOVOS NEGOCIOS E COMERCIALIZACAO		589.068,89	589.068,89
20.0692.0615	INOVACAO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO	2.741.340,09		2.741.340,09
20.0722	TELECOMUNICACOES	791.837,00		791.837,00
20.0722.0611	COMBATE A INFRAESTRUTURA PRECARIA NO CAMPO	791.837,00		791.837,00
22	INDUSTRIA	1.209.024,78	26.046,89	1.235.071,67
22.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	1.209.024,78	26.046,89	1.235.071,67
22.0661.0578	RS COMPETITIVO	100.749,08	26.046,89	126.795,97
22.0661.0605	INVEST RS	1.108.275,70		1.108.275,70
23	COMERCIO E SERVICOS	32.923.352,77	27.656.274,74	60.579.627,51
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL	25.252.033,45		25.252.033,45

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00008
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
23.0122.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR	15.130.764,12		15.130.764,12
23.0122.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS	10.121.269,33		10.121.269,33
23.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		26.734.784,48	26.734.784,48
23.0123.0601	ENCARGOS ESPECIAIS - SEDETUR		26.734.784,48	26.734.784,48
23.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	4.556.746,03		4.556.746,03
23.0126.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR	554.660,04		554.660,04
23.0126.0642	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - JUCISRS	4.002.085,99		4.002.085,99
23.0131	COMUNICACAO SOCIAL	189.559,72	599.193,41	788.753,13
23.0131.0602	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEDETUR	189.559,72	599.193,41	788.753,13
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL	150.000,00		150.000,00
23.0691.0578	RS COMPETITIVO	150.000,00		150.000,00
23.0695	TURISMO	2.775.013,57	322.296,85	3.097.310,42
23.0695.0593	RS TURISMO SUSTENTAVEL	2.775.013,57	322.296,85	3.097.310,42
24	COMUNICACOES	55.908.275,69		55.908.275,69
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL	28.256.010,26		28.256.010,26
24.0122.0637	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SECOM	28.256.010,26		28.256.010,26
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL	27.493.116,43		27.493.116,43
24.0131.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO	27.493.116,43		27.493.116,43
24.0392	DIFUSAO CULTURAL	159.149,00		159.149,00
24.0392.0638	INOVACAO E MODERNIZACAO DA COMUNICACAO	159.149,00		159.149,00
25	ENERGIA	119.474,00	720.310,30	839.784,30
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL	119.474,00		119.474,00
25.0122.0740	PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVICOS	119.474,00		119.474,00
25.0752	ENERGIA ELETRICA		720.310,30	720.310,30
25.0752.0639	FORTEALECIMENTO E INOVACAO DO SETOR ENERGETICO		720.310,30	720.310,30
26	TRANSPORTE	418.648.986,41	129.591.561,91	548.240.548,32
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	597.345,26	775.170,76	1.372.516,02
26.0121.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	597.345,26	775.170,76	1.372.516,02
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	147.721.435,41	1.765.121,96	149.486.557,37
26.0122.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG	71.570.371,87		71.570.371,87
26.0122.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT	11.699.862,06		11.699.862,06
26.0122.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	64.451.201,48	1.765.121,96	66.216.323,44
26.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		1.406.300,00	1.406.300,00
26.0123.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA		1.406.300,00	1.406.300,00
26.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	9.765.423,91	705.810,00	10.471.233,91
26.0126.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG	7.064.852,78		7.064.852,78
26.0126.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER	2.700.571,13	705.810,00	3.406.381,13
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	673.221,84	167.741,45	840.963,29
26.0131.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS		99.716,89	99.716,89
26.0131.0580	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SUPRG	656.121,84		656.121,84
26.0131.0582	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SELT	17.100,00		17.100,00
26.0131.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		68.024,56	68.024,56
26.0181	POLICIAMENTO		16.036.614,82	16.036.614,82
26.0181.0652	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - DAER		16.036.614,82	16.036.614,82
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS	18.299.235,77		18.299.235,77
26.0453.0632	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	18.299.235,77		18.299.235,77
26.0781	TRANSPORTE AEREO	1.584.290,69	10.420.566,12	12.004.856,81
26.0781.0581	TRANSPORTES: INTEGRACAO E OTIMIZACAO INTERMODAL	1.584.290,69	10.420.566,12	12.004.856,81
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	214.290.635,98	98.314.236,80	312.604.872,78
26.0782.0569	AMPLIA RS: AMPLIACAO E MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA ESTADUAL	211.765.548,19	95.218.148,74	306.983.696,93
26.0782.0572	REDUCAO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENCAS INFECTOCONTAGIOSAS	2.429.939,79	3.096.088,06	5.526.027,85
26.0782.0673	APOIO A QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICIPIOS	95.148,00		95.148,00
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	25.717.397,55		25.717.397,55
26.0784.0581	TRANSPORTES: INTEGRACAO E OTIMIZACAO INTERMODAL	25.717.397,55		25.717.397,55
27	DESPORTO E LAZER	7.088.386,11	1.764.568,14	8.852.954,25
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL	3.572.587,02		3.572.587,02
27.0122.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL	3.572.587,02		3.572.587,02
27.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	388.624,32		388.624,32
27.0126.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL	388.624,32		388.624,32
27.0131	COMUNICACAO SOCIAL	49.433,98		49.433,98
27.0131.0688	GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS AO ESTADO - SEL	49.433,98		49.433,98
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		1.170.567,58	1.170.567,58
27.0811.0681	FOMENTO E PROMOCAO DO ESPORTE		1.170.567,58	1.170.567,58
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	3.077.740,79	594.000,56	3.671.741,35
27.0812.0574	ACESSO A CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	3.077.740,79		3.077.740,79
27.0812.0681	FOMENTO E PROMOCAO DO ESPORTE		594.000,56	594.000,56
28	ENCARGOS ESPECIAIS	16.182.971.428,39	1.122.251.288,07	17.305.222.716,46
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	311.783.529,94		311.783.529,94
28.0123.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	311.783.529,94		311.783.529,94
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	7.979.968,55		7.979.968,55
28.0273.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	758.405,16		758.405,16

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00009
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
R\$		

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
28.0273.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	11.011,48		11.011,48
28.0273.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	5.692,84		5.692,84
28.0273.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN	10.577,36		10.577,36
28.0273.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	600.687,19		600.687,19
28.0273.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	500.391,53		500.391,53
28.0273.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	680.210,81		680.210,81
28.0273.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	639.048,34		639.048,34
28.0273.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	4.765.227,54		4.765.227,54
28.0273.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	6.154,76		6.154,76
28.0273.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	2.561,54		2.561,54
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	3.619.985.318,93	92.312.134,33	3.712.297.453,26
28.0843.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	233.451,40		233.451,40
28.0843.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	4.420,96		4.420,96
28.0843.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	102.450,95		102.450,95
28.0843.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	35.865,47		35.865,47
28.0843.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	3.572.613.617,36	92.312.134,33	3.664.925.751,69
28.0843.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	9.418.459,54		9.418.459,54
28.0843.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	37.577.053,25		37.577.053,25
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	365.430.330,95	261.782.764,56	627.213.095,51
28.0844.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	365.430.330,95	261.782.764,56	627.213.095,51
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	11.877.792.280,02	768.156.389,18	12.645.948.669,20
28.0846.0547	ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	821.098,78		821.098,78
28.0846.0559	ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	19.649.001,80		19.649.001,80
28.0846.0579	ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	21.650.033,40		21.650.033,40
28.0846.0585	ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	316.752,67		316.752,67
28.0846.0599	ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	2.677.848,02		2.677.848,02
28.0846.0630	ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	2.906.129,59		2.906.129,59
28.0846.0633	ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	3.224.330,52	1.055.839,90	4.280.170,42
28.0846.0641	ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	6.203.151.746,87	379.000.000,00	6.582.151.746,87
28.0846.0645	ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	47.777.547,35	307.867,46	48.085.414,81
28.0846.0651	ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	118.450.512,99		118.450.512,99
28.0846.0653	ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	20.070.168,99		20.070.168,99
28.0846.0654	ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	24.327.048,53		24.327.048,53
28.0846.0677	ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	2.576.229,29		2.576.229,29
28.0846.0680	ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	12.117.049,60		12.117.049,60
28.0846.0683	ENCARGOS ESPECIAIS - EDP	501.404,20		501.404,20
28.0846.0685	ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN	204.640.380,08		204.640.380,08
28.0846.0690	ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC	689.898,55		689.898,55
28.0846.0691	ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS	1.167.906,44		1.167.906,44
28.0846.0700	ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	15.979.688,07		15.979.688,07
28.0846.0705	ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	234.489.117,61		234.489.117,61
28.0846.0710	ENCARGOS ESPECIAIS - MP	215.066.057,86		215.066.057,86
28.0846.0721	ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	73.138.365,73		73.138.365,73
28.0846.0723	ENCARGOS ESPECIAIS - AL	241.494.950,05		241.494.950,05
28.0846.0725	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	963.352.395,81	988.557,57	964.340.953,38
28.0846.0729	ENCARGOS ESPECIAIS - JME	12.115.761,60		12.115.761,60
28.0846.0735	ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	3.163.713.069,53	386.804.124,25	3.550.517.193,78
28.0846.0741	ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	208.948.335,88		208.948.335,88
28.0846.0742	ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	62.779.450,21		62.779.450,21
TOTAL GERAL =>		54.893.207.135,31	9.664.686.627,72	64.557.893.763,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE063/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIARIA	ESSENCIAL A JUSTICA	ADMINISTRACAO
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	537.311.202,29	2.432.093.260,23	1.399.242.144,93	880.203.517,55
AUTARQUIAS				8.843.124,22
FUNDAÇÕES				
TOTAL.....	537.311.202,29	2.432.093.260,23	1.399.242.144,93	889.046.641,77

FUNÇÕES	SEGURANCA PUBLICA	ASSISTENCIA SOCIAL	PREVIDENCIA SOCIAL	SAUDE
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.845.178.218,50	24.676.527,24	1.629.172.007,28	5.999.249.526,38
AUTARQUIAS	686.482.300,21		15.621.620.363,72	17.904.400,89
FUNDAÇÕES		118.958.015,80		2.464.930.702,63
TOTAL.....	5.531.660.518,71	143.634.543,04	17.250.792.371,00	8.482.084.629,90

FUNÇÕES	TRABALHO	EDUCACAO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	398.980,52	8.408.941.935,66	111.839.865,07	91.306.859,52
AUTARQUIAS			14.673.342,35	
FUNDAÇÕES	49.990.510,08	78.163.166,81	3.047.435,66	222.870.656,73
TOTAL.....	50.389.490,60	8.487.105.102,47	129.560.643,08	314.177.516,25

FUNÇÕES	URBANISMO	HABITACAO	SANEAMENTO	GESTAO AMBIENTAL
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	899.750,11	34.590.367,77	55.825.019,18	70.858.971,82
AUTARQUIAS				14.100.107,83
FUNDAÇÕES	13.594.232,60			62.917.143,48
TOTAL.....	14.493.982,71	34.590.367,77	55.825.019,18	147.876.223,13

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO E SERVICOS
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22.812.299,87	475.897.138,82	1.235.071,67	46.456.272,19
AUTARQUIAS		47.902.598,08		14.123.355,32
FUNDAÇÕES	130.519.091,00			
TOTAL.....	153.331.390,87	523.799.736,90	1.235.071,67	60.579.627,51

FUNÇÕES	COMUNICACOES	ENERGIA	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55.908.275,69	839.784,30	23.816.966,87	8.852.954,25
AUTARQUIAS			504.718.045,68	
FUNDAÇÕES			19.705.535,77	
TOTAL.....	55.908.275,69	839.784,30	548.240.548,32	8.852.954,25

FUNÇÕES	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL		
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.689.831.452,03	43.847.438.369,74		
AUTARQUIAS	416.643.005,60	17.347.010.643,90		
FUNDAÇÕES	198.748.258,83	3.363.444.749,39		
TOTAL.....	17.305.222.716,46	64.557.893.763,03		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00001
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
100000000000	RECEITAS CORRENTES	62.078.241.144,00	63.448.169.666,81	1.369.928.522,81
110000000000	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	46.501.450.682,00	45.451.630.402,45	1.049.820.279,55-
111000000000	IMPOSTOS	44.291.120.957,00	43.644.269.334,15	646.851.622,85-
111300000000	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	2.980.585.109,00	3.282.019.625,71	301.434.516,71
111303000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	2.980.585.109,00	3.282.019.625,71	301.434.516,71
111303100000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	2.896.864.022,00	3.185.569.446,38	288.705.424,38
111303110000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	2.896.864.022,00	3.185.569.446,38	288.705.424,38
111303110001	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	40.068.142,00	38.310.161,81	1.757.980,19-
111303110002	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	19.925.747,00	11.679.331,71	8.246.415,29-
111303110007	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - AUTARQUIAS E FUNDAC	30.176,00	0,00	30.176,00-
111303110009	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	593.522,00	258.279,55	335.242,45-
111303110035	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - ATIVOS	137.014.388,00	90.167.414,18	46.846.973,82-
111303110036	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER EXECUTIVO	833.678.347,00	873.696.698,07	40.018.351,07
111303110037	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER EXECUTIVO	1.034.394.718,00	1.188.186.338,88	153.791.620,88
111303110038	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER EXECUTIVO	209.808.591,00	396.626.874,09	186.818.283,09
111303110039	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	40.111.945,00	34.897.325,03	5.214.619,97-
111303110040	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	30.581.974,00	28.670.210,75	1.911.763,25-
111303110041	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	44.307,00	34.270,76	10.036,24-
111303110042	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO	42.055.146,00	36.513.415,28	5.541.730,72-
111303110043	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - TRIBUNAL DE CONTAS	40.638.579,00	41.046.366,75	407.787,75
111303110044	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	102.232,00	112.160,30	9.928,30
111303110045	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER JUDICIARIO	212.399.197,00	198.335.397,99	14.063.799,01-
111303110046	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER JUDICIARIO	117.471.018,00	112.050.361,14	5.420.656,86-
111303110047	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER JUDICIARIO	1.125.263,00	975.302,70	149.960,30-
111303110048	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	109.806.204,00	107.792.684,99	2.013.519,01-
111303110049	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	22.721.822,00	21.608.849,84	1.112.972,16-
111303110050	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - MINISTERIO PUBLICO	295.776,00	531.468,24	235.692,24
111303110054	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - INATIVOS	360.095,00	431.131,32	71.036,32
111303110056	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES JUSTICA MILITAR - ATIVOS	2.494.062,00	2.560.901,67	66.839,67
111303110057	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES - JUSTICA MILITAR - INATIVOS	1.138.336,00	1.071.213,60	67.122,40-
111303110058	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - JUSTICA MILITAR	4.435,00	13.287,73	8.852,73
111303400000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	83.721.087,00	96.450.179,33	12.729.092,33
111303410000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	83.721.087,00	96.450.179,33	12.729.092,33

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00002
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111303410008	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA JURIDIC	281.246,00	1.833.081,18	1.551.835,18
111303410010	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE ALUGUEIS	186.732,00	549.095,53	362.363,53
111303410034	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	83.253.109,00	67.019.709,14	16.233.399,86-
111303410036	IRRF SOBRE PRECATORIOS COMPENSADOS COM DIVIDA ATIVA	0,00	27.048.293,48	27.048.293,48
111800000000	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	41.310.535.848,00	40.362.249.708,44	948.286.139,56-
111801000000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	3.760.535.848,00	3.981.522.490,84	220.986.642,84
111801200000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	3.091.622.789,00	3.219.137.802,39	127.515.013,39
111801210000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	2.870.283.666,00	2.894.526.870,68	24.243.204,68
111801210001	IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	2.870.283.666,00	2.894.526.870,68	24.243.204,68
111801230000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	126.794.781,00	197.517.934,23	70.723.153,23
111801230001	RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA	126.794.781,00	197.517.934,23	70.723.153,23
111801250000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	46.663.170,00	61.172.755,31	14.509.585,31
111801250001	MULTAS DO IPVA	46.663.170,00	61.172.755,31	14.509.585,31
111801260000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS	5.668.140,00	5.048.322,98	619.817,02-
111801260001	JUROS DE MORA DO IPVA	5.668.140,00	5.048.322,98	619.817,02-
111801270000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	31.639.338,00	49.397.412,40	17.758.074,40
111801270001	MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA	31.639.338,00	49.397.412,40	17.758.074,40
111801280000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA - JUROS	10.573.694,00	11.474.506,79	900.812,79
111801280001	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73)	10.573.694,00	11.474.506,79	900.812,79
111801300000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	664.724.101,00	759.805.762,52	95.081.661,52
111801310000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - PRINC	645.556.203,00	726.743.380,53	81.187.177,53
111801310001	ITCD - IMPOSTO S/TRANSMISSAO CAUSA MORTIS E DOACAO DE QUAISQUER NATUREZA	645.556.203,00	726.743.380,53	81.187.177,53
111801330000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	3.226.272,00	4.299.915,46	1.073.643,46
111801330001	RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	3.226.272,00	4.291.682,95	1.065.410,95
111801330011	PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	0,00	8.232,51	8.232,51
111801350000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTA	5.744.193,00	17.429.644,81	11.685.451,81
111801350001	MULTAS DO ITCD	5.744.193,00	17.429.644,81	11.685.451,81
111801360000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUROS	5.913.361,00	5.715.680,08	197.680,92-
111801360001	JUROS DE MORA DO ITCD	5.913.361,00	5.715.680,08	197.680,92-
111801370000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	1.978.823,00	2.435.667,66	456.844,66
111801370001	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	1.978.823,00	2.430.728,15	451.905,15
111801370011	PRECAT COMPE - MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	0,00	4.939,51	4.939,51
111801380000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	2.305.249,00	3.181.473,98	876.224,98
111801380001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD (ART 74, LEI 6537/73)	2.305.249,00	3.169.733,18	864.484,18
111801380011	PRECAT COMPE - ITCD - DIVIDA ATIVA JUROS DE MORA	0,00	11.740,80	11.740,80
111801400000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS	4.188.958,00	2.578.925,93	1.610.032,07-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00003
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111801410000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS - PRINCIPAL	4.188.958,00	2.578.925,93	1.610.032,07-
111801410001	ITBI - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS	4.188.958,00	2.578.925,93	1.610.032,07-
111802000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	37.550.000.000,00	36.380.727.217,60	1.169.272.782,40-
111802100000	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTA	37.227.375.030,00	36.077.349.368,41	1.150.025.661,59-
111802110000	ICMS - PRINCIPAL	36.212.753.687,00	35.142.829.542,25	1.069.924.144,75-
111802110002	ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNI	35.357.719.780,00	34.429.621.621,56	928.098.158,44-
111802110012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/ PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNIC	855.033.907,00	713.207.920,69	141.825.986,31-
111802130000	ICMS - DÍVIDA ATIVA	381.655.963,00	503.121.798,31	121.465.835,31
111802130002	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	381.655.963,00	318.473.808,45	63.182.154,55-
111802130022	PRECAT COMPE - RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	0,00	11.817.704,68	11.817.704,68
111802130102	DIVIDA ATIVA ICMS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	172.830.285,18	172.830.285,18
111802150000	ICMS - MULTAS	186.645.978,00	124.528.953,94	62.117.024,06-
111802150002	MULTAS DO ICMS	35.000.149,00	14.559.115,04	20.441.033,96-
111802150012	MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO	98.667.088,00	81.773.861,25	16.893.226,75-
111802150022	MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO	52.978.741,00	28.195.977,65	24.782.763,35-
111802160000	ICMS - JUROS	96.358.151,00	40.812.374,57	55.545.776,43-
111802160002	JUROS DE MORA DO ICMS	26.301.905,00	4.216.131,81	22.085.773,19-
111802160012	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO	70.056.246,00	36.596.242,76	33.460.003,24-
111802170000	ICMS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	116.631.814,00	111.476.224,27	5.155.589,73-
111802170002	MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	61.755.467,00	49.866.669,09	11.888.797,91-
111802170012	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	54.876.347,00	56.184.007,50	1.307.660,50
111802170022	PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	4.547.327,42	4.547.327,42
111802170032	PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	878.220,26	878.220,26
111802180000	ICMS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	233.329.437,00	154.580.475,07	78.748.961,93-
111802180002	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73)	233.329.437,00	135.340.215,33	97.989.221,67-
111802180022	PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS	0,00	19.240.259,74	19.240.259,74
111802200000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	322.624.970,00	303.377.849,19	19.247.120,81-
111802210000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - PRINCIPAL	321.112.703,00	302.523.283,59	18.589.419,41-
111802210001	ICMS - IMP S/OPER CIRC MERCAD E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC - AMPARA/RS	315.264.796,00	300.888.540,34	14.376.255,66-
111802210012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERC E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AUL- AMPARA-RS	5.847.907,00	1.634.743,25	4.213.163,75-
111802220000	ADICIONAL ICMS - FUNDO DE COMBATE À POBREZA - MULTA E JUROS MORATORIOS	259.341,00	0,00	259.341,00-
111802220025	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA-RS	259.341,00	0,00	259.341,00-
111802230000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA	206.466,00	332.397,54	125.931,54
111802230001	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - AMPARA-RS	206.466,00	332.397,54	125.931,54
111802250000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - MULTAS	925.686,00	327.554,43	598.131,57-
111802250001	MULTA DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	761.144,00	42.055,93	719.088,07-
111802250012	MULTA DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	128.743,00	164.718,85	35.975,85
111802250022	MULTA MATERIAL DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	35.799,00	120.779,65	84.980,65

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00004
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111802260000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - JUROS	3.818,00	67.233,57	63.415,57
111802260001	JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	3.818,00	3.672,62	145,38-
111802260012	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA-RS	0,00	63.560,95	63.560,95
111802270000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	96.166,00	97.649,47	1.483,47
111802270001	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	56.234,00	78.231,42	21.997,42
111802270022	MULTA MATERIAL DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA -RS	39.932,00	19.418,05	20.513,95-
111802280000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA - JUROS	20.790,00	29.730,59	8.940,59
111802280001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - ART 69 LEI 6537-73 - AMPARA-RS	20.790,00	29.730,59	8.940,59
112000000000	TAXAS	2.210.329.725,00	1.807.361.068,30	402.968.656,70-
112200000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.125.583.525,00	1.783.518.574,27	342.064.950,73-
112201000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.846.851.633,00	1.560.434.021,38	286.417.611,62-
112201100000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.846.851.633,00	1.560.434.021,38	286.417.611,62-
112201110000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.843.274.727,00	1.554.284.911,30	288.989.815,70-
112201110007	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO - UTILIZACAO DE RODOVIAS	1.000,00	0,00	1.000,00-
112201110009	TAXA DE SERVICOS DE FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO - FUNDEFLO	1.300.000,00	1.019.448,15	280.551,85-
112201110011	TAXA DE SERVICOS CULTURAIS - SECRETARIA DA CULTURA	235.459,00	150.455,29	85.003,71-
112201110012	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - SECRETARIA DA JUSTICA E DA SEGURANCA	8.456,00	0,00	8.456,00-
112201110013	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - BRIGADA MILITAR	1.710.180,00	1.274.633,19	435.546,81-
112201110014	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - COORDENADORIA-GERAL DE PERICIAS	32.700.383,00	16.805.841,75	15.894.541,25-
112201110016	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FEASP	9.688.970,00	8.220.774,93	1.468.195,07-
112201110017	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FEASP	755.133,00	633.011,43	122.121,57-
112201110018	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO - DETRAN	172.772.787,00	120.828.890,41	51.943.896,59-
112201110019	SERVICOS RELATIVOS A EXAME DE SAUDE E PSICOTECNICO - DETRAN	118.613.624,00	88.254.860,42	30.358.763,58-
112201110020	SERVICOS DE EXAME DE LEGISLACAO DE TRANSITO E PRATICO DE DIRECAO - DETRAN	44.229.372,00	34.271.872,00	9.957.500,00-
112201110021	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DE CRV/CRLV	756.395.749,00	673.587.995,03	82.807.753,97-
112201110022	SERVICOS DE VISTORIA E IDENTIFICACAO DE VEICULOS - DETRAN	124.000.000,00	115.373.859,36	8.626.140,64-
112201110023	SERVICOS RELATIVOS A ALTERACAO DE REGISTRO DE VEICULOS AUTOMOTORES - DETRAN	218.367.085,00	217.908.929,11	458.155,89-
112201110025	LICENCA E FISCALIZACAO DE EVENTOS NA VIA PUBLICA - DETRAN	2.700.000,00	2.473.820,45	226.179,55-
112201110026	SERVICOS DE REMOCAO E DEPOSITOS DE VEICULOS - DETRAN	88.000.000,00	74.437.320,21	13.562.679,79-
112201110027	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - HABILITACAO - DETRAN	1.200.000,00	1.058.331,66	141.668,34-
112201110028	TAXAS - AGERGS	15.361.299,00	5.934.537,16	9.426.761,84-
112201110029	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVITIS	14.441.674,00	25.269.250,71	10.827.576,71
112201110031	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVINOS	2.011.408,00	1.653.074,89	358.333,11-
112201110032	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - VEICULOS - DETRAN	1.100.000,00	1.271.652,69	171.652,69
112201110033	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FESA	41.688,00	10.604,95	31.083,05-
112201110036	TAXA DE COOPERACAO - BOVINOS	1.639,00	0,00	1.639,00-
112201110037	TAXA DE COOPERACAO - OVINOS	1.414,00	506,88	907,12-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00005
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201110039	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - POLICIA CIVIL	1.520.000,00	1.263.412,32	256.587,68-
112201110040	TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	5.590.282,00	2.040.911,99	3.549.370,01-
112201110043	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA	100.313.571,00	59.482.241,16	40.831.329,84-
112201110044	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - INSTITUTO-GERAL DE PERICIAS	51.472,00	369,62	51.102,38-
112201110045	TAXA DE AVALIACAO DE BENS	35.594.597,00	10.029.486,40	25.565.110,60-
112201110047	SERVICOS REGISTRO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO	86.000.000,00	77.175.920,98	8.824.079,02-
112201110048	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO-COMUNICACAO DE VENDA	5.500.000,00	5.048.922,43	451.077,57-
112201110049	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOMATE	1.375.931,00	1.337.367,23	38.563,77-
112201110050	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	1.686.554,00	7.460.953,46	5.774.399,46
112201110052	TAXA ALVARA DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS - DETRAN	5.000,00	5.655,04	655,04
112201120000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS DE MORA	102.888,00	163.554,30	60.666,30
112201120043	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA ORIZICULTURA	102.888,00	163.554,30	60.666,30
112201130000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	1.367.489,00	3.669.756,78	2.302.267,78
112201130007	TAXAS E MULTAS DE TRANSITO VINCULADAS AO DAER, EM DIVIDA ATIVA	600.000,00	248.178,57	351.821,43-
112201130013	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESP (BM)	237.679,00	110.841,00	126.838,00-
112201130029	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	343.825,00	378.372,26	34.547,26
112201130031	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVINOS	15.387,00	35.835,24	20.448,24
112201130033	TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA-FESA	32.461,00	3.223,59	29.237,41-
112201130043	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	125.462,00	196.999,81	71.537,81
112201130098	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS EM DIVIDA ATIVA	11.753,00	7.034,66	4.718,34-
112201130099	RECEITA DE OUTROS TRIBUTOS EM DIVIDA ATIVA	922,00	0,00	922,00-
112201130113	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESP (BM)	0,00	247,24	247,24
112201130129	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	0,00	140.769,13	140.769,13
112201130198	PRECAT COMPE - DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	0,00	652,34	652,34
112201130199	DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	2.546.515,62	2.546.515,62
112201130299	PRECAT COMPE - RECEITA DE OUTROS TRIBUTOS EM DIVIDA ATIVA	0,00	1.087,32	1.087,32
112201150000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS	330.108,00	220.407,84	109.700,16-
112201150009	MULTA DA TAXA DE SERVICOS FLORESTAIS - FUNDEFLO	35.460,00	1.327,75	34.132,25-
112201150013	MULTA DE TAXAS DE SERVICOS DO FESP-BM	65.872,00	18.771,04	47.100,96-
112201150017	MULTA DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	50.813,00	81.288,47	30.475,47
112201150029	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	70.283,00	84.475,21	14.192,21
112201150031	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA - FUNDOVINOS	19.486,00	22.084,26	2.598,26
112201150040	MULTAS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	80.000,00	6.602,16	73.397,84-
112201150049	MULTA DA TAXA DO FUNDOMATE	4.964,00	2.251,39	2.712,61-
112201150050	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA -FUNDOLEITE	3.230,00	3.607,56	377,56
112201160000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - JUROS	184.553,00	84.276,43	100.276,57-
112201160009	JUROS DE MORA SOBRE A TAXA SERVICOS FLORESTAIS - ART 69 DA LEI 6537/73-FUNDE	24.081,00	3.148,30	20.932,70-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00006
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201160013	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FESP-BM	60.164,00	10.579,48	49.584,52-
112201160017	JUROS DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	20.945,00	29.841,73	8.896,73
112201160028	JUROS DE MORA TAXA AGERGS	5.103,00	4.770,92	332,08-
112201160029	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	64.459,00	29.744,24	34.714,76-
112201160031	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOVINOS	3.492,00	5.268,58	1.776,58
112201160040	JUROS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	5.000,00	557,99	4.442,01-
112201160049	JURO DE MORA DA TAXA DO FUNDOMATE	1.081,00	203,97	877,03-
112201160050	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	228,00	161,22	66,78-
112201170000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	640.417,00	555.156,21	85.260,79-
112201170007	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TAXAS DO DAER	214.105,00	100.589,76	113.515,24-
112201170013	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	146.274,00	66.504,50	79.769,50-
112201170029	MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	206.294,00	227.023,83	20.729,83
112201170031	MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVINOS	6.155,00	14.334,12	8.179,12
112201170033	MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESA	19.476,00	1.934,32	17.541,68-
112201170043	MULTA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	39.442,00	52.177,62	12.735,62
112201170098	MULTA MORATORIA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	7.052,00	4.220,76	2.831,24-
112201170099	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	1.619,00	3.761,51	2.142,51
112201170113	PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	0,00	148,34	148,34
112201170129	PRECAT COMPE - MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	0,00	84.461,45	84.461,45
112201180000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	951.451,00	1.455.958,52	504.507,52
112201180007	JUROS MORA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS E MULTAS VINCUL AO DAER (ART. 74 LEI 6537/	227.050,00	99.743,56	127.306,44-
112201180013	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM (ART 69, LEI 6537/	119.030,00	62.015,44	57.014,56-
112201180029	JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS (ART 69, LEI 6537/73)	425.923,00	904.107,36	478.184,36
112201180031	JUROS DE MORA DA TAXA DE SERVICOS - FUNDOVINOS	2.240,00	8.034,62	5.794,62
112201180033	JUROS DE MORA DA TAXA DE SERVICOS (ART. 69, LEI 6537/73) - FESA	33.619,00	3.112,33	30.506,67-
112201180043	JUROS DE MORA SOBRE TAXA COOPERACAO DEFESA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	96.997,00	105.027,11	8.030,11
112201180098	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS (ART 69, LEI 6537/73)-NAO	41.183,00	28.077,92	13.105,08-
112201180099	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS (ART 69, LEI 6537/73)	5.409,00	14.739,58	9.330,58
112201180113	PRECAT COMPE - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	0,00	446,21	446,21
112201180129	PRECAT COMPE - JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	0,00	226.881,93	226.881,93
112201180198	PRECAT COMPE - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS	0,00	3.772,46	3.772,46
112202000000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	278.731.892,00	223.084.552,89	55.647.339,11-
112202100000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	278.731.892,00	223.084.552,89	55.647.339,11-
112202110000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	278.416.887,00	222.732.284,56	55.684.602,44-
112202110003	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS - LEI 12.613/06	38.130.172,00	19.861.752,52	18.268.419,48-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00007
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112202110004	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS-SERVICOS INDIVIDUALIZADOS - LEI 12.613/06	421.110,00	395.138,23	25.971,77-
112202110005	TAXA UNICA DE SERVICOS JUDICIAIS	218.600.000,00	193.384.206,79	25.215.793,21-
112202110054	TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	21.265.605,00	9.091.187,02	12.174.417,98-
112202130000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA	83.549,00	108.318,22	24.769,22
112202130001	RECEITA DAS CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS EM DIVIDA ATIVA	436,00	707,22	271,22
112202130003	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	48.718,00	65.522,30	16.804,30
112202130053	RECEITA DA TAXA JUDICIARIA EM DIVIDA ATIVA - LEI 12.613/06	34.395,00	42.088,70	7.693,70
112202150000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS	4.023,00	38,49	3.984,51-
112202150004	MULTAS DE CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS - LEI 12.613/06	10,00	38,49	28,49
112202150054	MULTA DA TAXA JUDICIARIA - L12.613/06	4.013,00	0,00	4.013,00-
112202160000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - JUROS	1.897,00	0,00	1.897,00-
112202160054	JUROS DE MORA DA TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	1.897,00	0,00	1.897,00-
112202170000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	50.578,00	35.357,57	15.220,43-
112202170001	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	262,00	424,26	162,26
112202170003	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	29.514,00	11.906,74	17.607,26-
112202170054	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	20.802,00	23.026,57	2.224,57
112202180000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	174.958,00	208.554,05	33.596,05
112202180001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART 69, LEI 6537/73)	1.194,00	2.033,81	839,81
112202180003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART.69) - LEI 12.613/06	88.472,00	108.872,87	20.400,87
112202180054	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUD (ART. 69) - LEI 12.613/06	85.292,00	97.647,37	12.355,37
112800000000	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	84.746.200,00	23.842.494,03	60.903.705,97-
112801000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	24.032.618,00	22.620.011,42	1.412.606,58-
112801900000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS	24.032.618,00	22.620.011,42	1.412.606,58-
112801910000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - PRINCIPAL	23.958.618,00	22.592.500,98	1.366.117,02-
112801910001	TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	1.958.618,00	697.977,77	1.260.640,23-
112801910002	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL - TCFA-RS	22.000.000,00	21.894.523,21	105.476,79-
112801950000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - MULTAS	70.000,00	26.816,08	43.183,92-
112801950001	MULTA DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	70.000,00	26.816,08	43.183,92-
112801960000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - JUROS DE MORA	4.000,00	694,36	3.305,64-
112801960001	JUROS DE MORA-DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	4.000,00	694,36	3.305,64-
112802000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	60.713.582,00	1.222.482,61	59.491.099,39-
112802200000	TAXAS EXTRAJUDICIAIS	60.713.582,00	1.222.482,61	59.491.099,39-
112802210000	TAXAS EXTRAJUDICIAIS - PRINCIPAL	60.713.582,00	1.222.482,61	59.491.099,39-
112802210001	TAXA DE SERVICOS EM GERAL	555.035,00	459.480,46	95.554,54-
112802210002	EMOLUMENTOS ABERTURA E ANDAMENTO OUTORGAS-FUNDO RECURSOS HIDRICOS	240.747,00	750.357,85	509.610,85
112802210003	TAXA DE SERVICOS DA SECRETARIA DA FAZENDA	17.800,00	12.644,30	5.155,70-
112802210004	EXCEDENTE TETO INTERINOS EXTRAJUDICIAIS	59.900.000,00	0,00	59.900.000,00-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00008
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
120000000000	CONTRIBUIÇÕES	3.842.500.163,00	4.394.796.292,65	552.296.129,65
121000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.842.500.163,00	4.394.796.292,65	552.296.129,65
121600000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	1.746.846.786,00	1.868.848.657,38	122.001.871,38
121601000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES	183.017.499,00	212.003.267,86	28.985.768,86
121601100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES	183.017.499,00	212.003.267,86	28.985.768,86
121601110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES - PRINC	183.017.499,00	212.003.267,86	28.985.768,86
121601110002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXECUTIVO-PES MILITAR - AT	51.872.909,00	54.523.841,31	2.650.932,31
121601110004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES MILITAR-INAT	108.132.455,00	117.698.906,17	9.566.451,17
121601110006	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS PODER EXECUTIVO - MILITAR	23.012.135,00	39.780.520,38	16.768.385,38
121603000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	1.123.844.105,00	1.186.773.349,35	62.929.244,35
121603100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	1.123.844.105,00	1.186.773.349,35	62.929.244,35
121603110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - PRINCIPA	1.123.749.890,00	1.186.773.276,12	63.023.386,12
121603110001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXEC-PESSOAL CIVIL ATIVO	20.136.422,00	66.111.912,54	45.975.490,54
121603110003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES CIVIL-INATIV	31.608.265,00	77.795.337,61	46.187.072,61
121603110005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS P EXECUTIVO - CIVIL	29.045.469,00	31.260.827,31	2.215.358,31
121603110007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-ASSEMB LEGISLATIVA-P CIVIL-A	4.860.733,00	4.362.485,27	498.247,73-
121603110008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES- A LEGISLATIVA-PES CIVIL-INA	4.939.805,00	4.732.051,82	207.753,18-
121603110009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-CIV	1.252.599,00	1.394.254,65	141.655,65
121603110010	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-AT	3.700.000,00	3.241.999,78	458.000,22-
121603110011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-IN	5.300.000,00	5.288.514,40	11.485,60-
121603110012	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO-CIV	800.000,00	891.632,96	91.632,96
121603110015	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PODER JUDICIARIO-CIVIL	6.890.225,00	7.563.667,15	673.442,15
121603110016	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-ATIV	8.160.000,00	7.634.634,83	525.365,17-
121603110017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-INAT	2.945.321,00	2.931.232,75	14.088,25-
121603110018	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-MINISTERIO PUBLICO - CIVIL	1.254.679,00	1.302.023,11	47.344,11
121603110019	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-AVULSAS	88.931.328,00	106.285.808,90	17.354.480,90
121603110020	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-REINGRESSO 7,2%	0,00	1.136.002,52	1.136.002,52
121603110021	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES AUTARQUIAS-PESSOAL CIVIL-ATI	0,00	15.748,07	15.748,07
121603110022	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-AUTARQUIAS-PESSOAL CIVIL-INA	0,00	7.899,56	7.899,56
121603110027	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	7.380.195,00	8.500.417,27	1.120.222,27
121603110028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-ATI	26.838.729,00	24.557.878,78	2.280.850,22-
121603110029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-INA	22.138.175,00	22.485.386,62	347.211,62



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00009
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121603110030	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL DE JUSTICA - CIVI	268.359,00	273.126,09	4.767,09
121603110031	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-ATIV	351.175,00	334.236,49	16.938,51-
121603110032	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-INAT	249.148,00	222.983,29	26.164,71-
121603110033	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-JUSTICA MILITAR - CIVIL	175.100,00	206.476,72	31.376,72
121603110034	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS FERROVIARIOS-EST	549.119,00	448.968,08	100.150,92-
121603110036	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS DA EXTINTA CEERG	5.037.150,00	5.664.327,75	627.177,75
121603110037	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-ATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	3.278.250,00	2.461.388,39	816.861,61-
121603110038	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-INATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	1.945.000,00	1.660.825,66	284.174,34-
121603110039	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-DEFENSORIA PUBLICA	205.000,00	246.262,05	41.262,05
121603110040	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SPH	51.019,00	0,00	51.019,00-
121603110041	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IPERGS	3.016.133,00	0,00	3.016.133,00-
121603110042	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DAER	1.336.661,00	1.013.671,77	322.989,23-
121603110043	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IRGA	371.394,00	329.758,60	41.635,40-
121603110044	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FOSPA	304.463,00	313.294,71	8.831,71
121603110046	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SUPRG	632.044,00	589.600,82	42.443,18-
121603110047	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-AGERGS	236.722,00	231.137,28	5.584,72-
121603110048	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DETRAN	2.219.873,00	2.121.575,31	98.297,69-
121603110050	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FASE	4.336,00	3.810,41	525,59-
121603110054	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-CIENTEC	132.670,00	0,00	132.670,00-
121603110056	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-METROPLAN	3.268,00	2.234,34	1.033,66-
121603110058	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-TVE	58.465,00	0,00	58.465,00-
121603110059	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FADERS	535,00	634,56	99,56
121603110062	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FEPAGRO	4.387,00	0,00	4.387,00-
121603110067	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FPERGS	428,00	0,00	428,00-
121603110068	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-AGDI	85.890,00	78.512,03	7.377,97-
121603110069	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SPH	978.014,00	1.297.984,55	319.970,55
121603110070	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IPERGS	482.224,00	0,00	482.224,00-
121603110071	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DAER	3.993.627,00	3.659.750,94	333.876,06-
121603110072	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IRGA	587.364,00	486.146,07	101.217,93-
121603110075	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SUPRG	344.489,00	409.115,10	64.626,10

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00010
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121603110076	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-AGERGS	16.514,00	16.228,02	285,98-
121603110077	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DETRAN	85.433,00	89.789,67	4.356,67
121603110084	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-FEE	19.625,00	0,00	19.625,00-
121603110097	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SPH	1.020.820,00	1.093.791,55	72.971,55
121603110098	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IPERGS	1.202.160,00	808.684,19	393.475,81-
121603110099	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DAER	3.283.498,00	3.922.690,97	639.192,97
121603110100	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IRGA	4.880.566,00	91.305,80	4.789.260,20-
121603110101	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-FOSPA	319.689,00	0,00	319.689,00-
121603110102	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-FIGTF	2.733,00	0,00	2.733,00-
121603110103	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SUPRG	141.013,00	65.120,81	75.892,19-
121603110105	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DETRAN	147.762,00	9.317,45	138.444,55-
121603110125	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	7.289.927,00	7.583.467,80	293.540,80
121603110126	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA EDUCACA	70.998.137,00	70.810.858,86	187.278,14-
121603110127	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	9.277.279,00	10.047.033,49	769.754,49
121603110128	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA EDUCA	128.879.972,00	142.606.992,09	13.727.020,09
121603110129	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA SAUDE	1.723.895,00	2.196.421,43	472.526,43
121603110130	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA EDUCACAO	4.171.268,00	8.431.339,93	4.260.071,93
121603110133	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-JUCERGS	101.554,00	88.604,07	12.949,93-
121603110134	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SEGURANCA	27.071.164,00	0,00	27.071.164,00-
121603110135	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SEGURANCA	36.720.176,00	0,00	36.720.176,00-
121603110136	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS DO IPE SAUDE	290.580,00	126.407,36	164.172,64-
121603110137	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-ATIVOS - SEAPEN	16.104.629,00	0,00	16.104.629,00-
121603110138	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-INATIVOS - SEAPEN	8.318.116,00	0,00	8.318.116,00-
121603110203	CONTRIBUICOES DO PAMES	197.599.128,00	206.303.276,63	8.704.148,63
121603110204	CONTRIBUICOES DO PAC	311.000.000,00	332.926.409,09	21.926.409,09
121603160000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - JUROS	94.215,00	73,23	94.141,77-
121603160203	ENCARGOS DE MORA - PAMES	54.209,00	73,23	54.135,77-
121603160204	ENCARGOS DE MORA - PAC	40.006,00	0,00	40.006,00-
121604000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	439.985.182,00	470.072.040,17	30.086.858,17
121604100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	439.985.182,00	470.072.040,17	30.086.858,17
121604110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS- PRINC	439.985.182,00	470.072.040,17	30.086.858,17

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00011
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121604110132	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PREFEITURAS	2.763.645,00	468.479,62	2.295.165,38-
121604110205	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - PREFEITURAS	372.471.227,00	401.939.754,80	29.468.527,80
121604110206	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - CONVENIOS	64.750.310,00	67.663.805,75	2.913.495,75
121800000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	2.091.538.116,00	2.522.683.388,29	431.145.272,29
121801000000	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR CIVIL PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL-CPSSS - EST/DF/MUN	1.495.712.133,00	1.925.568.582,70	429.856.449,70
121801100000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	951.221.523,00	841.536.848,24	109.684.674,76-
121801110000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	951.221.523,00	841.536.848,24	109.684.674,76-
121801110001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-EXECUTIVO	89.468.414,00	279.256.998,54	189.788.584,54
121801110002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AVULSAS	1.345.345,00	1.707.005,27	361.660,27
121801110003	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FASE	21.603,00	17.555,27	4.047,73-
121801110007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	8.450.000,00	8.118.621,10	331.378,90-
121801110008	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-METROPLAN	14.459,00	7.575,97	6.883,03-
121801110010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	17.333.500,00	21.214.626,76	3.881.126,76
121801110015	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FPERGS	0,00	3.983,61	3.983,61
121801110016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	59.800.000,00	64.763.989,61	4.963.989,61
121801110017	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FTSP	0,00	82,56	82,56
121801110030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILITAR	1.334.401,00	1.564.433,62	230.032,62
121801110033	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	113.975.035,00	110.206.820,55	3.768.214,45-
121801110034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA EDUCACAO	207.032.410,00	146.395.322,61	60.637.087,39-
121801110037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	33.076.563,00	32.104.296,96	972.266,04-
121801110055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEERGS	7.139.205,00	5.002.061,46	2.137.143,54-
121801110056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-DAER	5.906.578,00	2.701.942,32	3.204.635,68-
121801110058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SPH	171.837,00	0,00	171.837,00-
121801110059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-IRGA	11.996,00	351.944,19	339.948,19
121801110062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AGERGS	845.312,00	917.763,01	72.451,01
121801110064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-IPERGS	2.170.715,00	1.803.720,11	366.994,89-
121801110066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SUPRG	1.684.479,00	630.795,19	1.053.683,81-
121801110068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIALATIVO CIVIL-DETRAN	6.808.538,00	7.745.304,50	936.766,50
121801110070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FOSPA	1.373.774,00	1.235.542,21	138.231,79-
121801110078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	14.564.405,00	18.666.863,94	4.102.458,94
121801110079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-FADERS	3.786,00	2.297,13	1.488,87-
121801110081	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-AGDI	29.381,00	130.881,25	101.500,25

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00012
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801110085	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-JUCERGS	699.131,00	357.836,16	341.294,84-
121801110086	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEDIDOS	67.767,00	49.855,33	17.911,67-
121801110087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	164.409.418,00	0,00	164.409.418,00-
121801110089	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-IPE SAUDE	0,00	172.466,15	172.466,15
121801110101	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-EXECU	21.021.683,00	67.826.451,95	46.804.768,95
121801110107	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-ASSEMBLEIA	1.339.000,00	45.585,53	1.293.414,47-
121801110108	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METRO	5.378,00	2.545,91	2.832,09-
121801110110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE CON	6.340.743,00	3.970.542,22	2.370.200,78-
121801110115	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIVIL-FPERG	14.832,00	9.619,74	5.212,26-
121801110116	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-MINISTERIO PUBL	8.599.500,00	5.163.344,17	3.436.155,83-
121801110130	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIVIL-JUSTICA MILIT	133.793,00	69.048,38	64.744,62-
121801110133	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE JUS	30.617.733,00	17.516.745,91	13.100.987,09-
121801110134	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC EDUCAC	43.450.521,00	24.080.264,17	19.370.256,83-
121801110137	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC SAU	9.475.155,00	5.756.343,61	3.718.811,39-
121801110156	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DAER	1.216.282,00	838.989,30	377.292,70-
121801110159	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IRGA	1.139.018,00	607.713,27	531.304,73-
121801110162	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-AGERGS	427.616,00	260.161,16	167.454,84-
121801110164	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IPERGS	1.622.239,00	702.415,27	919.823,73-
121801110166	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SUPRG	3.634,00	2.909,12	724,88-
121801110168	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DETRAN	4.858.194,00	2.441.756,84	2.416.437,16-
121801110170	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FO	267.973,00	216.599,64	51.373,36-
121801110178	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DEF PUB	10.076.001,00	6.488.327,36	3.587.673,64-
121801110181	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AG	484.605,00	190.860,85	293.744,15-
121801110185	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-JUCERGS	11.297,00	4.021,90	7.275,10-
121801110187	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEGURAN	72.091.931,00	0,00	72.091.931,00-
121801110189	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIA-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIVIL-IPE SA	0,00	204.468,17	204.468,17
121801110213	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SOBRE PAGAMENTOS EXTRAFOHLA	286.343,00	7.548,39	278.794,61-
121801200000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO	410.761.437,00	882.655.939,68	471.894.502,68
121801210000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	410.761.437,00	882.655.939,68	471.894.502,68
121801210001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-EXECUTIVO	95.216.302,00	635.518.095,45	540.301.793,45
121801210007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0,00	28.100.692,69	28.100.692,69

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00013
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801210008	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-PES CIVIL-INATI	19.825.000,00	0,00	19.825.000,00-
121801210010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	28.708.500,00	37.552.036,95	8.843.536,95
121801210016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	16.575.000,00	22.415.787,23	5.840.787,23
121801210030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	870.404,00	1.111.999,27	241.595,27
121801210033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	68.402.896,00	108.493.856,48	40.090.960,48
121801210034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUCACAO	8.654.065,00	0,00	8.654.065,00-
121801210037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	11.794.642,00	0,00	11.794.642,00-
121801210055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-CEERGS	4.446.101,00	15.703.937,33	11.257.836,33
121801210056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DAER	4.576.486,00	9.688.868,18	5.112.382,18
121801210058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SPH	1.548.434,00	2.015.415,46	466.981,46
121801210059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IRGA	5.345,00	1.099,38	4.245,62-
121801210062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-AGERGS	43.149,00	58.529,28	15.380,28
121801210064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IPERGS	3.516.086,00	9.387.746,13	5.871.660,13
121801210066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SUPRG	656.245,00	816.565,07	160.320,07
121801210068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DETRAN	194.173,00	369.579,07	175.406,07
121801210078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	8.828.169,00	11.263.853,65	2.435.684,65
121801210085	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-JUCIS RS	0,00	21.208,73	21.208,73
121801210087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	136.900.440,00	0,00	136.900.440,00-
121801210110	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV -TCE	0,00	67.912,62	67.912,62
121801210116	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV-MINISTERIO PUBLI	0,00	24.824,01	24.824,01
121801210133	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV-TRIBUNAL DE JUST	0,00	41.703,81	41.703,81
121801210178	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-CAPITALIZADO-INAT CIV-DEFENSORIA PUBLI	0,00	2.228,89	2.228,89
121801300000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	105.584.766,00	189.507.644,72	83.922.878,72
121801310000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	105.584.766,00	189.507.644,72	83.922.878,72
121801310001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	62.829.598,00	105.535.354,77	42.705.756,77
121801310007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATI	4.875.000,00	6.002.758,18	1.127.758,18
121801310010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	2.832.250,00	4.041.065,52	1.208.815,52
121801310016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	5.720.000,00	7.519.354,10	1.799.354,10
121801310030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	583.963,00	853.576,95	269.613,95
121801310033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	20.436.277,00	30.485.676,88	10.049.399,88
121801310034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA EDUCAC	1.029.449,00	15.757.220,15	14.727.771,15

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00014
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801310037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	1.662.038,00	5.338.983,67	3.676.945,67
121801310056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DAER	2.355.764,00	7.069.279,77	4.713.515,77
121801310058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SPH	708.705,00	2.200.441,43	1.491.736,43
121801310059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IRGA	132.780,00	278.548,73	145.768,73
121801310064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IPERGS	757.848,00	2.148.045,96	1.390.197,96
121801310066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SUPRG	59.775,00	161.277,21	101.502,21
121801310070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-FOSPA	36.619,00	68.365,06	31.746,06
121801310078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	756.802,00	1.139.034,77	382.232,77
121801310079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DETRAN	1.175,00	28.682,61	27.507,61
121801310087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	60.512,00	0,00	60.512,00-
121801310099	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-PREFEITURAS	115.658,00	682.220,77	566.562,77
121801310101	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	19.257,00	64.098,54	44.841,54
121801310110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL	46.800,00	99.064,07	52.264,07
121801310178	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-DEFEN PUB	558.799,00	34.595,58	524.203,42-
121801310187	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	5.697,00	0,00	5.697,00-
121801400000	CPSSS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	28.144.407,00	11.868.150,06	16.276.256,94-
121801410000	CPSSS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO -	28.144.407,00	11.868.150,06	16.276.256,94-
121801410027	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PRECATORIOS-RPV	28.144.407,00	11.868.150,06	16.276.256,94-
121803000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECÍFICO DE EST/DF/MUN	1.287.908,00	1.062.151,90	225.756,10-
121803100000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	1.287.908,00	1.062.151,90	225.756,10-
121803110000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.287.908,00	1.062.151,90	225.756,10-
121803110208	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PATRONAL-CEDIDOS CIVIL	1.287.908,00	1.062.151,90	225.756,10-
121805000000	CONTRIBUIÇÃO DE MILITARES E PENSIONISTAS PARA PREVIDÊNCIA MILITAR ESTADOS E	594.538.075,00	596.052.653,69	1.514.578,69
121805100000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ATIVO	256.619.580,00	260.723.882,35	4.104.302,35
121805110000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	256.619.580,00	260.723.882,35	4.104.302,35
121805110002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	193.249.186,00	192.670.739,46	578.446,54-
121805110102	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT MIL-EXECUTI	63.370.394,00	68.053.142,89	4.682.748,89
121805200000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO	268.070.118,00	266.583.129,68	1.486.988,32-
121805210000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	268.070.118,00	266.583.129,68	1.486.988,32-
121805210002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO MILITAR-EXECUTIVO	268.070.118,00	266.583.129,68	1.486.988,32-
121805300000	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES	69.848.377,00	68.745.641,66	1.102.735,34-
121805310000	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	69.848.377,00	68.745.641,66	1.102.735,34-
121805310006	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PODER EXECUTIVO - PENSIONISTAS - MIL	69.848.377,00	68.745.641,66	1.102.735,34-
121900000000	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.115.261,00	3.264.246,98	851.014,02-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00015
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121999000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.115.261,00	3.264.246,98	851.014,02-
121999100000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.115.261,00	3.264.246,98	851.014,02-
121999110000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PRINCIPAL	4.115.261,00	3.264.246,98	851.014,02-
121999110001	CONTRIBUICAO AO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - SEGURAD	42.541,00	0,00	42.541,00-
121999110007	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	22.109,00	27.572,94	5.463,94
121999110010	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	106.595,00	119.238,86	12.643,86
121999110016	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	26.569,00	13.594,04	12.974,96-
121999110030	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	55.264,00	0,00	55.264,00-
121999110133	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.435.056,00	0,00	1.435.056,00-
121999110209	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	2.427.127,00	3.103.841,14	676.714,14
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL	990.188.572,00	816.150.324,18	174.038.247,82-
131000000000	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	79.880.774,00	77.761.392,99	2.119.381,01-
131001000000	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	67.621.654,00	66.834.272,40	787.381,60-
131001100000	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	63.845.820,00	64.562.188,07	716.368,07
131001110000	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	63.845.820,00	64.562.188,07	716.368,07
131001110002	ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS - VPA	4.115.089,00	1.270.848,27	2.844.240,73-
131001110003	ALUGUEIS - FUNDO PENITENCIARIO	1.376.066,00	3.428.973,30	2.052.907,30
131001110007	ALUGUEIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	342.231,00	341.577,13	653,87-
131001110015	ALUGUEIS DE BENS MOVEIS	25.460,00	0,00	25.460,00-
131001110020	ALUGUEIS - FEGEP	12.710,00	0,00	12.710,00-
131001110022	RECEBIMENTO DE ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS	638.198,00	6.100.995,20	5.462.797,20
131001110024	ARRENDAMENTOS - NAO VINCULADA	57.336.066,00	53.415.231,20	3.920.834,80-
131001110025	ALUGUEIS - FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANÇA - SSP	0,00	323,19	323,19
131001110030	ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS - SERVIDORES FASE	0,00	4.239,78	4.239,78
131001200000	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO	3.775.834,00	2.272.084,33	1.503.749,67-
131001210000	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	3.775.834,00	2.272.084,33	1.503.749,67-
131001210002	FOROS - FEGEP	594.000,00	342.547,01	251.452,99-
131001210005	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - NAO VINCULADA	273.000,00	9.810,72	263.189,28-
131001210006	LAUDEMIOS - FEGEP	513.908,00	1.593.902,95	1.079.994,95
131001210007	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - FEGEP	2.394.926,00	325.823,65	2.069.102,35-
131002000000	CONCESSÃO,PERMISSÃO,AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS	12.259.120,00	10.927.120,59	1.331.999,41-
131002100000	CONCESSÃO,PERMISSÃO,AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS	12.259.120,00	10.927.120,59	1.331.999,41-
131002110000	CONCESSÃO,PERMISSÃO,AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS-	12.255.013,00	10.927.120,59	1.327.892,41-
131002110001	CONCESSAO DIREITO USO AREA AEROPORTOS	1.257.846,00	890.659,68	367.186,32-
131002110002	CONCESSAO DE USO - JARDIM BOTANICO	15.789,00	9.012,00	6.777,00-
131002110003	PERMISSAO USO - JARDIM BOTANICO	33.224,00	34.937,00	1.713,00
131002110004	CONCESSAO DE USO - DEPENDENCIAS DE FOROS - FRPJ	6.800.000,00	4.612.417,28	2.187.582,72-
131002110006	CONCESSOES E PERMISSOES DE USO DE BEM - FAPERGS	93.508,00	64.093,56	29.414,44-
131002110012	RECEITA DA PERMISSAO DE USO ONEROSO DA FAIXA DE DOMINIO - DAER	208.041,00	240.868,34	32.827,34
131002110015	PERMISSAO DE USO - MINISTERIO PUBLICO	40.350,00	6.538,17	33.811,83-
131002110017	CONCESSAO DE USO - FEGEP	550.280,00	524.805,33	25.474,67-
131002110018	PERMISSAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	4.752,00	19.095,20	14.343,20
131002110019	RECEITA CONCESSAO DE USO PARQUES-FUNDETUR	244.106,00	201.560,15	42.545,85-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00016
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
131002110022	CONCESSAO DE USO - PARQUE ZOOLOGICO	301.550,00	153.845,94	147.704,06-
131002110027	AUTORIZACAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	2.705.567,00	4.169.287,94	1.463.720,94
131002150000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEI	4.107,00	0,00	4.107,00-
131002150027	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FEGEP	4.107,00	0,00	4.107,00-
132000000000	VALORES MOBILIÁRIOS	866.461.640,00	726.574.997,20	139.886.642,80-
132100000000	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	791.163.742,00	689.352.848,60	101.810.893,40-
132100100000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	107.859.584,00	59.570.533,09	48.289.050,91-
132100110000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	107.859.584,00	59.570.533,09	48.289.050,91-
132100110002	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO DE EDUCACAO	27.740,00	2.249,74	25.490,26-
132100110185	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ASPS-SERVICOS DE SAUDE	998.994,00	310.023,30	688.970,70-
132100110186	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAEI	0,00	197,97	197,97
132100110207	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MULTAS SISTEMA ESTADUAL AUDITORIA SU	10.664,00	3.898,06	6.765,94-
132100110216	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12	135.091,00	22.747,92	112.343,08-
132100110232	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC PAR 532/2014	0,00	2.439,11	2.439,11
132100110240	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FNDE - PROGRAMA IMPLANT ETI	129.833,00	73.053,96	56.779,04-
132100110302	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO REMUNERADO-CONVENIO SENAD-PR/SS 3/2007	0,00	636,76	636,76
132100110325	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO FNS-FEPPS 727956/2009	0,00	17.468,01	17.468,01
132100110349	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FUNASA-SEHABS TC PAC 509-11	0,00	35.088,23	35.088,23
132100110353	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 794410-2013 FNS-FEPPS	0,00	22.889,68	22.889,68
132100110355	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TR CONV FNS-FEPPS 792571-2013	0,00	7.766,13	7.766,13
132100110358	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FNS-FEPPS 794305-2013	0,00	10.826,12	10.826,12
132100110374	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SGPR/SJS 37/05-PROTEG	0,00	29,70	29,70
132100110380	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO	106.649,00	24.089,08	82.559,92-
132100110429	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO MUNICIPAL SAUDE-	0,00	18,41	18,41
132100110430	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL CRIANCA E ADOLESCENTE	274,00	628.870,60	628.596,60
132100110434	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE	1.100.000,00	282.219,38	817.780,62-
132100110450	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV FNS-SES 836272-16	0,00	474,86	474,86
132100110477	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIOS FAPERGS	5.161,00	1.851,25	3.309,75-
132100110478	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MIN/SEXTR 120/07	619.271,00	30.447,89	588.823,11-
132100110494	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - FUNDO ESTL DO MEIO AMBIENTE	40.000,00	14.671,77	25.328,23-
132100110500	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV FNDE-SE 2018001063	0,00	138.457,41	138.457,41
132100110514	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0237828-05/07	0,00	33.537,45	33.537,45
132100110517	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0237831-52/07	0,00	7.875,91	7.875,91



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00017
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110552	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL PJ RECEITA	700.000,00	232.246,99	467.753,01-
132100110553	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL SERVENTIAS ATOS GRATUIT	3.500.000,00	1.118.350,91	2.381.649,09-
132100110554	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENTI COMPL R	270.000,00	75.258,66	194.741,34-
132100110578	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICI	57.300.000,00	29.601.620,38	27.698.379,62-
132100110600	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO PMPA - SSP-BM 22-2009	0,00	8.614,04	8.614,04
132100110602	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 6, ADCT-CF	0,00	1.843.001,42	1.843.001,42
132100110603	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 8, ADCT-CF	0,00	2.868.640,33	2.868.640,33
132100110604	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 6, ADCT-CF	0,00	130.193,01	130.193,01
132100110605	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 8, ADCT-CF	0,00	85.390,31	85.390,31
132100110628	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSFERENCIA SUS	281.075,00	86.651,69	194.423,31-
132100110632	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-COTA-PARTE FUNDESP	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00-
132100110636	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO EMBRAPA-FEPAGRO 1020009-026	97.242,00	14.538,57	82.703,43-
132100110652	REMUNERACAO DEPOSITOS BANC VINCUL- TR SUS- ATENÇÃO MEDIA/ALTA COMPLEX AMBULAT	2.125.350,00	571.798,70	1.553.551,30-
132100110658	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 756494-11	9.039,00	0,00	9.039,00-
132100110660	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 756477-11	4.438,00	0,00	4.438,00-
132100110664	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO 75991911 FNCA-SEDH/TJ	0,00	5.746,37	5.746,37
132100110667	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV EMBRAPA-MAPA-FEPAGRO 1020010-02	140.615,00	26.323,65	114.291,35-
132100110672	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEPM-SSP 762152-11	824,00	151,24	672,76-
132100110684	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF CONVENIO SPM-PR/SPM 762617/11	0,00	4.003,50	4.003,50
132100110689	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-IGDSUAS	56.408,00	113.314,41	56.906,41
132100110690	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO DE REFORMA DO ESTADO	0,00	0,01	0,01
132100110691	RENUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULTADO CONVENIO MCULT-SCULT 763224	50.000,00	39.631,89	10.368,11-
132100110696	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 0242/2011	43.230,00	7.063,15	36.166,85-
132100110697	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 244/2011	54.402,00	10.504,33	43.897,67-
132100110701	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011	40.000,00	22.468,57	17.531,43-
132100110729	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351155-84/2011	0,00	23,88	23,88
132100110738	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSFERENCIA SUS- VIGILANCIA SAU	2.853.771,00	994.876,25	1.858.894,75-
132100110740	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-CAPACITACAO SUAS	51.342,00	6.314,58	45.027,42-
132100110759	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-TRANSF SUS- ASSIST FARMACEUTICA	574.740,00	202.977,16	371.762,84-
132100110761	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-	221.098,00	97.713,31	123.384,69-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00018
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110763	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MAPA-SEAPA 369989-43-2011	112.250,00	20.574,60	91.675,40-
132100110765	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 137/201	0,00	7.503,79	7.503,79
132100110766	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 150/201	0,00	5.953,78	5.953,78
132100110767	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-STDS 774438/2012	2.759,00	0,17	2.758,83-
132100110769	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	130.000,00	0,00	130.000,00-
132100110781	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TRANSF INSTI PRIMADAS FEAIP	90.000,00	11.034,98	78.965,02-
132100110789	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ/SSP 774563-2012	20.530,00	7.812,76	12.717,24-
132100110790	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MCID-SEHABS TC 35083253-11	0,00	253.446,82	253.446,82
132100110791	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086771-11	0,00	321.755,85	321.755,85
132100110793	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086667-11	0,00	34.936,28	34.936,28
132100110794	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092806-11	0,00	24.747,70	24.747,70
132100110796	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS- GESTAO SUS	632.542,00	108.748,27	523.793,73-
132100110797	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35083471-11	0,00	106.747,39	106.747,39
132100110798	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35093048-11	0,00	73.869,95	73.869,95
132100110800	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092689-11	0,00	22.190,31	22.190,31
132100110801	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35075960-11	0,00	34.561,11	34.561,11
132100110802	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO MPA-SDR 765060/12	23.946,00	3.606,23	20.339,77-
132100110816	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV SDH-PR SJDH 021 2011	0,00	3.130,69	3.130,69
132100110820	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 117/12	0,00	14.334,67	14.334,67
132100110821	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 119/12	0,00	21.297,60	21.297,60
132100110822	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 120/12	0,00	39.765,53	39.765,53
132100110824	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 127/12	0,00	35.958,14	35.958,14
132100110825	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 139/12	0,00	368,51	368,51
132100110826	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 151/12	0,00	14.375,78	14.375,78
132100110827	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 152/12	0,00	31.394,13	31.394,13
132100110828	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 156/12 ES	0,00	7.440,97	7.440,97
132100110829	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 167/12	0,00	35.596,59	35.596,59
132100110832	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-PR/SJDH 780343/12	0,00	54,37	54,37
132100110833	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SNJ-PR/SJDH 776120/12	1.927,00	220,44	1.706,56-
132100110834	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011	40.000,00	3.602,73	36.397,27-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00019
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110840	RECUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO SNPDMJ-SJDH 774590	0,00	0,02	0,02
132100110843	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-FEPAGRO 00-12-0113-00	68.974,00	6.810,65	62.163,35-
132100110852	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MPA-SDR 26022/12	0,00	385.145,08	385.145,08
132100110854	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL PESSOA IDOSA-FUNEPI	0,00	316.336,25	316.336,25
132100110867	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 781071-12	736.275,00	342.853,36	393.421,64-
132100110870	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO BNDES/SDR-ASSENT REFORMA AG	0,00	4.172,52	4.172,52
132100110876	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MPOG/FDRH 792189/2013	0,00	0,02	0,02
132100110889	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXA DE CONTROLE FISCALIZACAO AMBIEN	215.792,00	85.233,02	130.558,98-
132100110909	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 795533/2013	0,00	128.103,29	128.103,29
132100110914	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 787974 2013	43.786,00	0,00	43.786,00-
132100110916	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 793995/13	0,00	173.530,23	173.530,23
132100110919	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MAPA-SEAPA 799221/2013	0,00	127.239,63	127.239,63
132100110926	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS- ATENCAO ESPECIALIZAD	270.487,00	811.302,94	540.815,94
132100110929	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-SDR 804904/2014	0,00	526.306,93	526.306,93
132100110931	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN-SEDAC 111/14	10.000,00	575,00	9.425,00-
132100110933	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 109/2014	10.000,00	3.210,84	6.789,16-
132100110934	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 108-2014	10.000,00	3.811,27	6.188,73-
132100110935	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COTA-PARTE CIDE-OBRAES ESPECIAIS	9.825,00	1.445,67	8.379,33-
132100110936	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 133/12	0,00	1.032,82	1.032,82
132100110937	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 138/12	0,00	4.506,55	4.506,55
132100110939	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP	37.082,00	33.066,75	4.015,25-
132100110942	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO 114-2013 ANA-SEMA	30.000,00	15.314,15	14.685,85-
132100110945	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TRANSF MDS-STDS ERRADIC TRAB INFA	26.639,00	5.295,95	21.343,05-
132100110949	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MJ-SSP 813495-2014	20.250,00	8.243,14	12.006,86-
132100110953	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP BARRAGEM DO ARROIO JAGU	813.239,00	19.262,38	793.976,62-
132100110957	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.646-32-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	14.736,22	14.736,22
132100110958	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC TC 0408.692-02-2013 MC-CEF-SEHABS SES	0,00	23.784,96	23.784,96
132100110959	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	46.814,30	46.814,30
132100110961	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408702-29-2013 MC-CEF-SEHABS PAR	0,00	43.113,19	43.113,19
132100110962	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408699-72-2013 MC-CEF-SEHABS NSR	0,00	2.227,49	2.227,49

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00020
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110966	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 798423-2013 CEF-SSP	799.177,00	61.244,67	737.932,33-
132100110970	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 813545-2014 MDS-SDR	280.542,00	122.151,85	158.390,15-
132100110971	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013	0,00	154.564,25	154.564,25
132100110976	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP 774524	866.996,00	68.192,91	798.803,09-
132100110988	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO MCID-SEHABS TC35086447-11	0,00	268.999,05	268.999,05
132100110991	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794758-2013	4.230,00	1.151,24	3.078,76-
132100110992	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794274-2013	8.185,00	1.790,78	6.394,22-
132100110993	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPL	0,00	121.958,24	121.958,24
132100110994	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPL	0,00	60.660,58	60.660,58
132100110995	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPL	0,00	26.426,84	26.426,84
132100110996	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPL	0,00	6.989,90	6.989,90
132100110997	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PLANO SEG SOCIAL PARLAMENTARES DO	165.000,00	77.992,31	87.007,69-
132100110999	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 020223-2013 SINDICALC-FEP	1.749,00	0,14	1.748,86-
132100111000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013	16.937,00	13.466,85	3.470,15-
132100111003	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR CEEE - TAC - MPT - FASE	0,00	4,31	4,31
132100111004	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - COMPENSACAO AMBIENTAL - SEMA	0,00	7,87	7,87
132100111008	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO BACEN-SSP 08-2016	12.059,00	15.490,88	3.431,88
132100111009	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822383-2015 MJ-SSP	21.900,00	12.701,90	9.198,10-
132100111010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822131-15 MJ-SSP	57.747,00	18.407,20	39.339,80-
132100111012	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LES	304.000,00	520.383,58	216.383,58
132100111013	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS	550.994,00	0,00	550.994,00-
132100111014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR ANTAQ-SUPRG FUNDO DEPRECIACAO	4.045,00	1.112,07	2.932,93-
132100111017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO P M CANOAS-SSP-140-16	10.571,00	1.138,37	9.432,63-
132100111018	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FUNDOPEN-MJ PORT 1414-2016	1.320.659,00	397.929,43	922.729,57-
132100111019	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV PGJ-SEDUC 1035-2016	55.917,00	2.619,76	53.297,24-
132100111020	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - MPT-FASE	0,00	0,58	0,58
132100111021	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-P CRIANCA FELIZ	17.690,00	3.093,63	14.596,37-
132100111022	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAC FASE-SALA CABELEIREIRO	0,00	6,48	6,48
132100111023	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-ATENCAO DEFICIENCIA FISICA-A	0,00	100,82	100,82
132100111030	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-ATENCAO A CRIANCA-ABRIGO	1.533,00	30,78	1.502,22-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00021
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111031	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ALIMENTACAO ESCOLAR QUILOMBOS-PNAQ-P	0,00	0,33	0,33
132100111035	REMUNERACAO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	0,00	136,60	136,60
132100111037	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSPORTE ESCOLAR-RES CD/FNDE 18/04	5.170,00	121.253,35	116.083,35
132100111039	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR CHECHE-P	0,00	3,43	3,43
132100111041	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLA INDIGENA-	0,00	76,22	76,22
132100111136	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-ATENDIMENTO AMBULA	0,00	21,57	21,57
132100111164	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE-EDUCACAO JOVEM E AD	0,00	57,70	57,70
132100111185	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INDESP-CAIXA/SE-GINASIO POL	0,00	2,85	2,85
132100111208	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-FUNDO PREVIDENCIARIO	0,00	5,88	5,88
132100111241	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-MEC/SE 812033-INDIGENA	0,00	16.202,73	16.202,73
132100111253	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-MEC/SE 864005/06	0,00	23,20	23,20
132100111299	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPR-MIN/SAA 045/2004	0,00	2.239,76	2.239,76
132100111311	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC/SC E84/96-OSPA	0,00	7.120,18	7.120,18
132100111313	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN	2.233,00	497,54	1.735,46-
132100111353	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE 806053/07	0,00	35,75	35,75
132100111355	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF FNDE-PROGRAMA BRASIL ALFABETI	32.311,00	6.541,32	25.769,68-
132100111357	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE PRE-ESCOLA	0,00	244,40	244,40
132100111359	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE 864012/07	0,00	29,34	29,34
132100111365	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-CONVENIO ME/SUEPRO 23/2007-PQTP	0,00	20,19	20,19
132100111373	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP-MEC/SE 10/08	0,00	32,11	32,11
132100111389	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE DIV	1.830.123,00	84.235,34	1.745.887,66-
132100111392	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO REAPARELHAMENTO PODER JU	2.400.000,00	6.154,09	2.393.845,91-
132100111395	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS CONVENIO FNDE/MEC/SE 700001/2010	0,00	9,48	9,48
132100111401	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO FNDE-SE 658799-2009-PAR	39.312,00	7.339,34	31.972,66-
132100111405	RECUMERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP ME SE 755934 11	0,00	2,65	2,65
132100111409	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNDE PROJOVEM URBANO	0,00	76.227,64	76.227,64
132100111416	REMUNERACAO OUTRO DEPOSTO BANCARIO VINCULADO-FUNDOREAPARELHAMENTO MINISTERIO	2.990.000,00	1.283.097,98	1.706.902,02-
132100111419	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-FNDE/SEDUC 710371-08	0,00	4,18	4,18
132100111421	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588	75.562,00	14.590,22	60.971,78-
132100111423	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600	54.319,00	10.864,47	43.454,53-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00022
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111428	APLICACOES FINANCEIRAS - MINISTERIO PUBLICO	0,00	443.688,08	443.688,08
132100111429	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FNDE-ME-SEDUC TC 4859-2012	0,00	894,84	894,84
132100111444	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - RECURSO 0179-ASSEMBLEIA LEGISLATIV	576.000,00	288.361,98	287.638,02-
132100111447	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PODER JUDICIARIO	2.310.000,00	1.036.316,49	1.273.683,51-
132100111450	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012	104.827,00	20.573,65	84.253,35-
132100111461	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRIBUICAO INTERVENCAO DOMINIO ECO	2.196.120,00	845.933,01	1.350.186,99-
132100111463	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESPECIAL DO PTEROLEO	372.471,00	25.602,24	346.868,76-
132100111465	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COMPENSACAO FIN RECURSO HIDRIC	400.000,00	73.018,18	326.981,82-
132100111480	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXAS CUSTAS E EMOLUMENTOS-JUDICIA	2.700.000,00	1.201.351,23	1.498.648,77-
132100111494	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV ANEEL-MME/AGERGS-DESC ATIV ENER	216.398,00	53.168,70	163.229,30-
132100111529	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTAS T	0,00	2,30	2,30
132100111539	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO FNDE-UERGS EMENDA PARL 19830020	3.249,00	1.268,50	1.980,50-
132100111540	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-UERGS -SDR 0202 2017-	9.404,00	2.539,78	6.864,22-
132100111541	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	4.211,00	4.427,12	216,12
132100111542	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO DE COMPROMISSO-FNDE-SEDUC20170	0,00	7.800,61	7.800,61
132100111543	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNDE-UERGS 840750-16	4.810,00	1.475,74	3.334,26-
132100111545	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO FNDE-UERGS 852688-17	0,00	3,66	3,66
132100111546	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO FNDE-UERGS 852690/2017	0,00	12,64	12,64
132100111547	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO FNDE-UERGS 852686/2017	0,00	297,15	297,15
132100111548	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SES 836834-16	0,00	1.238,66	1.238,66
132100111549	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - QUALIAGUAS - MONIT E DIVULG QUALID	17.895,00	7.120,88	10.774,12-
132100111550	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ - FAPERGS 837596-16	46.198,00	903,08	45.294,92-
132100111552	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA - SDR 840059-2016	0,00	5.002,03	5.002,03
132100111553	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - CURSO INST HID - CECONP	329,00	0,66	328,34-
132100111554	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC FASE PROJ EST GRAVACAO CECONP	370,00	68,14	301,86-
132100111555	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - PROJ. CURSO DE CHAPEACAO	3.085,00	447,07	2.637,93-
132100111556	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA SDR 1865-2016	0,00	19.033,90	19.033,90
132100111558	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TC 85-2017 OI SA-SSP-PC	1.138,00	1.072,30	65,70-
132100111559	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MDA-SDR 839460-2016	0,00	1.566,86	1.566,86
132100111560	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO SEDH-PRO EST PROT AUX E ASSIST A TES	25.107,00	4.267,76	20.839,24-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00023
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111561	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP-SSP 849395-17	22.208,00	606,16	21.601,84-
132100111566	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULAO-TC FRAPORT-SSP TC 188-17	34.942,00	29.588,20	5.353,80-
132100111567	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA ANA-SEMA-PROCOMITES	65.560,00	7.768,64	57.791,36-
132100111569	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853721-2017	0,00	209.003,70	209.003,70
132100111570	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853747-2017	24.171,00	3.637,53	20.533,47-
132100111571	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855948-2017	17.402,00	833,40	16.568,60-
132100111572	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855949-2017	75.879,00	182.696,91	106.817,91
132100111573	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853717-2017	1.088,00	582,37	505,63-
132100111575	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 853719-17	325.022,00	8.824,76	316.197,24-
132100111579	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR COMDICAU - FASE - PROJETO RECOM	0,00	2,64	2,64
132100111580	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS-VIGILANCIA EM SAUDE	265.160,00	133.102,14	132.057,86-
132100111584	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-CONECTA SUAS	3.000,00	216,03	2.783,97-
132100111585	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR TC MT-SET 05-2017	0,00	809,61	809,61
132100111586	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	10.000,00	5.083,28	4.916,72-
132100111587	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -EXCEDENTE TETO INTERINOS EXTRAJUDIC	300.000,00	0,00	300.000,00-
132100111588	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO VINCULADO - CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	1.700.000,00	846.636,83	853.363,17-
132100111591	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 842285-2016	235.005,00	41.588,65	193.416,35-
132100111593	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-SJDH 839395-16	8.828,00	170,82	8.657,18-
132100111594	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MAPA-SEAPI-839573-16	77.003,00	626,22	76.376,78-
132100111598	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS ACESSUAS TRABALHO	7.800,00	548,54	7.251,46-
132100111603	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNDE-UERGS - 879933	0,00	1,73	1,73
132100111604	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - DOACOES VARAS PENAS	256,00	73,62	182,38-
132100111605	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MC-OSPA 840798-16	0,00	7.376,24	7.376,24
132100111606	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 879765-2018	0,00	338,84	338,84
132100111607	CONVENIO MJ-SSP 880336-18 APARELHAMENTO - DECA	0,00	11.214,02	11.214,02
132100111608	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO BNDES-SEDUC 18205883	0,00	132.236,08	132.236,08
132100111609	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO FINEP-FAPERGS - 3263-18	20.000,00	1.071,74	18.928,26-
132100111613	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR OBRIG FNSP-FESP	0,00	68.327,14	68.327,14
132100111615	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO IFFAR-FAPERGS 2019/888298	0,00	1.973,40	1.973,40
132100111616	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO IFRS-FAPERGS 2019/888410	0,00	1.992,44	1.992,44

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00024
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111617	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO IFSUL-FAPERGS 2019/888386	0,00	882,97	882,97
132100111618	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - FUNDO COMUNITARIO PRO SEGURANCA	0,00	12.770,69	12.770,69
132100111621	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 890664-2019	0,00	11.619,82	11.619,82
132100111622	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV MJ-SSP 894721-2019	0,00	31.602,98	31.602,98
132100111624	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 891890-2019	0,00	451,08	451,08
132100111625	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS	0,00	7.273,45	7.273,45
132100111630	REMUNERACAO DEPOSITO VINCULADO TRANSFERENCIA GOVERNO FEDERAL - COMBATE COVID	0,00	1.930.150,13	1.930.150,13
132100111633	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TRANSF FNDE-SEDUC 201701000 PAR RO	0,00	90.808,91	90.808,91
132100111634	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FNDE-SEDUC 202001344-4	0,00	149,59	149,59
132100111635	REMUNERACAO DEPOSITO VINCULADO TRANSFERENCIA RECURSO PENAS PECUNIARIAS VEC-F	0,00	7,29	7,29
132100111639	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO TC VINCULADO 36-2018 DETRAN-SSP OP VERA0 2018-	0,00	17,54	17,54
132100111640	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO REPASSE FUMDICA PELOTAS - FASE PROJ NOVAS COND	0,00	0,20	0,20
132100111641	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO SEBRAE-FAPERS	0,00	6.165,67	6.165,67
132100111645	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO 005/2020 MDH-SJCDH PROTEGE	0,00	50,62	50,62
132100111647	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV MDS-SDR 880906/2018 AQUISICAO C	0,00	14,80	14,80
132100112001	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	7.632.702,00	3.790.393,47	3.842.308,53-
132100112002	REMUNERACAO DE RECURSOS APLICADOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINS DE CAIXA -	946,00	966,59	20,59
132100112004	REMUNERACAO DE DEPOSITO JUDICIAL OU RECURSAL - NAO VINCULADOS	33.218,00	64.965,28	31.747,28
132100112005	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-NAO VINCULADO-OUTROS PODERES	0,00	8,66	8,66
132100112008	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS - SES	5.267,00	1.988,46	3.278,54-
132100112013	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA BR 101	0,00	4,38	4,38
132100112014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA BR 448	0,00	1.182,10	1.182,10
132100112015	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA TRANSPÊ	0,00	3.617,00	3.617,00
132100112017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO NAO VINCULADO - ICMS IMPOSTO S/ CIRCULACAO DE	0,00	1.500,25	1.500,25
132100112019	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS - PREMIO FUNDACAO BANCO DO BR	0,00	1.118,25	1.118,25
132100112020	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 49600/2019 MINISTERIO CID	0,00	16,26	16,26
132100112021	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 892828/2019 MAPA-SEAPDR SUA	0,00	13.914,47	13.914,47
132100112024	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 890877/2019 MAPA-SEAPDR REA	0,00	234,40	234,40
132100112025	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 894719/2019 MJSP-SSP	0,00	16.745,37	16.745,37
132100112030	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - LEI ALDIR BLANC - 14017/2020	0,00	24.085,61	24.085,61



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00025
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100400000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	215.516.510,00	499.404.247,80	283.887.737,80
132100410000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PR	215.516.510,00	499.404.247,80	283.887.737,80
132100410001	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS RPPS RENDA FIXA-FUNDOPREV-CIVIL	185.378.931,00	415.460.529,21	230.081.598,21
132100410002	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV-MILITAR	30.137.579,00	83.943.718,59	53.806.139,59
132100500000	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	68.459,00	0,00	68.459,00-
132100510000	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	68.459,00	0,00	68.459,00-
132100510003	JUROS DE TITULOS DE RENDA - NAO VINCULADA	68.459,00	0,00	68.459,00-
132100600000	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	467.719.189,00	130.378.067,71	337.341.121,29-
132100610000	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - PRINCIPAL	467.719.189,00	130.378.067,71	337.341.121,29-
132100610008	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO - BANRISUL CORRETORA	5.521.318,00	0,00	5.521.318,00-
132100610009	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - SULGAS	3.650.192,00	21.696.865,91	18.046.673,91
132100610020	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - BANRISUL	300.713.471,00	70.681.198,80	230.032.272,20-
132100610022	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - CORSAN	157.759.427,00	38.000.003,00	119.759.424,00-
132100610026	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO-KLABIN S/A	74.781,00	0,00	74.781,00-
132200000000	DIVIDENDOS	72.446.986,00	36.492.084,36	35.954.901,64-
132200100000	DIVIDENDOS	72.446.986,00	36.492.084,36	35.954.901,64-
132200110000	DIVIDENDOS - PRINCIPAL	72.446.986,00	36.492.084,36	35.954.901,64-
132200110001	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-GERDAU S.A.	94.594,00	31.298,10	63.295,90-
132200110002	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-MET GERDAU S.A.	26.284,00	13.317,84	12.966,16-
132200110009	DIVIDENDOS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NAO VINCULADA	52.205,00	1.700,74	50.504,26-
132200110016	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - TELEFONICA BRASIL S A	581,00	491,12	89,88-
132200110018	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - KLABIN SA	190.970,00	0,00	190.970,00-
132200110099	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	1.021,00	509,78	511,22-
132200110100	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -BANRISU	24.041.761,00	36.444.766,78	12.403.005,78
132200110102	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -CORSAN	11.401.595,00	0,00	11.401.595,00-
132200110110	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL - SULGAS	36.637.800,00	0,00	36.637.800,00-
132200110111	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	175,00	0,00	175,00-
132900000000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	2.850.912,00	730.064,24	2.120.847,76-
132900100000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	2.850.912,00	730.064,24	2.120.847,76-
132900110000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	2.850.912,00	730.064,24	2.120.847,76-
132900110005	JUROS E CORRECAO MONETARIA DE RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	61.167,00	861,53	60.305,47-
132900110016	JUROS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS C/RECURSO DO EMPRESTIMOBID-PRO-GUAIBA 776/OC	1.692.883,00	529.056,66	1.163.826,34-
132900110019	JUROS E OUTRAS RENDAS DA CARTEIRA DE CREDITO IMOBILIARIO DA EXTINTA CEERGS	903.883,00	6.336,19	897.546,81-
132900110099	JUROS E CORRECAO MONETARIA DIVERSOS	192.979,00	193.809,86	830,86
133000000000	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU L	10.105.000,00	2.125.293,72	7.979.706,28-
133100000000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	9.000.000,00	1.867.528,18	7.132.471,82-
133101000000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	9.000.000,00	1.867.528,18	7.132.471,82-
133101100000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	9.000.000,00	1.867.528,18	7.132.471,82-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00026
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
133101110000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PRINCIPAL	9.000.000,00	1.867.528,18	7.132.471,82-
133101110001	CONCESSOES E PERMISSOES DE SERVICOS - SETM	9.000.000,00	1.867.528,18	7.132.471,82-
133200000000	DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	1.105.000,00	257.765,54	847.234,46-
133201000000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.105.000,00	257.765,54	847.234,46-
133201100000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA O	1.105.000,00	257.765,54	847.234,46-
133201110000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA O	1.105.000,00	257.765,54	847.234,46-
133201110001	RECEITA DE CONCESSAO PARA EXPLORACAO DE SERVICOS DE ESTACAO RODOVIARIA	1.105.000,00	257.765,54	847.234,46-
135000000000	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	2.800.000,00	4.036.733,79	1.236.733,79
135003000000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	2.800.000,00	4.036.733,79	1.236.733,79
135003100000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	2.800.000,00	4.036.733,79	1.236.733,79
135003110000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	2.800.000,00	4.036.733,79	1.236.733,79
135003110001	ROYALTIES SEMENTES - IRGA	2.800.000,00	4.036.733,79	1.236.733,79
136000000000	CESSÃO DE DIREITOS	5.670.000,00	0,00	5.670.000,00-
136001000000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	5.670.000,00	0,00	5.670.000,00-
136001100000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	5.670.000,00	0,00	5.670.000,00-
136001110000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	5.670.000,00	0,00	5.670.000,00-
136001110003	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL - MP	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
136001110004	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL - DEF P	4.670.000,00	0,00	4.670.000,00-
139000000000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	25.271.158,00	5.651.906,48	19.619.251,52-
139000100000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	25.271.158,00	5.651.906,48	19.619.251,52-
139000110000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	25.271.158,00	5.651.906,48	19.619.251,52-
139000110002	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	269.575,00	258.976,42	10.598,58-
139000110017	RECEITA POR AUTORIZACAO E ACESSO A FAIXA DE DOMINIO - DAER	803,00	150,84	652,16-
139000110024	RENDIMENTO DEPOSITOS JUDICIAIS LEI 11667-01-FESP	780,00	0,00	780,00-
139000110027	RECEITA CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	25.000.000,00	5.392.779,22	19.607.220,78-
140000000000	RECEITA AGROPECUÁRIA	36.411.763,00	1.057.263,59	35.354.499,41-
140000100000	RECEITA AGROPECUÁRIA	36.411.763,00	1.057.263,59	35.354.499,41-
140000110000	RECEITA AGROPECUÁRIA - PRINCIPAL	36.411.763,00	1.057.263,59	35.354.499,41-
140000110004	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - FUNDO PENITENCIARIO	0,00	200,00	200,00
140000110005	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - NAO VINCULADA	770.586,00	600.693,56	169.892,44-
140000110006	RECEITA DA PRODUCAO DE LENHA	34.542.782,00	0,00	34.542.782,00-
140000110007	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - FUNDEFLO	5.394,00	14.210,44	8.816,44
140000110013	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - FES	118.473,00	0,00	118.473,00-
140000110017	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - NAO VINCULADA	676.123,00	389.456,34	286.666,66-
140000110019	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - FESP (BRIGADA MILITAR)	298.405,00	0,00	298.405,00-
140000110020	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - JARDIM BOTANICO - FEMA	0,00	23.213,00	23.213,00
140000110021	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - ZOOLOGICO - FEMA	0,00	29.490,25	29.490,25
150000000000	RECEITA INDUSTRIAL	4.119,00	2.109,89	2.009,11-
150000100000	RECEITA INDUSTRIAL	4.119,00	2.109,89	2.009,11-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00027
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
150000110000	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	4.119,00	2.109,89	2.009,11-
150000110005	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA - NAO VINCULADA	555,00	0,00	555,00-
150000110009	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - FEASP	0,00	836,89	836,89
150000110016	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - NAO VINCULADA	3.564,00	1.218,00	2.346,00-
150000110020	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA - FEMA	0,00	55,00	55,00
160000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	597.476.192,00	400.557.789,84	196.918.402,16-
161000000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	401.768.413,00	251.268.282,59	150.500.130,41-
161001000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	131.393.755,00	92.901.761,33	38.491.993,67-
161001100000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	131.393.755,00	92.901.761,33	38.491.993,67-
161001110000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS-PRINCIPAL	131.393.755,00	92.901.761,33	38.491.993,67-
161001110005	RECEITA DE SERVICOS COMERCIAIS - PARQUE ZOOLOGICO	0,00	45.373,35	45.373,35
161001110009	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE SEMENTES	0,00	47.715,54	47.715,54
161001110011	RECEITA DE SERVICOS COMERCIAIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	4.855,00	0,00	4.855,00-
161001110016	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRMP	390.300,00	217.614,15	172.685,85-
161001110023	RECEITA AUTORIZACAO PARA UTILIZACAO DE VIA - RS 389 - ESTRADA DO MAR	200.000,00	179.832,58	20.167,42-
161001110024	RECEITA DE AUTORIZACAO ESPECIAL DE TRANSITO - LEI FEDERAL 9.503/97-CTB	2.750.000,00	3.083.873,79	333.873,79
161001110025	RECEITA DE AUTORIZACAO DE TRANSPORTE ESPECIAL - RECEFITUR	1.250.000,00	1.281.755,12	31.755,12
161001110027	RECEITA DE SERVICOS EM CURSOS DE EXTENSAO-UERGS	6.418,00	40.375,94	33.957,94
161001110029	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRTCE	5.300,00	112,60	5.187,40-
161001110030	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS DO PODER LEGISLATIVO	394.191,00	322.275,88	71.915,12-
161001110034	SERVICOS CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS REGIME PROPRIO PREVIDENCIA SOCIA	5.591.072,00	5.406.294,73	184.777,27-
161001110239	SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGRAFICAS	1.138,00	172,71	965,29-
161001110240	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FEASP	0,00	10,78	10,78
161001110241	RECEITA DE SERVICOS EDUCACIONAIS - NAO VINCULADA	7.805.000,00	8.143.580,24	338.580,24
161001110243	RECEITA DE SERVICOS RECREATIVOS, ARTISTICOS E CULTURAIS - NAO VINCULADA	950.802,00	599.683,47	351.118,53-
161001110245	ANALISE DE PROJETOS DE PARCELAMENTO DE SOLO - ANUENCIA PREVIA	743.044,00	569.910,73	173.133,27-
161001110248	RECEITAS DE VEICULACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	2.701,00	0,00	2.701,00-
161001110250	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NAO VINCULADOS	24.261.069,00	8.691.389,51	15.569.679,49-
161001110251	RECEITA DE SERVICOS AGROPECUARIOS - NAO VINCULADA	1.784.535,00	1.848.017,38	63.482,38
161001110253	RECEITA DE LICENCIAMENTO PREVIO	4.480.462,00	6.035.634,15	1.555.172,15
161001110255	RECEITA DE SERVICOS DE VEICULACAO INFORMACAO E PRODUCAO-TVE E FM CULT	0,00	10.811,49	10.811,49
161001110256	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTO-CONSIGNATARIOS EM GERAL	1.766.443,00	1.010.582,30	755.860,70-
161001110258	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO PARQUE ZOOLOGICO DE SAPUCAIA DO SUL	2.330.905,00	1.932.332,58	398.572,42-
161001110259	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE INSTALACAO	3.402.446,00	3.765.346,69	362.900,69
161001110261	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO JARDIM BOTANICO	243.098,00	119.536,78	123.561,22-
161001110262	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE OPERACAO	51.029.176,00	32.604.265,18	18.424.910,82-
161001110265	RECEITA DE SERVICOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	10.245.255,00	14.027.042,95	3.781.787,95
161001110268	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRPJ	200.000,00	408.497,69	208.497,69
161001110275	RECEITA DE VISITACAO EM PARQUES VINCULADOS A SEC. DO TURISMO	1.364.563,00	958.124,54	406.438,46-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00028
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
161001110277	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS-FUNPEEAB	9.322.533,00	380.607,84	8.941.925,16-
161001110278	RECEITAS DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FADEP	126.735,00	94.960,09	31.774,91-
161001110279	RECEITA INGRESSO PARQUES-FEMA	414.422,00	161.566,57	252.855,43-
161001110281	SERVICO DE AGENCIAMENTO DE ALUNOS-LIBERATO	270.000,00	199.856,91	70.143,09-
161001110300	SERVICO DE ANALISE DE EXPEDIENTE E VIABILIDADE DE ARRENDAMENTO DE AREA	0,00	1.253,64	1.253,64
161001110301	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE REDE E LINHA TRANSVERSAL	41.373,00	101.579,74	60.206,74
161001110303	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE ACESSO COMERCIAL E DE SERVICO	15.919,00	12.806,85	3.112,15-
161001110304	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTO-RECURSO 0183	0,00	598.966,84	598.966,84
161002000000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	24.868.995,00	3.984.265,96	20.884.729,04-
161002100000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	24.868.995,00	3.984.265,96	20.884.729,04-
161002110000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS-PRINCIPAL	24.868.995,00	3.984.265,96	20.884.729,04-
161002110001	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO - FDRH	398,00	241.122,29	240.724,29
161002110009	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - CONCURSOS - FURPGE	221.746,00	0,00	221.746,00-
161002110012	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - NAO VINCULADA	356.947,00	172.276,86	184.670,14-
161002110013	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - FRMP	0,00	1.150.290,37	1.150.290,37
161002110018	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO-RECEITAS OPER FUNDO REAP PODER JUDICIA	22.600.000,00	2.416.276,44	20.183.723,56-
161002110028	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - FRTCE	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00-
161002110034	TAXA DE INSCRICAO DO PROGRAMA DE RESIDENCIA MEDICA	189.904,00	4.300,00	185.604,00-
161003000000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	244.809.646,00	153.744.501,38	91.065.144,62-
161003100000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	244.809.646,00	153.744.501,38	91.065.144,62-
161003110000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	244.809.646,00	153.291.208,69	91.518.437,31-
161003110001	SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIFICADOS	200,00	0,00	200,00-
161003110003	RECEITA DE SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO - NAO VINCULADA	16.000,00	4.202,46	11.797,54-
161003110004	SERVICO DE MONITORAMENTO E DIVULGACAO DE DADOS DE QUALIDADE DE AGUA	542.587,00	404.800,00	137.787,00-
161003110005	RECEITA DE EMISSAO DE SELO DIGITAL DE FISCALIZACAO NOTARIAL E REGISTRAL	208.000.000,00	124.419.359,22	83.580.640,78-
161003110007	RECEITA DO FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENT ATOS GRATU	0,00	9.915,31	9.915,31
161003110073	RECEITA DE SERVICOS DA JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL	36.250.859,00	28.452.931,70	7.797.927,30-
161003120000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO-MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	453.292,69	453.292,69
161003120005	MULTAS E JUROS-FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL - FUNORE	0,00	453.292,69	453.292,69
161004000000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	696.017,00	637.753,92	58.263,08-
161004100000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	696.017,00	637.753,92	58.263,08-
161004110000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	696.017,00	637.753,92	58.263,08-
161004110003	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS - CIENTEC	0,00	1.478,62	1.478,62
161004110004	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS (LEI 6719/74) - CIENTEC	0,00	320.078,70	320.078,70
161004110020	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES LABORATORIAIS	696.017,00	243.717,60	452.299,40-
161004110021	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES LABORATORIAIS - FEASP	0,00	72.479,00	72.479,00
162000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	86.738.925,00	79.928.924,16	6.810.000,84-
162001000000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO	75.507,00	91.199,69	15.692,69
162001100000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO	75.507,00	91.199,69	15.692,69

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00029
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
162001110000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO-PRINCIPAL	75.507,00	91.199,69	15.692,69
162001110032	RECEITA SERVICO ACESSO AQUAVIARIO FORA DO CAIS	75.507,00	91.199,69	15.692,69
162002000000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00	188,19	188,19
162002100000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00	188,19	188,19
162002110000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE-PRINCIPAL	0,00	188,19	188,19
162002110004	RECEITA DE SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	0,00	188,19	188,19
162003000000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	83.549.431,00	76.996.648,31	6.552.782,69-
162003100000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	83.549.431,00	76.996.648,31	6.552.782,69-
162003110000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS-PRINCIPAL	83.327.651,00	76.850.194,22	6.477.456,78-
162003110002	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PORTO ALEGRE	6.926.076,00	6.599.779,33	326.296,67-
162003110003	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE RIO GRANDE	75.332.216,00	68.863.609,05	6.468.606,95-
162003110004	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PELOTAS	1.069.359,00	1.386.805,84	317.446,84
162003130000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS-DÍVIDA ATIVA	221.780,00	146.454,09	75.325,91-
162003130003	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - SERVICOS PORTUARIOS	221.780,00	146.454,09	75.325,91-
162004000000	SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS	3.113.987,00	2.840.887,97	273.099,03-
162004100000	TARIFA AEROPORTUÁRIA	3.113.987,00	2.840.887,97	273.099,03-
162004110000	TARIFA AEROPORTUÁRIA-PRINCIPAL	3.113.987,00	2.840.887,97	273.099,03-
162004110001	TARIFAS AEROPORTUARIAS - NAO VINCULADA	3.099.585,00	2.840.255,43	259.329,57-
162004110002	OPERACOES AEROPORTURARIAS EM HORARIO EXTRAORDINARIO	14.402,00	632,54	13.769,46-
163000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	18.247.439,00	17.972.948,12	274.490,88-
163800000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍP	18.247.439,00	17.972.948,12	274.490,88-
163801000000	SERVIÇOS DE SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	18.247.439,00	17.972.948,12	274.490,88-
163801100000	SERVIÇOS HOSPITALARES	494.630,00	189.886,75	304.743,25-
163801110000	SERVIÇOS HOSPITALARES-PRINCIPAL	494.630,00	189.886,75	304.743,25-
163801110001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	494.630,00	189.886,75	304.743,25-
163801300000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	17.686.043,00	17.719.665,77	33.622,77
163801310000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS-PRINCIPAL	17.686.043,00	17.719.665,77	33.622,77
163801310005	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - SUS	16.693.791,00	17.056.877,77	363.086,77
163801310010	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS	992.252,00	662.788,00	329.464,00-
163801900000	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	66.766,00	63.395,60	3.370,40-
163801910000	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE-PRINCIPAL	66.766,00	63.395,60	3.370,40-
163801910007	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - FESP (BRIGADA MILITAR)	3.676,00	0,00	3.676,00-
163801910008	SERVICOS DE SAUDE DIVERSOS-HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	63.090,00	63.395,60	305,60
164000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	2.286.645,00	0,00	2.286.645,00-
164001000000	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	2.286.645,00	0,00	2.286.645,00-
164001100000	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	2.286.645,00	0,00	2.286.645,00-
164001110000	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS-PRINCIPAL	2.286.645,00	0,00	2.286.645,00-
164001110002	COMISSAO DE CONCESSAO DE GARANTIA - CGC - FUNAMEP - CONVENIO 001-2012	2.286.645,00	0,00	2.286.645,00-
169000000000	OUTROS SERVIÇOS	88.434.770,00	51.387.634,97	37.047.135,03-
169099000000	OUTROS SERVIÇOS	88.434.770,00	51.387.634,97	37.047.135,03-
169099100000	OUTROS SERVIÇOS	88.434.770,00	51.387.634,97	37.047.135,03-
169099110000	OUTROS SERVIÇOS-PRINCIPAL	88.434.770,00	51.387.634,97	37.047.135,03-
169099110008	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - FESP (BRIGADA MILITAR)	46.464,00	0,00	46.464,00-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00030
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
169099110009	RECEITA SERVICO GERENCIAMENTO SIST ARRECADACAO MULTAS INFRACAO TRANSITO - DE	87.000.000,00	50.365.517,10	36.634.482,90-
169099110011	OUTROS SERVICOS - SETM	1.295.373,00	977.192,22	318.180,78-
169099110013	RECEITA DE SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - FESP - BM	9.943,00	11.491,05	1.548,05
169099110025	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - FEASP	0,00	73,50	73,50
169099110028	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - NAO VINCULADA	82.990,00	33.361,10	49.628,90-
170000000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.443.064.392,00	11.812.457.464,76	2.369.393.072,76
171000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.739.100.081,00	7.375.565.801,32	2.636.465.720,32
171800000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	4.739.100.081,00	7.375.565.801,32	2.636.465.720,32
171801000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	2.861.459.977,00	2.688.845.692,69	172.614.284,31-
171801100000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	2.262.805.467,00	2.136.500.903,68	126.304.563,32-
171801110000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL-PRINCI	2.262.805.467,00	2.136.500.903,68	126.304.563,32-
171801110001	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS (FPE)	2.262.805.467,00	2.136.500.903,68	126.304.563,32-
171801600000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	549.324.054,00	513.875.119,62	35.448.934,38-
171801610000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	549.324.054,00	513.875.119,62	35.448.934,38-
171801610001	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	549.324.054,00	513.875.119,62	35.448.934,38-
171801700000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	49.330.456,00	38.469.449,74	10.861.006,26-
171801710000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO-PRINCIPAL	49.330.456,00	38.469.449,74	10.861.006,26-
171801710013	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	49.330.456,00	38.469.449,74	10.861.006,26-
171801800000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATI	0,00	219,65	219,65
171801810000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATI	0,00	219,65	219,65
171801810032	COTA-PARTE DO IMP S/OPERACOES CRED, CAMBIO E SEGURO - COMERCIALIZACAO DO OUR	0,00	219,65	219,65
171802000000	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	36.146.316,00	27.305.136,99	8.841.179,01-
171802100000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	26.685.567,00	16.962.794,93	9.722.772,07-
171802110000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	26.685.567,00	16.962.794,93	9.722.772,07-
171802110011	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS HIDRICOS-CFRH	26.685.567,00	16.962.794,93	9.722.772,07-
171802200000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	3.500.000,00	4.042.679,07	542.679,07
171802210000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM-PRINCIPAL	3.500.000,00	4.042.679,07	542.679,07
171802210020	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS-CFRM	3.500.000,00	4.042.679,07	542.679,07
171802600000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	5.960.749,00	6.299.662,99	338.913,99
171802610000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	5.960.749,00	6.299.662,99	338.913,99
171802610070	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO-FEP	5.960.749,00	6.299.662,99	338.913,99
171803000000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO BLOCO CUSTEIO DAS AÇÕES E SERV	861.772.031,00	1.535.688.124,17	673.916.093,17
171803100000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA	7.387.394,00	5.664.000,00	1.723.394,00-
171803110000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA-PRINCIPAL	7.387.394,00	5.664.000,00	1.723.394,00-
171803110003	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA	7.387.394,00	5.664.000,00	1.723.394,00-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00031
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171803200000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E H	783.146.250,00	933.487.363,08	150.341.113,08
171803210000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E H	783.146.250,00	933.487.363,08	150.341.113,08
171803210001	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPAL	783.146.250,00	843.314.642,08	60.168.392,08
171803210030	TRANSFERENCIAS EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPAL	0,00	63.445.481,00	63.445.481,00
171803210031	TRANSFERENCIAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPA	0,00	26.727.240,00	26.727.240,00
171803300000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	46.345.674,00	18.539.456,75	27.806.217,25-
171803310000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PRINCIPAL	46.345.674,00	18.539.456,75	27.806.217,25-
171803310001	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	46.345.674,00	18.539.456,75	27.806.217,25-
171803400000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	22.331.907,00	18.329.704,11	4.002.202,89-
171803410000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	22.331.907,00	18.329.704,11	4.002.202,89-
171803410005	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS - ASSISTENCIA FARMACEUTICA - PRINCIPAL	22.331.907,00	18.329.704,11	4.002.202,89-
171803500000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS	1.560.806,00	950.000,00	610.806,00-
171803510000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS-PRINCIPAL	1.560.806,00	950.000,00	610.806,00-
171803510035	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTAO DO SUS	1.560.806,00	950.000,00	610.806,00-
171803900000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFER	1.000.000,00	558.717.600,23	557.717.600,23
171803910000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFER	1.000.000,00	558.717.600,23	557.717.600,23
171803910005	TRANSFERENCIA SUS-PROGESUS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
171803910007	TRANSFERENCIA GOVERNO FEDERAL - COMBATE COVID	0,00	558.717.600,23	558.717.600,23
171805000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-	754.027.989,00	386.550.422,32	367.477.566,68-
171805100000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	671.257.989,00	312.537.577,72	358.720.411,28-
171805110000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	671.257.989,00	312.537.577,72	358.720.411,28-
171805110001	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	671.257.989,00	312.537.577,72	358.720.411,28-
171805200000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	70.000,00	80.520,00	10.520,00
171805210000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE-	70.000,00	80.520,00	10.520,00
171805210030	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	70.000,00	80.520,00	10.520,00
171805300000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNAE	76.000.000,00	72.890.920,52	3.109.079,48-
171805310000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNAE-PRINCIPAL	76.000.000,00	72.890.920,52	3.109.079,48-
171805310003	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR-DIVERSOS	76.000.000,00	72.890.920,52	3.109.079,48-
171805400000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNATE	1.250.000,00	1.041.404,08	208.595,92-
171805410000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNATE-PRINCIPAL	1.250.000,00	1.041.404,08	208.595,92-
171805410030	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE	1.250.000,00	1.041.404,08	208.595,92-
171805900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	5.450.000,00	0,00	5.450.000,00-
171805910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE-PRINCIPAL	5.450.000,00	0,00	5.450.000,00-
171805910016	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00-
171805910019	CONVENIO FNDE-SEDUC 201804286-8 KIT LINGUA PORTUGUESA E MATEMATICA - PROVA B	3.250.000,00	0,00	3.250.000,00-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00032
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171806000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171806100000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171806110000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96-PRINCIPAL	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171806110001	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171808000000	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	25.972.454,00	0,00	25.972.454,00-
171808100000	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	25.972.454,00	0,00	25.972.454,00-
171808110000	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	25.972.454,00	0,00	25.972.454,00-
171808110001	TRANSFERENCIAS EMENDAS PARLAMENTARES - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPAL	25.972.454,00	0,00	25.972.454,00-
171810000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	44.213.287,00	26.406.393,64	17.806.893,36-
171810200000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.118.700,00	6.779.476,65	5.660.776,65
171810210000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS EDUCAÇÃO-PRINCIP	1.118.700,00	6.779.476,65	5.660.776,65
171810210103	CONVENIO FNDE-SE 2018001063 EVENTOS BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	0,00	4.926.876,65	4.926.876,65
171810210113	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012-PLANO DE ACOES ARTICULADAS-PA	1.118.700,00	0,00	1.118.700,00-
171810210149	TRANSFERENCIA FNDE-SEDUC 201701000 PLANO ACAA ARTICULADA ROBOTICA EDUCACAO	0,00	1.852.600,00	1.852.600,00
171810400000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOM	200.000,00	0,00	200.000,00-
171810410000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME-PRINCIPAL	200.000,00	0,00	200.000,00-
171810410006	TRANSFERENCIA TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO PROGRAMA SOCIAL-BOLSA-FAMI	200.000,00	0,00	200.000,00-
171810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	42.894.587,00	19.626.916,99	23.267.670,01-
171810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO-PRINCIPAL	42.894.587,00	19.626.916,99	23.267.670,01-
171810910182	TRANSFERENCIAS CONVENIO ANEEL-MME/AGERGS-DESCENTRALIZACAO ATIVIDADES ENERGIA	2.607.188,00	2.183.816,38	423.371,62-
171810910183	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/ST-DAER 2/99-CONTROLADORES DE VELOCIDADE	0,00	570,19	570,19
171810910356	TRANSF CONV M CULT- SEC CULT - 763224-11 - IMPLANT REDE DE PTOS DE CULTURA N	0,00	342,23	342,23
171810910394	TRANSF CONVENIO MPA-SDR 765060/12-ASSIST TECNICA EXTENSAO PESQUEIRA AQUICOLA	322.290,00	0,00	322.290,00-
171810910403	TRANSFERENCIA CONVENIOS INCRA-SDR 780917 12 KITS PRODUTIV E CAPACIT FAMILIAS	4.879.357,00	0,00	4.879.357,00-
171810910407	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011-CRIATIVA BIRO	500.000,00	0,00	500.000,00-
171810910447	CONVENIO MDS-SDR 804904/2014-AQUISICAO ALIMENTOS AGRICULTURA FAMILIAR	358.823,00	10.000.000,00	9.641.177,00
171810910454	CONVENIO ANA-SEMA 114-2013 PROGESTAO PROG CONSOLID PACTO PELA GESTAO DAS AGU	900.000,00	640.095,97	259.904,03-
171810910469	CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO GRAVAT	5.540.377,00	0,00	5.540.377,00-
171810910470	CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES E EST RIO GRAV	932.727,00	0,00	932.727,00-
171810910471	CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES RIO DOS SINOS	1.126.647,00	0,00	1.126.647,00-
171810910472	CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO JACUI	3.426.900,00	1.054.988,75	2.371.911,25-



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00033
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171810910474	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013 PROGRAMA DE APOIO A NUCLEOS DE EXCELENCIA	563.842,00	0,00	563.842,00-
171810910477	CONVENIO 822383-2015 MJ-SSP CAPACIT PROFISSIONAL DO PRESO	0,00	450.430,96	450.430,96
171810910478	CONVENIO SDH-PR-SJDH 08-2016-PPCAM	1.320.000,00	1.100.000,00	220.000,00-
171810910481	CONVENIO MAPA-SDR 840059-2016-QUALIFICACAO CADEIA PRODUTIVA QUEIJO ARTESANAL	490.214,00	0,00	490.214,00-
171810910482	CONVENIO MAPA-SDR 1865 2016 - PROMOCAO DIFUSAO TECNOL- AGRICULTURA BAIXO CAR	68.908,00	0,00	68.908,00-
171810910486	CONVENIO FINEP-FAPERGS - 3263-18 - CENTELHA EMPREENDIMENTOS INOVADORES	777.000,00	777.000,00	0,00
171810910489	CONVENIO IFSUL-FAPERGS 2019/888386 APOIO PROJETOS DE PESQ APLICADA E	0,00	300.000,00	300.000,00
171810910490	CONVENIO 49600/2019 MINCIDADANIA-STAS PROJETO HORTAS COMUNITARIAS	0,00	10.753,60	10.753,60
171810910491	CONVENIO 892828/2019 MAPA-SEAPDR SUASA	0,00	410.306,61	410.306,61
171810910495	CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS - INOVACAO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
171810910496	CONVENIO MDH-SJCDH 005/2020 PROGRAMA PROTECAO E AUXILIO A TESTEMUNHAS AMEACA	0,00	198.612,30	198.612,30
171810919999	RECEITA DE CONVENIOS - PARA FINS DE ORCAMENTO	19.080.314,00	0,00	19.080.314,00-
171812000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	980.000,00	757.980,49	222.019,51-
171812100000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	980.000,00	757.980,49	222.019,51-
171812110000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS-PRIN	980.000,00	757.980,49	222.019,51-
171812110020	TRANSFERENCIA FNAS-INDICE GESTAO DESCENTR SISTEMA UNICO ASSISTENC SOCIAL-IGD	480.000,00	757.980,49	277.980,49
171812110022	TRANSFERENCIA FNAS-PROGRAMA CRIANCA FELIZ	500.000,00	0,00	500.000,00-
171899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	7.627.799,00	2.710.012.051,02	2.702.384.252,02
171899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	7.627.799,00	2.710.012.051,02	2.702.384.252,02
171899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO-PRINCIPAL	7.627.799,00	2.710.012.051,02	2.702.384.252,02
171899110033	COTA-PARTE DO FUNDESP FEDERAL	5.627.799,00	7.490.787,61	1.862.988,61
171899110038	TRANSFERENCIA FUNDOPEN-MJ FUNDOPEN-SSP PORTARIA 1414-2016	2.000.000,00	1.000.316,45	999.683,55-
171899110041	TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FESP	0,00	18.363.311,00	18.363.311,00
171899110043	TRANSFERENCIA APOIO FINANCEIRO AOS ESTADOS - CALAMIDADE PUBLICA COVID-19	0,00	126.012.273,25	126.012.273,25
171899110044	AUXILIO FINANCEIRO ESTADOS - COVID 19 - LC 173/2020 - VINC SAUDE E ASSITENCI	0,00	261.627.124,69	261.627.124,69
171899110045	AUXILIO FINANCEIRO ESTADOS - COVID 19 - LC 173/2020 - RECURSOS LIVRES	0,00	1.945.377.062,20	1.945.377.062,20
171899110046	TRANSFERENCIA FUNDO APOIO A CULTURA - LEI ALDIR BLANC - 14017/2020	0,00	74.102.775,82	74.102.775,82
171899110048	TRANSFERENCIA LEI KANDIR - LC 176 2020	0,00	276.038.400,00	276.038.400,00
172000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	13.316.151,00	10.864.208,36	2.451.942,64-
172800000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	13.316.151,00	10.864.208,36	2.451.942,64-
172810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDA	13.316.151,00	10.864.208,36	2.451.942,64-
172810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	13.316.151,00	10.864.208,36	2.451.942,64-
172810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS-PRINCIPAL	13.316.151,00	10.864.208,36	2.451.942,64-
172810910012	CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS - SEFAZ VIRTUAL	13.316.151,00	10.835.301,07	2.480.849,93-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00034
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
172810910014	TRANSF RECURSOS PENAS ALTERNATIVAS VEC-FASE CASE NH	0,00	28.907,29	28.907,29
173000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	7.573.693,00	7.485.119,06	88.573,94-
173800000000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS -ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	7.573.693,00	7.485.119,06	88.573,94-
173810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	7.573.693,00	7.475.119,06	98.573,94-
173810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	7.573.693,00	7.475.119,06	98.573,94-
173810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS-PRINCIPAL	7.573.693,00	7.475.119,06	98.573,94-
173810910001	TRANSFERENCIA CONVENIO FAMURS/BM-FISCALIZACAO DE TRANSITO	7.573.693,00	7.475.119,06	98.573,94-
173899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	0,00	10.000,00	10.000,00
173899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	0,00	10.000,00	10.000,00
173899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS-PRINCIPAL	0,00	10.000,00	10.000,00
173899110009	TRANSFERENCIA FUMDICA PELOTAS - FASE PROJ NOVAS CONDUTAS	0,00	10.000,00	10.000,00
174000000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	48.951.666,00	67.846.819,33	18.895.153,33
174800000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS-ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPI	48.951.666,00	67.846.819,33	18.895.153,33
174801000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
174801900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
174801910000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
174801910001	CONVENIO SEBRAE-FAPERGS TECHFUTURO 2020	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
174810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - NÃO ESPECIF	48.951.666,00	65.846.819,33	16.895.153,33
174810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - NÃO ESPECIF	48.951.666,00	65.846.819,33	16.895.153,33
174810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - PRINCIPAL	48.951.666,00	65.846.819,33	16.895.153,33
174810110011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-NAO VINCULAD	66.610,00	25.000,00	41.610,00-
174810110012	DOACOES INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCEN	3.288.745,00	45.945,04	3.242.799,96-
174810110038	TERMO DE COOPERACAO 85-2017 OI SA - SSP - PC DELEGACIA REPRESS CRIME PATR CO	204.000,00	197.259,65	6.740,35-
174810110043	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FAC-FUNDO DE APOIO A CULTURA	7.320.033,00	10.214.565,86	2.894.532,86
174810110045	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	5.000.000,00	1.804.102,37	3.195.897,63-
174810110046	TRANSFERENCIAS INSTITUIC PRIVADAS- FUNDO ESTADUAL DE APOIO A INCLUSAO PRODUT	537.920,00	8.271.000,80	7.733.080,80
174810110047	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA	0,00	3.799.782,26	3.799.782,26
174810110089	TRANSFERENCIA CONVENIO BANRISUL/ESTADO RS 1959/07-SISTEMA REMUNERACAO SERVID	2.108.335,00	1.535.222,88	573.112,12-
174810110091	TRANSFERENCIA CONVENIO FENASEG/DETRAN 2/08-APARELHAMENTO E MODERNIZACAO DETR	1.000.000,00	190.119,91	809.880,09-
174810110095	TRANSFERENCIA CONVENIO CORSAN-AGERGS-REGULACAO SANEAMENTO	14.067.690,00	13.853.164,77	214.525,23-
174810110106	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANCA	15.333.333,00	20.364.092,58	5.030.759,58
174810110108	CONVENIO FUNDACAO BIENAL MERCOSUL - UERGS - 841/2019 PROJETO CURADORIA BIENA	25.000,00	35.000,00	10.000,00
174810110111	FAP - ADICIONAL DE FOMENTO AS ACOES DE PREVENCAO DO FUNDO COMUNITARIO PRO-SE	0,00	2.122.536,56	2.122.536,56

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00035
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
174810110112	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES - REC 0142	0,00	2.471.880,80	2.471.880,80
174810110113	CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS-SEBRAE - INOVACAO DE MICRO E PEQUENAS EMPRE	0,00	750.000,00	750.000,00
174810110114	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS - FUNED - FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGA	0,00	166.338,44	166.338,44
174810110115	DOACOES DE EMPRESAS CONTRIBUINTES AO FUNDO AMPARA	0,00	807,41	807,41
175000000000	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.633.727.359,00	4.350.246.608,50	283.480.750,50-
175800000000	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E	4.633.727.359,00	4.350.246.608,50	283.480.750,50-
175801000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.633.727.359,00	4.349.746.608,50	283.980.750,50-
175801100000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.633.727.359,00	4.349.746.608,50	283.980.750,50-
175801110000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.633.727.359,00	4.349.746.608,50	283.980.750,50-
175801110002	TRANSFERENCIA FUNDO MANUTENCAO DESENV EDUCACAO BASICA VALORIZACAO PROFL EDUC	4.633.727.359,00	4.349.746.608,50	283.980.750,50-
175899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	500.000,00	500.000,00
175899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	500.000,00	500.000,00
175899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS-PRINCIPAL	0,00	500.000,00	500.000,00
175899110010	CONVENIO 1039-2019 FINEP-FAPERGS-BADESUL - INOVACAO DE MICRO E PEQUENAS EMPR	0,00	500.000,00	500.000,00
177000000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	395.442,00	448.908,19	53.466,19
177800000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	395.442,00	448.908,19	53.466,19
177801000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE E/DF/M	395.442,00	448.908,19	53.466,19
177801100000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE E/DF/M - PROGRAMAS DE SAÚDE	0,00	279.611,08	279.611,08
177801110000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE E/DF/M - PROGRAMAS DE SAÚDE	0,00	279.611,08	279.611,08
177801110001	DOACOES DE PESSOAS FISICAS AO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES - REC 0142	0,00	279.611,08	279.611,08
177801900000	OUTRAS TRANSF PESSOAS FÍSICAS- ESPECIF E/DF/M-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENT	395.442,00	169.297,11	226.144,89-
177801910000	OUTRAS TRANSF PESSOAS FÍSICAS-ESPECIF E/DF/M-NÃO ESPECIF ANTERIORMENTE-PRINC	395.442,00	169.297,11	226.144,89-
177801910005	DOACOES DE PESSOAS FISICAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	150.000,00	69.850,65	80.149,35-
177801910014	TRANSFERENCIA DE PESSOAS-FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA-FUNEPI	100.000,00	81.787,64	18.212,36-
177801910017	DEVOLUCAO ESPONTANEA DE REMUNERACAO - PODER EXECUTIVO	145.442,00	17.658,82	127.783,18-
190000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	667.145.261,00	571.518.019,45	95.627.241,55-
191000000000	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	305.582.768,00	228.385.091,20	77.197.676,80-
191001000000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	289.330.452,00	209.416.654,18	79.913.797,82-
191001100000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	289.330.452,00	209.416.654,18	79.913.797,82-
191001110000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-PRINCIPAL	270.506.162,00	197.737.672,69	72.768.489,31-
191001110001	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO SANITARIA-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	598.090,00	197.200,00	400.890,00-
191001110003	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1.698.700,00	1.987.827,33	289.127,33
191001110004	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	1.391.292,00	1.064.549,94	326.742,06-
191001110005	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO - CONVENIO DETRAN-BM	22.538.534,00	17.436.953,18	5.101.580,82-
191001110006	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO-CONVENIO DETRAN-BM/FMPA 371/2009	2.475.569,00	1.863.921,97	611.647,03-
191001110010	MULTAS DE TERMINAIS RODOVIARIOS	40.000,00	6.101,87	33.898,13-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00036
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191001110014	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - REGULAR	195.000,00	7.002,85	187.997,15-
191001110017	MULTAS INFRACOES ADMINISTRATIVAS - DESMANCHES - DETRAN RS	25.000,00	0,00	25.000,00-
191001110018	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO	144.920.752,00	101.280.692,91	43.640.059,09-
191001110020	MULTA INFRACAO TRANSITO MANUAL BATALHAO POLICIA RODOVIARIA - DAER	31.000.000,00	39.894.398,85	8.894.398,85
191001110021	MULTA INFRACAO TRANSITO POR CONTROLADORES ELETRONICOS - DAER	61.000.000,00	32.709.792,31	28.290.207,69-
191001110023	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - FRETAMENTO E TURISMO	1.121.000,00	311.883,23	809.116,77-
191001110024	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - NAO OFICIAL	20.000,00	0,00	20.000,00-
191001110025	MULTAS DE FISCALIZACAO DO FUNDO DE APOIO A CULTURA - FAC	17.318,00	600,00	16.718,00-
191001110028	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS S/ SISTEMAS DE PREVENCAO E PROTECAO INCEND	0,00	1.252,80	1.252,80
191001110030	MULTAS FISCALIZACAO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL REGIAO METROPOLITANA - METROPL	1.357.850,00	169.239,48	1.188.610,52-
191001110031	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FECON	731.141,00	45.575,36	685.565,64-
191001110032	MULTAS APLICADAS A SERVIDORES PUBLICOS	133.196,00	23.927,09	109.268,91-
191001110033	MULTAS POR INFRACOES PREVISTAS EM LEI - PROCON	713.351,00	180.136,29	533.214,71-
191001110034	MULTAS DO SISTEMA ESTADUAL DE AUDITORIA DO SUS	0,00	9.961,59	9.961,59
191001110037	MULTAS ATOS ILICITOS EM LICITACAO	471.469,00	307.780,69	163.688,31-
191001110039	MULTAS APLICADAS PELA AGERGS - RESOLUCAO NORMATIVA N 13-2014	57.900,00	238.874,95	180.974,95
191001120000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-MULTAS E JUROS DE MORA	6.817.292,00	4.880.929,62	1.936.362,38-
191001120099	MULTAS E JUROS DE MORA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	6.817.292,00	4.880.929,62	1.936.362,38-
191001130000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA	1.276.772,00	1.058.229,25	218.542,75-
191001130003	MULTAS INFRACAO NORMAS SANITARIAS EM DIVIDA ATIVA-PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	29.097,00	0,00	29.097,00-
191001130031	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDO	1.247.675,00	1.058.229,25	189.445,75-
191001170000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA-MULTAS	7.977.274,00	4.324.713,10	3.652.560,90-
191001170003	MULTAS E JUROS DE MORA DIVIDA ATIVA MULTA FISCALIZACAO PRODUTOS DE ORIGEM AN	8.141,00	0,00	8.141,00-
191001170099	MULTAS DA DIVIDA ATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	7.969.133,00	4.324.713,10	3.644.419,90-
191001180000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA-JUROS	2.752.952,00	1.415.109,52	1.337.842,48-
191001180033	JUROS DE MORA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUM	235.520,00	221.981,73	13.538,27-
191001180099	JUROS MORA DIVIDA ATIVA DESCUMPRIMENTO FORMALIDADE FISCAL-ART 69, LEI 6537/7	2.517.432,00	1.193.127,79	1.324.304,21-
191006000000	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	7.049.408,00	10.395.971,29	3.346.563,29
191006100000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	7.049.408,00	10.395.971,29	3.346.563,29
191006110000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-PRINCIPAL	3.837.686,00	6.888.401,29	3.050.715,29
191006110001	MULTAS DANOS AO MEIO AMBIENTE-TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA DO MINISTERIO PUBL	308.862,00	35.634,09	273.227,91-
191006110002	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE-FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE-FEMA	3.528.824,00	6.117.080,27	2.588.256,27
191006110010	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE FUNDEC/RS - P2R2	0,00	735.686,93	735.686,93

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00037
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191006130000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA	2.412.860,00	2.997.558,92	584.698,92
191006130002	DIVIDA ATIVA DAS MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.408.649,00	2.997.558,92	588.909,92
191006130003	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - FUNDEFLO	4.211,00	0,00	4.211,00-
191006170000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA-MULTAS	173.809,00	104.549,38	69.259,62-
191006170003	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDEFLO	173.809,00	104.549,38	69.259,62-
191006180000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA-JUROS	625.053,00	405.461,70	219.591,30-
191006180002	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA POR DANOS AO MEIO AMBIENTE (ART 69 LEI 6537/73)	530.860,00	382.565,59	148.294,41-
191006180003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DO FUNDEFLO (ART 69, LEI 6537/	94.193,00	22.896,11	71.296,89-
191007000000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.213.428,00	677.232,69	536.195,31-
191007100000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.213.428,00	677.232,69	536.195,31-
191007110000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.213.428,00	677.232,69	536.195,31-
191007110009	MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.213.428,00	677.232,69	536.195,31-
191008000000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.703.313,00	466.652,21	1.236.660,79-
191008100000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.703.313,00	466.652,21	1.236.660,79-
191008110000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	1.703.313,00	466.652,21	1.236.660,79-
191008110007	MULTAS DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA - FUNDO PENITENCIARIO	1.703.313,00	466.652,21	1.236.660,79-
191009000000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	6.286.167,00	7.428.580,83	1.142.413,83
191009100000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	6.286.167,00	7.428.580,83	1.142.413,83
191009110000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINCIPAL	6.286.167,00	7.428.580,83	1.142.413,83
191009110075	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-RECEITAS DE SERVICOS DETRAN-FESP-LEI 10.847/96	99.641,00	298.847,73	199.206,73
191009110077	MULTAS CONTRATUAIS - FEGEP	63.664,00	0,00	63.664,00-
191009110079	MULTAS CONTRATUAIS - FUNSEFAZ	29.675,00	17.239,48	12.435,52-
191009110083	MULTAS CONTRATUAIS - OUTROS PODERES	36.537,00	181.974,73	145.437,73
191009110100	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICIARIO	0,00	43.556,24	43.556,24
191009110109	MULTAS E JUROS SOBRE RESTIT RECURSOS VINC SAUDE - RECURSO 106	0,00	210.816,67	210.816,67
191009110114	MULTAS CONTRATUAIS-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO-PROREDES-	0,00	108.416,35	108.416,35
191009110122	MULTAS E JUROS-PROGRAMA DE MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO-BID	0,00	1.445,50	1.445,50
191009110123	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - TCFA	144,00	2.716,55	2.572,55
191009110124	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - RECURSO 0006 - VINC SAUDE	0,00	34.832,21	34.832,21
191009110125	MULTAS CONTRATUAIS-FRTCE	30.000,00	18.009,15	11.990,85-
191009110126	MULTAS CONTRATUAIS RECURSO 7053	0,00	84.151,13	84.151,13
191009110168	MULTAS E JUROS MORA-TAXA DE SERVICIO SAUDE PUBLICA - SAA - FEASP	8.297,00	0,00	8.297,00-
191009110191	MULTAS CONTRATUAIS - SALARIO-EDUCACAO	189.124,00	307.143,29	118.019,29
191009110204	MULTAS CONTRATUAIS - FURPGE	7.619,00	4.320,82	3.298,18-
191009110206	MULTAS CONTRATUAIS - FADEP	92.822,00	0,00	92.822,00-
191009110212	MULTAS CONTRATUAIS - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDR	22.423,00	42.322,21	19.899,21
191009110216	MULTAS CONTRATUAIS - FEASP	6.115,00	1.320,52	4.794,48-
191009110217	MULTAS POR ATRASO NA DEVOLUCAO DE MATERIAL BIBLIOGRAFICO-UEGRS	2.500,00	485,00	2.015,00-
191009110221	MULTAS CONTRATUAIS - FRPJ	1.400.000,00	2.683.040,27	1.283.040,27

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00038
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191009110228	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (FUNDESP)	5.150,00	0,00	5.150,00-
191009110230	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	27.559,00	0,00	27.559,00-
191009110232	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (POLICIA CIVIL)	1.203,00	1.519,95	316,95
191009110237	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - NAO VINCULADA	4.250.097,00	3.355.943,85	894.153,15-
191009110240	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (COORDENADORIA-GERAL DE PERICIAS)	0,00	7.300,00	7.300,00
191009110241	MULTAS CONTRATUAIS-RECEITAS DEPARTAMENTO ESTUDUAL TRANSITO VINCULADA AO FESP	11.621,00	14.107,18	2.486,18
191009110246	MULTAS CONTRATUAIS - FUNDOVITIS	0,00	672,00	672,00
191009110262	MULTAS CONTRATUAIS-FRAL	1.976,00	8.400,00	6.424,00
192000000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	225.947.812,00	224.069.195,31	1.878.616,69-
192100000000	INDENIZAÇÕES	10.203.601,00	14.180.203,05	3.976.602,05
192101000000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	6.654.083,00	11.533.057,17	4.878.974,17
192101100000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	6.654.083,00	11.533.057,17	4.878.974,17
192101110000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	6.654.083,00	11.533.057,17	4.878.974,17
192101110001	INDENIZACOES FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LESADOS	6.000.000,00	11.113.299,58	5.113.299,58
192101110002	INDENIZACOES POR DANOS AO PATRIMONIO-NAO VINCULADAS	654.083,00	419.757,59	234.325,41-
192199000000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	3.549.518,00	2.647.145,88	902.372,12-
192199100000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	3.549.518,00	2.647.145,88	902.372,12-
192199110000	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	3.549.518,00	2.647.145,88	902.372,12-
192199110001	INDENIZACAO DANOS MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA-T	2.212.886,00	952.938,29	1.259.947,71-
192199110007	INDENIZACOES - PODER LEGISLATIVO	207.966,00	167.897,64	40.068,36-
192199110008	INDENIZACOES ORIUNDAS DE CONDENACOES JUDICIAIS - FECON	434.413,00	516.735,44	82.322,44
192199110009	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-CGP-REC 0174	0,00	11.733,54	11.733,54
192199110010	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8008	355,00	42,34	312,66-
192199110011	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8013	1.593,00	0,00	1.593,00-
192199110013	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-BM-REC 0170	55.751,00	170.289,01	114.538,01
192199110018	INDENIZACAO USO BENS PATRIMONIAIS-FUNDO REAPALHAMENTO TRIBUNAL CONTAS DO EST	100.000,00	24.073,83	75.926,17-
192199110019	INDENIZACOES PELO USO BENS PATRIMONIAIS-RECEITAS OPERACIONAIS-FUNDOPEN-REC01	1.339,00	354,65	984,35-
192199110020	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-PC-REC 0171	135.324,00	55.143,00	80.181,00-
192199110021	INDENIZACOES PELO USO BENS PATRIMONIAIS-MULTAS SENTENCAS PENAS-FUNDOPEN-REC	0,00	1.521,11	1.521,11
192199110022	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-SERVICOS TRANSITO-FESP-REC 0199	4.396,00	0,00	4.396,00-
192199110023	INDENIZACOES POR DANOS EM BENS PATRIMONIAIS-NAO VINCULADAS	0,00	500,00	500,00
192199110024	INDENIZACOES ORIUNDAS DE CONDENACOES JUDICIAIS - NAO VINCULADAS	4.345,00	10.666,91	6.321,91
192199110026	INDENIZACOES DE DEBITOS FIXADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	47.045,00	342.160,90	295.115,90
192199110030	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-NAO VINCULADAS	344.105,00	393.089,22	48.984,22
192200000000	RESTITUIÇÕES	209.647.337,00	203.573.513,48	6.073.823,52-
192201000000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS	14.970.811,00	4.746.714,22	10.224.096,78-
192201100000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	14.970.811,00	4.746.714,22	10.224.096,78-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00039
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192201110000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS-PRINCIPAL	14.970.811,00	4.746.714,22	10.224.096,78-
192201110004	RESTITUIÇÕES CONVENIOS COM MUNICIPIOS	0,00	26.999,60	26.999,60
192201110063	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS E AUXÍLIOS-NAO VINCULADAS	13.921.195,00	3.461.712,62	10.459.482,38-
192201110094	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS DA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - RECURSOS LIVR	0,00	13.665,22	13.665,22
192201110100	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS E AUXÍLIOS-FECA	0,00	126.519,60	126.519,60
192201110102	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS-COTA-PARTE FUNDESP-OUTROS	213.989,00	0,00	213.989,00-
192201110103	RESTITUICAO DE CONVENIOS-FEASP	10.985,00	10.006,97	978,03-
192201110104	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS - BIRD - PROREDES	0,00	5.409,56	5.409,56
192201110105	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS-SETM	0,00	3.535,69	3.535,69
192201110106	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS-PROINVESTE BNDES	0,00	8.342,50	8.342,50
192201110115	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS E AUXÍLIOS - RECURSO 0006	0,00	279.886,13	279.886,13
192201110116	RESTITUIÇÕES CONVENIOS PREFEITURAS-PROREDES	0,00	14.598,36	14.598,36
192201110119	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS - FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	12.087,00	263.689,86	251.602,86
192201110123	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS - FRH	344.555,00	23.805,40	320.749,60-
192201110125	RESTITUIÇÕES CONVENIOS-ANA-SEMA PROGESTAO	0,00	430,47	430,47
192201110126	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS DO MINISTERIO PUBLICO - RECURSO 11	468.000,00	323.570,36	144.429,64-
192201110128	RESTITUIÇÕES CONVENIOS E PARCERIAS EMPRESTIMO BID-POD	0,00	126.973,68	126.973,68
192201110131	RESTITUICAO DE CONVENIOS - RECURSO 2768 FNAS	0,00	33.027,99	33.027,99
192201110133	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS E PARCEIRAS - FUNEPI	0,00	23.232,28	23.232,28
192201110134	RESTITUIÇÕES CONVENIOS - TR GOV FEDERAL - COMBATE COVID	0,00	1.307,93	1.307,93
192206000000	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	11.468,73	11.468,73
192206100000	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	11.468,73	11.468,73
192206110000	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	0,00	11.468,73	11.468,73
192206116292	RESTITUICAO DESPESAS EXERC ANTERIORES DO RECURSO 6292	0,00	11.468,73	11.468,73
192299000000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	194.676.526,00	198.815.330,53	4.138.804,53
192299100000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	194.676.526,00	198.815.330,53	4.138.804,53
192299110000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-PRINCIPAL	194.669.588,00	198.810.810,99	4.141.222,99
192299110037	RESTITUIÇÕES-PAGAMENTO DE APENADOS-FUNDO PENITENCIARIO	2.121.058,00	2.322.547,87	201.489,87
192299110039	RESTITUIÇÕES - FURPGE	8.005,00	19.985,75	11.980,75
192299110044	RESTITUIÇÕES - MINISTERIO PUBLICO	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00-
192299110045	RESTITUIÇÕES - PODER JUDICIARIO	1.920.000,00	10.765.617,28	8.845.617,28
192299110046	RESTITUIÇÕES - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS	16.704,00	0,00	16.704,00-
192299110049	RESTITUIÇÕES DE VALES-REFEICAO E AUXILIO-TRANSPORTE	9.899.563,00	16.728.306,27	6.828.743,27
192299110051	RESTITUIÇÕES-SISTEMA ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLITANO COLETIVO PASSAGEIROS-	2.405,00	10.672,56	8.267,56
192299110056	OUTRAS RESTITUIÇÕES	7.781.868,00	1.884.957,65	5.896.910,35-
192299110060	RESTITUIÇÕES DE PREMIOS DE SEGUROS	0,00	36,60	36,60
192299110062	RESTITUIÇÕES DE DESPESAS BANCARIAS	2.043.574,00	2.278.964,34	235.390,34
192299110065	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-BM-REC 0170	0,00	6.027,27	6.027,27
192299110066	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-PC-REC 0171	222,00	0,00	222,00-
192299110067	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-CGP-REC 0174	0,00	738,99	738,99
192299110070	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8008	0,00	79.559,00	79.559,00

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00040
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299110071	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8013	45.964,00	24.590,87	21.373,13-
192299110074	RESTITUICOES-FUNDO DE REAPARELHAMENTO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.450.000,00	773.684,17	676.315,83-
192299110081	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TCFA	0,00	1.474,95	1.474,95
192299110083	RESTITUICOES TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS RECURSO 2812	0,00	775.390,01	775.390,01
192299110100	RESTITUICAO DE BLOQUEIOS OU DEPOSITOS JUDICIAIS OU DEPOSITOS RECURSAIS	1.211.783,00	2.274.185,66	1.062.402,66
192299110101	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - OUTROS PODERES	770.956,00	278.578,69	492.377,31-
192299110102	OUTRAS RESTITUICOES - OUTROS PODERES	30.180,00	312.422,13	282.242,13
192299110103	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-NAO VINCULADAS	211.013,00	225.850,99	14.837,99
192299110104	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-INDIRETA	10.936.356,00	7.510.595,65	3.425.760,35-
192299110106	RESTITUICOES - FAC	658.809,00	247.438,53	411.370,47-
192299110108	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-DIRETA	75.015.599,00	74.052.214,07	963.384,93-
192299110109	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-FUNDO DE EDUCACAO	427.956,00	1.084.806,90	656.850,90
192299110111	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-OUTROS PODERES	1.106.997,00	1.298.782,81	191.785,81
192299110117	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS - FEASP	127.442,00	127.874,01	432,01
192299110120	RESTITUICOES DE REMUNERACOES E INDENIZACOES PAGAS INDEVIDAMENTE A SERVIDORES	1.780.641,00	14.946,77	1.765.694,23-
192299110122	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - CONTRIBUICAO PREV INSS	7.892,00	36,42	7.855,58-
192299110124	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INATIVOS FUNDOPREV - OUTROS PODERES	25.511,00	0,00	25.511,00-
192299110191	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS- SIST ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLIT	2.699,00	4.105,61	1.406,61
192299110192	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-RECURSO VINCULADO RPVS	0,00	31.248.533,73	31.248.533,73
192299110195	RESTITUICOES-PASSE LIVRE ESTUDANTIL	38.103,00	424.643,27	386.540,27
192299110197	RESTITUICOES DE GARANTIAS FUNAMEP	1.417.968,00	600.670,12	817.297,88-
192299110198	RESTITUICOES VINCULADAS A MULTAS DE TRANSITO	0,00	0,01	0,01
192299110199	RESTITUICOES FUNSEFAZ	150.540,00	95.500,03	55.039,97-
192299110204	RESTITUICOES - SALARIO-EDUCACAO	5.073.949,00	5.093.469,18	19.520,18
192299110207	RESTITUICOES FUNDO DE EDUCACAO	0,00	7.507,04	7.507,04
192299110214	RESTITUICOES - PODER LEGISLATIVO	208.896,00	700.086,75	491.190,75
192299110216	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	0,00	41.928,22	41.928,22
192299110217	RESTITUICOES-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR	2.946.266,00	1.563.095,49	1.383.170,51-
192299110218	RESTITUICOES DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS-NAO VINCULADAS	21.688.751,00	12.703.153,71	8.985.597,29-
192299110223	RESTITUICOES - FRPJ	0,00	2.649,50	2.649,50
192299110224	RESTITUICOES - PASEP	0,00	93.920,14	93.920,14
192299110225	RESTITUICOES DE SALDOS NAO APLICADOS-PROGRAMA SOLIDARIEDADE-LEI 12.022/2003	83.583,00	89.956,60	6.373,60
192299110226	RESTITUICOES DE VALORES PAGOS POR RESPONSAVEIS DECORRENTES DE DECISOES JUDIC	33.256.221,00	0,00	33.256.221,00-
192299110240	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-NAO VINCULADAS	10.488.082,00	6.758.803,98	3.729.278,02-
192299110247	RESTITUICOES DE CONTRIBUICAO AO FCVS E DO SEGURO HABITACIONAL - COHAB	4.408,00	0,00	4.408,00-
192299110249	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-FEMA	0,00	2.958,75	2.958,75
192299110252	RESTITUICOES - FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	39.338,00	505.845,85	466.507,85
192299110256	RESTITUICOES DE PRECATORIOS - RECURSO 007	0,00	7.035.802,18	7.035.802,18
192299110257	RESTITUICOES DE PRECATORIOS - RECURSO 008	0,00	244.198,90	244.198,90



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00041
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299110258	RESTITUICOES NAO VINCULADAS-BAIXA ATIVO	0,00	8.536,39	8.536,39
192299110259	RESTITUICOES ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TRANSFERENCIA FNAS-IGDSUAS	0,00	274.817,58	274.817,58
192299110260	RESTITUICOES - FRMP	90.000,00	34.156,37	55.843,63-
192299110262	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS- RECURSO 1165	39.360,00	1.474,04	37.885,96-
192299110263	RESTITUICOES - CIDE - REC 0231	16.926,00	0,00	16.926,00-
192299110264	RESTITUICOES - TCFA	0,00	68,86	68,86
192299110267	DIVERSAS RESTITUICOES-FEMA	0,00	71.150,60	71.150,60
192299110268	RESTITUICOES - TR REC VINC P/LEI-PJ	0,00	57.779,50	57.779,50
192299110270	RESTITUICOES-CONV SAA/FEPAGRO S/N IMPLM PROGRAMA RS RURAL/FEPAGRO NORTE	24.000,00	0,00	24.000,00-
192299110271	RESTITUICAO CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDORES DESLIGADOS RSPREV	0,00	4.439,25	4.439,25
192299110272	RESTITUICAO CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDORES DESLIGADOS RSPREV - REC 0183	0,00	3.916,50	3.916,50
192299110273	RESTITUICAO DIARIAS E ADIANTAMENTOS - PROGESTAO - REC 2656	0,00	2.459,84	2.459,84
192299110274	RESTITUICOES DE VALORES INSCRITOS - RGPS - PODERES/ORGaos AUTONOMOS	0,00	342,64	342,64
192299110279	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - AEROPORTOS	0,00	338.009,14	338.009,14
192299110280	RESTITUICOES RECURSO 0001 - ADM INDIRETA	0,00	7.314.075,27	7.314.075,27
192299110282	DIVERSAS RESTITUICOES - PROGESTAO	0,00	13,92	13,92
192299110284	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-FUNDOPREV	0,00	17.643,91	17.643,91
192299110286	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-INATIVO PLANO FINANCEIRO	0,00	364.811,91	364.811,91
192299120000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-MULTAS E JUROS	6.938,00	4.519,54	2.418,46-
192299120064	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FUNDOPEN	248,00	259,00	11,00
192299120070	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - RECURSO 8008	1.374,00	0,00	1.374,00-
192299120071	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - RECURSO 8013	1.377,00	0,00	1.377,00-
192299120103	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-NAO VINCULADOS	3.939,00	4.260,54	321,54
192800000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - ESPECÍFICAS ESTADOS/DF/MUNICÍPI	6.096.874,00	6.315.478,78	218.604,78
192802000000	RESTITUIÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	6.096.874,00	6.315.478,78	218.604,78
192802100000	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS DO SUS-ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍ	6.096.874,00	6.315.478,78	218.604,78
192802110000	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS DO SUS-ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍ	6.096.874,00	6.315.478,78	218.604,78
192802110059	RESTITUICOES - SERVICOS DE SAUDE - SUS	755.893,00	45.987,50	709.905,50-
192802110063	RESTITUICOES - FES	46.159,00	40.343,63	5.815,37-
192802110083	RESTITUICOES ADIANTAMENTOS E DIARIAS-VINCULADO SAUDE	58.374,00	50.941,13	7.432,87-
192802110085	RESTITUICOES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DE SERVICOS DO SUS - VINCULADO SAUDE	3.261.420,00	1.473.838,20	1.787.581,80-
192802110086	RESTITUICOES TRANSFERENCIA REPASSE FUNDO A FUNDO-VINCULADO SAUDE	0,00	352.025,79	352.025,79
192802110087	RESTITUICOES RECURSO 2756- SISTEMA ESTADUAL DE SAUDE	0,00	3.718.230,58	3.718.230,58
192802110092	RESTITUICOES - RECURSO 0006	1.615,00	218,43	1.396,57-
192802110094	RESTITUICOES - RECURSO DA SAUDE	1.973.413,00	477.898,94	1.495.514,06-
192802110097	RESTITUICOES - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	155.994,58	155.994,58
193000000000	BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	220.000,00	41.278,72	178.721,28-
193002000000	ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	220.000,00	41.278,72	178.721,28-
193002100000	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS	220.000,00	41.278,72	178.721,28-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00042
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
193002110000	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS-PRINCIPAL	220.000,00	41.278,72	178.721,28-
193002110001	RECEITA ALIENACAO DE SUCATA DESTRUIDA- LEI 14787-15	220.000,00	41.278,72	178.721,28-
199000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	135.394.681,00	119.022.454,22	16.372.226,78-
199003000000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	82.527.133,00	64.990.997,81	17.536.135,19-
199003100000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	82.527.133,00	64.990.997,81	17.536.135,19-
199003110000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	82.527.133,00	64.990.997,81	17.536.135,19-
199003110001	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES DE PREVIDENCIA SOCIAL DA UNIAO E EST	82.527.133,00	64.990.997,81	17.536.135,19-
199012000000	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E RECEITAS DE ÔNUS DE SUCUMBÊ	31.311.975,00	3.100.093,96	28.211.881,04-
199012200000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	31.311.975,00	3.100.093,96	28.211.881,04-
199012210000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-PRINCIPAL	31.310.654,00	3.093.518,20	28.217.135,80-
199012210002	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE - NOVO CODIGO CIVIL - LEI 13105-	23.147.809,00	281.982,93	22.865.826,07-
199012210003	HONORARIOS ADVOCATICIOS POR SUCUMBENCIA JUDICIAL-NAO VINCULADAS	18.576,00	44.579,96	26.003,96
199012210004	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE - PREMIO PRODUTIVIDADE	3.115.000,00	0,00	3.115.000,00-
199012210016	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEF	5.029.269,00	2.766.955,31	2.262.313,69-
199012250000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-MULTAS	0,00	324,36	324,36
199012250002	MULTAS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE	0,00	324,36	324,36
199012260000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-JUROS	1.321,00	6.251,40	4.930,40
199012260002	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE	1.321,00	0,00	1.321,00-
199012260016	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEF	0,00	6.251,40	6.251,40
199099000000	OUTRAS RECEITAS	21.555.573,00	50.931.362,45	29.375.789,45
199099100000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS	21.555.573,00	50.931.362,45	29.375.789,45
199099110000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS	16.217.924,00	46.799.798,82	30.581.874,82
199099110001	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-CONVENIO HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR/IPERGS	2.775,00	0,00	2.775,00-
199099110002	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-FUNDO REAPARELHAMENTO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTA	100.000,00	3,32	99.996,68-
199099110005	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-NAO VINCULADAS	2.850.797,00	38.173.116,96	35.322.319,96
199099110006	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-OUTROS PODERES	0,00	0,49	0,49
199099110007	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-SERVICOS DE SAUDE-REC 0182	0,00	40.400,00	40.400,00
199099110008	ANULACAO DE DIVIDAS EXTRAORCAMENTARIAS	0,00	448.730,25	448.730,25
199099110009	RECEITA DA VENDA DE MATERIAL INSERVIVEL	500.000,00	1.549.999,92	1.049.999,92
199099110010	RECEITA DA VENDA DE APARAS DE PAPEL E SUCATAS	2.928,00	0,00	2.928,00-
199099110015	OUTRAS RECEITAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	17.265,00	43.820,92	26.555,92
199099110017	OUTRAS RECEITAS - IPERGS	11.756.858,00	2.398.281,43	9.358.576,57-
199099110018	RECEITAS EVENTUAIS - REC OPERACIONAIS FUNDOPEN	75.253,00	136.993,07	61.740,07
199099110021	TRANSFERENCIA JURIDICA AO INSTITUTO-GERAL PERICIAS PELO MIN PUBL E PODER JUD	0,00	3.328.840,00	3.328.840,00
199099110022	RECEITA DE LEILOES	529.591,00	166.554,75	363.036,25-
199099110023	RECEITA DA VENDA DE MATERIAIS INSERVIVEIS-LEGISLATIVO-RECURSO 0179	0,00	13.200,00	13.200,00
199099110024	TRANSFERENCIA JURIDICA A POLICIA CIVIL PELO MIN PUBL E PODER JUD	372.457,00	22.400,39	350.056,61-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00043
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099110030	DOACOES A FPERGS	10.000,00	12.942,95	2.942,95
199099110031	DESCONTOS RECEBIDOS	0,00	233.661,81	233.661,81
199099110035	DESCONTOS RECEBIDOS - RECURSO 0196	0,00	145.693,65	145.693,65
199099110053	TAC E ACORDOS EXTRAJUDICIAIS - FUNDO REAPARELHAMENTO BENS LESADO FRBL	0,00	84.477,73	84.477,73
199099110055	ANULACAO RETENCOES - RECURSO 7135	0,00	681,18	681,18
199099120000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	162.221,00	49.340,72	112.880,28-
199099120003	JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	156.892,00	49.340,72	107.551,28-
199099120011	JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FEGEP	5.329,00	0,00	5.329,00-
199099130000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	1.502.850,00	1.029.380,50	473.469,50-
199099130099	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS-PRINCIPAL	1.502.850,00	1.021.534,54	481.315,46-
199099130199	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	6.281,49	6.281,49
199099130299	PRECAT COMPE - RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	1.564,47	1.564,47
199099140000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA MULTA E JUROS	0,00	9.284,07	9.284,07
199099140199	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - NAO VINCULADO	0,00	9.284,07	9.284,07
199099150000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS	18.976,00	106.872,32	87.896,32
199099150099	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	18.976,00	106.872,32	87.896,32
199099170000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	1.863.850,00	1.978.490,56	114.640,56
199099170099	MULTAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	1.863.850,00	1.978.490,56	114.640,56
199099180000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	1.789.752,00	958.195,46	831.556,54-
199099180099	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA (NA FORMA DO ART.74 DA LEI 6537	1.789.752,00	958.195,46	831.556,54-
200000000000	RECEITAS DE CAPITAL	460.196.743,00	1.055.249.854,84	595.053.111,84
210000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	64.300.000,00	24.870.038,00	39.429.962,00-
211000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	29.050.000,00	24.870.038,00	4.179.962,00-
211200000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO	23.050.000,00	20.000.000,00	3.050.000,00-
211200100000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO	23.050.000,00	20.000.000,00	3.050.000,00-
211200110000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	23.050.000,00	20.000.000,00	3.050.000,00-
211200110027	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BN	23.050.000,00	20.000.000,00	3.050.000,00-
211800000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	6.000.000,00	4.870.038,00	1.129.962,00-
211801000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS DE ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	6.000.000,00	4.870.038,00	1.129.962,00-
211801500000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	6.000.000,00	4.870.038,00	1.129.962,00-
211801510000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	6.000.000,00	4.870.038,00	1.129.962,00-
211801510007	OPERACAO CREDITO INTERNA BNDES-PMAE-DEFENSORIA PUBLICA	6.000.000,00	4.870.038,00	1.129.962,00-
212000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	35.250.000,00	0,00	35.250.000,00-
212200000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00-
212200100000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00-
212200110000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00-
212200110013	OPERACAO DE CREDITO-LEI 14227-PROGRAMA OPORTUNIDADES E DIREITOS-POD-BID	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00-
212800000000	OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	10.250.000,00	0,00	10.250.000,00-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00044
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
212801000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	10.250.000,00	0,00	10.250.000,00-
212801500000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	10.250.000,00	0,00	10.250.000,00-
212801510000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	10.250.000,00	0,00	10.250.000,00-
212801510001	OPERACAO CREDITO EXTERNA-BID-MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO	10.250.000,00	0,00	10.250.000,00-
220000000000	ALIENAÇÃO DE BENS	147.931.729,00	808.194.688,47	660.262.959,47
221000000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	134.640.118,00	803.931.741,68	669.291.623,68
221100000000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	134.184.639,00	803.597.139,36	669.412.500,36
221100100000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	134.184.639,00	803.597.139,36	669.412.500,36
221100110000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	134.184.639,00	803.597.139,36	669.412.500,36
221100110006	RECEITA COM DESCONSTITUICAO DE FUNDOS-FUNDOPEM	134.184.639,00	45.094.011,22	89.090.627,78-
221100110009	RECEITA COM DESCONSTITUICAO DE FUNDOS-FOMENTAR	0,00	758.503.128,14	758.503.128,14
221300000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	455.479,00	327.766,44	127.712,56-
221300100000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	455.479,00	327.766,44	127.712,56-
221300110000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	455.479,00	327.766,44	127.712,56-
221300110003	ALIENACAO DE VEICULOS - NAO VINCULADO	17.000,00	5.000,00	12.000,00-
221300110004	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - BRIGADA MILITAR	370.827,00	235.573,14	135.253,86-
221300110005	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - IGP	35.530,00	0,00	35.530,00-
221300110015	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS MOVEIS - NAO VINCULADA	30.000,00	60.893,30	30.893,30
221300110017	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - POLICIA CIVIL	2.122,00	26.300,00	24.178,00
221800000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ESPECÍFICA PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPI	0,00	6.835,88	6.835,88
221801000000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	0,00	6.835,88	6.835,88
221801200000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	0,00	6.835,88	6.835,88
221801210000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	0,00	6.835,88	6.835,88
221801210002	ALIENACAO INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO METODO CUSTEI	0,00	6.835,88	6.835,88
222000000000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	13.291.611,00	4.262.946,79	9.028.664,21-
222000100000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	13.291.611,00	4.262.946,79	9.028.664,21-
222000110000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	13.291.611,00	4.262.946,79	9.028.664,21-
222000110001	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - NAO VINCULADA	262.560,00	0,00	262.560,00-
222000110003	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - LEIS 10793 E 10794/96	1.358.071,00	1.160.000,31	198.070,69-
222000110004	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8204	90.000,00	0,00	90.000,00-
222000110005	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - FEGEP	11.489.138,00	2.912.946,48	8.576.191,52-
222000110007	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8205	90.000,00	0,00	90.000,00-
222000110008	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - LEI 13017	1.842,00	0,00	1.842,00-
222000110010	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - FEGEP - LEI 15.144/2018	0,00	190.000,00	190.000,00
230000000000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	56.812.437,00	24.626.612,63	32.185.824,37-
230006000000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	54.710.309,00	23.098.791,62	31.611.517,38-
230006100000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	54.710.309,00	23.098.791,62	31.611.517,38-
230006110000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	54.710.309,00	23.098.791,62	31.611.517,38-
230006110002	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-FDS-FEHIS-COHAB	280.228,00	807,97	279.420,03-
230006110003	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	15.889.093,00	17.022.630,91	1.133.537,91
230006110012	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-CARTEIRA CREDITO IMOBIL DA EXTINTA CEE	418.832,00	127.134,89	291.697,11-
230006110016	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - CARTEIRA COMERCIAL ORIUNDA DA CEERGS	11.122.156,00	5.944.146,12	5.178.009,88-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00045
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
230006110026	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-FUNDOPEM CAPITALIZACAO BADESUL	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00-
230006110027	AMORTIZACAO EMPRESTIMO CONCEDIDO - DMAE PROGUAIBA	0,00	4.071,73	4.071,73
230007000000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.102.128,00	1.527.821,01	574.306,99-
230007100000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.102.128,00	1.527.821,01	574.306,99-
230007110000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.102.128,00	1.527.821,01	574.306,99-
230007110021	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL-RECURSOS SISTEMA FINANCEIRO HABITA	647.877,00	0,00	647.877,00-
230007110027	AMORTIZACAO FINANCIAMENTO - AVAL CONCEDIDO PM MONTENEGRO	1.372.881,00	1.448.729,01	75.848,01
230007110028	AMORTIZACAO DO FINANCIAMENTO DE DIVIDAS DOS MUNICIPIOS COM A CEEE - LEI 1101	81.370,00	79.092,00	2.278,00-
240000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	191.152.577,00	197.505.582,09	6.353.005,09
241000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	187.133.485,00	191.656.016,09	4.522.531,09
241800000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	187.133.485,00	191.656.016,09	4.522.531,09
241804000000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - BLOCO INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE S	2.125.092,00	47.373.781,00	45.248.689,00
241804200000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2.125.092,00	37.080.228,00	34.955.136,00
241804210000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS A ATENCAO ESPECIALIZADA - PRINC	2.125.092,00	37.080.228,00	34.955.136,00
241804210001	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2.125.092,00	37.080.228,00	34.955.136,00
241804300000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	3.793.255,00	3.793.255,00
241804310000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPA	0,00	3.793.255,00	3.793.255,00
241804312763	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS DESTINADOS À VIGILÂ	0,00	3.793.255,00	3.793.255,00
241804600000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS, NÃO DETALHADAS ANTERIORMENTE	0,00	6.500.298,00	6.500.298,00
241804610000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS, NÃO DETALHADAS ANTERIORMENTE - PRINCIPAL	0,00	6.500.298,00	6.500.298,00
241804610015	TRANSFERENCIA GOVERNO FEDERAL - COMBATE COVID - INVESTIMENTO	0,00	6.500.298,00	6.500.298,00
241810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	184.708.393,00	95.890.068,78	88.818.324,22-
241810200000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	3.414.673,00	10.256.450,57	6.841.777,57
241810210000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO-PRINC	3.414.673,00	10.256.450,57	6.841.777,57
241810210013	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588/12-CONSTR QUADRAS ESPORTI	492.673,00	0,00	492.673,00-
241810210014	TRANSFERENCIA CONV FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600/12-CONSTR COBERTUR QUADRAS ES	1.042.000,00	0,00	1.042.000,00-
241810210021	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12-CONSTR 65 COBERTURAS QUADRAS ESP	780.000,00	0,00	780.000,00-
241810210113	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	1.100.000,00	5.158.228,79	4.058.228,79
241810210115	CONVENIO FNDE-UERGS 852688-17 AQUISICAO DE ACERVO BIBLIOGRAFICO	0,00	72.497,52	72.497,52
241810210116	CONVENIO FNDE-UERGS 852690/17 AQUISICAO EQUIP CURSO MESTRADO TECNOLOGIA ALIM	0,00	195.503,00	195.503,00
241810210117	CONVENIO FNDE-UERGS 852686/17-CONSTRUCAO DE CAMPUS SAO LUIZ GONZAGA	0,00	499.995,92	499.995,92
241810210123	CONVENIO BNDES-SEDUC 18205883 - CHAMADA PUBLICA INOVACAO EDUCACAO CONECTADA	0,00	2.156.245,34	2.156.245,34

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00046
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
241810210125	TRANSFERENCIA FNDE-UERGS EMENDA PARL 879933-EQUIPAMENTOS	0,00	33.980,00	33.980,00
241810210131	TR FNDE-SEDUC 202001344-4 - AQUISICAO ONIBUS ESCOLAR RURAL - CAMINHO DA ESCO	0,00	2.140.000,00	2.140.000,00
241810500000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁ	0,00	33.839.183,99	33.839.183,99
241810510000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁ	0,00	33.839.183,99	33.839.183,99
241810510063	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC35086447-11 AMPL SIS ESG SANITARIO ESTEIO-SAPU	0,00	20.686.278,33	20.686.278,33
241810510065	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35093048-11 AMPL SIST ESG SANITARIO FARROUPIL	0,00	8.335.379,55	8.335.379,55
241810510068	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086771-11 AMPL ESGOTO SANITARIO ALVORADA-VI	0,00	203.046,94	203.046,94
241810510070	TRANSF CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086667-11 AMPL SIST ESGOTO SANITARIO CANOAS	0,00	2.605.366,60	2.605.366,60
241810510077	CONVENIO TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SES SANTO ANTONIO DA PATRULHA	0,00	2.009.112,57	2.009.112,57
241810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	181.293.720,00	51.794.434,22	129.499.285,78-
241810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	181.293.720,00	51.794.434,22	129.499.285,78-
241810910126	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTA TRANSITO FEDERAL-SEFA	87,00	140,00	53,00
241810910311	TRANSFERENCIA CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011-MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS	0,00	25.610,63	25.610,63
241810910334	TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12-ACESSO AGUA PRODUCAO RURAL	1.363.265,00	0,00	1.363.265,00-
241810910384	TRANSFERENCIA CONVENIO MI-SDR 769273-12-SISTEMAS ABASTECIMENTO DE AGUA RURAI	21.845.937,00	0,00	21.845.937,00-
241810910474	CONVENIO MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACAO REG FUNDIARIA	3.005.726,00	0,00	3.005.726,00-
241810910650	CONVENIO MDA-SDR 795533/2013-QUALIFICACAO INFRAESTRUTURA BASICA PRODUTIVA AS	618.360,00	0,00	618.360,00-
241810910830	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO TAQUAREMBO	2.963.909,00	0,00	2.963.909,00-
241810910831	CONVENIO ANA-SEMA 114-2013 PROGESTAO PROG CONSOLID PACTO PELA GESTAO DAS AGU	0,00	85.866,53	85.866,53
241810910832	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO JAGUARI	0,00	25.799.657,84	25.799.657,84
241810910837	CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013 REDES DE ABAST DE AGUA POTAVEL ASSENTAMENTOS	5.646.148,00	0,00	5.646.148,00-
241810910842	CONVENIO MJ/SSP 774524-12-CONSTRUCAO CADEIA PUBLICA ALEGRETE	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00-
241810910843	CONVENIO MJ-SSP 774522-2012-CONSTRUCAO CADEIA PUBLICA PASSO FUNDO	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00-
241810910848	CONVENIO 822383-2015 MJ-SSP CAPACIT PROFISSIONAL DO PRESO	112.608,00	0,00	112.608,00-
241810910855	CONVENIO MDA-SDR 839460-2016 AQUISICAO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICULTURA F	15.958,00	0,00	15.958,00-
241810910860	CONVENIO MJ-SSP 855948-2017 RADIOCOMUNICACAO DIGITAL POA	248.619,00	0,00	248.619,00-
241810910865	TRANSFERENCIA TC MT-ST 05-2017-INVESTIMENTO AEROPORTO DE PASSO FUNDO	37.649.320,00	4.868.163,15	32.781.156,85-
241810910872	CONVENIO 892828/2019 MAPA-SEAPDR SUASA	0,00	2.157.372,85	2.157.372,85
241810910874	CONVENIO 894719/2019 MJSP-SSP REAPARELHAMENTO BRIGADA MILITAR	0,00	12.741.290,55	12.741.290,55
241810910875	CONVENIO MJ-SSP 890664-2019 APARELHAMENTO IGP - CRIMES DE POLUICAO	0,00	1.132.915,28	1.132.915,28
241810910876	CONVENIO MJ-SSP 894721-2019 AQUISICAO DE VIATURAS POLICIA CIVIL	0,00	4.983.417,39	4.983.417,39

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00047
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
241810919999	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM A UNIAO - PARA FINS DE ORCAMENTO	92.823.783,00	0,00	92.823.783,00-
241812000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0,00	2.434.730,99	2.434.730,99
241812100000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	0,00	2.434.730,99	2.434.730,99
241812110000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS-PRINCIP	0,00	2.434.730,99	2.434.730,99
241812110002	TRANSFERENCIA FNAS-BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	0,00	2.348.825,23	2.348.825,23
241812110003	TRANSFERENCIAS DO FNAS TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO	0,00	85.905,76	85.905,76
241899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	300.000,00	45.957.435,32	45.657.435,32
241899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	300.000,00	45.957.435,32	45.657.435,32
241899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - PRINCIPAL	300.000,00	45.957.435,32	45.657.435,32
241899110008	TRANSFERENCIA FUNDOPEN-MJ FUNDOPEN-SSP PORTARIA 1414-2016	0,00	2.809.707,32	2.809.707,32
241899110009	TRANSFERENCIA ANA-SEMA-PROCOMITES	300.000,00	300.000,00	0,00
241899110012	TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FESP	0,00	42.847.728,00	42.847.728,00
242000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	183.810,40	183.810,40
242800000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, E DE SUAS ENTIDADES	0,00	183.810,40	183.810,40
242810000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADE	0,00	183.810,40	183.810,40
242810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	0,00	183.810,40	183.810,40
242810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS - PRINCIPAL	0,00	183.810,40	183.810,40
242810910011	TRANSF RECURSO TJRS-PENAS ALTERNATIVA PROJETO FASE COVID-19	0,00	183.810,40	183.810,40
244000000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.989.981,00	4.145.280,79	155.299,79
244800000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS-ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPI	3.989.981,00	4.145.280,79	155.299,79
244810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.989.981,00	4.145.280,79	155.299,79
244810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.989.981,00	4.145.280,79	155.299,79
244810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	3.989.981,00	4.145.280,79	155.299,79
244810110007	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-POLICIA CIVIL	113.904,00	66.260,46	47.643,54-
244810110013	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-BRIGADA MILITAR	254.596,00	457.887,10	203.291,10
244810110024	TRANSFERENCIA FRAPORT-SSP TC 188-17-OTIMIZACAO OPERACAO CBM AEROPORTOS	3.621.133,00	3.621.133,23	0,23
244810110036	TRANSFERENCIA P/AMORTIZACAO DA DIVIDA DO PDV - CONVENIO ESTADO/EMPRESAS ESTA	348,00	0,00	348,00-
246000000000	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	1.503.218,68	1.503.218,68
246800000000	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	0,00	1.503.218,68	1.503.218,68
246801000000	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	1.503.218,68	1.503.218,68
246801900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR NÃO ESPECIFICADAS ANTEIORMENTE	0,00	1.503.218,68	1.503.218,68
246801910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR NÃO ESPECIFICADAS ANTEIORMENTE - PRINCIPAL	0,00	1.503.218,68	1.503.218,68
246801910008	CONVENIO FOCEM-SOP-SANEAMENTO URBANO INTEGRADO ACEGUA-BRASIL-URUGUAI	0,00	1.503.218,68	1.503.218,68
247000000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	29.111,00	17.256,13	11.854,87-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00048
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
247800000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	29.111,00	17.256,13	11.854,87-
247801000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	29.111,00	17.256,13	11.854,87-
247801900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	29.111,00	17.256,13	11.854,87-
247801910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - P	29.111,00	17.256,13	11.854,87-
247801910003	DOACOES DE PESSOAS AO FUNDO ESTADUAL DA SEGURANCA PUBLICA-BRIGADA MILITAR	18.866,00	0,00	18.866,00-
247801910006	DOACOES DA VARA DE EXECUCOES PENAIAS PARA DESPESA DE CAPITAL	10.245,00	17.256,13	7.011,13
290000000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	52.933,65	52.933,65
299000000000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	52.933,65	52.933,65
299000100000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	52.933,65	52.933,65
299000110000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	0,00	52.933,65	52.933,65
299000110008	RECEITAS DECORRENTES DA EXTINCAO DA CORAG	0,00	52.933,65	52.933,65
700000000000	RECEITAS CORRENTES - INTRA	16.282.469.579,00	16.884.771.940,87	602.302.361,87
720000000000	CONTRIBUIÇÕES - INTRA	4.605.213.579,00	5.609.830.533,53	1.004.616.954,53
721000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA	4.605.213.579,00	5.609.830.533,53	1.004.616.954,53
721600000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	707.135.846,00	753.202.564,36	46.066.718,36
721603000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	702.573.722,00	752.960.317,23	50.386.595,23
721603100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	702.573.722,00	752.960.317,23	50.386.595,23
721603110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - PRINCIPA	702.573.722,00	752.960.317,23	50.386.595,23
721603110001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SPH - ATIVOS	2.049.853,00	1.557.263,97	492.589,03-
721603110002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IPERGS - ATIVOS	4.700.517,00	3.382.706,41	1.317.810,59-
721603110003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DAER-ATIVOS	8.613.786,00	3.954.030,95	4.659.755,05-
721603110004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IRGA-ATIVOS	5.839.324,00	954.031,60	4.885.292,40-
721603110005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FOSPA-ATIVOS	624.152,00	292.005,29	332.146,71-
721603110006	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FIGTF-ATIVOS	2.733,00	0,00	2.733,00-
721603110007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SUPRG-ATIVOS	1.117.546,00	1.038.216,91	79.329,09-
721603110008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGERGS-ATIVOS	253.236,00	247.365,30	5.870,70-
721603110009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DETRAN-ATIVOS	2.453.068,00	2.211.364,98	241.703,02-
721603110011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FASE-ATIVOS	4.336,00	3.560,82	775,18-
721603110015	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-CIENTEC-ATIVOS	132.670,00	0,00	132.670,00-
721603110016	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FEE-ATIVOS	19.625,00	0,00	19.625,00-
721603110017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-METROPLAN-ATIVOS	3.268,00	2.234,34	1.033,66-
721603110019	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-TVE-ATIVOS	58.465,00	0,00	58.465,00-
721603110020	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FADERGS-ATIVOS	535,00	581,68	46,68
721603110023	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FEPAGRO-ATIVOS	4.387,00	0,00	4.387,00-



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00049
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721603110027	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FPERGS-ATIVOS	428,00	0,00	428,00-
721603110028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGDI-ATIVOS	85.890,00	92.796,38	6.906,38
721603110029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-JUCERGS-ATIVOS	101.554,00	99.514,27	2.039,73-
721603110100	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - PODER EXECUTIVO-ATIVOS	80.790.156,00	403.639.607,39	322.849.451,39
721603110101	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-AT	11.053.137,00	10.403.299,66	649.837,34-
721603110102	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE JUSTICA-ATIVO	56.135.487,00	54.520.276,71	1.615.210,29-
721603110103	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE CONTAS-ATIVOS	9.800.000,00	9.371.589,96	428.410,04-
721603110104	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - MINISTERIO PUBLICO-ATIVOS	12.360.000,00	11.765.743,87	594.256,13-
721603110105	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - AUTARQUIAS-ATIVOS	0,00	10.980.835,98	10.980.835,98
721603110106	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - FUNDACOES-ATIVOS	0,00	22.161,34	22.161,34
721603110107	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - JUSTICA MILITAR-ATIVOS	775.422,00	569.019,52	206.402,48-
721603110108	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - DEFENSORIA PUBLICA-ATIVOS	5.428.250,00	4.270.738,00	1.157.512,00-
721603110111	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA SAUDE-ATIVOS	18.291.100,00	12.359.495,84	5.931.604,16-
721603110112	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA EDUCACAO-ATIVOS	204.049.378,00	217.398.569,03	13.349.191,03
721603110113	CONTRIBUICAO PARA ASSISTE MEDICA-PATRONAL-PODER EXECUTIVO-PESSOAL MILITAR-AT	183.017.499,00	0,00	183.017.499,00-
721603110114	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SEGURANCA-ATIVOS	63.791.340,00	0,00	63.791.340,00-
721603110115	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-ATIVOS DO IPE SAUDE	290.580,00	110.977,20	179.602,80-
721603110137	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-ATIVOS-SEAPEN	16.104.629,00	0,00	16.104.629,00-
721603110138	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-INATIVOS - SEAPEN	8.318.116,00	0,00	8.318.116,00-
721603110147	CONTRIBUICAO PATRONAL ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	6.303.255,00	3.712.329,83	2.590.925,17-
721604000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	4.562.124,00	242.247,13	4.319.876,87-
721604100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	4.562.124,00	242.247,13	4.319.876,87-
721604110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS-PRINCI	4.562.124,00	242.247,13	4.319.876,87-
721604110039	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DEFENSORIA-PENSIONISTAS	0,00	242.247,13	242.247,13
721604110206	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-CONVENIOS	4.562.124,00	0,00	4.562.124,00-
721800000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	3.897.992.651,00	4.856.627.969,17	958.635.318,17
721801000000	CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DE ESTADOS/	0,00	1.440.695,36	1.440.695,36
721801100000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	0,00	1.440.695,36	1.440.695,36
721801110000	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL - PRINCIPAL	0,00	1.440.695,36	1.440.695,36
721801110100	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV CIVIL	0,00	1.303.638,44	1.303.638,44

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00050
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721801110101	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV MILITAR	0,00	137.056,92	137.056,92
721803000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECÍFICO DE EST/DF/MUN	2.772.286.896,00	3.634.435.981,09	862.149.085,09
721803100000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	1.685.852.700,00	1.546.826.313,13	139.026.386,87-
721803110000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.685.852.700,00	1.546.826.313,13	139.026.386,87-
721803110001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS ORG	178.936.828,00	179.925.193,87	988.365,87
721803110002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-METROPLAN	28.918,00	15.151,94	13.766,06-
721803110003	CONTRB PATRONAL PARA O RPPS - ATIVO CIVIL - FASE	43.205,00	35.110,54	8.094,46-
721803110007	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS -ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISL	16.900.000,00	16.237.242,20	662.757,80-
721803110010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-TRIB DE CONTAS	34.667.000,00	42.429.253,52	7.762.253,52
721803110015	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FADERS	7.571,00	4.594,26	2.976,74-
721803110016	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-MINIST PUBLICO-MP	119.600.000,00	129.555.167,30	9.955.167,30
721803110030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILITAR	2.668.801,00	3.128.867,24	460.066,24
721803110033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL JUSTICA	227.950.069,00	220.343.648,70	7.606.420,30-
721803110034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUC	414.064.820,00	292.528.570,96	121.536.249,04-
721803110037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA S	66.153.126,00	90.822.202,45	24.669.076,45
721803110055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-CEERS	14.278.410,00	0,00	14.278.410,00-
721803110056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DAER	11.813.156,00	6.336.818,71	5.476.337,29-
721803110058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SPH	343.674,00	0,00	343.674,00-
721803110059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IRGA	23.992,00	703.888,38	679.896,38
721803110062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-AGERGS	1.690.623,00	1.835.526,02	144.903,02
721803110064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IPERGS	4.341.430,00	3.256.387,54	1.085.042,46-
721803110066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SUPRG	3.368.958,00	0,00	3.368.958,00-
721803110068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DETRAN	13.617.076,00	15.490.609,00	1.873.533,00
721803110070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FOSPA	2.747.548,00	1.009.387,26	1.738.160,74-
721803110078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBL	29.128.810,00	37.333.727,88	8.204.917,88
721803110079	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FPERGS	0,00	3.983,61	3.983,61
721803110080	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-AGDI	58.762,00	295.283,13	236.521,13
721803110085	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-JUCERGS	1.398.262,00	676.414,60	721.847,40-
721803110087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	328.818.837,00	273.205.281,91	55.613.555,09-
721803110088	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - ATIVO CIVIL - SEAPEN	0,00	99.867.381,99	99.867.381,99
721803110089	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - ATIVO CIVIL - IPE SAUDE	0,00	345.506,20	345.506,20
721803110101	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-PODER EXECUTI	21.021.683,00	60.292.501,84	39.270.818,84

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00051
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803110107	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LE	1.339.000,00	45.585,53	1.293.414,47-
721803110108	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METROPLAN	5.378,00	2.545,91	2.832,09-
721803110110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIB DE CONTA	6.340.743,00	4.049.823,33	2.290.919,67-
721803110115	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FPERGS	14.832,00	9.619,74	5.212,26-
721803110116	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-MINIST PUBLIC	8.599.500,00	4.973.082,33	3.626.417,67-
721803110130	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILIT	133.793,00	77.013,23	56.779,77-
721803110133	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL JUST	30.617.733,00	17.804.834,23	12.812.898,77-
721803110134	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRET EDUCAC	43.450.521,00	25.595.355,54	17.855.165,46-
721803110137	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	9.475.155,00	6.725.203,28	2.749.951,72-
721803110156	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DAER	1.216.282,00	659.549,96	556.732,04-
721803110159	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IRGA	1.139.018,00	607.713,27	531.304,73-
721803110162	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AGERGS	427.616,00	260.161,16	167.454,84-
721803110164	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IPERGS	1.622.239,00	747.903,72	874.335,28-
721803110166	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SUPRG	3.634,00	0,00	3.634,00-
721803110168	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DETRAN	4.858.194,00	2.441.756,84	2.416.437,16-
721803110170	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FOSPA	267.973,00	216.599,64	51.373,36-
721803110178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PU	10.076.001,00	6.523.988,05	3.552.012,95-
721803110181	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AGDI	484.605,00	190.860,85	293.744,15-
721803110185	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-JUCERGS	11.297,00	4.745,04	6.551,96-
721803110187	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	72.097.627,00	0,00	72.097.627,00-
721803110189	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - REGIME DE CAPITALIZACAO - ATIVO CIVIL - IPE SAU	0,00	212.270,43	212.270,43
721803200000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL INATIVO	819.843.418,00	1.710.873.746,86	891.030.328,86
721803210000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	819.843.418,00	1.710.873.746,86	891.030.328,86
721803210001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS	190.432.605,00	284.672.307,15	94.239.702,15
721803210007	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	39.650.000,00	56.201.385,38	16.551.385,38
721803210010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	57.417.000,00	75.104.073,90	17.687.073,90
721803210016	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA RPPS - INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	33.150.000,00	44.831.574,46	11.681.574,46
721803210030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.740.809,00	2.223.998,54	483.189,54
721803210033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE JUSTICA	136.805.793,00	216.987.712,96	80.181.919,96
721803210034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECR EDUCACAO	17.308.129,00	497.753.361,00	480.445.232,00
721803210037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	23.589.284,00	57.554.689,96	33.965.405,96

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00052
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803210055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL - CEERS	8.892.202,00	0,00	8.892.202,00-
721803210056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DAER	9.152.973,00	17.851.717,81	8.698.744,81
721803210058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SPH	1.417.410,00	3.735.497,39	2.318.087,39
721803210059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IRGA	10.690,00	2.187,95	8.502,05-
721803210062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-AGERGS	86.297,00	127.953,26	41.656,26
721803210064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IPERGS	7.032.173,00	15.676.902,32	8.644.729,32
721803210066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SUPRG	1.312.490,00	0,00	1.312.490,00-
721803210068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DETRAN	388.346,00	739.158,14	350.812,14
721803210078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DEF PUBLICA	17.656.337,00	22.527.707,30	4.871.370,30
721803210085	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA RPPS - INATIVOS - JUCIS RS	0,00	72.256,72	72.256,72
721803210087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	273.800.880,00	354.073.047,96	80.272.167,96
721803210088	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVO CIVIL - SEAPEN	0,00	60.738.214,66	60.738.214,66
721803300000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	210.301.964,00	372.758.788,94	162.456.824,94
721803310000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	210.301.964,00	372.758.788,94	162.456.824,94
721803310001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-EXECUTIVO-OUTRO	125.659.197,00	142.370.358,54	16.711.161,54
721803310007	CONTRIBUICAO PATRONAL - PENSOES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	9.750.000,00	11.728.405,24	1.978.405,24
721803310010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSOES - TRIBUNAL DE CONTAS DE ESTADO	5.664.500,00	7.878.054,76	2.213.554,76
721803310016	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA RPPS - PENSIONISTAS - MINISTERIO PUBLICO	11.440.000,00	14.999.683,84	3.559.683,84
721803310030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.167.927,00	1.154.544,28	13.382,72-
721803310033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE JUSTICA	40.872.553,00	55.326.850,26	14.454.297,26
721803310034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECR EDUCACAO	2.058.898,00	31.750.169,92	29.691.271,92
721803310037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECRETARIA DA S	3.324.075,00	10.217.760,78	6.893.685,78
721803310056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DAER	4.711.527,00	0,00	4.711.527,00-
721803310058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SPH	1.417.410,00	0,00	1.417.410,00-
721803310059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IRGA	265.560,00	0,00	265.560,00-
721803310064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IPERGS	1.515.696,00	0,00	1.515.696,00-
721803310066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SUPRG	119.550,00	0,00	119.550,00-
721803310070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-FOSPA	73.238,00	0,00	73.238,00-
721803310078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DEFENSORIA PUBL	1.513.603,00	2.743.331,60	1.229.728,60
721803310079	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA - DETRAN	2.350,00	0,00	2.350,00-
721803310087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SEGURANCA	121.024,00	94.589.629,72	94.468.605,72

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00053
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803310101	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- PODER EXEC	19.257,00	0,00	19.257,00-
721803310110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- TCE	46.800,00	0,00	46.800,00-
721803310178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- DEFENSORIA	558.799,00	0,00	558.799,00-
721803400000	CPSSS PATRONAL - ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	56.288.814,00	3.977.132,16	52.311.681,84-
721803410000	CPSSS PATRONAL - ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINC	56.288.814,00	3.977.132,16	52.311.681,84-
721803410027	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA PREVIDENCIA SOCIAL - RPV	56.288.814,00	3.977.132,16	52.311.681,84-
721807000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA PREVIDÊNCIA MILITAR DE ESTADOS E DF	1.125.705.755,00	1.220.751.292,72	95.045.537,72
721807100000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO	449.868.765,00	471.556.431,09	21.687.666,09
721807110000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	449.868.765,00	471.556.431,09	21.687.666,09
721807110002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO MILITAR-PODER EXECUTI	386.498.371,00	404.444.933,03	17.946.562,03
721807110102	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	63.370.394,00	67.111.498,06	3.741.104,06
721807200000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR INATIVO	536.140.236,00	623.194.861,63	87.054.625,63
721807210000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	536.140.236,00	623.194.861,63	87.054.625,63
721807210002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO MILITAR-PODER EXECU	536.140.236,00	623.194.861,63	87.054.625,63
721807300000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PENSIONISTAS MILITARES	139.696.754,00	126.000.000,00	13.696.754,00-
721807310000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	139.696.754,00	126.000.000,00	13.696.754,00-
721807310002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA MILITAR-PODER E	139.696.754,00	126.000.000,00	13.696.754,00-
721900000000	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	85.082,00	0,00	85.082,00-
721999000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	85.082,00	0,00	85.082,00-
721999100000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	85.082,00	0,00	85.082,00-
721999110000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PRINCIPAL	85.082,00	0,00	85.082,00-
721999110001	CONTRIBUICAO AO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - PATRONA	85.082,00	0,00	85.082,00-
760000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	11.500.000,00	8.144.607,94	3.355.392,06-
763000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	11.500.000,00	8.144.607,94	3.355.392,06-
763800000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍP	11.500.000,00	8.144.607,94	3.355.392,06-
763801000000	SERVIÇOS DE SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	11.500.000,00	8.144.607,94	3.355.392,06-
763801100000	SERVIÇOS HOSPITALARES	11.500.000,00	7.868.045,71	3.631.954,29-
763801110000	SERVIÇOS HOSPITALARES-PRINCIPAL	11.500.000,00	7.868.045,71	3.631.954,29-
763801110001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	11.500.000,00	7.868.045,71	3.631.954,29-
763801300000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	0,00	276.562,23	276.562,23
763801310000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS-PRINCIPAL	0,00	276.562,23	276.562,23
763801310011	RECEITA SERVICOS SAUDE-TESTES PATER/MATER	0,00	276.562,23	276.562,23
790000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA	11.665.756.000,00	11.266.796.799,40	398.959.200,60-
792000000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	32.633.573,00	18.524.349,97	14.109.223,03-
792800000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUN	32.633.573,00	18.524.349,97	14.109.223,03-
792801000000	INDENIZAÇÕES- ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.018.979,00	1.085.374,47	66.395,47
792801100000	INDENIZAÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.018.979,00	1.085.374,47	66.395,47
792801110000	INDENIZAÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.018.979,00	1.085.374,47	66.395,47
792801110002	INDENIZACAO DE USO DE BENS - INTRAORCAMENTARIO	60.636,00	0,00	60.636,00-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00054
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
792801110003	INDENIZACOES DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE PRESTACAO DE SERVICOS POR APENAD	958.343,00	1.085.374,47	127.031,47
792802000000	RESTITUIÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	31.614.594,00	17.438.975,50	14.175.618,50-
792802900000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	31.614.594,00	17.438.975,50	14.175.618,50-
792802910000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE-PR	31.614.594,00	17.438.975,50	14.175.618,50-
792802910007	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS	19.730.721,00	732.767,58	18.997.953,42-
792802910009	DIVERSAS RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	67.100,80	67.100,80
792802910011	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - AL	0,00	300.168,06	300.168,06
792802910012	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TCE	3.792.000,00	3.521.570,45	270.429,55-
792802910013	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TJ	0,00	320.185,30	320.185,30
792802910015	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - DPE	51.873,00	0,00	51.873,00-
792802910016	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS - FESP	740.000,00	256.884,65	483.115,35-
792802910017	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	7.300.000,00	8.513.567,43	1.213.567,43
792802910018	RESTITUICOES/COMP CFE PAR. 6º DO ART. 8º DO DECRETO 53.974-2018	0,00	3.726.731,23	3.726.731,23
799000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	11.633.122.427,00	11.248.272.449,43	384.849.977,57-
799001000000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	11.633.122.427,00	11.248.272.449,43	384.849.977,57-
799001100000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	11.633.122.427,00	11.248.272.449,43	384.849.977,57-
799001110000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PRINCIPA	11.633.122.427,00	11.248.272.449,43	384.849.977,57-
799001110001	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-OUTROS ORG EXEC-INATIV	773.341.579,00	723.640.856,51	49.700.722,49-
799001110002	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-MILITARES-INATIVO	2.451.794.325,00	2.579.795.318,12	128.000.993,12
799001110007	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	123.875.188,00	92.911.243,04	30.963.944,96-
799001110010	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-TRIBUNAL DE CONTA	112.140.823,00	83.432.780,16	28.708.042,84-
799001110030	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-TRIBUNAL MILITAR	1.925.257,00	302.064,86	1.623.192,14-
799001110033	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-TRIBUNAL DE JUSTI	311.532.290,00	236.633.691,41	74.898.598,59-
799001110034	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SECR EDUCACAO-INATIVOS	4.068.044.695,00	3.727.726.415,13	340.318.279,87-
799001110037	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SECR SAUDE-INATIV	202.177.121,00	226.995.186,10	24.818.065,10
799001110056	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-DAER-INATIVOS	110.855.793,00	97.412.287,19	13.443.505,81-
799001110058	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SPH-INATIVOS	0,00	24.837.996,18	24.837.996,18
799001110059	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-IRGA-INATIVOS	10.934,00	5.679,57	5.254,43-
799001110078	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-DEFENS PUBL-INATI	11.766.146,00	2.771.221,29	8.994.924,71-
799001110079	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SEGURANCA-INATIVO	743.550.455,00	629.728.604,39	113.821.850,61-
799001110081	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEF FINANCEIRO-OUTR ORG EXEC-PENSIONISTAS	482.366.389,00	906.087.168,69	423.720.779,69
799001110082	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-MILITARES-PENSIONISTAS	1.040.586.030,00	1.109.820.246,52	69.234.216,52
799001110083	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-S EDUCACAO-PENSIONISTA	255.993.482,00	233.000.000,00	22.993.482,00-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00055
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
799001110084	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-SEC SAUDE-PENSIONISTAS	69.103.086,00	58.350.000,00	10.753.086,00-
799001110085	CONTRIB PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-DAER-PENSIONISTAS	125.692.749,00	0,00	125.692.749,00-
799001110087	CONTRIB PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-IRGA-PENSIONISTAS	3.264.729,00	0,00	3.264.729,00-
799001110088	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-DEFEN PUBL-PENSIONISTA	6.022.055,00	2.151.787,70	3.870.267,30-
799001110100	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV CIVIL	23.665.605,00	0,00	23.665.605,00-
799001110101	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV MILITAR	3.223.378,00	0,00	3.223.378,00-
799001110187	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO-PENSIONISTAS-SEGURANCA	455.045.206,00	271.509.998,84	183.535.207,16-
799001110188	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL - INATIVOS - SEAPEN	0,00	30.650.346,15	30.650.346,15
799001110307	CONTRIB PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONIS- ASSEMBLEI	32.280.001,00	30.751.282,47	1.528.718,53-
799001110310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONISTAS -	19.906.883,00	18.122.443,02	1.784.439,98-
799001110330	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONISTAS -	4.107.121,00	3.444.873,30	662.247,70-
799001110333	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT FINANCEIRO - PENSIONISTAS -	200.851.107,00	158.190.958,79	42.660.148,21-
900000000000	DEDUÇÃO RECEITAS CORRENTES	17.660.981.540,45-	17.427.603.695,68-	233.377.844,77
910000000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.945.487.978,60-	16.461.764.748,23-	483.723.230,37
911000000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS	16.945.487.978,60-	16.461.764.748,23-	483.723.230,37
911800000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	16.945.487.978,60-	16.461.764.748,23-	483.723.230,37
911801000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.990.012.972,60-	2.087.934.351,10-	97.921.378,50-
911801200000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	1.854.973.673,40-	1.934.683.743,55-	79.710.070,15-
911801210000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	1.722.170.199,60-	1.739.660.663,74-	17.490.464,14-
911801210001	DEDUÇÃO IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES - FUNDEB	287.028.366,60-	289.452.711,04-	2.424.344,44-
911801219001	DEDUÇÃO IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES - MUNICIPI	1.435.141.833,00-	1.450.207.952,70-	15.066.119,70-
911801230000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	76.076.868,60-	118.573.370,85-	42.496.502,25-
911801230001	DEDUÇÃO RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	12.679.478,10-	19.751.792,63-	7.072.314,53-
911801239001	DEDUÇÃO RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA - MUNICIPIOS	63.397.390,50-	98.821.578,22-	35.424.187,72-
911801250000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	27.997.902,00-	36.866.372,31-	8.868.470,31-
911801250001	DEDUÇÃO MULTAS DO IPVA - FUNDEB	4.666.317,00-	6.117.291,42-	1.450.974,42-
911801259001	DEDUÇÃO MULTAS DO IPVA - MUNICIPIOS	23.331.585,00-	30.749.080,89-	7.417.495,89-
911801260000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS	3.400.884,00-	3.059.468,59-	341.415,41
911801260001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO IPVA - FUNDEB	566.814,00-	504.845,62-	61.968,38
911801269001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO IPVA - MUNICIPIOS	2.834.070,00-	2.554.622,97-	279.447,03
911801270000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES-DÍVIDA ATIVA-MUL	18.983.602,80-	29.638.751,60-	10.655.148,80-
911801270001	DEDUÇÃO MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA - FUNDEB	3.163.933,80-	4.939.739,09-	1.775.805,29-
911801279001	DEDUÇÃO MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA - MUNICIPIOS	15.819.669,00-	24.699.012,51-	8.879.343,51-
911801280000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES-DÍVIDA ATIVA-JUR	6.344.216,40-	6.885.116,46-	540.900,06-

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00056
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911801280001	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73) - FUNDEB	1.057.369,40-	1.147.449,40-	90.080,00-
911801289001	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73) - MUNICIPI	5.286.847,00-	5.737.667,06-	450.820,06-
911801300000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	132.944.820,20-	151.961.145,02-	19.016.324,82-
911801310000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS-PRINC	129.111.240,60-	145.348.673,96-	16.237.433,36-
911801310001	DEDUÇÃO ITCD - FUNDEB	129.111.240,60-	145.348.673,96-	16.237.433,36-
911801330000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	645.254,40-	859.982,24-	214.727,84-
911801330001	DEDUÇÃO RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	645.254,40-	858.335,74-	213.081,34-
911801330011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	0,00	1.646,50-	1.646,50-
911801350000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MUL	1.148.838,60-	3.485.927,84-	2.337.089,24-
911801350001	DEDUÇÃO MULTAS DO ITCD - FUNDEB	1.148.838,60-	3.485.927,84-	2.337.089,24-
911801360000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUR	1.182.672,20-	1.143.134,82-	39.537,38
911801360001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ITCD - FUNDEB	1.182.672,20-	1.143.134,82-	39.537,38
911801370000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	395.764,60-	487.132,42-	91.367,82-
911801370001	DEDUÇÃO MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD - FUNDEB	395.764,60-	486.144,61-	90.380,01-
911801370011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTAS MORA DIVIDA ATIVA DO ITCD - FUNDEB	0,00	987,81-	987,81-
911801380000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	461.049,80-	636.293,74-	175.243,94-
911801380001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD - FUNDEB	461.049,80-	633.945,66-	172.895,86-
911801380011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - ITCD - DIVIDA ATIVA JUROS DE MORA - FUNDEB	0,00	2.348,08-	2.348,08-
911801400000	DEDUÇÃO ITBI	2.094.479,00-	1.289.462,53-	805.016,47
911801410000	DEDUÇÃO ITBI	2.094.479,00-	1.289.462,53-	805.016,47
911801419001	DEDUÇÃO ITBI - MUNICIPIOS	2.094.479,00-	1.289.462,53-	805.016,47
911802000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	14.955.475.006,00-	14.373.830.397,13-	581.644.608,87
911802100000	DEDUÇÃO IMPOSTO OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES	14.891.001.880,20-	14.373.830.397,13-	517.171.483,07
911802110000	DEDUÇÃO ICMS - PRINCIPAL	14.485.101.474,80-	14.065.353.997,02-	419.747.477,78
911802110002	DEDUÇÃO ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV TRANSP - FUND	5.303.657.967,00-	5.164.444.218,81-	139.213.748,19
911802110012	DEDUÇÃO ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERCAD E S/ PREST DE SERV-AUL-FUNDEB	128.255.086,05-	106.982.427,49-	21.272.658,56
911802119002	DEDUÇÃO ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV TRANSP - MUNI	8.839.429.945,00-	8.610.973.666,85-	228.456.278,15
911802119012	DEDUÇÃO ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERCAD E S/ PREST DE SERV TRANSP-AUL-MUNICI	213.758.476,75-	182.953.683,87-	30.804.792,88
911802120000	DEDUÇÃO IMPOSTO OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES	51.868,20-	0,00	51.868,20
911802120025	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA-RS - FUNDEB	51.868,20-	0,00	51.868,20
911802130000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA	152.662.385,20-	132.834.979,74-	19.827.405,46
911802130002	DEDUÇÃO RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	57.248.394,45-	47.771.071,53-	9.477.322,92
911802130022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - FUNDEB	0,00	1.772.653,39-	1.772.653,39-
911802139002	DEDUÇÃO RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - MUNICIPIOS	95.413.990,75-	80.335.560,75-	15.078.430,00



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00057
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911802139022	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - MUNICIPIOS	0,00	2.955.694,07-	2.955.694,07-
911802150000	DEDUÇÃO ICMS - MULTAS	74.658.391,20-	50.957.651,02-	23.700.740,18
911802150002	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - FUNDEB	5.250.022,35-	2.183.868,85-	3.066.153,50
911802150012	DEDUÇÃO MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - FUNDEB	14.800.063,20-	12.266.081,44-	2.533.981,76
911802150022	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - FUNDEB	7.946.811,15-	4.229.395,43-	3.717.415,72
911802159002	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - MUNICIPIOS	8.750.037,25-	3.647.220,67-	5.102.816,58
911802159012	DEDUÇÃO MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - MUNICIPIOS	24.666.772,00-	20.521.481,62-	4.145.290,38
911802159022	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - MUNICIPIOS	13.244.685,25-	8.109.603,01-	5.135.082,24
911802160000	DEDUÇÃO ICMS - JUROS	38.543.260,40-	17.912.020,47-	20.631.239,93
911802160002	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - FUNDEB	3.945.285,75-	632.420,68-	3.312.865,07
911802160012	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - FUNDEB	10.508.436,90-	5.489.436,01-	5.019.000,89
911802169002	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - MUNICIPIOS	6.575.476,25-	1.056.048,81-	5.519.427,44
911802169012	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - MUNICIPIOS	17.514.061,50-	10.734.114,97-	6.779.946,53
911802170000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	46.652.725,60-	44.662.349,88-	1.990.375,72
911802170002	DEDUÇÃO MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - FUNDEB	9.263.320,05-	7.479.997,93-	1.783.322,12
911802170012	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - FUNDEB	8.231.452,05-	8.427.600,46-	196.148,41-
911802170022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - FUNDEB	0,00	682.098,06-	682.098,06-
911802170032	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA MORA DIVIDA ATIVA DO ICMS-FUNDEB	0,00	131.731,71-	131.731,71-
911802179002	DEDUÇÃO MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - MUNICIPIOS	15.438.866,75-	12.499.054,82-	2.939.811,93
911802179012	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - MUNICIPIOS	13.719.086,75-	14.085.302,36-	366.215,61-
911802179022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - MUNICIPIOS	0,00	1.136.945,23-	1.136.945,23-
911802179032	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS-MUNICIPIOS	0,00	219.619,31-	219.619,31-
911802180000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	93.331.774,80-	62.109.399,00-	31.222.375,80
911802180002	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73) - FUNDEB	34.999.415,55-	20.301.031,85-	14.698.383,70
911802180022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS - FUNDEB	0,00	2.886.037,79-	2.886.037,79-
911802189002	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73) - MUNICIPI	58.332.359,25-	34.111.869,76-	24.220.489,49
911802189022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS - MUNICIPIOS	0,00	4.810.459,60-	4.810.459,60-
911802200000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	64.473.125,80-	0,00	64.473.125,80
911802210000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - PRINCIPAL	64.222.540,60-	0,00	64.222.540,60
911802210001	DEDUÇÃO ICMS - IMP S/OPER CIRC MERCAD E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AMPARA	63.052.959,20-	0,00	63.052.959,20
911802210012	DEDUÇÃO ICMS-IMP S/OPER CIRC MERC E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AUL-AMPARA	1.169.581,40-	0,00	1.169.581,40
911802230000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA	41.293,20-	0,00	41.293,20
911802230001	DEDUÇÃO RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - AMPARA-RS	41.293,20-	0,00	41.293,20
911802250000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - MULTAS	185.137,20-	0,00	185.137,20
911802250001	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	152.228,80-	0,00	152.228,80

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00058
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911802250012	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA - RS	25.748,60-	0,00	25.748,60
911802250022	DEDUÇÃO MULTA MATERIAL DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA - RS	7.159,80-	0,00	7.159,80
911802260000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - JUROS	763,60-	0,00	763,60
911802260001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	763,60-	0,00	763,60
911802270000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA-DÍVIDA ATIVA-MU	19.233,20-	0,00	19.233,20
911802270001	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	11.246,80-	0,00	11.246,80
911802270022	DEDUÇÃO MULTA MATERIAL DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA -RS	7.986,40-	0,00	7.986,40
911802280000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA-DÍVIDA ATIVA-JU	4.158,00-	0,00	4.158,00
911802280001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - ART 69 LEI 6537-73 - AMPARA-	4.158,00-	0,00	4.158,00
930000000000	DEDUÇÃO RECEITA PATRIMONIAL	0,00	318.419.893,22-	318.419.893,22-
932000000000	DEDUÇÃO VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	318.419.893,22-	318.419.893,22-
932100000000	DEDUÇÃO JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	0,00	318.419.893,22-	318.419.893,22-
932100100000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	225,03-	225,03-
932100110000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	225,03-	225,03-
932100112017	DEDUÇÃO REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - ICMS - MUNICIPIOS	0,00	225,03-	225,03-
932100400000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPP	0,00	318.419.668,19-	318.419.668,19-
932100410000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS-PRINC	0,00	318.419.668,19-	318.419.668,19-
932100410001	DEDUÇÃO REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS RPPS RENDA FIXA-FUNDOPREV-CIVIL	0,00	265.733.887,69-	265.733.887,69-
932100410002	DEDUÇÃO REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV-MILITA	0,00	52.685.780,50-	52.685.780,50-
970000000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	715.493.561,85-	642.467.590,48-	73.025.971,37
971000000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	715.493.561,85-	642.467.590,48-	73.025.971,37
971800000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	715.493.561,85-	642.467.590,48-	73.025.971,37
971801000000	DEDUÇÃO PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	684.623.329,00-	642.467.590,48-	42.155.738,52
971801100000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERA	452.561.093,40-	427.300.180,43-	25.260.912,97
971801110000	DEDUÇÃO COTA-PARTE FUNDO PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL-PRINCIP	452.561.093,40-	427.300.180,43-	25.260.912,97
971801110001	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS (FPE)-FUNDEB	452.561.093,40-	427.300.180,43-	25.260.912,97
971801600000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES	219.729.621,60-	205.550.047,61-	14.179.573,99
971801610000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES	219.729.621,60-	205.550.047,61-	14.179.573,99
971801610001	DEDUÇÃO COTA-PARTE IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES-FU	82.398.608,10-	77.081.267,81-	5.317.340,29
971801619001	DEDUÇÃO COTA-PARTE IMP PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES - MUNI	137.331.013,50-	128.468.779,80-	8.862.233,70
971801700000	DEDUCAO CIDE	12.332.614,00-	9.617.362,44-	2.715.251,56
971801710000	DEDUCAO CIDE	12.332.614,00-	9.617.362,44-	2.715.251,56
971801719013	DEDUCAO CIDE - MUNICIPIOS	12.332.614,00-	9.617.362,44-	2.715.251,56
971802000000	DEDUCAO TRANSFERÊNCIA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO RECURSOS NATURA	1.490.187,25-	0,00	1.490.187,25

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00059
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
971802600000	DEDUCAO PETROLEO BRUTO DE PRODUCAO NACIONAL	1.490.187,25-	0,00	1.490.187,25
971802610000	DEDUCAO PETROLEO BRUTO DE PRODUCAO NACIONAL	1.490.187,25-	0,00	1.490.187,25
971802619070	DEDUCAO PETROLEO BRUTO DE PRODUCAO NACIONAL - MUNICIPIOS	1.490.187,25-	0,00	1.490.187,25
971806000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
971806100000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
971806110000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96-PRINC	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
971806110001	DEDUÇÃO TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96 - FUNDEB	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
990000000000	DEDUCAO OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	4.951.463,75-	4.951.463,75-
991000000000	DEDUCAO MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	4.951.463,75-	4.951.463,75-
991001000000	DEDUCOES DE MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECIFICA	0,00	4.951.463,75-	4.951.463,75-
991001100000	DEDUCOES DE MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECIFICA	0,00	4.951.463,75-	4.951.463,75-
991001110000	DEDUCOES MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL	0,00	4.951.463,75-	4.951.463,75-
991001110020	DEDUCAO COBRANCA DETRAN - MULTAS TRANSITO BATALHAO POLICIA RODOVIARIA	0,00	4.232.112,75-	4.232.112,75-
991001111020	DEDUCAO FUNSET - INFRACAO DE TRANSITO MANUAL POLICIA RODOVIARIA	0,00	549.162,18-	549.162,18-
991001119020	DEDUCAO RENAINF - MULTA INFRACAO TRANSITO MANUAL BATALHAO POLICIA RODOVIARIA	0,00	170.188,82-	170.188,82-
TOTAL		61.159.925.925,55	63.960.587.766,84	2.800.661.841,29

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE065/00001
	COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	ANEXO N.11
		R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
DESPESA FIXADA	41.121.790.048,00	2.537.245.233,00	44.769.417.584,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	5.273.318.950,69	896.380.121,37	7.280.028.752,06
DESPESA AUTORIZADA	44.525.227.636,45	2.989.799.216,45	47.515.079.475,90
DESPESA REALIZADA	41.407.065.321,26	2.440.373.048,48	43.847.438.369,74
DIFERENÇA	3.118.162.315,19	549.426.167,97	3.667.641.106,16
AUTARQUIAS			
DESPESA FIXADA	17.220.896.728,00	276.243.337,00	18.281.499.564,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	695.335.722,36	95.421.609,32	802.420.331,68
DESPESA AUTORIZADA	17.430.663.783,39	321.359.908,93	18.524.720.191,32
DESPESA REALIZADA	17.092.233.895,19	254.776.748,71	17.347.010.643,90
DIFERENÇA	338.429.888,20	66.583.160,22	1.177.709.547,42
FUNDAÇÕES			
DESPESA FIXADA	3.348.725.424,00	38.784.467,00	3.387.509.891,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	108.823.416,61	813.024,61	109.636.441,22
DESPESA AUTORIZADA	3.461.464.023,39	59.490.230,03	3.520.954.253,42
DESPESA REALIZADA	3.322.559.770,02	40.884.979,37	3.363.444.749,39
DIFERENÇA	138.904.253,37	18.605.250,66	157.509.504,03
TOTAL GERAL			
DESPESA FIXADA			66.438.427.039,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
SUPLEMENTAÇÕES			0,00
REDUÇÕES			8.192.085.524,96
DESPESA AUTORIZADA			69.560.753.920,64
DESPESA REALIZADA			64.557.893.763,03
DIFERENÇA			5.002.860.157,61

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

OBSERVAÇÃO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA E SUAS ALTERAÇÕES ESTÁ CONSIDERADA NAS DOTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, APENAS NA COLUNA "TOTAL".

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00.0000	DESPESA CORRENTE	61.821.858.986,47
3.1.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.181.043.298,99
3.1.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	30.486.931.175,84
3.1.90.01.0000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	13.770.400.727,09
3.1.90.01.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	7.724.105,78
3.1.90.01.0102	INATIVOS - MILITAR	2.368.927,36
3.1.90.01.0103	INATIVOS CIVIS - ATUALIZACAO MONETARIA ART 36 CE	200.967,19
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	245.313.149,98
3.1.90.01.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	19.489.575,89
3.1.90.01.0109	ABONO FAMILIA - INATIVO CIVIL	7.373.745,31
3.1.90.01.0110	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	71.068.000,00
3.1.90.01.0111	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - MILITARES DA RESERVA/REFORMADOS	48.400.000,00
3.1.90.01.0112	REFORCO DE PROVENTOS	85.861.565,78
3.1.90.01.0113	PESSOAL INATIVO-JUROS	315.865,03
3.1.90.01.0115	ABONO FAMILIA INATIVO - MILITAR	1.593.448,08
3.1.90.01.0117	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	7.822.178.849,14
3.1.90.01.0118	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	19.521.120,88
3.1.90.01.0119	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	210.164.511,43
3.1.90.01.0120	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	721.787.519,33
3.1.90.01.0121	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - AGENTES NOCIVOS	29.971,80
3.1.90.01.0123	APOSENTADORIA PROFESSOR	1.164.501.915,23
3.1.90.01.0124	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	4.350.379,73
3.1.90.01.0125	RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	2.132.637.146,05
3.1.90.01.0127	REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	161.491.943,92
3.1.90.01.0128	REFORMA POR INVALIDEZ	29.325.104,66
3.1.90.01.0129	13 SALARIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	644.637.476,40
3.1.90.01.0130	13 SALARIO -APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	1.593.670,33
3.1.90.01.0131	13 SALARIO - APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	17.311.002,23
3.1.90.01.0132	13 SALARIO - APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	60.222.638,74
3.1.90.01.0133	13 SALARIO -APOSENTADORIAS ESPECIAIS - AGENTES NOCIVOS	2.497,65
3.1.90.01.0135	13 SALARIO - APOSENTADORIA PROFESSOR	97.006.643,73
3.1.90.01.0136	13 SALARIO - OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	360.339,38
3.1.90.01.0137	13 SALARIO - RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	177.552.500,24
3.1.90.01.0139	13 SALARIO - REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	13.031.334,38
3.1.90.01.0140	13 SALARIO - REFORMA POR INVALIDEZ	2.440.065,34
3.1.90.01.0141	OUTRAS REFORMAS - PESSOAL MILITAR	502.390,10
3.1.90.01.0142	13 SALARIO - OUTRAS REFORMAS - PESSOAL MILITAR	42.356,00
3.1.90.03.0000	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.355.010.655,82
3.1.90.03.0302	PENSIONISTAS - MILITAR	1.205.192.071,32
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	1.861.495.670,04
3.1.90.03.0304	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	154.013.292,57
3.1.90.03.0305	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS MILITARES	95.003.270,57
3.1.90.03.0307	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - PENSINISTA CIVIL	39.277.000,00
3.1.90.03.0309	PENSIONISTAS - JUROS	29.351,32
3.1.90.07.0000	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	8.046.175,12
3.1.90.07.0701	CONTRIBUICAO PATRONAL PREVIDENCIA COMPLEMENTAR RS PREV	6.546.175,12
3.1.90.07.0702	ADIANTAMENTO DE CONTRIBUICOES AO RS PREV	1.500.000,00
3.1.90.11.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	8.653.172.643,99
3.1.90.11.1102	VENCIMENTOS E SALARIOS - RPPS	1.309.673.579,64
3.1.90.11.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	499.379.388,71
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES - RPPS	23.243.742,30
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	492.249.853,86
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	805.230.890,84
3.1.90.11.1108	JETON-RPPS	9.402.343,76
3.1.90.11.1109	AUXILIO BOLSA ESTUDO - ALUNOS ESCOLA POLICIA	8.256.397,48
3.1.90.11.1111	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RPPS	634.837,63
3.1.90.11.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03-RPPS	86.247.309,89
3.1.90.11.1113	GRATIFICACAO DE DIRECAO - JUDICIARIO	2.288.217,43
3.1.90.11.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZACAO MONETARIA	4.383.548,74
3.1.90.11.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	559.720,14
3.1.90.11.1116	ABONO FAMILIA - CIVIL	32.860.579,15
3.1.90.11.1117	REMUNERACAO PELO EXERCICIO DE FATO	274,35
3.1.90.11.1118	VENCIMENTOS E SALARIOS - RGPS	884.161.212,83
3.1.90.11.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	118.573.139,35
3.1.90.11.1120	GRATIFICACOES - RGPS	16.359.008,91
3.1.90.11.1121	VANTAGENS TEMPORAIS - RGPS	109.328.092,91
3.1.90.11.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	133.786.719,55
3.1.90.11.1123	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RGPS	11.234.085,81
3.1.90.11.1126	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RPPS	166.566.411,16
3.1.90.11.1127	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RPPS	125.402.106,93
3.1.90.11.1128	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO-RPPS	43.321.354,83
3.1.90.11.1129	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO-RPPS	27.584.251,85
3.1.90.11.1130	REPRESENTAÇÃO MENSAL-RPPS	33.259.043,75
3.1.90.11.1131	INCORPORAÇÕES-RPPS	16.098.633,35
3.1.90.11.1132	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS-RPPS	3.198.790,98
3.1.90.11.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	30.033.503,69
3.1.90.11.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	1.059.538,57
3.1.90.11.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	984.896,35
3.1.90.11.1136	SUBSÍDIOS-RPPS	2.827.884.783,15
3.1.90.11.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	29.834.875,39
3.1.90.11.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	153.670.276,31
3.1.90.11.1139	LICENÇA PREMIO RPPS	3.575,85
3.1.90.11.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	34.859.794,76
3.1.90.11.1141	ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS-RPPS	3.548.972,89
3.1.90.11.1142	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RPPS	398.792,76
3.1.90.11.1143	INCR PLANO CARGOS SALÁRIOS PODER JUDICIÁRIO	1.462,32
3.1.90.11.1144	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RGPS	32.233.246,53
3.1.90.11.1145	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - RGPS	336.738.945,75
3.1.90.11.1146	SUBSÍDIOS - RGPS	24.454.579,70
3.1.90.11.1147	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RGPS	66.750.579,05
3.1.90.11.1148	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - RGPS	11.692.532,82
3.1.90.11.1149	REPRESENTAÇÃO MENSAL - RGPS	43.659.521,74

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.11.1150	INCORPORAÇÕES - RGPS	6.211.649,14
3.1.90.11.1151	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS - RGPS	808.670,00
3.1.90.11.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	2.577.481,43
3.1.90.11.1153	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - RGPS	5.317.003,12
3.1.90.11.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	7.073.777,19
3.1.90.11.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	6.950.094,14
3.1.90.11.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	40.910.906,45
3.1.90.11.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	1.928.028,19
3.1.90.11.1159	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RGPS	1.648.102,66
3.1.90.11.1160	JETON - RGPS	17.889,92
3.1.90.11.1162	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS - RPPS	7.666.286,29
3.1.90.11.1164	LICENCA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RGPS	158.784,07
3.1.90.11.1165	LICENCA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RPPS	10.546.368,59
3.1.90.11.1166	PRORROGAÇÃO SALÁRIO MATERNIDADE - RGPS	264.189,04
3.1.90.12.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL MILITAR	1.903.388.267,21
3.1.90.12.1202	SOLDO	97.038.672,64
3.1.90.12.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	139.360.743,33
3.1.90.12.1204	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL MILITAR	7.380.613,75
3.1.90.12.1205	VANTAGENS TEMPORAIS - PESSOAL MILITAR	27.207.469,72
3.1.90.12.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	1.475.152.980,10
3.1.90.12.1209	ABONO FAMÍLIA - MILITAR	1.735.673,61
3.1.90.12.1210	ABONO PERMANÊNCIA EC 41/03	33.728,62
3.1.90.12.1215	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - PESSOAL MILITAR	110.038.869,01
3.1.90.12.1216	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	1.491.192,42
3.1.90.12.1217	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	43.948.324,01
3.1.90.13.0000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	464.359.251,81
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	317.175,15
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAÚDE	7.796.574,68
3.1.90.13.1304	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - INSS	386.479.394,44
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	50.406.610,71
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.663.385,69
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS	3.604,59
3.1.90.13.1317	MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RGPS	112.993,20
3.1.90.13.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	177.834,59
3.1.90.13.1322	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA APOS ACORDO/CONVENÇÃO COLETIVA	389.046,96
3.1.90.13.1323	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FGTS	142.060,71
3.1.90.13.1330	PASEP SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	4.626.679,35
3.1.90.13.1331	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - SERVIDORES ADIDOS	243.891,74
3.1.90.16.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	320.979.465,27
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA - RPPS	77.739.125,76
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	629.861,95
3.1.90.16.1604	ABONO ESPECIAL - CIVIL VINCULADO AO RPPS	5.014,90
3.1.90.16.1606	HORA EXTRA - RGPS	54.594.410,61
3.1.90.16.1610	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	2.203.126,43
3.1.90.16.1611	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO - RGPS	63.218,68
3.1.90.16.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	174.237.558,80
3.1.90.16.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	1.226.016,30
3.1.90.16.1614	HORAS INTRA E INTER JORNADAS - RGPS	6.172.356,34
3.1.90.16.1698	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RGPS	503.180,65
3.1.90.16.1699	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	3.605.594,85
3.1.90.17.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL MILITAR	176.441.370,99
3.1.90.17.1701	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL MILITAR	93.306.255,63
3.1.90.17.1702	HORA EXTRA	78.940.104,85
3.1.90.17.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	110.639,71
3.1.90.17.1707	GRATIFICAÇÃO ENCARGO CURSO - MILITAR	4.084.370,80
3.1.90.59.0000	PENSOES ESPECIAIS	58.377.792,03
3.1.90.59.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	58.377.792,03
3.1.90.91.0000	SENTENÇAS JUDICIAIS	798.723.565,09
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	798.688.327,69
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTAÇÃO	35.237,40
3.1.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	844.369.047,79
3.1.90.92.0101	FERROVIÁRIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	79.171,70
3.1.90.92.0102	INATIVOS - MILITAR	352.453,87
3.1.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	2.891.758,62
3.1.90.92.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	222.753,51
3.1.90.92.0109	ABONO FAMÍLIA - INATIVO CIVIL	12.914,88
3.1.90.92.0112	REFORÇO DE PROVENTOS	228.023,70
3.1.90.92.0115	ABONO FAMÍLIA INATIVO - MILITAR	2.353,48
3.1.90.92.0117	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	18.346.796,75
3.1.90.92.0118	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	12.519,64
3.1.90.92.0119	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	609.811,05
3.1.90.92.0120	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	3.299.295,96
3.1.90.92.0123	APOSENTADORIA PROFESSOR	3.444.016,03
3.1.90.92.0124	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	15.278,33
3.1.90.92.0125	RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	1.487.061,81
3.1.90.92.0127	REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	654.828,22
3.1.90.92.0129	13 SALÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1.177.062,40
3.1.90.92.0130	13 SALÁRIO -APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	2.991,26
3.1.90.92.0131	13 SALÁRIO - APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	36.663,71
3.1.90.92.0132	13 SALÁRIO - APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	162.020,96
3.1.90.92.0135	13 SALÁRIO - APOSENTADORIA PROFESSOR	112.294,86
3.1.90.92.0136	13 SALÁRIO - OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	473,88
3.1.90.92.0137	13 SALÁRIO - RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	15.654,33
3.1.90.92.0139	13 SALÁRIO - REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	108.923,27
3.1.90.92.0303	PENSTONISTAS - CIVIL	3.802.556,48
3.1.90.92.0304	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	6.684,04
3.1.90.92.0505	AUXÍLIO- DOENÇA CIVIL	28,77
3.1.90.92.1102	VENCIMENTOS E SALÁRIOS - RPPS	13.486.074,20
3.1.90.92.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	16.295.710,22
3.1.90.92.1104	GRATIFICAÇÕES - RPPS	56.986,63
3.1.90.92.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	3.194.398,38
3.1.90.92.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	9.294.703,34

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00003
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.92.1108	JETON-RPPS	470.341,45
3.1.90.92.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03-RPPS	5.820.782,03
3.1.90.92.1113	GRATIFICAÇÃO DE DIREÇÃO - JUDICIÁRIO	2.594,46
3.1.90.92.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	189.432,23
3.1.90.92.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	1.038,75
3.1.90.92.1116	ABONO FAMÍLIA - CIVIL	229.193,27
3.1.90.92.1117	REMUNERAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FATO	16.614,28
3.1.90.92.1118	VENCIMENTOS E SALÁRIOS - RGPS	3.725.005,23
3.1.90.92.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	1.170.692,10
3.1.90.92.1120	GRATIFICAÇÕES - RGPS	2.538,70
3.1.90.92.1121	VANTAGENS TEMPORÁIS - RGPS	475.387,74
3.1.90.92.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	735.502,06
3.1.90.92.1126	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RPPS	2.028.736,67
3.1.90.92.1127	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RPPS	232.815,80
3.1.90.92.1128	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO-RPPS	159.926,63
3.1.90.92.1129	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO-RPPS	567.379,20
3.1.90.92.1130	REPRESENTAÇÃO MENSAL-RPPS	220.308,57
3.1.90.92.1131	INCORPORAÇÕES-RPPS	46.493,04
3.1.90.92.1132	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS-RPPS	578,74
3.1.90.92.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	331.276,54
3.1.90.92.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	345,52
3.1.90.92.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	318.950,35
3.1.90.92.1136	SUBSÍDIOS-RPPS	2.052.673,41
3.1.90.92.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	19.322.015,15
3.1.90.92.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	8.382.141,31
3.1.90.92.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	180.824,13
3.1.90.92.1141	ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS-RPPS	21.244,79
3.1.90.92.1144	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RGPS	46.107,23
3.1.90.92.1145	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - RGPS	204.675,90
3.1.90.92.1146	SUBSÍDIOS - RGPS	6.752,62
3.1.90.92.1147	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RGPS	459.056,34
3.1.90.92.1148	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - RGPS	328,04
3.1.90.92.1149	REPRESENTAÇÃO MENSAL - RGPS	62.899,01
3.1.90.92.1150	INCORPORAÇÕES - RGPS	66.562,64
3.1.90.92.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	125.043,25
3.1.90.92.1153	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - RGPS	3.375,31
3.1.90.92.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	203.088,80
3.1.90.92.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	1.149.414,84
3.1.90.92.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	405.070,00
3.1.90.92.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	80.501,13
3.1.90.92.1159	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RGPS	23.751,15
3.1.90.92.1160	JETON - RGPS	4.206,48
3.1.90.92.1162	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS - RPPS	626,50
3.1.90.92.1164	LICENÇA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RGPS	79.213,02
3.1.90.92.1165	LICENÇA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RPPS	41.378.340,02
3.1.90.92.1202	SOLDO	1.199.648,02
3.1.90.92.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	17.304.194,64
3.1.90.92.1204	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL MILITAR	13.437,87
3.1.90.92.1205	VANTAGENS TEMPORÁIS - PESSOAL MILITAR	491.168,05
3.1.90.92.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	2.972.406,30
3.1.90.92.1209	ABONO FAMÍLIA - MILITAR	26.243,52
3.1.90.92.1210	ABONO PERMANENCIA EC 41/03	37,69
3.1.90.92.1216	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	6.816,08
3.1.90.92.1217	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	382.957,88
3.1.90.92.1303	PLANO DE SAÚDE	2.437,16
3.1.90.92.1304	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - INSS	414.830,47
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	12.729,51
3.1.90.92.1306	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.619,43
3.1.90.92.1307	MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS	367,78
3.1.90.92.1317	MULTAS SOBRE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RGPS	13.111,71
3.1.90.92.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1.967,09
3.1.90.92.1323	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FGTS	1.401,65
3.1.90.92.1331	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - SERVIDORES ADIDOS	77,46
3.1.90.92.1601	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL CIVIL VINC RPPS	1.889,17
3.1.90.92.1602	HORA EXTRA - RPPS	14.994.059,94
3.1.90.92.1604	ABONO ESPECIAL - CIVIL VINCULADO AO RPPS	6.490,87
3.1.90.92.1606	HORA EXTRA - RGPS	27.043,31
3.1.90.92.1610	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	238.727,82
3.1.90.92.1611	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO - RGPS	27.079,71
3.1.90.92.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	8.170.185,78
3.1.90.92.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	30.730,87
3.1.90.92.1698	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RGPS	15.948,59
3.1.90.92.1699	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	340.068,85
3.1.90.92.1701	GRATIFICAÇÕES - PESSOAL MILITAR	8.434.395,64
3.1.90.92.1702	HORA EXTRA	7.139.667,61
3.1.90.92.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	182.261,09
3.1.90.92.1707	GRATIFICAÇÃO ENCARGO CURSO - MILITAR	293.362,38
3.1.90.92.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	1.806.110,61
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS	19.680.138,05
3.1.90.92.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENÇAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTAÇÃO	30.247,72
3.1.90.92.9402	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	33.875.422,58
3.1.90.92.9405	LICENÇA PREMIO CONVERTIDA EM PECUNIA	553.060.738,52
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.748.917,66
3.1.90.94.0000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	117.029.907,40
3.1.90.94.9402	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	51.907.259,87
3.1.90.94.9405	LICENÇA PREMIO CONVERTIDA EM PECUNIA	65.122.647,53
3.1.90.96.0000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	16.632.306,23
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	16.405.717,35
3.1.90.96.9602	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO DE OUTROS ÓRGÃOS ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	226.588,88
3.1.91.00.0000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES DO OF	16.694.112.123,15
3.1.91.13.0000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16.644.289.806,75
3.1.91.13.1301	CONTRIBUIÇÃO AO IPERGS PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA - RPPS	682.987.631,62

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E  
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.91.13.1309	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICIT - PENSOES	2.790.855.173,70
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.653.449.675,61
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	2.252.336.353,09
3.1.91.13.1312	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/PENSIONISTAS - RPPS	490.473.104,46
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	8.585.089.919,85
3.1.91.13.1315	FUNDOPREV-CIVIL S/ATIVOS	113.573.628,88
3.1.91.13.1316	FUNDOPREV-MILITAR S/ATIVOS	66.252.814,70
3.1.91.13.1318	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RGPS	8.973.188,66
3.1.91.13.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	26.490,04
3.1.91.13.1324	FUNDOPREV-CIVIL S/INATIVOS	133.663,72
3.1.91.13.1328	FUNDOPREV-CIVIL S/ PENSIONISTAS	138.162,42
3.1.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	33.600.036,63
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RPPS	14.675.818,24
3.1.91.92.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	273.160,64
3.1.91.92.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	521.349,96
3.1.91.92.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	16.914.702,90
3.1.91.92.1315	FUNDOPREV-CIVIL S/ATIVOS	134.824,10
3.1.91.92.1318	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RGPS	46.224,84
3.1.91.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	1.033.955,95
3.1.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	15.283.589,52
3.1.91.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	15.283.589,52
3.1.91.96.0000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	938.690,25
3.1.91.96.9602	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO DE OUTROS ORGAOS ADMINISTRACAO ESTADUAL	938.690,25
3.2.00.00.0000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.573.739.762,56
3.2.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	2.573.739.762,56
3.2.90.21.0000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	2.564.932.494,53
3.2.90.21.2110	FUNDADA INTERNA - JUROS	2.388.246.242,96
3.2.90.21.2120	FUNDADA EXTERNA - JUROS	176.686.251,57
3.2.90.22.0000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	8.807.268,03
3.2.90.22.2210	FUNDADA INTERNA - OUTROS ENCARGOS	8.704.979,16
3.2.90.22.2220	FUNDADA EXTERNA - OUTROS ENCARGOS	102.288,87
3.3.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.067.075.924,92
3.3.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	49.037.649,74
3.3.20.01.0000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	47.785.054,51
3.3.20.01.0116	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DE APOSENTADORIAS ENTRE RGPS E RPPS	47.785.054,51
3.3.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.252.595,23
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	1.252.595,23
3.3.30.00.0000	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	96.000,00
3.3.30.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	96.000,00
3.3.30.92.4009	SERVICO EM NUVEM	96.000,00
3.3.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	95.539.225,78
3.3.40.41.0000	CONTRIBUICOES	94.599.872,30
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	84.276.913,83
3.3.40.41.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	10.322.958,47
3.3.40.81.0000	DISTRIBUICAO DE RECEITAS	2.400,51
3.3.40.81.8105	MULTAS DE TRANSITO	2.400,51
3.3.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	936.952,97
3.3.40.92.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	936.952,97
3.3.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	986.891.257,65
3.3.41.41.0000	CONTRIBUICOES	970.120.495,36
3.3.41.41.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	963.368.414,31
3.3.41.41.4113	FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.752.081,05
3.3.41.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.770.762,29
3.3.41.92.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	16.770.762,29
3.3.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	396.464.340,98
3.3.50.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.850.000,00
3.3.50.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	2.850.000,00
3.3.50.41.0000	CONTRIBUICOES	43.676.379,99
3.3.50.41.4104	CONTRIBUICOES	43.676.379,99
3.3.50.43.0000	SUBVENCOES SOCIAIS	348.904.145,28
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	348.904.145,28
3.3.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.033.814,65
3.3.50.92.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	1.033.814,65
3.3.50.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1,06
3.3.50.93.9332	RESTITUICAO DE RECEITAS A ENTIDADES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS	1,06
3.3.60.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	11.027.287,70
3.3.60.41.0000	CONTRIBUICOES	11.027.287,70
3.3.60.41.4103	SUBVENCOES ECONOMICAS A INSTITUICOES PRIVADAS	11.027.287,70
3.3.71.00.0000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	234.737,15
3.3.71.41.0000	CONTRIBUICOES	234.737,15
3.3.71.41.4104	CONTRIBUICOES	234.737,15
3.3.80.00.0000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	4.480.762,40
3.3.80.41.0000	CONTRIBUICOES	4.480.762,40
3.3.80.41.4105	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	4.480.762,40
3.3.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	10.506.007.141,46
3.3.90.04.0000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	2.478.284,28
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	2.478.284,28
3.3.90.08.0000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	26.800.543,34
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	10.984.617,26
3.3.90.08.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	852.568,80
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	13.597.675,23
3.3.90.08.0807	AUXILIO BABA	253.970,94
3.3.90.08.0809	PECULIO FACULTATIVO	1.111.711,11
3.3.90.14.0000	DIARIAS-CIVIL	28.828.424,15
3.3.90.14.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	391.763,17
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	22.850.642,03
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	95.362,96
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	1.515.643,85
3.3.90.14.1406	VIAGENS DO GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E PRIMEIRA DAMA	16.716,06
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	681.881,73
3.3.90.14.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	3.276.414,35
3.3.90.15.0000	DIARIAS-MILITAR	22.988.738,46



EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00005
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.15.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	412.913,98
3.3.90.15.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	22.509.808,71
3.3.90.15.1503	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM - PESSOAL MILITAR	12.167,75
3.3.90.15.1504	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO -PESSOAL MILITAR	12.713,18
3.3.90.15.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	41.134,84
3.3.90.18.0000	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	28.493.843,81
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	10.535.250,00
3.3.90.18.1802	ASSISTENCIA SOCIAL A ESTUDANTES	1.678.210,00
3.3.90.18.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	611.483,81
3.3.90.18.1804	ANTECIPACAO PASSE LIVRE ESTUDANTIL - LEI 15535/2020	15.668.900,00
3.3.90.20.0000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	24.140.519,24
3.3.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCOES A PESQUISADORES	24.140.519,24
3.3.90.27.0000	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS,SEGUROS E SIMILARES	30.691,68
3.3.90.27.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	30.691,68
3.3.90.30.0000	MATERIAL DE CONSUMO	697.499.779,48
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	5.122.777,92
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	33.707.293,26
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	61.629.154,95
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	2.423.884,35
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	170.599.392,86
3.3.90.30.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	9.795.579,21
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	42.455,61
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	4.377.330,93
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	609.723,15
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.318.400,57
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	2.517.572,07
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	4.891.174,60
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	9.812.425,62
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSICOES	21.346,31
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	1.549.381,77
3.3.90.30.3018	MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	121.901.819,43
3.3.90.30.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	87.494.758,53
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	429.088,15
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	26.326.519,14
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	20.229,76
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	386.910,46
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	6.555.513,80
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	11.817.206,34
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	21.508.935,72
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	60.428,29
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	16.985.643,81
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	37.778.557,86
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	32.092,66
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	164.545,93
3.3.90.30.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	2.604.213,24
3.3.90.30.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	48.888.498,64
3.3.90.30.3039	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	102.113,70
3.3.90.30.3040	EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SERVIDOR ACIDENTADO EM SERVICO	68.226,20
3.3.90.30.3041	MATERIAIS - AUXILIO A VITIMAS DE INTEMPERIES	544.912,60
3.3.90.30.3042	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	85.943,18
3.3.90.30.3043	MATERIAIS PARA TRANSPORTE, IDENTIFICACAO, CAPTURA E SEGURANCA DE ANIMAIS	2.190,00
3.3.90.30.3044	MATERIAL DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	3.222.803,79
3.3.90.30.3045	MATERIAIS PARA FISCALIZACAO DE TRANSITO	85.099,44
3.3.90.30.3046	MATERIAL GRAFICO	15.635,63
3.3.90.31.0000	PREMIACOES CULTURAIS/ ARTISTICAS/ CIENTIFICAS/ DESPORTIVAS OU OUTRAS	2.802.824,63
3.3.90.31.3101	PREMIOS EM ESPECIE	2.757.226,73
3.3.90.31.3102	DIPLOMAS, CONDECORACOES, MEDALHAS E/OU PREMIO	45.597,90
3.3.90.33.0000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.964.549,17
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	3.070.046,09
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	2.042.457,78
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	312.246,64
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	2.539.781,06
3.3.90.33.3305	PEDAGIOS	17,60
3.3.90.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	21.129.557,92
3.3.90.35.3501	AUDITORIA	15.400,43
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	21.109.694,16
3.3.90.35.3504	ADVOCACIA	4.463,33
3.3.90.36.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	326.670.203,35
3.3.90.36.3601	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	1.254.768,80
3.3.90.36.3602	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	142,40
3.3.90.36.3604	PRESOS E INTERNADOS	2.633.308,50
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	50.076,46
3.3.90.36.3608	JUIZES LEIGOS E CONCILIADORES	3.576.754,16
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	130.822.120,60
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	58.234.308,90
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	493.712,59
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	22.934.302,03
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	60.104,51
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	5.511,78
3.3.90.36.3617	MEDICINA E RESIDENCIA EM SAUDE	8.431.741,96
3.3.90.36.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	733.251,12
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	88.440.348,24
3.3.90.36.3620	GESTAO PLENA DO SUS - PF	4.332.684,61
3.3.90.36.3621	HONORARIOS DE PERITOS	4.486.279,71
3.3.90.36.3626	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	5.216,00
3.3.90.36.3629	CARTORIO	175.570,98
3.3.90.37.0000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	440.132.296,16
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	154.067.179,54
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	126.628.180,46
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	71.477.235,24
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	43.580.442,40
3.3.90.37.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	6.341.301,57

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E  
ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA

R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.37.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	38.037.956,95
3.3.90.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.648.216.824,31
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	84.698.861,58
3.3.90.39.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	52.997.196,50
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.250.222,10
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	1.402.587,99
3.3.90.39.3906	DRAGAGEM	19.395.894,62
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	2.265.335,08
3.3.90.39.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	306.667.766,70
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	2.545.848,60
3.3.90.39.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	545.540.465,18
3.3.90.39.3913	PREVENCAO E TRATAMENTO DA AIDS	505,00
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	2.937.334,84
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	6.793.041,58
3.3.90.39.3917	DILIGENCIAS	8.981,88
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	114.555.852,50
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	24.179,22
3.3.90.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	28.648.409,06
3.3.90.39.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	103.128.916,05
3.3.90.39.3922	MORDOMIA	20.226,27
3.3.90.39.3923	PEDAGIOS	3.672,16
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	71.597,62
3.3.90.39.3926	SEGUROS	1.086.561,25
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	7.925.166,95
3.3.90.39.3928	CARTORIO	36.097,42
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	94.125.337,80
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	130.603.249,99
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	17.082.639,74
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	24.286.742,27
3.3.90.39.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	388.958,89
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	28.953.801,48
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	1.858.562,97
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	850.898,89
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	1.002.074,12
3.3.90.39.3938	PRODUCAO, OPERACAO, TRANSMISSAO OU RETRANSMISSAO DE PROGRAMAS DE TELEVISAO	505.531,27
3.3.90.39.3939	MEDICINA	1.406.530.600,28
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	131.856,94
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	2.561.872,46
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	40.474.021,46
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	310.936,85
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	47.119,97
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	115.082,35
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	107.314,33
3.3.90.39.3948	MULTAS	370.205,72
3.3.90.39.3949	ENCARGOS DECORRENTES DE HOMOLOGACAO DE ACORDOS	295.240,99
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	90.714,08
3.3.90.39.3951	ENCARGOS DECORRENTES DE DIREITOS AUTORAIS	133.155,90
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	19.943.523,29
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	17.373,78
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	266.173,20
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	10.665.927,12
3.3.90.39.3956	REBOQUE	5.950,00
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	836.127,01
3.3.90.39.3959	SEMOVENTES	11.894,00
3.3.90.39.3961	PROGRAMAS DE CAPACITACAO DE MENORES	10.070,50
3.3.90.39.3962	DOACAO DE ORGAOS	338.571,23
3.3.90.39.3964	CARTIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS CARIMBOS E CERTIFICADOS DIGITAIS	78.240,53
3.3.90.39.3965	MANUTENCAO E CONSERVACAO DAS ESCOLAS PUBLICAS ESTADUAIS	74.998.239,97
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	695.378,37
3.3.90.39.3968	QUIMICA	150.507,50
3.3.90.39.3970	CONTRIBUICAO PARA CUSTEAR DESPESAS CONTRATUAIS - PNUD	90.000,00
3.3.90.39.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	645.709,77
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	45.239,96
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	25.275.993,67
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	9.652.606,36
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	1.055.516,38
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	31.701.762,17
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	6.164.853,32
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	8.383.115,06
3.3.90.39.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	56.413.223,73
3.3.90.39.3988	GESTAO PLENA DO SUS - PJ	1.090.212.670,18
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.470.179,66
3.3.90.39.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	58.392.400,94
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	19.274.401,07
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL	196.926.182,89
3.3.90.39.3994	DESPESAS DE HOSPEDAGEM - DECRETO 24.846/76	28.577,37
3.3.90.39.3995	DESCARTE DE MATERIAIS	31.656,62
3.3.90.39.3996	LOCACAO DE IMOVEIS FORA DO ESTADO	144.072,61
3.3.90.39.3997	LOCACAO DE ESPACO PARA EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACAO	115.008,47
3.3.90.39.3998	SERVICOS POSTAIS	1.345.128,68
3.3.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	474.189.770,54
3.3.90.40.4001	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	1.662.896,85
3.3.90.40.4006	LOCACAO / SUBSCRICAO DE SOFTWARE	40.565.076,12
3.3.90.40.4007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARE	95.214.638,96
3.3.90.40.4009	SERVICO EM NUVEM	18.270.989,12
3.3.90.40.4010	SUPORTE A USUARIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	48.347.410,41
3.3.90.40.4011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	13.552.420,48
3.3.90.40.4012	MANUTENCAO E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	7.924.242,50
3.3.90.40.4013	COMUNICACAO DE DADOS	93.590.793,03
3.3.90.40.4014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	14.903.170,47
3.3.90.40.4015	DIGITALIZACAO / INDEXACAO DE DOCUMENTOS	8.741.973,76
3.3.90.40.4016	TERCEIRIZACAO DE SOLUCOES DE IMPRESSAO / DIGITALIZACAO	12.900.836,21

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00007
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.40.4020	TREINAMENTO E CAPACITACAO EM TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	416.598,65
3.3.90.40.4023	CERTIFICADOS DIGITAIS	229.308,77
3.3.90.40.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	117.869.415,21
3.3.90.41.0000	CONTRIBUICOES	58.443.827,23
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	2.253.429,68
3.3.90.41.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	1.139.059,96
3.3.90.41.4112	COMPENSACAO POR ATOS GRATUITOS - LEI 12.692 - FUNDO NOTARIAL	55.051.337,59
3.3.90.45.0000	SUBVENCOES ECONOMICAS	57.992.257,84
3.3.90.45.4503	OUTRAS EQUALIZACOES DE JUROS	57.992.257,84
3.3.90.46.0000	AUXILIO-ALIMENTACAO	393.502.749,41
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO - RPPS	180.067.246,69
3.3.90.46.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAO	27.006.141,24
3.3.90.46.4603	ETAPAS DE ALIMENTACAO	2.847.264,30
3.3.90.46.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO	43.387.887,01
3.3.90.46.4605	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO - GENEROS ALIMENTICIOS	113.657,22
3.3.90.46.4606	AUXILIO-REFEICAO - RGPS	140.080.552,95
3.3.90.47.0000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	533.658.396,24
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	48.331.281,16
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	480.961.490,14
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	445.639,53
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	2.720,37
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	377.965,55
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.194.657,58
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	25.131,49
3.3.90.47.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	110.899,21
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	200.631,82
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	7.979,39
3.3.90.48.0000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	9.119.135,50
3.3.90.48.4801	ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOAS	8.483.288,00
3.3.90.48.4804	AJUDA FINANCEIRA A PESSOAS INSCRITAS NO PROTEGE	635.847,50
3.3.90.49.0000	AUXILIO-TRANSPORTE	60.017.345,34
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	31.758.007,91
3.3.90.49.4902	PMIL - AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	417.601,70
3.3.90.49.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	27.841.735,73
3.3.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	684.268.536,06
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	48.613.508,07
3.3.90.91.9102	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - MEDICAMENTOS	136.960.919,02
3.3.90.91.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTOS NAO MEDICAMENTOS	59.585.583,80
3.3.90.91.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	721.092,12
3.3.90.91.9106	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PF	17.668.176,85
3.3.90.91.9107	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PJ	4.104.866,92
3.3.90.91.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	343.411.617,65
3.3.90.91.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	31.732.652,14
3.3.90.91.9120	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES JUDICIAIS NÃO INCLUSAS EM RPV OU PRECATÓRIO	41.470.119,49
3.3.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.364.843.112,71
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	1.618.841,28
3.3.90.92.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	284.191,60
3.3.90.92.0805	AUXILIO CRECHE	51.965,07
3.3.90.92.0809	PECULIO FACULTATIVO	14.112,30
3.3.90.92.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	211.703,40
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	801.621,37
3.3.90.92.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	4.620,49
3.3.90.92.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	81.657,27
3.3.90.92.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	291.700,15
3.3.90.92.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	40.081,12
3.3.90.92.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	107.207,85
3.3.90.92.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	6.136,05
3.3.90.92.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	1.582.612,69
3.3.90.92.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	2.996,00
3.3.90.92.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	51.879,13
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	303.766,28
3.3.90.92.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	501.735,04
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	16.380,13
3.3.90.92.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	8.344,00
3.3.90.92.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	40.171,72
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	81.412,64
3.3.90.92.3014	MATERIAL DIDATICO	66,80
3.3.90.92.3018	MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	2.341.151,80
3.3.90.92.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	580.641,30
3.3.90.92.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	45.340,36
3.3.90.92.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	32.985,32
3.3.90.92.3027	GAS DE COZINHA	1.738,80
3.3.90.92.3028	LIMPEZA E HIGIENE	15.590,13
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	93.049,50
3.3.90.92.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	651.579,89
3.3.90.92.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	9.613,50
3.3.90.92.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	55.584,00
3.3.90.92.3044	MATERIAL DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	8.152,92
3.3.90.92.3101	PREMIOS EM ESPECIE	592.157,14
3.3.90.92.3301	LOCACAO DE VEICULOS	80.535,98
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	107.021,63
3.3.90.92.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	25.559,51
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	141.254,13
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	314.984,45
3.3.90.92.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	43.238.680,81
3.3.90.92.3611	HONORARIOS	170.509,00
3.3.90.92.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	50.725,27
3.3.90.92.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	61.188,79
3.3.90.92.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	575,06
3.3.90.92.3629	CARTORIO	1.093,22
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	1.430.133,29
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.999.321,72

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00008
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3703	SERVICOS GERAIS	2.209.811,99
3.3.90.92.3704	SERVICOS TECNICOS	1.092.322,01
3.3.90.92.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	487.274,66
3.3.90.92.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	71.854,24
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	4.475.293,92
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	1.234.083,61
3.3.90.92.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	869,73
3.3.90.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	768.455,61
3.3.90.92.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	34.454,00
3.3.90.92.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	15.685,79
3.3.90.92.3910	CONCURSOS PUBLICOS	4.109,87
3.3.90.92.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	2.597.911,26
3.3.90.92.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	73.507,62
3.3.90.92.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	175,50
3.3.90.92.3917	DILIGENCIAS	78,60
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	1.306.535,55
3.3.90.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	240.823,28
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.198.339,74
3.3.90.92.3926	SEGUROS	4.364,61
3.3.90.92.3927	ALIMENTACAO	4.047,41
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	252.863,93
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.020.443,20
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	660.783,79
3.3.90.92.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	319.694,16
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	76.979,14
3.3.90.92.3934	SERVICOS GRAFICOS	1.090,00
3.3.90.92.3935	ENSINO E TREINAMENTO	1.140,00
3.3.90.92.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	7.300,79
3.3.90.92.3939	MEDICINA	750.718.420,67
3.3.90.92.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	435,29
3.3.90.92.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	843.086,97
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	60.300,62
3.3.90.92.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	26.319,99
3.3.90.92.3945	ENCARGOS SOBRE LOCACAO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	1.329,10
3.3.90.92.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	5.696,07
3.3.90.92.3948	MULTAS	29.547,13
3.3.90.92.3949	ENCARGOS DECORRENTES DE HOMOLOGACAO DE ACORDOS	694,16
3.3.90.92.3952	DESPESAS BANCARIAS	650.602,45
3.3.90.92.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	11.325,00
3.3.90.92.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	343,62
3.3.90.92.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	11.000,05
3.3.90.92.3962	DOACAO DE ORGAOS	5.402,90
3.3.90.92.3964	CARTERAS FUNCIONAIS, CRACHAS CARIMBOS E CERTIFICADOS DIGITAIS	499,00
3.3.90.92.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	112.553,89
3.3.90.92.3968	QUIMICA	980,00
3.3.90.92.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	129.547,13
3.3.90.92.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	20.625,79
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	249.774,42
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	18.459,02
3.3.90.92.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	10.000,00
3.3.90.92.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	3.987,09
3.3.90.92.3984	LIMPEZA E HIGIENE	562.954,76
3.3.90.92.3985	AUXILIO-REFEICAO	74,57
3.3.90.92.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	25.351.961,53
3.3.90.92.3988	GESTAO PLENA DO SUS - PJ	114.334.663,88
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	104.335,94
3.3.90.92.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	4.473.791,90
3.3.90.92.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	691.029,45
3.3.90.92.4001	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	73.839,79
3.3.90.92.4006	LOCACAO / SUBSCRICAO DE SOFTWARE	2.892.205,75
3.3.90.92.4007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARE	4.292.175,58
3.3.90.92.4009	SERVICO EM NUVEM	364.117,13
3.3.90.92.4010	SUPORTE A USUARIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	654.423,93
3.3.90.92.4011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	448.106,20
3.3.90.92.4012	MANUTENCAO E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	46.686,28
3.3.90.92.4013	COMUNICACAO DE DADOS	2.557.561,60
3.3.90.92.4014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	39.355,37
3.3.90.92.4016	TERCEIRIZACAO DE SOLUCOES DE IMPRESSAO / DIGITALIZACAO	271.327,81
3.3.90.92.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	1.900.282,50
3.3.90.92.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	20.209,60
3.3.90.92.4112	COMPENSACAO POR ATOS GRATUITOS - LEI 12.692 - FUNDO NOTARIAL	30.744,10
3.3.90.92.4601	AUXILIO-REFEICAO - RPPS	1.935.395,01
3.3.90.92.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAO	256.305,33
3.3.90.92.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO	4.000.835,38
3.3.90.92.4606	AUXILIO-REFEICAO - RGPS	573.250,33
3.3.90.92.4609	ATUALIZACAO E JUROS-AUXILIO-ALIMENTACAO	939.575,39
3.3.90.92.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	3.575.495,61
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	10.525.192,72
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	6.223,02
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	181.693,26
3.3.90.92.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	93,72
3.3.90.92.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.333,94
3.3.90.92.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	3.941,50
3.3.90.92.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	1.191.710,03
3.3.90.92.4902	PMIL - AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	30.623,42
3.3.90.92.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	501.515,07
3.3.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	9.412.724,00
3.3.90.92.9102	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - MEDICAMENTOS	249.628.556,02
3.3.90.92.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTOS NAO MEDICAMENTOS	65.760.543,89
3.3.90.92.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	7.160.344,46
3.3.90.92.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	1.088.437,08
3.3.90.92.9120	PAGAMENTO DE OBRIGACOES JUDICIAIS NAO INCLUSAS EM REV OU PRECATÓRIO	69.042,48

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00009
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.9301	AJUDA DE CUSTO	694.947,73
3.3.90.92.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	2.401,90
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	2.175.439,34
3.3.90.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	335.547,39
3.3.90.92.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	160.266,76
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	629.206,82
3.3.90.92.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	3.518.971,83
3.3.90.92.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	41.921,08
3.3.90.92.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	32.996,04
3.3.90.92.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	440.391,78
3.3.90.92.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	950,40
3.3.90.92.9317	INDENIZACAO 13 VENCIMENTO	652,60
3.3.90.92.9322	REPRESENTACAO DE CONSELHEIROS	553,46
3.3.90.92.9326	ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	298.693,85
3.3.90.92.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	2.412,03
3.3.90.92.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	75.878,64
3.3.90.92.9339	REPETICAO DE INDEBITO - ICMS	546.766,25
3.3.90.92.9340	REPETICAO DE INDEBITO - ITCD	118.874,40
3.3.90.92.9341	REPETICAO DE INDEBITO - IPVA	46.149,87
3.3.90.92.9342	REPETICAO INDEBITO - OUTROS TRIBUTOS	8.313,00
3.3.90.92.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	2.534.503,94
3.3.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	591.794.930,61
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	3.590.263,39
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	457.529,45
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	7.985.786,50
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	743.000,72
3.3.90.93.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	424.495,18
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	7.649.594,73
3.3.90.93.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	13.021.765,65
3.3.90.93.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	573.105,44
3.3.90.93.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	24.944.359,12
3.3.90.93.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	234.186,10
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	292.962,73
3.3.90.93.9317	INDENIZACAO 13 VENCIMENTO	124.334.339,99
3.3.90.93.9318	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS - LEI 12.069/2004	311.783.529,94
3.3.90.93.9322	REPRESENTACAO DE CONSELHEIROS	1.749,19
3.3.90.93.9326	ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	18.537.518,21
3.3.90.93.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	8.666,36
3.3.90.93.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	10.083.062,49
3.3.90.93.9335	AUXILIO MORADIA	402.035,52
3.3.90.93.9336	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-VETERINARIAS	394,89
3.3.90.93.9339	REPETICAO DE INDEBITO - ICMS	9.371.358,02
3.3.90.93.9340	REPETICAO DE INDEBITO - ITCD	2.916.418,56
3.3.90.93.9341	REPETICAO DE INDEBITO - IPVA	816.876,12
3.3.90.93.9342	REPETICAO INDEBITO - OUTROS TRIBUTOS	137.019,82
3.3.90.93.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	10.657.923,12
3.3.90.93.9345	AUXILIO-CONDUCAO-RGPS	22.687,25
3.3.90.93.9348	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS TRIBUTARIOS	42.804.302,12
3.3.91.00.0000	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDADES DO OF	17.297.522,06
3.3.91.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	39.625,50
3.3.91.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	39.625,50
3.3.91.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.257.526,98
3.3.91.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	10.000,00
3.3.91.39.3939	MEDICINA	4.247.526,98
3.3.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.974.943,80
3.3.91.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	6.086,10
3.3.91.92.3939	MEDICINA	2.859.721,56
3.3.91.92.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	92.187,41
3.3.91.92.9305	INDENIZACOES	5.778,38
3.3.91.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	110.639,31
3.3.91.92.9321	RESSARCIMENTO DE DESPESAS A ENTIDADE DO MESMO GRUPO ECONOMICO	80.310,49
3.3.91.92.9327	INDENIZACAO PELA OCUPACAO E MANUTENCAO DE ESPACOS FISICOS	1.820.220,55
3.3.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.025.425,78
3.3.91.93.9305	INDENIZACOES	2.099,43
3.3.91.93.9321	RESSARCIMENTO DE DESPESAS A ENTIDADE DO MESMO GRUPO ECONOMICO	783.934,39
3.3.91.93.9324	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE SAUDE - EX-COMBATENTES	2.696.826,90
3.3.91.93.9327	INDENIZACAO PELA OCUPACAO E MANUTENCAO DE ESPACOS FISICOS	3.712.144,38
3.3.91.93.9346	RESTITUICOES/COMP CFE PAR. 6º DO ART. 8º DO DECRETO 53.974-2018	830.420,68
4.0.00.00.0000	DESPESA DE CAPITAL	2.736.034.776,56
4.4.00.00.0000	INVESTIMENTOS	864.333.886,04
4.4.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	31.411.886,66
4.4.20.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.703.064,73
4.4.20.92.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	8.703.064,73
4.4.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	22.708.821,93
4.4.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	22.708.821,93
4.4.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	34.007.600,72
4.4.40.42.0000	AUXILIOS	22.928.512,21
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	22.928.512,21
4.4.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.079.088,51
4.4.40.92.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	11.079.088,51
4.4.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	10.051.909,35
4.4.41.42.0000	AUXILIOS	10.026.000,00
4.4.41.42.4208	TRANSFERENCIAS A FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	10.026.000,00
4.4.41.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	25.909,35
4.4.41.92.4208	TRANSFERENCIAS A FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	25.909,35
4.4.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	7.812.879,55
4.4.50.42.0000	AUXILIOS	6.467.611,48
4.4.50.42.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	6.467.611,48
4.4.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.345.268,07
4.4.50.92.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.345.268,07
4.4.60.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	720.310,30
4.4.60.45.0000	SUVENCOES ECONOMICAS	720.310,30

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00010
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.60.45.4505	SUBSIDIO NA AQUISICAO DE BENS E CONSTRUCOES	720.310,30
4.4.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	780.329.299,46
4.4.90.30.0000	MATERIAL DE CONSUMO	290.016,51
4.4.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	290.016,51
4.4.90.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.901.139,77
4.4.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.901.139,77
4.4.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	23.110.319,70
4.4.90.40.4002	CUSTOS SUBSEQUENTES DESENVOLVIMENTO CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO DE SOFTWARE	18.565.988,08
4.4.90.40.4003	CUSTOS INICIAIS DE DESENVOL SOFTWARE CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO	321.060,00
4.4.90.40.4004	MELHORIA E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	416.502,25
4.4.90.40.4005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	3.806.769,37
4.4.90.51.0000	OBRAS E INSTALACOES	366.620.024,32
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	7.790.500,61
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	64.804.322,75
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	57.530.066,47
4.4.90.51.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	201.880.247,99
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	14.755.294,50
4.4.90.51.5107	OBRAS - GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	163.152,72
4.4.90.51.5109	AQUISICAO DE ASFALTO PARA A CONSTRUCAO DE RODOVIAS	18.603.123,01
4.4.90.51.5110	OBRAS E BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	39.880,33
4.4.90.51.5111	TAXAS VINCULADAS A OBRAS	1.051.528,00
4.4.90.51.5114	MULTAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS EM CONTRATOS DE OBRAS	1.907,94
4.4.90.52.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.096.211,10
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	91.774.967,60
4.4.90.52.5203	ARMAMENTO	12.427.203,00
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	38.097.424,77
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	6.325.428,15
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	70.392,07
4.4.90.52.5210	INSTRUMENTOS MUSICAIS	152.747,05
4.4.90.52.5211	MAQUINAS DE ESCREVER, SOMAR, CALCULAR, CONTABILIDADE E REPRODUCAO	2.049,90
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	4.891.254,85
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	278.924,51
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	11.867.119,68
4.4.90.52.5215	OBRAS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	750,00
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	4.930.702,88
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	53.203,46
4.4.90.52.5218	EMBARCACOES E/OU EQUIPAMENTOS PARA EMBARCACOES	1.129.800,00
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	4.796.961,44
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	1.655.707,15
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	13.695,00
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	1.485.913,88
4.4.90.52.5224	GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	26.693.986,94
4.4.90.52.5228	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	135.011,23
4.4.90.52.5229	EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E/OU RECREACAO	2.334,50
4.4.90.52.5230	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	69.717,70
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.565.272,59
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDATICO	79.745,96
4.4.90.52.5235	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	2.259.704,41
4.4.90.52.5242	DESKTOPS	13.122.624,16
4.4.90.52.5243	NOTEBOOKS E OUTROS COMPUTADORES PORTATEIS	113.866.772,14
4.4.90.52.5244	ATIVOS DE REDE	8.521.570,96
4.4.90.52.5245	SERVIDORES/STORAGES	9.993.729,44
4.4.90.52.5246	IMPRESSORAS	319.806,87
4.4.90.52.5299	CUSTOS SUBSEQUENTES - INCORPORACAO DE VALOR EM BEM PATRIMONIADO	511.688,81
4.4.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	78.251,00
4.4.90.91.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	78.251,00
4.4.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	23.495.832,27
4.4.90.92.4005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	13.192,10
4.4.90.92.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	41.902,91
4.4.90.92.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	65.435,31
4.4.90.92.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	1.226.920,62
4.4.90.92.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	21.565.792,90
4.4.90.92.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	390.151,66
4.4.90.92.5203	ARMAMENTO	3.524,21
4.4.90.92.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	45.000,00
4.4.90.92.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	5.482,74
4.4.90.92.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	39.486,13
4.4.90.92.5214	MOBILIARIO EM GERAL	53.157,40
4.4.90.92.5220	TELECOMUNICACOES	299,00
4.4.90.92.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	4.330,00
4.4.90.92.5222	SOM E/OU IMAGEM	34.126,00
4.4.90.92.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	2.629,99
4.4.90.92.5235	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	360,00
4.4.90.92.5243	NOTEBOOKS E OUTROS COMPUTADORES PORTATEIS	3.801,30
4.4.90.92.9305	INDENIZACOES	240,00
4.4.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.737.504,79
4.4.90.93.9305	INDENIZACOES	2.435.197,54
4.4.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	42.238,51
4.4.90.93.9315	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS PARA USO DO ESTADO.	4.260.068,74
4.5.00.00.0000	INVERSOES FINANCEIRAS	105.930.104,31
4.5.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	105.930.104,31
4.5.90.65.0000	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	79.691.314,68
4.5.90.65.6503	PARTICIPACAO EM CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL - EMPRESAS CONTROLADAS	79.691.314,68
4.5.90.66.0000	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	24.360.722,93
4.5.90.66.6605	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PELO FEAPER	24.360.722,93
4.5.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.878.066,70
4.5.90.92.6503	PARTICIPACAO EM CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL - EMPRESAS CONTROLADAS	1.878.066,70
4.6.00.00.0000	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.765.770.786,21
4.6.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	1.765.770.786,21
4.6.90.71.0000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.743.471.489,56
4.6.90.71.7110	FUNDADA INTERNA - AMORTIZACAO CONTRATOS	1.219.441.149,04
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	48.618.959,70

EXERCÍCIO DE 2020	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	27.746.169,61
4.6.90.71.7120	FUNDADA EXTERNA - REFINANCIAMENTO DE CONTRATOS	447.665.211,21
4.6.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.539.952,79
4.6.90.92.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	41.518,96
4.6.90.92.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	19.498.433,83
4.6.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.759.343,86
4.6.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	2.759.343,86
TOTAL GERAL =====>		64.557.893.763,03

\* RESUMO \*

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	=>	47.181.043.298,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	=>	2.573.739.762,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	=>	12.067.075.924,92
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	=>	61.821.858.986,47
INVESTIMENTOS	=>	864.333.886,04
INVERSÕES FINANCEIRAS	=>	105.930.104,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	=>	1.765.770.786,21
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	=>	2.736.034.776,56
TOTAL GERAL	=>	64.557.893.763,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EXERCÍCIO DE 2020		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)						RFPE072/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO								
R\$								
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	30.655.778.913,44	2.573.739.762,56	8.177.546.645,26	616.043.859,53	105.930.104,31	1.718.399.084,64		43.847.438.369,74
TESOURO-LIVRES	18.696.080.942,43	2.573.739.762,56	1.836.330.454,08	121.672.654,77	58.439.817,12	1.364.304.185,75		24.650.567.816,71
PROPRIOS DA AUTARQUIA	1.595.092.913,09							1.595.092.913,09
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	546.439.168,82		1.029.986.832,26	60.057.972,27	26.734.784,48	351.471.668,53		2.014.690.426,36
CONVENIOS			15.135.564,16	167.263.243,77	20.755.502,71			203.154.310,64
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				4.663.861,60				4.663.861,60
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			9.640.286,55	33.802.289,61		2.623.230,36		46.065.806,52
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	9.598.803.334,18		3.062.496.060,46	21.726.181,43				12.683.025.576,07
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS	219.362.554,92		2.223.957.447,75	206.857.656,08				2.650.177.658,75
AUTARQUIAS	15.913.069.410,44		1.179.164.484,75	245.120.416,81		9.656.331,90		17.347.010.643,90
TESOURO-LIVRES	190.623.859,14		39.628.503,18	183.353.555,37				413.605.917,69
PROPRIOS DA AUTARQUIA	15.714.096.226,94		1.119.674.060,85	18.823.632,10		9.656.331,90		16.862.250.251,79
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			1.875.736,19	6.936.096,00				8.811.832,19
CONVENIOS			358.788,53	741.478,56				1.100.267,09
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				2.175.852,74				2.175.852,74
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	8.349.324,36		17.627.396,00	33.089.802,04				59.066.522,40
FUNDAÇÕES	612.194.975,11		2.710.364.794,91	3.169.609,70		37.715.369,67		3.363.444.749,39
TESOURO-LIVRES	389.187.249,16		94.629.797,46	156.532,86				483.973.579,48
PROPRIOS DA AUTARQUIA	11.885.697,72		2.510.232.879,24	418.572,51		37.577.053,25		2.560.114.202,72
PROPRIOS DA FUNDACAO	56.046.268,46		16.871.994,32	559.338,13		138.316,42		73.615.917,33
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			25.712.980,40	271.600,25				25.984.580,65
CONVENIOS			9.612.974,12	440.996,09				10.053.970,21
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	155.075.759,77		53.304.169,37	1.322.569,86				209.702.499,00
TOTAL	47.181.043.298,99	2.573.739.762,56	12.067.075.924,92	864.333.886,04	105.930.104,31	1.765.770.786,21		64.557.893.763,03

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2020



EXERCÍCIO DE 2020		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									R\$
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
01 LEGISLATIVA	432.342.576,77		94.130.777,37	10.837.848,15				537.311.202,29	
TESOURO-LIVRES	432.342.576,77		94.130.777,37	10.837.848,15				537.311.202,29	
02 JUDICIARIA	1.786.602.635,34		557.513.617,21	87.977.007,68				2.432.093.260,23	
TESOURO-LIVRES	1.786.602.635,34		257.196.965,90	58.007.361,10				2.101.806.962,34	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			300.316.651,31	29.969.646,58				330.286.297,89	
03 ESSENCIAL A JUSTICA	1.152.456.821,35		209.064.563,07	37.720.760,51				1.399.242.144,93	
TESOURO-LIVRES	1.121.545.023,35		193.096.149,48	29.752.077,70				1.344.393.250,53	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			15.968.413,59	3.304.821,21				19.273.234,80	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				4.663.861,60				4.663.861,60	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	30.911.798,00							30.911.798,00	
04 ADMINISTRACAO	662.751.128,79		215.491.117,15	10.804.395,83				889.046.641,77	
TESOURO-LIVRES	582.516.573,23		95.214.883,01	182.075,09				677.913.531,33	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	3.729.626,25							3.729.626,25	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			115.111.820,39	2.975.654,74				118.087.475,13	
CONVENIOS			5.164.413,75	7.646.666,00				12.811.079,75	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	76.504.929,31							76.504.929,31	
06 SEGURANCA PUBLICA	4.124.247.583,35		1.281.362.630,97	126.050.304,39				5.531.660.518,71	
TESOURO-LIVRES	4.031.197.726,12		317.480.213,00	1.721.099,16				4.350.399.038,28	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	93.049.857,23		592.186.547,27	546.639,81				685.783.044,31	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			363.012.968,33	19.064.070,90				382.077.039,23	
CONVENIOS			1.882.607,60	60.418.112,01				62.300.719,61	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO			673.962,97					673.962,97	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			6.126.331,80	44.300.382,51				50.426.714,31	
08 ASSISTENCIA SOCIAL	82.154.419,18		60.672.458,26	807.665,60				143.634.543,04	
TESOURO-LIVRES	82.154.419,18		38.957.710,30	39.077,55				121.151.207,03	
PROPRIOS DA FUNDACAO			237.016,60	67.537,18				304.553,78	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			19.279.422,81	215.532,48				19.494.955,29	
CONVENIOS			168.061,50	137.130,10				305.191,60	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			2.030.247,05	348.388,29				2.378.635,34	
09 PREVIDENCIA SOCIAL	17.057.675.280,34		156.725.168,97	2.312.827,50	34.079.094,19			17.250.792.371,00	
TESOURO-LIVRES					34.079.094,19			34.079.094,19	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.057.675.280,34		156.725.168,97	33.267,50				17.214.433.716,81	

EXERCÍCIO DE 2020		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									
R\$									
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI				2.279.560,00				2.279.560,00	
10 SAUDE	1.442.862.471,38		6.988.668.557,06	50.553.601,46				8.482.084.629,90	
TESOURO-LIVRES	91.101.210,64			589.374,81				91.690.585,45	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	20.876.890,61		2.448.067.600,15	418.572,51				2.469.363.063,27	
PROPRIOS DA FUNDACAO	202.490,58							202.490,58	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			10.314.400,51	4.386.835,00				14.701.235,51	
CONVENIOS				100.125,51				100.125,51	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	1.330.681.879,55		2.764.163.273,77	15.989.336,96				4.110.834.490,28	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.766.123.282,63	29.069.356,67				1.795.192.639,30	
11 TRABALHO	36.464.883,12		13.826.068,88	98.538,60				50.389.490,60	
TESOURO-LIVRES	36.464.883,12		13.824.562,15	98.538,60				50.387.983,87	
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.506,73					1.506,73	
12 EDUCACAO	7.681.389.783,55		661.989.486,87	143.725.832,05				8.487.105.102,47	
PROPRIOS DA FUNDACAO	421.832,83		3.391.271,67	326.163,55				4.139.268,05	
CONVENIOS			3.925.845,51	17.950.897,80				21.876.743,31	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	7.680.967.950,72		287.803.565,09	3.023.559,95				7.971.795.075,76	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			366.868.804,60	122.425.210,75				489.294.015,35	
13 CULTURA	31.067.751,86		97.855.103,90	637.787,32				129.560.643,08	
TESOURO-LIVRES	31.067.751,86		12.487.711,54	380.290,27				43.935.753,67	
PROPRIOS DA FUNDACAO			317.472,47					317.472,47	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			10.583.849,65	16.200,00				10.600.049,65	
CONVENIOS			57.499,07	241.297,05				298.796,12	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			74.408.571,17					74.408.571,17	
14 DIREITOS DA CIDADANIA	201.323.768,90		78.503.704,25	34.350.043,10				314.177.516,25	
TESOURO-LIVRES	201.323.768,90		39.035.386,97	547.753,49				240.906.909,36	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			28.231.958,46					28.231.958,46	
CONVENIOS			1.596.072,27					1.596.072,27	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			9.640.286,55	33.802.289,61				43.442.576,16	
15 URBANISMO	9.118.681,12		5.367.701,69	7.599,90				14.493.982,71	
TESOURO-LIVRES	9.118.681,12		346.951,50					9.465.632,62	
PROPRIOS DA FUNDACAO			4.121.000,08	7.599,90				4.128.599,98	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			899.750,11					899.750,11	

EXERCÍCIO DE 2020		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00003
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									R\$
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
16 HABITACAO	26.701.348,09		7.836.988,48	52.031,20				34.590.367,77	
TESOURO-LIVRES	26.701.348,09		4.836.988,48					31.538.336,57	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			3.000.000,00					3.000.000,00	
CONVENIOS				52.031,20				52.031,20	
17 SANEAMENTO			2.073.601,85	32.995.914,62	20.755.502,71			55.825.019,18	
TESOURO-LIVRES				2.870.000,00				2.870.000,00	
CONVENIOS				27.465.914,62	20.755.502,71			48.221.417,33	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			2.073.601,85	2.660.000,00				4.733.601,85	
18 GESTAO AMBIENTAL	95.101.829,50		51.526.661,49	1.247.732,14				147.876.223,13	
TESOURO-LIVRES	40.236.293,35		12.678.209,47	114.190,00				53.028.692,82	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	10.444.141,43		2.812.692,26	683.560,00				13.940.393,69	
PROPRIOS DA FUNDACAO	40.189.790,31		4.952.650,26	63.055,35				45.205.495,92	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			26.758.494,72	251.164,09				27.009.658,81	
CONVENIOS			663.437,99	135.762,70				799.200,69	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	4.231.604,41							4.231.604,41	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			3.661.176,79					3.661.176,79	
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	87.428.680,42		63.422.316,76	2.480.393,69				153.331.390,87	
TESOURO-LIVRES	24.381.293,07		4.475.068,13	786.953,61				29.643.314,81	
PROPRIOS DA FUNDACAO			858.807,00	94.982,15				953.789,15	
CONVENIOS			9.602.974,12	303.918,07				9.906.892,19	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	63.047.387,35		48.485.467,51	1.294.539,86				112.827.394,72	
20 AGRICULTURA	137.856.820,21		287.650.917,25	73.931.276,51	24.360.722,93			523.799.736,90	
TESOURO-LIVRES	115.718.719,54		104.230.726,18	14.095.362,73	24.360.722,93			258.405.531,38	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	22.138.100,67		22.038.438,04	3.726.059,37				47.902.598,08	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			159.180.080,49	80.987,51				159.261.068,00	
CONVENIOS			2.046.415,00	49.125.700,21				51.172.115,21	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			155.257,54	6.903.166,69				7.058.424,23	
22 INDUSTRIA			1.209.379,24	25.692,43				1.235.071,67	
TESOURO-LIVRES			1.209.024,78					1.209.024,78	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			354,46	25.692,43				26.046,89	
23 COMERCIO E SERVICOS	18.641.727,49		13.679.942,67	1.523.172,87	26.734.784,48			60.579.627,51	
TESOURO-LIVRES	14.550.134,20		2.822.443,48	1.427.419,77				18.799.997,45	



ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL
TESOURO-LIVRES	19.275.892.050,73	2.573.739.762,56	1.970.588.754,72	305.182.743,00	58.439.817,12	1.364.304.185,75		25.548.147.313,88
PROPRIOS DA AUTARQUIA	17.321.074.837,75		3.629.906.940,09	19.242.204,61		47.233.385,15		21.017.457.367,60
PROPRIOS DA FUNDACAO	56.046.268,46		16.871.994,32	559.338,13		138.316,42		73.615.917,33
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	546.439.168,82		1.057.575.548,85	67.265.668,52		351.471.668,53		2.049.486.839,20
CONVENIOS			25.107.326,81	168.445.718,42		20.755.502,71		214.308.547,94
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				6.839.714,34				6.839.714,34
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			9.640.286,55	33.802.289,61		2.623.230,36		46.065.806,52
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	9.762.228.418,31		3.133.427.625,83	56.138.553,33				12.951.794.597,47
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS	219.362.554,92		2.223.957.447,75	206.857.656,08				2.650.177.658,75
TOTAL	47.181.043.298,99	2.573.739.762,56	12.067.075.924,92	864.333.886,04	105.930.104,31	1.765.770.786,21		64.557.893.763,03

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
BALANÇO GERAL DO ESTADO - CONSOLIDADO  
EXERCÍCIO DE 2020

BALANÇO ORÇAMENTARIO CONSOLIDADO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	60.699.729.182,55	60.699.729.182,55	62.905.337.912,00	2.205.608.729,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.555.962.703,40	29.555.962.703,40	28.989.865.654,22	(566.097.049,18)
Contribuições	8.447.713.742,00	8.447.713.742,00	10.004.626.826,18	1.556.913.084,18
Receita Patrimonial	990.188.572,00	990.188.572,00	497.730.430,96	(492.458.141,04)
Receita Agropecuária	36.411.763,00	36.411.763,00	1.057.263,59	(35.354.499,41)
Receita Industrial	4.119,00	4.119,00	2.109,89	(2.009,11)
Receita de Serviços	608.976.192,00	608.976.192,00	408.702.397,78	(200.273.794,22)
Transferências Correntes	8.727.570.830,15	8.727.570.830,15	11.169.989.874,28	2.442.419.044,13
Outras Receitas Correntes	12.332.901.261,00	12.332.901.261,00	11.833.363.355,10	(499.537.905,90)
Receitas de Capital (II)	460.196.743,00	460.196.743,00	1.055.249.854,84	595.053.111,84
Operações de Crédito	64.300.000,00	64.300.000,00	24.870.038,00	(39.429.962,00)
Alienação de Bens	147.931.729,00	147.931.729,00	808.194.688,47	660.262.959,47
Amortização de Empréstimos	56.812.437,00	56.812.437,00	24.626.612,63	(32.185.824,37)
Transferências de Capital	191.152.577,00	191.152.577,00	197.505.582,09	6.353.005,09
Outras Receitas de Capital	-	-	52.933,65	52.933,65
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	61.159.925.925,55	61.159.925.925,55	63.960.587.766,84	2.800.661.841,29
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	61.159.925.925,55	61.159.925.925,55	63.960.587.766,84	2.800.661.841,29
Deficit (VII)	-	-	597.305.996,19	597.305.996,19
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	61.159.925.925,55	61.159.925.925,55	64.557.893.763,03	3.397.967.837,48
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Despesa Corrente (IX)	61.691.412.200,00	65.417.355.443,23	61.821.858.986,47	60.751.538.679,67	55.536.144.627,64	3.595.496.456,76
Pessoal e Encargos Sociais	46.990.174.219,00	49.063.405.872,47	47.181.043.298,99	46.713.016.425,40	44.729.784.437,74	1.882.362.573,48
Juros e Encargos da Dívida	2.795.782.235,00	2.579.432.235,00	2.573.739.762,56	2.573.739.762,56	241.110.274,44	5.692.472,44
Outras Despesas Correntes	11.905.455.746,00	13.774.517.335,76	12.067.075.924,92	11.464.782.491,71	10.565.249.915,46	1.707.441.410,84
Despesa de Capital (X)	2.852.273.037,00	3.370.649.355,41	2.736.034.776,56	2.275.150.595,03	1.076.453.275,10	634.614.578,85
Investimentos	987.004.005,00	1.459.012.141,57	864.333.886,04	430.184.488,99	377.607.350,17	594.678.255,53
Inversões Financeiras	101.345.444,00	123.025.064,95	105.930.104,31	79.195.319,83	71.146.939,27	17.094.960,64
Amortização da Dívida	1.763.923.588,00	1.788.612.148,89	1.765.770.786,21	1.765.770.786,21	627.698.985,66	22.841.362,68
Reserva de Contingência (XI)	1.110.382.303,00	52.623,00	-	-	-	52.623,00
Reserva do RPPS (XII)	784.359.499,00	772.696.499,00	-	-	-	772.696.499,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	66.438.427.039,00	69.560.753.920,64	64.557.893.763,03	63.026.689.274,70	56.612.597.902,74	5.002.860.157,61
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	66.438.427.039,00	69.560.753.920,64	64.557.893.763,03	63.026.689.274,70	56.612.597.902,74	5.002.860.157,61
Superávit (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	66.438.427.039,00	69.560.753.920,64	64.557.893.763,03	63.026.689.274,70	56.612.597.902,74	5.002.860.157,61

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - CONSOLIDADO

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios	Em 31 de Dezembro				
	Anteriores	do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
<b>Despesa Corrente</b>	<b>137.838.467,29</b>	<b>787.126.382,27</b>	<b>395.696.644,05</b>	<b>392.903.562,64</b>	<b>87.945.573,02</b>	<b>444.115.713,90</b>
Pessoal e Encargos Sociais	102.777.765,81	338.392.387,43	34.337.243,35	34.297.821,40	15.723.226,84	391.149.105,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.060.701,48	448.733.994,84	361.359.400,70	358.605.741,24	72.222.346,18	52.966.608,90
<b>Despesa de Capital</b>	<b>122.355.326,82</b>	<b>265.469.177,57</b>	<b>224.692.654,61</b>	<b>222.315.672,29</b>	<b>30.958.590,33</b>	<b>134.550.241,77</b>
Investimentos	122.355.326,82	264.619.377,57	223.842.854,61	221.465.872,29	30.958.590,33	134.550.241,77
Inversões Financeiras	-	849.800,00	849.800,00	849.800,00	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>260.193.794,11</b>	<b>1.052.595.559,84</b>	<b>620.389.298,66</b>	<b>615.219.234,93</b>	<b>118.904.163,35</b>	<b>578.665.955,67</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - CONSOLIDADO

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios	Em 31 de Dezembro			
	Anteriores	do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d))
<b>Despesa Corrente</b>	<b>3.329.738.224,11</b>	<b>6.603.992.259,06</b>	<b>4.338.913.433,51</b>	<b>64.631.922,49</b>	<b>5.530.185.127,17</b>
Pessoal e Encargos Sociais	142.659.417,99	3.175.250.223,08	3.179.246.221,40	60.649.707,66	78.013.712,01
Juros e Encargos da Dívida	3.010.113.016,14	2.365.997.325,21	-	0,10	5.376.110.341,25
Outras Despesas Correntes	176.965.789,98	1.062.744.710,77	1.159.667.212,11	3.982.214,73	76.061.073,91
<b>Despesa de Capital</b>	<b>1.207.180.933,92</b>	<b>1.224.361.384,01</b>	<b>132.259.255,77</b>	<b>3.220.441,27</b>	<b>2.296.062.620,89</b>
Investimentos	12.959.519,85	132.322.690,56	131.169.632,93	2.716.695,73	11.395.881,75
Inversões Financeiras	2.723.337,95	6.922.940,07	-	503.745,53	9.142.532,49
Amortização da Dívida	1.191.498.076,12	1.085.115.753,38	1.089.622,84	0,01	2.275.524.206,65
<b>TOTAL</b>	<b>4.536.919.158,03</b>	<b>7.828.353.643,07</b>	<b>4.471.172.689,28</b>	<b>67.852.363,76</b>	<b>7.826.247.748,06</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Notas	2020	2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	4.294.244.093,17	3.027.166.504,80
Créditos a Curto Prazo	12	10.704.494.640,57	14.701.253.709,21
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	13	3.203.899.030,36	2.732.217.311,82
Estoques	14	421.204.690,53	265.859.758,03
Imobilizado Mantido para Venda	15	32.635.089,57	32.635.089,57
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>18.656.477.544,20</b>	<b>20.759.132.373,43</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Ativo Realizável a Longo Prazo		19.243.367.110,97	19.627.191.164,32
Créditos a Longo Prazo	16	19.221.067.140,87	19.607.303.007,57
VPD pagas antecipadamente	17	22.299.970,10	19.888.156,75
Investimentos	18	13.794.659.551,56	12.124.213.232,00
Imobilizado	19	10.783.376.072,98	10.262.292.417,30
Intangível	20	79.905.451,49	46.875.689,20
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>43.901.308.187,00</b>	<b>42.060.572.502,82</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>62.557.785.731,20</b>	<b>62.819.704.876,25</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	21,22	2.681.866.819,56	3.663.599.824,11
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	24	12.482.592.164,37	10.077.110.815,82
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23	2.043.642.708,46	2.123.635.512,74
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	25	104.678.760,04	64.460.646,43
Obrigações de Repartição a Outros Entes		9.223,49	320.281,11
Provisões a Curto Prazo		336.793.839,91	6.788.325.483,32
Demais Obrigações a Curto Prazo	26	14.272.211.523,88	15.528.654.725,35
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>31.921.795.039,71</b>	<b>38.246.107.288,88</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	21,22	10.347.962.714,68	10.059.520.440,56
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	24	68.676.759.464,85	66.935.533.554,35
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	23	1.556.007.036,48	1.929.088.715,78
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	25	105.232.186,11	163.418.001,85
Provisões a Longo Prazo	27	189.196.212.147,97	13.310.258.693,72
Resultado Diferido	28	457.410.435,17	443.460.324,51
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>270.339.583.985,26</b>	<b>92.841.279.730,77</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Resultados Acumulados	29	(239.703.593.293,77)	(68.267.682.143,40)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(239.703.593.293,77)</b>	<b>(68.267.682.143,40)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>62.557.785.731,20</b>	<b>62.819.704.876,25</b>



## QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES CONSOLIDADO

	Notas	2020	2019
<b>Ativo (I)</b>			
Ativo Financeiro		7.876.998.752,17	9.840.967.836,70
Ativo Permanente		54.680.786.979,03	52.978.737.039,55
<b>Total do Ativo</b>		<b>62.557.785.731,20</b>	<b>62.819.704.876,25</b>
<b>Passivo (II)</b>			
Passivo Financeiro		29.921.137.914,37	28.148.218.723,99
Passivo Permanente		274.427.930.424,81	104.251.957.649,61
<b>Total do Passivo</b>		<b>304.349.068.339,18</b>	<b>132.400.176.373,60</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>	<b>2.3</b>	<b>(241.791.282.607,98)</b>	<b>(69.580.471.497,35)</b>

## QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO CONSOLIDADO

	Notas	2020	2019
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	31		
Garantias e Contrapartidas Recebidas		1.038.314.067,26	1.045.001.690,64
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres		127.535.289,62	98.241.081,20
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		3.756.302.143,64	3.404.856.861,64
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>		<b>4.922.151.500,52</b>	<b>4.548.099.633,48</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	31		
Garantias e Contrapartidas Concedidas		126.750.217,94	126.750.217,94
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres		-	-
Obrigações Contratuais		36.668.066,48	11.967.651,99
Outros Atos Potenciais Passivos		259.567.452,37	198.048.258,09
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>		<b>422.985.736,79</b>	<b>336.766.128,02</b>

## QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Notas	2020	2019
01 Ordinários		14.464.572.610,13	11.524.117.510,97
02 Educação		(28.662.232.945,62)	(24.712.564.612,38)
03 Saúde		(29.089.441.870,65)	(24.939.601.301,94)
04 Previdência		1.474.830.260,44	524.575.977,62
05 Transferências Obrigatórias de Outros Entes		927.983.485,72	880.958.147,90
06 Transferências Voluntárias de Outros Entes		441.989.670,95	487.787.402,28
08 Fundos Estaduais		12.229.054.823,44	11.762.430.574,76
09 Operações de Crédito		6.169.104.803,39	6.165.045.413,50
<b>Total das Fontes de Recursos</b>		<b>(22.044.139.162,20)</b>	<b>(18.307.250.887,29)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

	Notas	2020	2019
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>			
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria		44.124.153.586,83	42.725.239.798,62
Contribuições		20.782.699.768,07	18.611.639.336,78
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		314.596.571,58	388.364.226,69
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.315.417.342,46	1.236.359.513,44
Transferências e Delegações Recebidas		12.065.235.524,15	8.908.161.322,54
Valorização e Ganhos Com Ativos		10.383.683.294,26	11.340.245.825,81
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		468.163.733.758,81	37.604.142.795,36
<b>Total das variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>557.149.519.846,16</b>	<b>120.814.152.819,24</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>			
Pessoal e Encargos		30.013.942.314,25	30.607.597.042,41
Benefícios Previdenciárias e Assistenciais		17.252.961.096,15	16.662.368.183,60
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		7.173.495.953,50	7.099.519.538,63
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		9.765.539.619,02	7.372.939.383,65
Transferências e Delegações Concedidas		18.628.311.246,60	18.120.050.916,26
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.091.503.724,95	7.191.818.107,36
Tributárias		574.935.771,73	466.282.850,76
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		260.177.299.520,97	40.687.060.661,44
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>349.677.989.247,17</b>	<b>128.207.636.684,11</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	33	<b>207.471.530.598,99</b>	<b>(7.393.483.864,87)</b>

## BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Notas	2020	2019
<b>INGRESSOS</b>			
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>63.960.587.766,84</b>	<b>70.429.155.608,05</b>
<b>Ordinários</b>		<b>27.677.710.378,33</b>	<b>25.419.260.967,58</b>
<b>Vinculada</b>		<b>36.282.877.388,51</b>	<b>45.009.894.640,47</b>
Educação		8.304.462.725,98	8.460.565.501,19
Saúde		5.921.820.081,30	5.338.074.434,83
Previdência		18.933.914.536,62	17.172.991.770,14
Transferências Obrigatórias de Outros Entes		450.199.518,58	533.768.596,83
Transferências Voluntárias de Outros Entes		140.910.463,32	100.811.735,42
Fundos Estaduais		2.506.434.838,76	13.120.389.002,13
Operações de Crédito		25.135.223,95	283.293.599,93
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>53.988.332.976,29</b>	<b>48.697.668.589,01</b>
Inscrição Restos a Pagar Processados		6.414.091.371,96	7.718.447.285,85
Inscrição Restos a Pagar Não Processados		1.531.204.488,33	822.644.062,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		43.391.689.155,45	37.164.157.371,40
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.651.347.960,55	2.992.419.869,63
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>5.762.044.936,11</b>	<b>4.751.470.902,83</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.027.166.504,80	2.870.699.420,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.734.878.431,31	1.880.771.482,15
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>		<b>123.710.965.679,24</b>	<b>123.878.295.099,89</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>			
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>64.557.893.763,03</b>	<b>73.861.635.102,88</b>
<b>Ordinários</b>		<b>29.212.928.377,06</b>	<b>28.837.231.896,61</b>
<b>Vinculada</b>		<b>35.344.965.385,97</b>	<b>45.024.403.206,27</b>
Educação		8.561.255.789,12	8.414.296.717,31
Saúde		6.119.597.637,37	5.212.028.661,23
Previdência		17.438.815.853,24	17.342.057.086,44
Transferências Obrigatórias de Outros Entes		394.810.463,89	197.229.245,24
Transferências Voluntárias de Outros Entes		194.206.845,42	156.438.726,98
Fundos Estaduais		2.583.373.276,07	13.460.252.165,32
Operações de Crédito		52.905.520,86	242.100.603,75
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		-	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>51.652.251.470,80</b>	<b>44.254.615.060,90</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		4.455.925.617,80	3.876.988.325,56
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		630.466.306,41	729.886.567,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		44.734.451.607,12	36.692.543.020,07
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.831.407.939,47	2.955.197.147,72
<b>Saldo do Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>7.500.820.445,41</b>	<b>5.762.044.936,11</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	4.294.244.093,17	3.027.166.504,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.206.576.352,24	2.734.878.431,31
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	34	<b>123.710.965.679,24</b>	<b>123.878.295.099,89</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	NOTAS	2020	2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Ingressos</b>		<b>62.905.390.845,65</b>	<b>69.256.881.060,32</b>
Receitas derivadas e originárias		51.735.400.971,37	60.908.400.687,07
Transferências correntes recebidas		11.169.989.874,28	8.348.480.373,25
Outros ingressos operacionais		-	-
<b>Desembolsos</b>		<b>61.358.361.621,85</b>	<b>68.426.061.298,53</b>
Pessoal e Demais Despesas		58.308.547.591,95	55.666.139.143,14
Juros e Encargos da Dívida		241.110.274,44	360.278.251,03
Transferências concedidas		1.814.183.403,94	12.054.374.028,44
Outros desembolsos operacionais		994.520.351,52	345.269.875,92
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>1.547.029.223,80</b>	<b>830.819.761,79</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Ingressos</b>		<b>832.821.301,10</b>	<b>597.515.280,81</b>
Alienação de bens		808.194.688,47	570.050.040,75
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		24.626.612,63	27.465.240,06
Outros ingressos de investimentos		-	-
<b>Desembolsos</b>		<b>706.359.948,12</b>	<b>979.680.695,21</b>
Aquisição de ativo não circulante		581.434.043,47	817.608.061,63
Concessão de empréstimos e financiamentos		20.984.975,41	11.307.969,79
Outros desembolsos de investimentos		103.940.929,24	150.764.663,79
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>126.461.352,98</b>	<b>(382.165.414,40)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Ingressos</b>		<b>222.375.620,09</b>	<b>234.901.411,99</b>
Operações de crédito		24.870.038,00	191.868.025,31
Integralização do capital social de empresas dependentes		-	-
Transferências de capital recebidas		197.505.582,09	43.033.386,68
Outros ingressos de financiamentos		-	-
<b>Desembolsos</b>		<b>628.788.608,50</b>	<b>527.088.675,26</b>
Amortização/Refinanciamento da dívida		628.788.608,50	527.088.675,26
Outros desembolsos de financiamentos		-	-
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (III)</b>		<b>(406.412.988,41)</b>	<b>(292.187.263,27)</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>32</b>	<b>1.267.077.588,37</b>	<b>156.467.084,12</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	11	3.027.166.504,80	2.870.699.420,68
Caixa e Equivalentes de caixa final	11	4.294.244.093,17	3.027.166.504,80

## QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINARIAS CONSOLIDADO

	NOTA	2020	2019
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>			
Receita Tributária		28.984.914.190,47	39.673.218.809,22
Receita de Contribuições		10.004.626.826,18	7.616.695.599,87
Receita Patrimonial		(191.622.417,64)	135.425.452,95
Receita Agropecuária		1.057.263,59	1.148.614,62
Receita Industrial		2.109,89	2.104,00
Receita de Serviços		408.702.397,78	521.717.192,79
Remuneração das Disponibilidades		689.352.848,60	789.539.055,71
Outras Receitas Derivadas e Originárias		11.838.367.752,50	12.170.653.857,91
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>51.735.400.971,37</b>	<b>60.908.400.687,07</b>

## QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS CONSOLIDADO

	NOTA	2020	2019
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>			
Intergovernamentais		6.751.447.538,26	3.907.640.836,47
da União		6.733.098.210,84	3.885.419.694,18
de estados e Distrito Federal		10.864.208,36	14.196.351,24
de Municípios		7.485.119,06	8.024.791,05
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências recebidas		4.418.542.336,02	4.440.839.536,78
<b>Total das Transferências Recebidas</b>		<b>11.169.989.874,28</b>	<b>8.348.480.373,25</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>			
Intergovernamentais		1.420.375.376,74	11.919.435.625,38
da União		80.689.417,79	33.832.782,53
de estados e Distrito Federal		96.000,00	-
de Municípios		1.339.589.958,95	11.885.602.842,85
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências concedidas		393.808.027,20	134.938.403,06
<b>Total das Transferências Concedidas</b>		<b>1.814.183.403,94</b>	<b>12.054.374.028,44</b>

## QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO CONSOLIDADO

	NOTA	2020	2019
Legislativa		487.424.180,15	565.430.723,57
Judiciária		1.871.189.172,36	1.987.114.586,08
Essencial a Justiça		1.349.433.600,01	1.438.765.248,86
Administração		960.435.972,09	1.597.760.863,95
Segurança Pública		5.420.449.627,42	5.087.735.094,38
Assistência Social		135.495.738,95	360.103.450,35
Previdência Social		17.835.250.348,37	16.518.071.575,84
Saúde		7.181.963.221,54	5.947.268.578,87
Trabalho		51.313.704,38	53.213.785,43
Educação		8.382.491.134,51	7.818.586.772,04
Cultura		75.781.121,47	52.840.364,70
Direitos da Cidadania		251.573.315,46	25.391.623,97
Urbanismo		14.822.930,05	14.598.830,08
Habitação		36.657.402,92	38.443.018,34
Saneamento		414.038,90	-
Gestão Ambiental		139.397.316,82	143.253.459,98
Ciência e Tecnologia		152.175.872,75	154.292.046,03
Agricultura		409.762.861,36	396.287.151,01
Indústria		1.077.413,94	758.591,16
Comércio e Serviços		30.061.720,86	14.923.735,89
Comunicações		57.307.862,09	43.516.048,93
Energia		476.118,09	1.415.994,35
Transporte		297.918.855,62	263.528.909,07
Desporto e Lazer		8.517.162,37	2.386.869,42
Encargos Especiais		13.157.156.899,47	13.140.451.820,84
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>		<b>58.308.547.591,95</b>	<b>55.666.139.143,14</b>

## QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADO

	NOTA	2020	2019
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		64.280.340,78	99.860.665,87
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		176.686.251,57	260.101.867,53
Outros Encargos da Dívida		143.682,09	315.717,63
<b>Total de Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>241.110.274,44</b>	<b>360.278.251,03</b>

## **Notas Explicativas**

### **1. Informações Gerais**

**1.1.** O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2020 amparadas pelas disposições da Lei Estadual nº 15.399, de 12 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2020, que também dispuseram acerca dos orçamentos das Autarquias e Fundações do Estado.

**1.2.** As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.

**1.3.** O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme notas explicativas de consolidação. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2020, comparativamente a 2019, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações vinculadas ao Estado.

### **2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários**

**2.1.** O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria 877-2018 da Secretaria do Tesouro Nacional. As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.

**2.2.** A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 70 a 87 da NBC TSP 11, sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei nº 4.320-1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.

**2.3.** A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito, pois, no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2020	2019
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(239.703.593.293,77)</b>	<b>(68.267.682.143,40)</b>
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(569.080.137,15)	(260.193.794,11)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(1.518.609.177,06)	(1.052.595.559,84)
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>(241.791.282.607,98)</b>	<b>(69.580.471.497,35)</b>

**2.4.** Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 31.

**2.5.** Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (nota explicativa 16). O montante de créditos com essa natureza, cujo recebimento é esperado para o ano de 2020, foi registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (nota explicativa 12).

**2.6.** Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, o Passivo da Administração Direta não registra os seguintes valores:

- a) R\$ 113.366.110,90 a repassar às Autarquias e Fundações, referentes a despesas efetuadas à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos foram liquidados até 31-12-2020; e,
- b) R\$ 96.472.429,60 referentes a despesas efetuadas pelas Autarquias e Fundações, à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos não foram liquidados até 31-12-2020.

Como as entidades da Administração Indireta também não registram o ativo decorrente dos repasses a serem realizados pela Administração Direta, não há efeito no Balanço Patrimonial Consolidado.

### **3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais**

#### **3.1. Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

As aplicações no SIAC são registradas por seus valores originais.

#### **3.2. Créditos e Obrigações**

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

#### **3.3. Estoques**

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada

do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

### **3.4. Investimentos Permanentes**

As participações em empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente a custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

### **3.5. Imobilizado**

Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção deduzidos de sua respectiva depreciação.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

### **3.6. Precatórios**

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça/RS, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é lançada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

### **3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP**

A Portaria STN 548/2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, conforme tabela a seguir:



	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Parcialmente Atendido
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Parcialmente Atendido
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Em implantação / Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Planejamento GTCON RS
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Planejamento GTCON RS

**Legenda:**

**Implantado:** O procedimento encontra-se implementado e alinhado, na essência, às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

**Em Implantação:** Os normativos e/ou os guias de lançamentos contábeis foram expedidos e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 01/01/2021.

**Parcialmente Atendido:** Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP, entretanto ajustes devem ser realizados.

**Planejamento GTCON RS:** Os procedimentos contábeis foram incluídos no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul - GTCON/RS, instituído pela Portaria SEFAZ/RS nº 45, de 10 de abril de 2019. Os bens de infraestrutura já estão em estudo pelo GTCON e os bens do patrimônio cultural estão no planejamento para 2021.

## Balanco Orçamentário

4. O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2020, um déficit de R\$ 597.305.996,19, resultado de uma receita total de R\$ 63.960.587.766,84 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 64.557.893.763,03.

5. No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV, bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE PREV e no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do rio Grande do Sul – IPE Saúde.

	2020	2019
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>16.694.112.123,15</b>	<b>15.584.248.603,83</b>
RPPS - Cobertura de Déficit	11.392.859.796,45	11.187.150.776,11
RPPS - Contribuição Patronal	4.397.053.643,76	3.385.334.922,47
Fundoprev - Cobertura de Déficit Atuarial	-	27.917.759,14
Fundoprev - Contribuição Patronal	180.233.093,82	265.255.489,37
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	706.682.863,36	697.496.485,35
Outros	17.282.725,76	21.093.171,39
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>17.297.522,06</b>	<b>26.966.226,53</b>
	<b>16.711.409.645,21</b>	<b>15.611.214.830,36</b>

6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2020, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

<b>Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro</b>		
<b>Despesa</b>	Orçada	1.470.390.345,00
	Autorizada	1.415.038.047,25
	<b>Empenhada</b>	<b>1.203.320.784,15</b>
	Liquidada	1.127.842.747,32
	Paga	1.044.610.596,80

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

7. No Balanço Orçamentário, as anulações de restos a pagar, que até 2019 eram computadas no item Outras Receitas Correntes, deixaram de ser registradas orçamentariamente. O procedimento vai ao encontro do disposto no 3.3 da Parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição.

8. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e do Parecer Coletivo 1, de 21-11-2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto nº 55.585, de 20-11-2020, e a Instrução Normativa CAGE 08/20, de 10-12-2020, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:

a) anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 64.290.249,14, cujos empenhos foram emitidos entre 1º-1-2016 e 31-12-2019; e,

b) estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2020, no valor de R\$ 126.273.848,99, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Ainda, em consonância com o Decreto Federal nº20.910, de 6-1-1932, ao longo de 2020, ocorreram prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores ao de 2016, no valor de R\$ 42.694.340,40.

**9.** A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em 2020, esses valores totalizaram R\$ 6.363.936.493,89. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2020, o montante de R\$ 4.350.246.608,50 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.

**10.** Até 2019, o grupo de Outras Despesas Correntes, no Balanço Orçamentário, registrava, dentre outros, os valores decorrentes das transferências, a outras esferas de governo, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição Federal ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do Estado. A partir do exercício de 2020, esses valores passaram a ser registrados como dedução da respectiva receita, totalizando no exercício o montante de R\$ 10.740.296.069,85.

## **Balanço Patrimonial**

### **11. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa	589,83	17.446,91
Bancos	307.854.429,20	1.849.082.586,71
Rede Bancária - Arrecadação	197.930.053,65	177.601.450,89
Saldo SIAC	721.200.753,78	39.547.321,83
APF de Liquidez Imediata	3.067.258.266,71	960.917.698,46
	<b>4.294.244.093,17</b>	<b>3.027.166.504,80</b>

**11.1. Caixa** – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

**11.2. Bancos** – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a Conta Única.

**11.3. Rede Bancária – Arrecadação** – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

**11.4. Saldo SIAC** – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul. O saldo SIAC representa as aplicações líquidas dos valores resgatados pela administração direta.

**11.5. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata** – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## **12. Créditos a Curto Prazo**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Créditos Tributários a Receber</b>	<b>7.372.591.119,10</b>	<b>7.668.964.750,65</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>2.437.383.726,07</b>	<b>1.741.769.952,82</b>
Tributária	2.382.480.000,00	1.700.000.000,00
Não Tributária	54.903.726,07	41.769.952,82
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>269.970.033,31</b>	<b>3.451.449.401,38</b>
Devedores	158.101.736,84	141.977.010,96
Responsáveis	111.868.296,47	1.713.712.613,51
Sequestros Judiciais a Regularizar	-	1.595.759.776,91
<b>Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	<b>179.676.629,68</b>	<b>935.482.049,96</b>
<b>Outros Créditos a Curto Prazo</b>	<b>444.873.132,41</b>	<b>903.587.554,40</b>
	<b>10.704.494.640,57</b>	<b>14.701.253.709,21</b>

**12.1. Créditos Tributários a Receber** – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 7.909.782.278,57. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$ 537.191.159,47, conforme calculado pela Subsecretaria da Receita Estadual.

**12.2. Dívida Ativa** – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 16.

**12.3. Pagamentos Extraorçamentários** – Demonstra os pagamentos não relacionados a empenhos/liquidações, conforme características descritas a seguir:

**12.3.1. Devedores:** Demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentaria. Registra também os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional do Trabalho e Pelo Tribunal Regional Federal que ainda não foram regularizados, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

**12.3.2. Responsáveis:** Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes. Registrava até 31-12-2014 os sequestros judiciais referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º-1-2015 os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”.

**12.3.3. Sequestros Judiciais a Regularizar:** A partir de 1º-1-2015, essa conta passou a registrar todos os sequestros judiciais da administração direta, sejam aqueles relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal ou aqueles relacionados a ações judiciais da saúde. Nesse caso, existem duas situações, a saber: 1) Havia a informação completa sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil 2) Não havia a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente. Em cumprimento à IN CAGE 8/2019, essa conta teve sua utilização encerrada em 31-12-2019 e os sequestros realizados a partir de 2020 passaram a ser registrados como variações patrimoniais diminutivas do exercício em que ocorrerem independentemente de sua regularização orçamentária. A execução orçamentária dos valores sequestrados passou a ser controlada em contas de controle.

Além disso a IN CAGE 8/2019 também previu que os valores de sequestros registrados como ativo em exercícios anteriores, nas contas de Responsáveis, Sequestros Judiciais a Regularizar ou outra (como a conta Depósitos Judiciais utilizada majoritariamente pela Administração Indireta), fossem baixadas à conta de Ajuste de Exercício Anteriores. Essa baixa vai ao encontro das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a Estrutura Conceitual (NBCT SP 00) já que os valores não poderiam ser caracterizados como ativos.

A seguir demonstram-se os saldos comparados das contas de Responsáveis, de Sequestros Judiciais a Regularizar e de Depósitos Judiciais que evidenciam a baixa patrimonial:

<b>CONTA CONTÁBIL</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Responsáveis	111.868.296,47	1.713.712.613,51
Sequestros Judiciais a Regularizar	-	1.595.759.776,91
Depósitos Judiciais	61.898.475,51	583.163.701,27
<b>Total</b>	<b>173.766.771,98</b>	<b>3.892.636.091,69</b>

**13. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo** – Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao FUNDOPREV que é administrado pelo IPE PREV. O saldo das aplicações cresceu 17,26%, pois os fundos previdenciários foram iniciados em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera um acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro. Apesar da Lei 15511/2020 prever que os servidores civis admitidos até a data de implantação do Regime de Previdência Complementar migrem do Plano Previdenciário para o Plano Financeiro, as contribuições desses servidores seguem depositadas no FUNDOPREV.

O FUNDOPREV é segregado entre Civil e Militar e as aplicações são assim distribuídas:

<b>Fundo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
FUNDOPREV Civil	2.621.830.002,92	2.290.784.660,19
FUNDOPREV Militar	582.069.027,44	441.432.651,63
<b>TOTAL</b>	<b>3.203.899.030,36</b>	<b>2.732.217.311,82</b>

**14. Estoques** – Em 2020, os estoques totalizaram o montante de R\$ 421.204.690,53 (R\$ 265.859.758,03 em 2019), correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 85,8% se referem à Secretaria da Saúde.

**15. Imobilizado Mantido para Venda** – O valor de imobilizado mantido para venda em 2020 é composto por R\$ 17.042.450,93 correspondes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15.592.638,64, na Secretaria de Obras com origem na carteira habitacional anteriormente administrada pelo IPERGS.

#### **16. Créditos a Longo Prazo**

<b>CRÉDITOS DE LONGO PRAZO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>17.527.465.267,29</b>	<b>18.048.768.018,27</b>
Saldo	43.346.249.329,30	44.071.226.978,58
(-) Ajuste para Perdas	(25.818.784.062,01)	(26.022.458.960,31)
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>625.993.144,02</b>	<b>496.968.105,99</b>
Saldo	839.849.999,75	729.920.693,75
(-) Ajuste para Perdas	(213.856.855,73)	(232.952.587,76)
<b>Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual</b>	<b>917.656.217,35</b>	<b>918.905.061,67</b>
<b>Outros</b>	<b>149.952.512,21</b>	<b>142.661.821,64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>19.221.067.140,87</b>	<b>19.607.303.007,57</b>

**16.1. Dívida Ativa Tributária** – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

**16.2. Dívida Ativa Não Tributária** – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

**16.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária)** – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 8ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o Manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Subsecretaria da Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPE Prev e IPE Saúde. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por esses órgãos. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

#### **Subsecretaria da Receita Estadual (Fase Administrativa)**

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Subsecretaria da Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- i. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 9 (nove) exercícios, apurando-se uma média anual de 7,57%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2020.
- iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não podem ser encaminhados à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298/91. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos. Os valores excluídos da cobrança em 2020 foram somados no ajuste para perdas.

#### **Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)**

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial não sofreu alterações para o exercício de 2020 e é apresentado a seguir:

Fase da Cobrança	2019 e 2020	Até 2018
	Viabilidade da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Fase não informada até 2018
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Contra Massa Falida	Não	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Execução Embargada	Sim, sempre	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Adjudicação de Precatórios	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não	Fase não informada até 2018
Falência Encerrada	Não	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não	Não
Motivos Diversos	Não	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não	Não

## IPE Saúde

As prováveis perdas relacionadas à dívida ativa em cobrança pelo IPE Saúde, que constam no Balanço Consolidado, referem-se a créditos junto a CORSAN, considerados como perdas prováveis, enquanto não ocorrer a conclusão no processo que versa sobre a dívida.

### 17. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Refere-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, o qual estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de restituição/compensação futura tão logo o aporte em questão deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Esses pagamentos foram concluídos em 2020. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram classificados para o Ativo Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

<b>Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV</b>	<b>22.299.970,10</b>
Repasse Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasse Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019	500.000,00
Repasse Financeiros efetuados em 2019	2.500.000,00
Correção Monetária de 2019	599.128,43
Valor empenhado e liquidado em 2019, pago em 2020	3.500.000,00
Valor empenhado, liquidado e pago em 2020	1.500.000,00
Correção Monetária de 2020	911.813,35

## 18. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

<b>Investimento</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Participações Permanentes em Empresas	11.789.839.304,02	9.577.119.703,80
Investimentos em Fundos	2.004.820.247,54	2.547.093.528,20
<b>Total de Investimentos</b>	<b>13.794.659.551,56</b>	<b>12.124.213.232,00</b>

**Fundos:** São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

<b>Fundo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.130.096.120,22	1.177.895.345,37
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	266.097.343,68	1.024.600.471,82
Fundo Estadual Apoio Desenv Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER	367.648.317,29	111.227.214,83
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	133.159.657,28	133.159.657,28
Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul - FUNTERRA	83.137.088,18	80.368.058,17
Outros Fundos	24.681.720,89	19.842.780,73
<b>Total de Investimentos em Fundos</b>	<b>2.004.820.247,54</b>	<b>2.547.093.528,20</b>

**Participações em Empresas:** As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03-2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2020 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-09-2020 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa, são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:



<b>Empresas</b>	<b>% do Capital Social pertencente ao Estado</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Empresas Controladas</b>		<b>9.583.854.992,78</b>	<b>7.370.635.200,51</b>
BADESUL	99,99%	727.062.272,94	707.981.292,02
BANRISUL	49,44%	4.130.531.736,84	3.824.001.378,86
CADIP	99,99%	221.190.888,92	221.448.852,90
CEASA	94,24%	15.483.933,20	16.110.326,58
CEEE <sup>1</sup>	99,99%	-	-
CESA <sup>1</sup>	99,93%	-	-
CORSAN	99,99%	3.975.848.872,72	2.066.611.188,42
CRM	99,98%	298.160.574,48	312.273.112,48
EGR	100,00%	95.038.160,40	94.514.243,02
PROCERGS	99,66%	21.273.664,20	20.273.658,87
SULGÁS	51,00%	99.264.889,08	107.421.147,36
<b>Empresas Controladas em Conjunto</b>		<b>1.879.724.315,78</b>	<b>1.803.203.534,87</b>
BRDE <sup>2</sup>	33,33%	1.879.724.315,78	1.803.203.534,87
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>		<b>318.904.130,41</b>	<b>395.387.639,68</b>
CESA		314.064.064,55	279.984.970,36
CORSAN		4.840.065,86	115.402.669,32
<b>Empresas Diversas</b>		<b>7.355.865,05</b>	<b>7.893.328,74</b>
<b>Total de Investimentos em Empresas</b>		<b>11.789.839.304,02</b>	<b>9.577.119.703,80</b>

Nota<sup>1</sup>: Valor do Patrimônio Líquido da CESA e da CEEE é negativo, portanto o valor na Equivalência Patrimonial é ZERO.

Nota<sup>2</sup>: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

## 19. Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa CAGE 06-2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para lançamentos contábeis referentes ao Imobilizado e Intangível, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN CAGE 06-2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

<b>Títulos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Bens Móveis	3.724.421.499,20	3.529.355.274,54
Veículos	965.711.626,58	942.314.295,74
Bens de Informática	1.064.092.239,46	1.019.094.861,66
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	850.158.394,21	768.541.570,16
Móveis e Utensílios	595.419.335,03	578.252.993,70
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	149.419.823,57	148.690.119,95
Demais Bens Móveis	149.397.243,06	85.046.273,11
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(49.777.162,71)	(12.584.839,78)
Bens Imóveis	7.058.954.573,78	6.732.937.142,76
<b>Total Imobilizado</b>	<b>10.783.376.072,98</b>	<b>10.262.292.417,30</b>

Também conforme a IN 06-2018, a Depreciação de Bens Móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o Imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	-	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

## 20. Intangível

Assim como relatado na Nota Explicativa 19 sobre o Ativo Imobilizado, o Ativo Intangível também é objeto da IN 06-2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Intangível do Estado:

Títulos	2020	2019
Softwares	79.987.856,75	46.894.582,44
Outros Ativos Intangíveis	10.420,00	10.420,00
(-) Amortização Acumulada	(92.825,26)	(29.313,24)
<b>Total Intangível</b>	<b>79.905.451,49</b>	<b>46.875.689,20</b>

Também conforme a IN 06-2018, a Amortização de Bens do Ativo Intangível contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

## 21. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar	2020	2019
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.681.866.819,56</b>	<b>3.663.599.824,11</b>
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	1.301.530.859,09	2.182.169.928,98
Provisão para Férias	923.964.630,12	791.335.929,45
Precatórios de Pessoal a Pagar	16.228.902,28	23.773.667,50
Requisições de Pequeno Valor (RPV) a Pagar	30.894.156,14	72.235.726,03
Benefícios Previdenciários a Pagar	257.042.526,08	439.070.328,72
Encargos Sociais a Pagar	152.205.745,85	155.014.243,43
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>10.347.962.714,68</b>	<b>10.059.520.440,56</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.076.820.858,67	5.787.933.219,93
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.018.149.187,75	3.886.377.810,10
INSS Parcelado a Pagar	252.992.668,26	385.209.410,53
<b>Total</b>	<b>13.029.829.534,24</b>	<b>13.723.120.264,67</b>

**21.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar:** O saldo refere-se principalmente ao 13º salário de 2020, que está sendo pago parceladamente durante 2021.

**21.2. Provisão para Férias:** Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2021). Os valores foram calculados com base em aplicativo (Qlik Sense) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário atual acrescido de 1/3.

**21.3. Precatórios:** O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme explicado na nota explicativa 22.

**21.4. Requisições de Pequeno Valor (RPV) a pagar:** Refere-se a requisições de pagamento de quantia devida pela Fazenda Pública Estadual em face de uma condenação judicial com valores de até 10 salários-mínimos.

**21.5. Benefícios Previdenciários:** O saldo refere-se principalmente ao 13º salário de 2020, que está sendo pago parceladamente durante 2021.

**21.6. Encargos Sociais a Pagar:** O saldo refere-se principalmente às contribuições à recolher ao INSS sobre a folha dos funcionários públicos vinculados ao RGPS (Regime Geral de Previdência).

## 22. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

No exercício de 2020 houve a centralização da gestão orçamentária e operacional dos débitos de precatórios na Secretaria da Fazenda com o intuito de padronizar e racionalizar os fluxos de controle e pagamento, conforme Lei Estadual nº 15.404 de 18 de dezembro de 2019. A execução orçamentária desses débitos passou a ser efetuada na Unidade Orçamentária (U.O.) 33.03 – Encargos Financeiros do Estado – Sentenças Judiciárias.

Demonstram-se a seguir os valores devidos em 31-12-2020:

Precatórios	2020	2019
<b>Passivo Circulante</b>	<b>16.228.902,28</b>	<b>23.773.667,50</b>
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	16.228.902,28	23.773.667,50
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>11.650.977.082,90</b>	<b>11.603.399.745,81</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.076.820.858,67	5.787.933.219,93
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	4.018.149.187,75	3.886.377.810,10
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.556.007.036,48	1.929.088.715,78
<b>Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo</b>	<b>3.669.410.726,55</b>	<b>4.013.184.850,75</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.096.749.625,65	1.313.926.266,27
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	2.572.661.100,90	2.572.661.100,90
Precatórios de Fornecedores a Pagar	-	126.597.483,58
<b>Total</b>	<b>15.336.616.711,73</b>	<b>15.640.358.264,06</b>

**22.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante:** Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

**22.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante:** Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados.

**22.3. Provisão de Precatórios a Pagar:** Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos.

## 23. Fornecedores e Contas a Pagar

Abaixo são apresentados os saldos de fornecedores e contas a pagar, por tipo, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
<b>Fornecedores Nacionais</b>	<b>323.575.176,15</b>	<b>532.456.884,68</b>	-	-
<b>Demais Contas</b>	<b>1.720.067.532,31</b>	<b>1.591.178.628,06</b>	<b>1.556.007.036,48</b>	<b>1.929.088.715,78</b>
Obrig. Pend. de Exec. Orç.	747.301.810,84	632.509.546,40	-	-
Precatórios de Fornecedores	-	-	1.556.007.036,48	1.929.088.715,78
Sentenças Judiciais	330.858.829,94	251.497.809,10	-	-
Valores Méd. Hospital. a Proc.	640.943.097,84	706.207.478,87	-	-
Outros	963.793,69	963.793,69	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.043.642.708,46</b>	<b>2.123.635.512,74</b>	<b>1.556.007.036,48</b>	<b>1.929.088.715,78</b>

**23.1. Fornecedores Nacionais:** São as obrigações com fornecedores de bens e serviços que estão empenhadas e liquidadas (restos a pagar processados).

**23.2. Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária:** Se referem às despesas incorridas, não pagas e não empenhadas. O valor se concentra na Secretaria da Saúde e se refere a repasses a hospitais e municípios.

**23.3. Precatórios:** Conforme Nota Explicativa nº 22.

**23.4. Sentenças Judiciais:** Se referem às despesas judiciais não inseridas em precatórios ou em Requisições de Pequeno Valor – RPVs, que é o caso das despesas relacionadas às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares).

**23.5. Valores Médicos Hospitalares a Processar:** São valores pendentes de execução orçamentária pelo IPE Saúde.

## 24. Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
<b>Dívida Interna</b>	<b>11.976.237.156,64</b>	<b>9.699.898.699,19</b>	<b>58.523.679.287,57</b>	<b>58.688.229.503,05</b>
BB	-	-	683.687.440,88	683.687.440,88
BNDES	100.046.559,26	151.417.880,88	622.998.095,52	584.449.589,12
Governo Federal	11.875.724.577,14	9.548.043.675,71	57.216.483.785,89	57.419.096.860,56
CEF	466.020,24	437.142,60	509.965,28	995.612,49
<b>Dívida Externa</b>	<b>506.355.007,73</b>	<b>377.212.116,63</b>	<b>10.153.080.177,28</b>	<b>8.247.304.051,30</b>
BIRD	378.337.860,37	255.526.228,59	7.972.810.851,15	6.446.631.584,02
BID	128.017.147,36	121.685.888,04	2.180.269.326,13	1.800.672.467,28
<b>TOTAL</b>	<b>12.482.592.164,37</b>	<b>10.077.110.815,82</b>	<b>68.676.759.464,85</b>	<b>66.935.533.554,35</b>

O aumento no saldo de curto prazo se deve à suspensão dos pagamentos junto ao Governo Federal, amparada por liminar obtida em julho de 2017 que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), negociado atualmente pelo Estado. Esses valores estão devidamente registrados orçamentariamente.

## 25. Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais de curto e de longo prazo (R\$ 104.678.760,04 e R\$ 105.232.186,11), respectivamente) se referem, quase em sua totalidade, a débitos de PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

## 26. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2020	2019
Depósitos Judiciais	10.595.685.442,94	10.595.685.442,94
SIAC - Depósitos de Estatais, Fundos Especiais e Outros	1.304.843.045,09	1.714.456.447,32
Consignações e Retenções	670.191.811,44	1.542.190.561,86
Restos a Pagar - Parcerias, Convênios e outros	303.981.917,48	460.260.770,93
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.397.509.306,93	1.216.061.502,30
<b>Total</b>	<b>14.272.211.523,88</b>	<b>15.528.654.725,35</b>

**26.1. SIAC – Depósitos de Estatais, Fundos Especiais e Outros:** Representa o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta e Fundos Especiais, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado.

**26.2. Depósitos Judiciais:** Representa o valor dos depósitos judiciais sacados pelo Estado ao longo dos anos. Tais valores são exigíveis à medida que as causas as quais eles se destinam sejam decididas. O saldo devido ao final de 2020 é o mesmo que era devido ao final de 2019 pelo fato de o Estado não ter efetuado novos saques, por força do disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138, de 26 de março de 2018. Essa lei determinou que, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (previsto na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017), o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, previsto na Lei Complementar Federal nº 151 de 5 de agosto de 2015. Cabe destacar que a Lei nº 15.232, de 1º de outubro de 2018 dispôs sobre a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados. Entretanto, a Lei nº 15.476, de 23 de abril de 2020 suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220, de 19 de março de 2020.

**26.3. Consignações:** Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

**26.4. Restos a Pagar – Parcerias, Convênios e outros:** São as obrigações empenhadas e liquidadas relacionadas aos contratos e instrumentos congêneres relacionados a parcerias, convênios e outros.

## 27. Provisões a Longo Prazo

Provisões a Longo Prazo	2020	2019
Provisão Atuarial do RPPS	169.009.954.936,83	2.476.779.263,45
<i>Plano Previdenciário</i>	2.757.525.865,91	2.362.500.272,85
<i>Plano Financeiro</i>	166.252.429.070,92	114.278.990,60
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	6.663.573.244,62	-
Provisão de Precatórios a Pagar	3.669.410.726,55	4.013.184.850,75
Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.592.593.512,57	1.704.108.584,31
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	128.459.508,00	117.874.899,66
Provisão de Compensação Previdenciária	76.196.469,17	-
Provisão para Riscos Cíveis	62.220.071,76	58.766.723,89
Provisão para Riscos Fiscais	24.000.566,45	-
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	15.345.963,93	11.764.292,23
Outras Provisões de Longo Prazo	7.954.457.148,09	4.927.780.079,43
<b>Total</b>	<b>189.196.212.147,97</b>	<b>13.310.258.693,72</b>

**27.1. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro:** representa o déficit atuarial previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. O aumento neste passivo (de R\$ 114,3 milhões em 2019 para R\$ 166,25 bilhões em 2020) deve-se à alteração de política contábil no que se refere ao reconhecimento do Passivo Atuarial do RPPS. No exercício de 2019, a totalidade do saldo da provisão atuarial para benefícios a conceder e parte do saldo da provisão atuarial para benefícios concedidos, lançados pelo IPE Prev, eram anulados, pelo registro em conta redutora de passivo, devido o déficit ser suportado pela Administração Direta, e não pelo IPE Prev. No exercício de 2020, o valor da cobertura de déficit financeiro futuro foi registrado nos encargos gerais do Estado, fazendo que ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE Prev) fossem eliminados no processo de consolidação. Assim, os valores das provisões de benefícios concedidos e de benefícios a conceder passaram a refletir a totalidade do déficit atuarial no Balanço Consolidado e trazer alinhamento com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 15 que trata de benefícios a empregados.

<b>PLANO FINANCEIRO</b>	<b>CIVIL</b>	<b>MILITAR</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Provisão de Benefícios Concedidos</b>	<b>88.544.591.569,29</b>	<b>52.910.951.643,96</b>	<b>141.455.543.213,25</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	<i>125.954.309.005,42</i>	<i>64.832.213.320,84</i>	<i>190.786.522.326,26</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(24.444.882.220,17)</i>	<i>(7.947.507.784,59)</i>	<i>(32.392.390.004,76)</i>
<i>Contribuição do Aposentado</i>	<i>(10.399.831.523,19)</i>	<i>(3.433.479.200,45)</i>	<i>(13.833.310.723,64)</i>
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	<i>(1.822.609.586,89)</i>	<i>(540.274.691,84)</i>	<i>(2.362.884.278,73)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(742.394.105,88)</i>	-	<i>(742.394.105,88)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	-	-	-
<b>Provisão de Benefícios a Conceder</b>	<b>15.545.015.246,04</b>	<b>9.251.870.611,63</b>	<b>24.796.885.857,67</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	<i>47.178.063.758,02</i>	<i>16.002.334.501,19</i>	<i>63.180.398.259,21</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(18.763.434.451,62)</i>	<i>(4.419.721.634,36)</i>	<i>(23.183.156.085,98)</i>
<i>Contribuição do Ativo</i>	<i>(9.381.717.225,81)</i>	<i>(2.209.860.817,18)</i>	<i>(11.591.578.042,99)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(3.487.896.834,55)</i>	<i>(120.881.438,02)</i>	<i>(3.608.778.272,57)</i>
<i>Cobertura de Insuficiência Financeira</i>	-	-	-
<b>Total da Provisão</b>	<b>104.089.606.815,33</b>	<b>62.162.822.255,59</b>	<b>166.252.429.070,92</b>

**27.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário:** Até o exercício de 2019 representava o déficit atuarial, reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (Fundoprev). No exercício de 2020, o valor da provisão representa os recursos garantidores do Fundoprev (ativo real líquido), visto que o Resultado Atuarial, desconsiderando o plano de amortização, foi Superavitário em R\$ 2.690.602.764,40 (R\$ 2.878.290.724,59 de superávit no Fundoprev Civil e R\$ 187.687.960,19 de déficit no Fundoprev militar). Para equalizar este superávit, foi efetuado um Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário, que representa o resultado atuarial reconhecido no IPE Prev previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (Fundoprev), já considerado o montante do Plano de Amortização. O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e evidencia suficiência de recursos para a cobertura dos compromissos com benefícios previdenciários concedidos e a conceder. Destaca-se que os dados se referem à Avaliação Atuarial 2020 (data base 31/12/2019) e não considera os efeitos da LC 15.511 de 24/08/2020:

<b>Plano Previdenciário</b>	<b>Fundoprev Civil</b>	<b>Fundoprev Militar</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Provisão de Benefícios Concedidos</b>	<b>39.200.092,99</b>	<b>13.817.777,46</b>	<b>53.017.870,45</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos</i>	<i>49.938.180,59</i>	<i>13.817.777,46</i>	<i>63.755.958,05</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(4.720.691,96)</i>	<i>-</i>	<i>(4.720.691,96)</i>
<i>Contribuições de Aposentados</i>	<i>(2.239.683,84)</i>	<i>-</i>	<i>(2.239.683,84)</i>
<i>Contribuições de Pensionistas</i>	<i>(2.481.008,11)</i>	<i>-</i>	<i>(2.481.008,11)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(1.296.703,69)</i>	<i>-</i>	<i>(1.296.703,69)</i>
<b>Provisão de Benefícios a Conceder</b>	<b>(605.092.877,72)</b>	<b>618.998.108,84</b>	<b>13.905.231,12</b>
<i>Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder</i>	<i>6.297.882.461,21</i>	<i>2.787.876.727,20</i>	<i>9.085.759.188,41</i>
<i>Contribuições do Estado</i>	<i>(3.144.802.786,08)</i>	<i>(1.065.978.286,64)</i>	<i>(4.210.781.072,72)</i>
<i>Contribuições dos Servidores</i>	<i>(3.144.802.786,08)</i>	<i>(1.065.978.286,64)</i>	<i>(4.210.781.072,72)</i>
<i>Compensação Previdenciária</i>	<i>(613.369.766,77)</i>	<i>(36.922.045,08)</i>	<i>(650.291.811,85)</i>
<b>Provisão Plano de Amortização</b>	<b>(1.682.310.947,61)</b>	<b>(274.148.334,42)</b>	<b>(1.956.459.282,03)</b>
<b>Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário</b>	<b>4.560.601.671,95</b>	<b>86.460.374,42</b>	<b>4.647.062.046,37</b>
<b>Total da Provisão</b>	<b>2.312.397.939,61</b>	<b>445.127.926,30</b>	<b>2.757.525.865,91</b>

**27.3. Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo** - Registra provisões para repartição tributária sobre tributos a receber reconhecidos no ativo, conforme normatizado na Instrução Normativa Cage nº 09/2019.

**27.4. Provisão de Precatórios a Pagar** - Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, conforme Nota Explicativa nº 22.3.

**27.5. Provisão para Indenizações Trabalhistas** - São os passivos de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa Cage nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

<b>Provisão para Indenizações Trabalhistas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Férias Indenizadas	300.000.000,00	336.615.000,00
Reajustes do vale-refeição	236.504.428,00	189.403.800,00
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e comp.	219.312.517,79	156.865.057,54
Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995.	162.101.680,00	-
Habilitação de Marido e companheiro junto ao IPE Prev na condição de pensionista	142.189.229,78	83.983.520,00
Promoção de classe do Magistério ano 2000	83.000.000,00	79.613.300,00
Incorporação da gratificação de incentivo tecnológico (GEP/GIT)	65.750.612,12	-
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	63.664.460,45	102.998.072,27
Reflexo do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina	60.000.000,00	60.000.000,00
Abono Família - servidores em contrato emergencial	59.400.000,00	65.510.783,10
Reflexo das horas extras na gratificação natalina	40.779.000,00	40.779.000,00
Devolução da contribuição previdenciária suplementar de 2%	39.027.907,03	50.197.547,00
Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS	37.926.800,00	125.484.220,95
Responsabilidade subsidiária pela contratação de serviços terceirizados	-	349.900.000,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	82.936.877,40	62.758.283,45
<b>Total</b>	<b>1.592.593.512,57</b>	<b>1.704.108.584,31</b>

- **Férias indenizadas** - Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no art. 74 da LC nº 10.098/94. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração.

- **Reajustes do Vale-Refeição** – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estadual nº 10.002 de 06/12/1993 que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429/2010 estabeleceu a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo.
- **Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada** – Refere-se a inúmeras demandas individuais contra as Fundações Estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e a Fundação de Atendimento Especial (Fpergs).
- **Reajustes salariais da Lei nº 10.395/1995** - As ações judiciais que envolvem os reajustes das Leis nº 10.395/1995 e nº 10.420/1995, denominadas “Leis Britto”, representam a grande maioria das demandas repetitivas ajuizadas por servidores públicos estaduais nos últimos anos, restando ainda cerca de 10.270 processos em fase de execução/cumprimento de sentença.
- **Habilitação de marido e companheiro na condição de pensionista** - demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- **Promoção de classe do Magistério ano 2000** - Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, na qual o Estado foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.
- **Incorporação da Parcela GEP/GIT** - Reclamatória trabalhista ajuizada contra o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev) em que os reclamantes obtiveram diferenças salariais decorrentes da condenação a título de gratificação de incentivo tecnológico (GIT), desde outubro de 1989, em parcelas vencidas e vincendas, na proporção em que vinha sendo paga, em relação ao salário-base, computados os valores da gratificação de estímulo previdenciário (GEP) incorporados a este, com reflexos. O processo retornou, em 12/06/2020, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo em vista a interposição de Agravo de Instrumento.
- **Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Caixa Econômica Estadual - CEE)** – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE. Na reclamatória trabalhista nº 0018900-20.1995.5.04.0018 a 1ª Turma do TRT4 declarou a existência de um único contrato de trabalho entre as sucedidas Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, Habitasul Crédito Imobiliário S/A e Finhab Crédito Imobiliário S/A, empresas liquidadas extrajudicialmente, e a CEE, atribuindo a esta a condição de sucessora para todos os efeitos trabalhistas. A reclamatória trabalhista nº 0034900-75.2007.5.04.0018 foi ajuizada pelo Sindicato dos Servidores do Quadro Especial vinculado à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicaxa) postulando a correção mensal do bônus refeição recebido pelos empregados da extinta CEE, conforme a variação da cesta básica medida pelo IEPE/UFRGS. O processo encontra-se em fase final de impugnações, tendo o Estado iniciado tratativas de conciliação para formato de pagamento que gere menor impacto nas contas públicas. Existem ainda reclamações trabalhistas alegando que o Estado não teria observado o prazo previsto no art. 145 CLT para o pagamento das férias. Algumas ações judiciais tratam do adimplemento de promoções na carreira devidas aos empregados da extinta CEE. Outras ações tratam do reajuste salarial oriundo na diferença de 18,12% entre os reajustes previstos nos incisos I, II, III, IV e V da Lei Estadual 10.395/95 e aqueles concedidos a partir da incidência das Leis Estaduais 10.421/95 e 13.389/10.



- **Reflexos do abono família e do auxílio transporte na gratificação natalina** - Servidores públicos vêm postulando o reflexo do auxílio transporte e do abono família sobre a gratificação natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.
- **Abono família de servidores em contrato emergencial** – Atualmente existem 2.494 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), postulando o recebimento do abono família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/73. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6.526/1976 não foi recepcionada pela CF/88 e que o benefício regrado posteriormente na Lei Complementar nº 10.098/1994, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.
- **Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina** - Atualmente tramitam cerca de 2.343 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.
- **Devolução da Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%** - Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8 em que o IPE Prev foi condenando a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/95 incidentes sobre aposentadorias e pensões, demanda essa já transitada em julgado. Foi realizado acordo judicial com vistas ao pagamento.
- **Vantagens temporais (triênios e ATS) e incorporação da parcela SUDS** - Atualmente estão tramitando 57 ações onde contesta-se o congelamento de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente - DMA, vinculado à ex-Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado – SSMA. Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077/1990 que criou a Fepam, fundação que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais (5% a cada 3 anos) foram congelados e os funcionários passaram a perceber quinquênios (5% a cada 5 anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém, a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.
- **Responsabilidade subsidiária contratação de serviços terceirizados** – Esta provisão foi reclassificada por envolver responsabilidades do Estado enquanto contratante de serviços e não como empregador.

**27.6. Provisão de Pensões Integrais a Pagar** - São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Referem-se a diferenças de integralidade e da Lei Britto (Lei nº 10.395/95).

**27.7. Provisão de Compensação Previdenciária** – valores relativos a compensações entre o INSS (Regime Geral) e o RPPS (Regime Próprio de Previdência do Estado).

**27.8. Provisão para Riscos Cíveis:** São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08/2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153/2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual é demandada.

<b>Provisão para Riscos Cíveis</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes	29.054.093,71	29.054.093,71
Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos	26.221.054,70	26.221.054,70
Ação Indenizatória de lucros cessantes - CIEPs	4.300.000,00	-
Outras Provisões para Riscos Cíveis	2.644.923,35	3.491.575,48
<b>Total</b>	<b>62.220.071,76</b>	<b>58.766.723,89</b>

- **Ação Indenizatória por danos emergentes e lucros cessantes** – Trata-se de execução provisória proposta pelo Clube de Investimento dos Empregados da CRT contra o Estado na qual é a pleiteada a indenização por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da edição do Decreto Estadual nº 39.250/1999.
- **Ação Indenizatória por perdimento de grãos** - Trata-se de execução de sentença que tramita perante a 1ª Vara Federal de Porto Alegre, proposta pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB contra o Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, com base em título executivo de ação de depósito relativo ao perdimento de mais de 8.000 toneladas de arroz.
- **Ação Indenizatória de lucros cessantes – CIEPs** - Processo no qual o Estado foi condenado a pagar indenização por lucros cessantes, consistentes no lucro líquido que as construtoras demandantes teriam se houvesse sido levado a termo os contratos firmados visando a construção de CIEP's (Centros Integrados de Educação Pública), valor a ser determinado em liquidação de sentença.

**27.9. Provisão para Riscos Fiscais** - São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas fiscais. Em 2020, o saldo desta provisão refere-se à execução de sentença relativa aos honorários de sucumbência estabelecidos em favor da parte adversa em demanda de natureza fiscal, estabelecidos em 15% sobre o montante da restituição e dos depósitos judiciais.

**27.10. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar:** Demonstra a contrapartida da remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

#### **27.11. Outras Provisões**

<b>Outras Provisões</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Tema 810 STF - débitos em fase de liquidação/execução	4.564.015.145,45	-
Tema 810 STF - estoque de RPVs	1.080.900.000,00	2.172.348.661,69
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	900.000.000,00	972.000.000,00
Tema 1037 STF (juros entre expedição de precatório/RPV e pagamento)	-	1.548.000.000,00
Outras Provisões	1.409.542.002,64	235.431.417,74
<b>Total</b>	<b>7.954.457.148,09</b>	<b>4.927.780.079,43</b>

- **Tema 810 STF: débitos em fase de liquidação/execução de sentença** – Inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Com o julgamento definitivo do Tema 810 STF, foi declarada inconstitucional a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária a incidir sobre os débitos da Fazenda Pública, tal como previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, na redação que lhe conferiu a Lei nº 11.960/09. O mencionado Tema estende seus efeitos sobre os critérios de juros e correção monetária a serem aplicados nas fases de liquidação, execução e/ou cumprimento de sentença promovidas contra a Fazenda Pública. Outrossim, diante da necessidade de observância das hipóteses de preclusão e coisa julgada também na fase de pagamento, via de regra não se concorda com revisões de cálculo base quando já expedidas e/ou pagas as ordens de pagamento (precatório ou RPV), salvo quando pendente de decisão judicial. O valor da provisão considera é uma estimativa para os processos ainda em fase de liquidação/cumprimento de sentença/execução.

- **Tema 810 STF: estoque de RPVs** - Diante da possibilidade de revisão do cálculo base, em face dos termos da declaração de inconstitucionalidade com efeitos retroativos do Tema 810 do STF, A PGE vem trabalhando no sentido de buscar o reconhecimento da inaplicabilidade do referido Tema aos requisitórios de pagamento já expedidos, quer em vista da preclusão ou da coisa julgada (Tema 733 STF), quer em vista da incidência do teor do julgamento de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 pelas ADI's nº 4357 e 4425, a qual teve modulados os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da TR como critério de correção monetária para os requisitórios de pagamento expedidos até 25/03/2015.
- **Tema 96 STF** - Tramitou no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral, acerca "das questões que envolvem os juros de mora no período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório". O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30/06/2017, o qual decidiu que incidem juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.
- **Tema 1037 STF** - Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discutia a "incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou RPV (requisição de pequeno valor) e o efetivo pagamento". Em sessão de julgamento virtual de 05/06 a 15/06/2020, o Plenário do STF, apreciando o Tema 1037 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário. Com a vitória jurídica obtida, a estimativa para fins de contingenciamento não mais subsiste.

## 28. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

<b>Resultado Diferido</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
IPVA antecipado	914.820.870,34	886.920.649,03
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(457.410.435,17)	(443.460.324,52)
<b>Total</b>	<b>457.410.435,17</b>	<b>443.460.324,51</b>

## 29. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Nota Explicativa nº 33) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota Explicativa nº 30):

<b>Resultados acumulados</b>	
Saldo de 31/12/2019	(68.267.682.143,40)
Resultado Patrimonial do Exercício	207.471.530.598,99
Ajustes de Exercícios Anteriores	(378.907.441.749,36)
<b>Saldo de 31/12/2020</b>	<b>(239.703.593.293,77)</b>

Os resultados acumulados foram relevantemente impactados pela alteração de política contábil no que se refere ao reconhecimento do Passivo Atuarial do RPPS. Essa alteração resultou no reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, do passivo de R\$ 166.241.581.670,80 referente à cobertura de déficit financeiro futuro, valor também reconhecido em conta redutora do IPE PREV. Assim, ambos valores (passivo nos encargos gerais do Estado e redutor de passivo no IPE PREV) foram eliminados no processo de consolidação, restando, no passivo, os valores da Provisão de Benefícios Concedidos e a Conceder reconhecidos no IPE PREV, conforme Nota Explicativa nº 27.1. Esse passivo de R\$ 166.241.581.670,80 bilhões teve como contrapartida um débito de R\$ 373.092.699.225,65 em Ajustes de Exercícios Anteriores pelo reconhecimento do passivo atuarial existente e 31 de dezembro de 2019 e um crédito de R\$ 206.851.117.554,85 em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, na Demonstração de Variações Patrimoniais -

DVP, referente a redução do passivo apresentado em 31 de dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 33.

**30. Ajustes de Exercícios Anteriores:** Refere-se aos valores reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, pois são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:

<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>2020</b>
<b>Débito</b>	<b>379.794.687.205,83</b>
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	1.871.861.137,72
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	114.522.178,97
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	1.219.724.354,46
Reconhecimento de Passivos de exercício anteriores	373.093.791.212,56
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	2.891.374.762,50
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	603.413.559,62
<b>Crédito</b>	<b>887.245.456,47</b>
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	733.875.695,59
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	10.933.389,62
Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros	1.058.342,01
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	141.378.029,25
<b>IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>378.907.441.749,36</b>

**30.1. Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias:** Referem-se às despesas orçamentárias executadas com o elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores) e que teriam como contrapartida uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD caso fossem despesa do exercício.

**30.2. Despesas de Exercícios Anteriores – Pendentes de Execução Orçamentária:** São as despesas reconhecidas no exercício, porém que foram incorridas em exercícios anteriores e ainda não foram pagas e nem empenhadas.

**30.3. Reconhecimento e Desreconhecimento de Ativos e Passivos:** Referem-se a inscrições e baixas em bens, direitos e obrigações (exceto os de natureza financeira) que deveriam ter sido efetuadas em exercícios anteriores. O ajuste de maior impacto foi o de R\$ 373.092.699.225,65 negativos, referente ao reconhecimento, nos encargos gerais do Estado, da cobertura de déficit financeiro futuro ao RPPS – Plano Financeiro (passivo atuarial), apurada em 31 de dezembro de 2019, conforme explicado nas Notas Explicativas nº 27 e nº 29. A diferença entre esse passivo atuarial e o que foi apresentado em 31 de dezembro de 2020 foi registrada no resultado do exercício, conforme evidenciado nas Notas Explicativas nº 29 e nº 33.

**30.4. Ajustes de Exercícios Anteriores – Financeiros:** São as variações que ocorreram nos ativos financeiros que não são decorrentes da execução orçamentária e que deveriam ter sido computadas em exercícios anteriores.

**30.5. Ajustes efetuados diretamente na Consolidação:** São as diferenças entre os saldos que foram excluídos no processo de consolidação em 31 de dezembro de 2019 e os saldos que foram excluídos em 31 de dezembro de 2020, quando essa diferença não estiver relacionada a uma variação computável ao resultado do exercício. Melhor detalhamento do processo de consolidação pode ser consultado nas Notas de Consolidação (Nota Explicativa nº 35).

### **31. Registros em Contas de Controle**

**31.1. Atos Potenciais Ativos e Passivos** - situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, conforme detalhamento do quadro a seguir:

<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>4.922.151.500,52</b>
<u>Garantias e Contrapartidas Recebidas</u>	<u>1.038.314.067,26</u>
Cauções em Títulos e Valores	1.037.105.146,59
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	1.005.746,12
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	203.174,55
<u>Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres</u>	<u>127.535.289,62</u>
Fapergs -auxílios a comprovar	98.444.160,12
Administração Direta - auxílios a comprovar	18.248.135,76
Demais entidades - auxílios a comprovar	10.842.993,74
<u>Outros Atos Potenciais Ativos</u>	<u>3.756.302.143,64</u>
Administração Direta - contratos e convênios em execução	1.245.150.190,27
Demais entidades - contratos e convênios em execução	41.477.974,33
Daer - prestações de serviços - valores em discussão	2.068.465.054,01
Compensa - solicitações em andamento	168.376.257,14
Lei 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	232.832.667,89
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>422.985.736,79</b>
<u>Garantias e Contrapartidas Concedidas</u>	<u>126.750.217,94</u>
Avais Concedidos	126.750.217,94
<u>Obrigações Contratuais</u>	<u>36.668.066,48</u>
Contratos em Execução	36.668.066,48
<u>Outros Atos Potenciais Passivos</u>	<u>259.567.452,37</u>
Recursos Fundopem p/aumento capital Badesul	26.734.784,48
LEI 12.069/2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais	232.832.667,89

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No Daer, o valor de R\$ 1,03 bilhões refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao Daer, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa Daer DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;
- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, etc);
- **Auxílios a comprovar** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a pessoas físicas ou jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 98,4 milhões) refere-se ao apoio financeiro concedido pela Fapergs a pesquisadores;
- **Contratos e convênios em execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;
- **Prestações de Serviços – valores em Discussão** – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2,07 bilhões refere-se a obras executadas pelo Daer por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **Compensa - solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa Compensa/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto

Estadual nº 53.974 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038/2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações. Os valores compensados são baixados do ativo de dívida ativa e do passivo de precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente; e a dívida ativa é registrada como receita orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

<b>COMPENSA/RS - Compensações em Andamento</b>	<b>168.376.257,14</b>
Solicitações não homologadas	151.703.116,24
Compensações homologadas, em processo de compensação	10.521.351,34
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	6.151.789,56

- **Lei nº 12.069-2004 - saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos autorizado pela lei e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da Lei Estadual nº 12.069/2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138/2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da Lei Estadual nº 15.232/2018. Entretanto, a Lei nº 15.476, de 23 de abril de 2020 suspendeu essa recomposição durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 11.220, de 19 de março de 2020;

- **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A quase totalidade do valor corresponde a avais concedidos pelo Estado a Ceee e a Corsan, em contratos de empréstimo;

- **Recursos Fundopem para aumento de Capital do Badesul** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do Badesul, conforme art. 15 da Lei Estadual nº 11.916/2003, alterado pela Lei Estadual nº 14.744/2015.

**31.2. Passivos contingentes** – são riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 68,73 bilhões (R\$ 52,62 bilhões em 2019). O acréscimo decorreu principalmente do reconhecimento dos possíveis impactos: 1) compensação de débitos estaduais com precatórios; 2) da inconstitucionalidade da TR nos estoques de precatórios e RPV (atualização); 3) tarifas TUST e TUSD; 4) repasses para os municípios de recursos do FES; 5) inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP; 6) contribuição previdenciária da Fase.

Houve a baixa do passivo contingente relativo ao tema “juros entre expedição e pagamento de precatórios/RPV” (R\$ 270,8 milhões), no qual se discutia a incidência dos juros de mora no período compreendido entre a expedição e o efetivo pagamento, visto o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) negando o provimento. Já o passivo relativo ao “pagamento de atrasados de

Unidade Real de Valor (URV) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado” teve sua probabilidade de ocorrência reavaliada e passou a ser reconhecido como provisão.

A apuração dos passivos contingentes é efetuada pelos órgãos da Administração Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE, que emite o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153. Esse relatório contém levantamento dos riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2020, em comparação a 2019:

<b>Objeto dos Passivos Contingentes</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Implantação Piso Nacional do Magistério	34.499.999.300,00	33.300.800.000,00
Compensação de débitos estaduais com Precatórios	7.000.000.000,00	-
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	6.734.007.000,00	5.791.822.500,00
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Tarifas TUST e TUSD	1.600.000.000,00	-
Repasse para os municípios de recursos do FES	1.434.923.947,64	-
Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP	1.400.000.000,00	-
Contribuição previdenciária da Fase	1.320.000.000,00	-
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	1.276.821.482,00	1.915.613.482,00
Ação Civil Pública. Meio Ambiente	1.000.000.000,00	-
Contribuições do Daer ao IPE Prev e IPE Saúde	986.799.225,51	986.799.225,51
Contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas	728.000.000,00	-
Devolução do ICMS em operações com substituição tributária	652.000.000,00	-
Processos individuais na área de saúde	844.497.214,86	2.097.566.591,38
Adicional de insalubridade - servidores de escola	418.810.022,15	-
Diferencial de alíquota de optantes do SIMPLES NACIONAL	392.000.000,00	-
Ações cíveis públicas na área da segurança pública	378.924.747,96	186.285.000,00
PASEP	351.812.359,35	358.382.185,10
Adicional Noturno militares estaduais	285.620.862,79	-
Paridade Pensoes SINPOL	264.000.000,00	-
Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02	228.594.999,41	-
Desapropriação no Município de Torres - Parque Estadual de Itapeva	155.400.000,00	-
Indenização pelo Parcelamento de Salários	105.000.000,00	1.050.000.000,00
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	102.441.488,71	102.441.488,71
Ausência do direito à compensação de créditos de saídas isentas não estornadas de produtos agropecuários	100.000.000,00	-
Fundação Silius	100.000.000,00	-
FGTS de Servidores Temporários	26.486.000,00	51.841.500,00
Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios	1.000.000,00	15.000.000,00
Pagamentos atrasados URV no âmbito do TCE/RS	-	235.000.000,00
Outros	1.340.434.082,92	1.532.800.761,13
<b>Total</b>	<b>68.727.572.733,30</b>	<b>52.624.352.733,83</b>

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – A Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal 11.738-2008, além do pagamento de diferenças pretéritas;
- **Compensação de débitos estaduais com Precatórios** - A Procuradoria Fiscal da PGE atua processos judiciais em que os contribuintes de tributos estaduais formulam pedidos de compensação de débitos estaduais com precatórios adquiridos pelos devedores. A matéria referente aos pedidos de compensação de tributos com créditos de precatório, vencido e não pago, formulados antes da edição da Emenda Constitucional nº 62/2009, nos termos do art. 78, § 2º, do ADCT da Constituição Federal (CF88), em face da proteção ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e

segurança jurídica, com base no art. 5º, XXXV e XXXVI, da CF88, deverá ser examinada pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral.

- **Inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios e RPVs** – O tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei 11.960/09.

- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nos milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;

- **Tarifas TUST e TUSD** - Trata-se de demandas ajuizadas por consumidores que tentam fazer prevalecer a tese da não-incidência do ICMS sobre valores que não configurariam efetivo consumo, ou seja, sobre o valor relativo à tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), cumuladas com repetição de indébito ou compensação com o ICMS devido sobre a fatura de energia elétrica ou com o ICMS devido a outro título.

- **Repasse para os municípios de valores do FES** - Diante da crise financeira, hospitais que atendem pelo SUS e Municípios ingressaram com ações e Mandados de Segurança postulando o correto repasse dos valores previstos. Tais processos apresentam elevados valores, por vezes, com bloqueios nas contas do Estado. Além desses repasses de valores as ações podem envolver pedido de ressarcimento, reestruturação da política pública adotada junto ao hospital e demais contratualizações que envolvam valores que pela Lei 8080/90 seriam objeto de repasse aos hospitais.

- **Inclusão do déficit previdenciário na base de cálculo do PASEP** - O governo do Estado ingressou com a Ação Cível Originária nº 3.404 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), postulando liminar para impedir cobrança em duplicidade para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Sustentou-se na ação que o Estado já repassa o valor destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores (cobertura de insuficiências financeiras e cota patronal das contribuições previdenciárias) pelo Instituto de Previdência do Estado (IPERGS). Portanto, a cobrança também via administração direta do Tesouro Estadual seria indevida, porque seria uma cobrança em duplicidade, já que o IPE é uma autarquia do Executivo.

- **Contribuição previdenciária da Fase** - A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase) recebeu diversas autuações do INSS em razão de que o Certificado de Filantropia fora revogado, o que demandaria o recolhimento da cota patronal em relação a todos os seus empregados. O artigo 55 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, previu requisitos para o exercício da imunidade tributária versada no § 7º do artigo 195 da Carta da República, o que tornou impossível à Fase a certificação da filantropia, basicamente em razão da exigência de que seus diretores não fossem remunerados, o que é incompatível com o caráter público da Fase. A controvérsia envolvendo a nulidade do Ato Cancelatório que gerou a perda do enquadramento da Fase como entidade filantrópica e de Assistência Social, foi submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, proc. nº. 00400.000176/2013-81, o qual se encontra suspenso até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

- **Ações Cíveis Públicas - Repasses na área de Saúde** – O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações civis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.

- **Jardim Zoológico e Reserva Padre Balduino** – Refere-se ao Processo nº 9024988-74.2017.8.21.0001, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual em face do Estado do Rio Grande do Sul, da extinta Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul (FZB), do Município de São Leopoldo e do Município de Sapucaia do Sul, por meio da qual o Ministério Público pretende obter pronunciamento jurisdicional que: impeça todo e qualquer ato tendente a promover a desafetação e a alienação dos imóveis onde se localizam o Jardim Zoológico e a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo (pertencentes à extinta FZB), sem prévia e específica lei, enquanto não



procedida a reavaliação da área nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional das Unidades de Conservação); declare que a Reserva Florestal Padre Balduino Rambo é um espaço territorial especialmente protegido; responsabilize os réus pelos danos ambientais causados à reserva ambiental em decorrência das ocupações irregulares da área.

- **Contribuições do Daer ao IPE Prev e IPE Saúde** – Refere-se à cobrança das contribuições ao IPE Prev, período de 1992-2017, no valor de R\$ 922.041.045,60 e ao IPE Saúde, período de 2004-2019, R\$ 64.758.179,91. Encontra-se em análise a possível prescrição parcial e revisão da atualização monetária dos valores.

- **Base de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas** - A recente reforma constitucional possibilitou que, havendo declaração de déficit atuarial, haja a incidência de cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário-mínimo (anteriormente havia isenção até o teto do RGPS). Em abril de 2020, o IPE Prev declarou a existência de déficit atuarial, o que permitiu a cobrança desta contribuição previdenciária sobre o valor que excede a um salário-mínimo em todas as pensões e proventos. Atualmente estão tramitando 50 ações, sem decisões de mérito, entretanto, a questão merece especial cuidado em face do fator multiplicador, pois, em tese, qualquer aposentado e pensionista atingido pela reforma previdenciária e poderá ajuizar ação pleiteando a suspensão deste desconto.

- **Devolução do ICMS em operações com substituição tributária** - Houve mudança de paradigma com o que restou decidido pelo STF no Recurso Extraordinário (RE) 593.849/MG, oportunidade em que restou fixada a seguinte tese: “É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.” Em seguida, a Corte Constitucional modulou os efeitos do julgamento a fim de que o precedente ali elaborado oriente todos os litígios judiciais pendentes submetidos à sistemática da repercussão geral e os casos futuros oriundos de antecipação do pagamento de fato gerador presumido realizada após a fixação do entendimento, tendo em conta o necessário realinhamento das administrações fazendárias dos Estados-membros e do sistema judicial como um todo ao que decidido pela Corte.

- **Processos Individuais na Área da Saúde** – Diversas ações na área de saúde demandando fornecimento de medicamentos e tratamentos de alto custo, próteses, órteses e demais prestações na área de saúde. Diversos municípios e hospitais ajuizaram ações contestando os valores dos repasses mensais e glosas de faturas. Existem ainda demandas relativas ao fornecimento de *home care* (tratamento domiciliar).

- **Adicional Insalubridade de servidores de escola** - A Procuradoria-Geral do Estado tem registro de 8 mil ações judiciais e recursos envolvendo pretensão de percepção de adicional de insalubridade por servidores ocupantes do cargo Agente Educacional – manutenção de infraestrutura/serviços gerais/auxiliar de serviços complementares ou alimentação, sob a alegação de que exercem atividades insalubres, sem o recebimento dos equipamentos de proteção individual (EPI). Em alguns casos, há pretensão de indenização por danos morais.

- **Diferencial de alíquota de optantes do Simples Nacional** – contribuintes do ICMS optantes pelo regime do Simples Nacional argumentam que a micro e pequena empresa tem direito ao tratamento diferenciado (art. 170, IX e 179 da Constituição Federal), o que importaria em seu favorecimento frente às do Regime Geral, que, em tese, podem se creditar do imposto pago na operação de entrada com o devido na operação de venda da mercadoria. Atualmente a questão está sendo discutida no STF através do Recurso Extraordinário 970.821 cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF, inicialmente, no âmbito do RE 632.782, relativamente ao TEMA 517/STF: “Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL”. O julgamento está, por ora, suspenso.

- **Ações civis públicas (ACP) na área da segurança pública** – Ações promovidas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul postulado a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento de presos no regime fechado e a reforma de presídios e ACP movida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) pleiteando local adequado para o atendimento das vítimas de violência doméstica contra a mulher e vulneráveis em geral.

- **PASEP** - Em 14 de junho de 2002, com base na Medida Provisória nº 38 e na Instrução Normativa SRF nº 160, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso

II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 351,8 milhões e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.

- **Adicional noturno de militares estaduais** - Em ações movidas por servidores militares pleiteando o pagamento de adicional noturno, a PGE vem atuando na fixação de tese jurídica no sentido de que os policiais militares não possuem direito à remuneração superior pelo trabalho noturno, em vista da ausência de norma legal específica estabelecendo o benefício, sendo inviável ao Poder Judiciário suprir tal omissão, em vista da ausência de direito constitucional à referida vantagem e da vedação à concessão de vantagem remuneratória por isonomia, dada a inaplicabilidade do art. 39, § 3º, da CF/88, a inconstitucionalidade do art. 46, I, da Constituição do Rio Grande do Sul de 1989 e a ausência de outra previsão do direito na Constituição.
- **Paridade Pensões SINPOL** - Trata-se da ação coletiva nº 001/11600805494, ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande Do Sul (SINPOL) contra o IPE Prev, a qual foi julgada parcialmente procedente para o fim de reconhecer aos pensionistas dos policiais civis com paridade nos termos constitucionais o direito aos reajustes previstos nas Leis Estaduais nº 14.072/12 e nº 14.073/12.
- **Reajuste da Lei 11.467/00, 11.678/01 e 11.752/02** - Ações que tratam do reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual 11.467/2000 e no art. 1º da Lei Estadual 11.678/2001, abatidos os reajustes concedidos na Lei Estadual 11.752/2002, computados de forma acumulada e respeitado o período em que previstos e concedidos, devido aos empregados da extinta Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, a qual foi sucedida pelo Estado do Rio Grande do Sul em todos os seus deveres e obrigações.
- **Desapropriação no Município de Torres - Parque Estadual de Itapeva** - Trata-se de ação de desapropriação ajuizada pelo Estado, com fundamento nos Decretos Estaduais nº 42.009/2002, que criou o Parque Estadual de Itapeva, e nº 51.462/2014, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno e acessórios situados no Município de Torres/RS, destinados à regularização do Parque Estadual de Itapeva.
- **Indenização pelo Parcelamento de Salários** - Existem cerca de 30 mil ações judiciais e recursos, propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais. O valor estimado para contingenciamento considera o valor médio da indenização por danos morais.
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** - Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **Ausência do direito à compensação de créditos de saídas isentas de produtos agropecuários** - Trata-se de matéria sobre a qual tem havido dificuldade de compreensão por parte do Poder Judiciário com relação aos limites de benefício fiscal existente e à identificação do setor produtivo ao qual se aplica, com enorme risco de prejuízos aos cofres do Estado devido à ampliação indiscriminada do benefício.
- **Fundação Silius** - Trata-se de Ação Civil Pública nº 5038634-12.2016.4.04.7100/RS movido pela Associação dos Funcionários da Companhia Estadual de Silos e Armazéns e outro. O Estado pediu ingresso como amicus curiae, para afastar dívida que se pretende imputar à Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, em processo de extinção, conforme Lei Estadual nº 15.183. O Estado será seu sucessor.
- **FGTS de Servidores Temporários** - Refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o

depósito/pagamento de FGTS. Contudo, o decaimento, que repercute na condenação ao depósito do FGTS, atinge apenas os contratos declarados nulos pelo Poder Judiciário. A estimativa anterior para fins de contingenciamento (R\$ 51 milhões) não mais se mantém, considerando o corte havido com a decisão das Turmas Recursais Unidas (Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 71007787237) estabelecendo que é nulo o contrato temporário de servidor temporário que tenha sido sucessivamente renovado para além do período de cinco anos, desde que a parte tenha expressamente postulado o reconhecimento desta nulidade. Resultando em uma nova estimativa de R\$ 26 milhões.

- **Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios** - Refere-se ao contingenciamento para possíveis ações interpostas contra o Estado tendo em vista o julgamento do Tema 365 pelo STF: “Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento”. A situação, porém, revela-se bem mais favorável ao Estado que em anos anteriores. O STF tem devolvido os agravos de instrumento interpostos contra a negativa de seguimento de recursos extraordinários interpostos pelos autores da ação para que a Câmara Delegada analise a aplicação do Tema 365, o que tem levado à extinção dos REs. No Relatório anterior havia sido apresentada uma estimativa de R\$ 15 milhões, que não se concretizou.

**31.3. Outros controles necessários para a gestão administrativa.** Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

<b>Outros Controles</b>	
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001	10.890.178.727,67
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953.230.706,93

- **Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001** – Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667/2001, sujeito ao limite de 95% de disponibilização ao Estado, conforme parágrafo 1º, art. 1º da Lei nº 12.069/2004.

<b>Total dos Depósitos Judiciais, conforme Lei Estadual nº 11.667/2001</b>	<b>10.890.178.727,67</b>
Percentual limite de utilização pelo Estado, conforme Lei Estadual nº 12.069/2004	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.345.669.791,29
Valor Utilizado pelo Estado	10.112.837.123,40
<b>Percentual utilizado pelo Estado</b>	<b>92,86%</b>

A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o limite máximo de utilização (R\$ 232,8 milhões) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme tabela do item “a”. Destaca-se que o Banrisul, responsável pelo gerenciamento dos depósitos judiciais, apartou desta conta os depósitos judiciais em que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, que determina o limite de 70% para estes depósitos. Assim, além dos R\$ 10,11 bilhões utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069/2004, também foram utilizados R\$ 482,8 milhões de um total de R\$ 881.917.196,99 de depósitos judiciais em que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado:

<b>Tipo de Depósito</b>	<b>Saldo total</b>	<b>Valor utilizado</b>	<b>Percentual</b>
Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 12.069/04	10.890.178.727,67	10.112.837.123,40	92,86%
Depósitos Judiciais - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	969.176.222,72	482.848.319,54	49,82%
<b>Total</b>	<b>11.859.354.950,39</b>	<b>10.595.685.442,94</b>	<b>89,34%</b>

- **Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito** – Demonstra o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O valor do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.

### **Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC**

**32.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. O Resultado Positivo do Fluxo de Caixa decorre principalmente das atividades operacionais, que registraram ingressos de Receitas derivadas e originais superiores aos desembolsos com pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes, exceto transferências. As atividades de investimento também apresentaram resultado positivo impactadas pela desconstituição de Fundos. Por outro lado, o fluxo de caixa das atividades de financiamento impactou negativamente, principalmente, em razão das amortizações de empréstimos e financiamentos terem sido superiores aos ingressos de operações de crédito.

### **Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP**

**33.** Na Demonstração das Variações Patrimoniais as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme Nota Explicativa nº 30. O Resultado do Exercício foi expressivamente positivo (R\$ 207.471.530.598,99) em razão, principalmente, da redução do passivo atuarial do RPPS – Plano Financeiro entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, na importância de R\$ 206.851.117.554,85, que foi registrada em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas da DVP.

### **Balanço Financeiro**

**34.** O Balanço Financeiro evidencia as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte e destinação de recursos. Apresenta também os ingressos e dispêndios não decorrentes da execução orçamentária, conjugados com os saldos de exercício anterior relacionados aos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) e os que se transferem para o exercício seguinte.

### **35. Nota Explicativa da Consolidação**

A consolidação dos balanços e demonstrativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(10.389.912.302,14)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(10.389.912.302,14)
<b>Ativo Circulante</b>		<b>(9.376.907.031,84)</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>(8.197.447.539,58)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	a	(5.165.590.241,09)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	d	(360.875.067,03)
Créditos a Curto Prazo	b	(4.211.316.790,75)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	e	(254.447,73)
			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	f	(171.307,91)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	g	(7.836.146.716,91)
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>(1.013.005.270,30)</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>(1.695.885.859,89)</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	c	(1.013.005.270,30)	Provisões a Longo Prazo	h	(1.695.885.859,89)
			<b>Patrimonio Líquido</b>		<b>(496.578.902,67)</b>
			Resultados Acumulados	i	(496.578.902,67)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	b.3; c.2 e c.4	(578.161.152,07)	Pessoal e Encargos	d.2	(2.095.998,93)
			Tributárias	f	(43.362,58)
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	h.3	(772.048.489,99)
			<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>(774.187.851,50)</b>

**a.** Do Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 5.165.590.241,09, referente aos valores resgatados do SIAC, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 5.165.138.464,71); e R\$ 451.776,38 referente à diferença entre as aplicações do SIAC das Autarquias e Fundações e o passivo do SIAC registrado no Estado, contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ 218.851,68) e em Resultados Acumulados (R\$ 232.924,70), do Patrimônio Líquido.

**b.** Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 4.211.316.790,75, referente:

**b.1.** Depósitos do SIAC da Administração Direta, Autarquias e Fundações: R\$ 2.523.676.683,31, referente aos valores concomitantemente registrados no passivo (passivo com entidades do Estado e valores resgatados), contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.

**b.2.** Saldos contabilizados pelo Estado cujos devedores são Autarquias e Fundações do Estado: R\$ 33.170.916,50, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 32.810.324,92) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 360.591,58).

**b.3.** Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.619.260.842,26; contrapartida em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 170.464.971,29); em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 35.894.726,01); em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 50.352.051,64); em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -36.500.121,29) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.399.049.214,61).

**b.4.** Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 33.057.282,92; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 82.975.894,89) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -49.918.611,97). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

**b.5** Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta: R\$ 2.151.065,76; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante. Corresponde a sequestros judiciais de RPVs que ocorreram em conta bancária de Autarquia ou Fundação e que serão restituídos pela Administração Direta.

**c.** Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.013.005.270,30, referente:

**c.1.** Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH (extinta) e transferidos para a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG cujo devedor é o Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

**c.2.** Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.746.880.273,04; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 388.625.235,04); em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 26.751.015,32) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.331.504.022,68).

**c.3.** Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em Ajustes para perdas da Dívida Ativa (conta retificadora): R\$ -1.118.652.217,11; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.

**c.4.** Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em outros créditos a longo prazo, cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 19.070.945,74; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais.

**c.5.** Remuneração SIAC a Receber: R\$ 137.190.426,70; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 18.370.218,25) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 118.820.208,45).

**d.** De Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 360.875.067,03, referente:

**d.1.** Sequestros Judiciais de RPVs pendentes de Restituição pela Administração Direta, conforme nota b.5.

**d.2.** Saldos contabilizados pelas entidades do Estado cujo os credores são o IPE PREV e o IPE SAÚDE: R\$ 358.724.001,27; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -297.604.796,34); em Pessoal e Encargos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 2.095.998,93); em Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, conforme nota b.3 (R\$ 50.352.051,64); em Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, conforme nota c.2 (R\$ 26.751.015,32) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 577.129.731,72).

**e.** De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 254.447,73; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 125.799.893,81) e em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -125.545.446,08). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.

**f.** De Obrigações Fiscais a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 171.307,91; contrapartida em Tributárias, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 43.362,58) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 127.945,33).

**g.** De Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 7.836.146.716,91, referente:

**g.1.** Passivos do Estado no SIAC e valores resgatados (R\$ 7.688.815.148,02), em contrapartida de Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante (R\$ 5.165.138.464,71, nota "a") e em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 2.523.676.683,31; nota b.1).

**g.2.** Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE (R\$ 143.210.754,09), em contrapartida de Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 68.705.050,93, notas b.2 e b.3); em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -119.887.466,41) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 194.393.169,57).

**g.3.** Passivos de indenizações diversas em favor de entidades do Estado em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 4.120.814,80).

**h.** De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 1.695.885.859,89, referente:

**h.1.** Remuneração do SIAC a pagar (R\$ 923.837.369,90), em contrapartida de Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 18.370.218,25, nota c.5); em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ -30.298.576,53) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 935.765.728,18).

**h.2.** Outras Provisões a Longo Prazo e Provisões Matemáticas Previdenciárias (R\$ 0,00): Compensação entre passivo de outras provisões a longo prazo (R\$ 166.241.581.670,80) registrado nos encargos gerais do Estado contra as contas redutoras de cobertura de insuficiência financeira registradas nas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo no IPE PREV (R\$ -166.241.581.670,80).

**h.3.** Provisão de Precatórios Centralizados no Tesouro (R\$ 772.048.489,99), em contrapartida de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais. Trata-se do saldo de Precatórios devido por Autarquia não dependente de recursos do Tesouro que demandará ressarcimento assim que o Tesouro efetuar o pagamento. O passivo de precatórios encontra-se todo registrado nos encargos gerais do Estado.

**i.** De Resultados Acumulados (Déficit), do Passivo Líquido, foi excluído o montante de R\$ 496.578.902,67, referente:

**i.1.** As exclusões de consolidação de exercícios anteriores em contrapartida de ajustes de exercícios anteriores, ambos do Patrimônio Líquido (R\$ 0,00): A compensação entre as contas foi de R\$ 21.340.650,19.

**i.2.** As exclusões de consolidação de exercícios anteriores (R\$ 230.570.071,73), conforme notas a, b.3, b.4, c.1, c.2, c.3, c.5, d.2., e, f, g.2, h.1 e i.1.

**i.3.** As exclusões de consolidação que afetaram o Resultado do Exercício (R\$ -196.026.699,43), conforme quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado.

**i.4.** Aos ajustes de exercícios anteriores de consolidação (R\$ 462.035.530,37), conforme notas a, b.2, b.3, b.4, d.2, e, g.2, g.4, h.1 e i.1.

**j.** As transferências intragovernamentais foram excluídas da Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidada, Do Balanço Financeiro Consolidado e da Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado.

**k.** As exclusões de ativos e passivos financeiros evidenciadas nesta nota também impactaram o Balanço Financeiro Consolidado e a Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada.

**Porto Alegre, 31 de dezembro de 2020.**

**Eduardo Leite**  
Governador do Estado

**Marco Aurelio Cardoso**  
Secretário da Fazenda

**Rogério da Silva Meira**  
Contador e Auditor-Geral do Estado  
CRCRS – 16640, T-RS